



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Catarina Ferreira Cardoso Leitão

Comportamentos de risco na juventude: Uma perspetiva de género e interseccional

Comportamentos de risco na juventude:
Uma perspetiva de género e interseccional
Catarina Ferreira Cardoso Leitão

A presente tese de doutoramento beneficiou do apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através da Bolsa de Doutoramento Individual com a referência: SFRH/ BD/62418/2009





Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Catarina Ferreira Cardoso Leitão

Comportamentos de risco na juventude: Uma perspetiva de género e interseccional

Tese de Doutoramento em Psicologia
Especialidade em Psicologia Social

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria da Conceição Nogueira
e do
Professor Doutor António Manuel Marques

abril de 2015

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais, declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, ____ de _____ de _____

Nome completo: Catarina Ferreira Cardoso Leitão

Assinatura: _____

Agradecimentos

Expresso o meu apreço aos participantes da presente investigação pela sua colaboração e a todas as escolas, instituições e associações que se mostraram disponíveis para me acolher. Fui muito bem recebida, tendo-me sido dado todo o apoio necessário.

Agradeço, também, aos meus orientadores. A Professora Doutora Maria da Conceição Nogueira foi quem me suscitou o interesse pela área de Psicologia Social e, mais particularmente, pelos temas aqui debatidos, continuando a motivar a realização das minhas aspirações profissionais. O Professor Doutor António Manuel Marques possibilitou o aumento da pertinência, profundidade e clareza desta tese, mediante o seu apoio imprescindível, pautado por reflexões e sugestões minuciosas. A ambos apresento o meu agradecimento pela partilha de saberes e expansão de horizontes.

Agradeço aos meus pais e irmão: Obrigada por toda a infindável ajuda e por me inspirarem com a vossa força e determinação.

Agradeço ao meu namorado João: Obrigada pelo apoio e disponibilidade incondicionais.

Por fim, agradeço às minhas amigas Daniela, Ana, Sara e Mariana, e ao meu amigo Gonçalo: Obrigada por me motivarem.

A presente tese de doutoramento beneficiou do apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através da Bolsa de Doutoramento Individual com a referência: SFRH/ BD/62418/2009.



Comportamentos de risco na juventude: Uma perspectiva de género e interseccional

Resumo

Esta investigação teve como objetivo principal aprofundar o conhecimento acerca da incursão em comportamentos de risco por parte dos jovens de ambos os sexos, particularmente nos consumos de álcool e de cannabis, e na condução rodoviária. Os dados epidemiológicos nacionais e internacionais sugerem que os indivíduos do sexo masculino tenderão a envolver-se mais frequentemente nos mesmos do que os do sexo feminino, levando-nos a questionar a possibilidade de estes comportamentos refletirem e participarem na (re)construção do género, em ligação com um modelo de masculinidade tradicional. Tendo em conta que o género interage com outras dimensões socio-identitárias, considerámos pertinente incluir a classe social e o nível de ensino frequentado nas nossas reflexões e análises, pelo que o enquadramento teórico e metodológico foi orientado pela perspectiva da interseccionalidade.

Desenvolvemos três estudos quantitativos, cuja amostra inicial foi constituída por 1614 participantes de ambos os sexos, maioritariamente com idades entre os 18 e os 30 anos. Os dois primeiros estudos centraram-se na avaliação das propriedades psicométricas de dois instrumentos utilizados no último estudo: uma versão reduzida do *Conformity to Masculine Norms Inventory* (CMNI; Mahalik, Locke, et al., 2003), tendo-se obtido uma versão final constituída por 14 itens e uma pontuação total, passível de ser aplicada a homens e a mulheres, com algumas salvaguardas; e, uma escala desenvolvida com o propósito de avaliar as transgressões na condução, tendo-se chegado a uma versão constituída por 19 itens e uma pontuação total.

O terceiro estudo teve como objetivo a avaliação de relações entre as dimensões socio-identitárias sexo, classe social, grau de escolaridade, conformidade com as normas masculinas e três comportamentos – consumo de álcool, consumo de cannabis e transgressões na condução. Os resultados demonstraram que os participantes do sexo masculino e da classe favorecida reportaram maior incursão nestes comportamentos do que os do sexo feminino e da classe desfavorecida, e que o grau de conformidade com as normas masculinas tradicionais explicava parte destas diferenças. Tal reforça a necessidade de contemplar uma perspectiva de género e os contextos socioeconómicos e culturais na investigação/intervenção no âmbito das práticas de risco para a saúde.

**Risk behaviors in youth:
A gender and intersectional perspective**

Abstract

The main objective of the present research was to provide more insight pertaining to engagement in risk behavior by young people of both sexes, specifically in the consumption of alcohol and cannabis, as well as in reckless driving. Both national and international epidemiological data suggest that individuals of the male sex are more likely than the ones of the female sex to be involved in said behaviors, which leads us to question whether or not these behaviors reflect and participate in the (re)construction of gender, in connection with a model of traditional masculinity. Considering that gender interacts with other dimensions of social identity, we deemed it appropriate to include both social class and academic degree in our considerations and analyses, therefore employing a theoretical and methodological framework guided by an intersectional perspective.

We developed three quantitative studies with an initial sample of 1614 participants of both sexes, the majority aged between 18 and 30 years. The first two of these studies focused on assessing the psychometric properties of two instruments employed in the last study: a short version of *Conformity to Masculine Norms Inventory* (CMNI; Mahalik et al., 2003), yielding a final scale made of 14 items and a total score, applicable to both men and women, with a few conditions; and a scale created to evaluate driving violations, yielding 19 items and a total score.

The third study aimed to assess the connections between the social identity dimensions of sex, social class, academic degree, conformity with masculine norms and three behaviors - consumption of alcohol, consumption of cannabis and driving violations. The results show that participants of the male sex and in higher social class engaged more frequently in said behaviors than individuals of the female sex and lower social class, and they also indicate that the degree of conformity with traditional masculine norms partially explains these discrepancies. Such findings reinforce the need to account for gender, as well as socio-economic and cultural backgrounds, when conducting research/intervention regarding risk behavior.

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento teórico.....	7
Capítulo 1: Interseccionalidade	9
1.1. Emergência do conceito de “género”	10
1.2. Posicionamento feminista face à pesquisa das diferenças sexuais	12
1.3. Posicionamento feminista pós-modernista	15
1.4. Teoria da Interseccionalidade	19
1.4.1. Abordagens no estudo da interseccionalidade.....	22
1.4.1.1. Abordagem intercategorial	23
1.5. Síntese.....	31
Capítulo 2: Masculinidades	33
2.1. Importância dos estudos sobre os homens e as masculinidades.....	34
2.2. Emergência dos estudos sobre os homens e as masculinidades	35
2.3. Perspetivas teóricas nos estudos dos homens e das masculinidades	38
2.3.1. Papel de género masculino	38
2.3.2. Construção social da(s) masculinidade(s)	41
2.3.2.1. Ideologia da masculinidade: Entre a dominante e a tradicional	42
2.3.2.2. Masculinidades: Da(s) hegemónica(s) às subordinadas	49
2.3.2.3. Entre a ideologia da masculinidade dominante e a masculinidade hegemónica	55
2.4. Síntese.....	61
Capítulo 3: Classes sociais	63
3.1. Importância da análise das classes sociais.....	63
3.2. Perspetivas teóricas no estudo das classes sociais.....	68
3.3. Intersecções entre a classe social e a(s) masculinidade(s).....	75
3.4. Classes sociais, dimensões escolares e masculinidades	85
3.5. Síntese.....	91

Capítulo 4: Comportamentos de risco para a saúde	93
4.1. Mortalidade: Diferenças em função do sexo e da idade	94
4.2. Enfoque de género e interseccional na saúde	96
4.2.1. Género e comportamentos de risco	99
4.2.1.1. Masculinidade(s) e comportamentos de risco	102
4.3. Interseccionalidade e comportamentos de risco	108
4.3.1. Idade	109
4.3.2. Classe social	111
4.4. Jovens, classes sociais e dimensões escolares	114
4.5. Consumo de substâncias psicoativas.....	115
4.5.1. Consumo de álcool	118
4.5.2. Consumo de substâncias psicoativas ilícitas	132
4.6. Condução rodoviária de risco	141
4.7. Síntese.....	150
 II. Estudos empíricos.....	 153
 Capítulo 5: Perspetiva de género e interseccional na análise de comportamentos de risco	 155
5.1. Enquadramento teórico e metodológico	156
5.2. Objetivos.....	158
5.3. Estudo 1 - Inventário sobre a conformidade com as normas masculinas: Adaptação portuguesa da versão com 22 Itens	160
5.4. Estudo 2 – Transgressões na condução: Construção de um instrumento de avaliação	185
5.5. Estudo 3 – Consumo de álcool e de substâncias psicoativas ilícitas, e transgressões na condução em jovens adultos de ambos os sexos: Conformidade com as normas masculinas, classe social e grau de escolaridade	196
5.6. Síntese.....	261
 Conclusões.....	 263
 Bibliografia.....	 279

Apêndice - Questionário	333
-------------------------------	-----

Índice de tabelas

Tabela 1: Médias, desvios padrão, coeficientes de correlação com o total dos itens e alfa quando cada item é removido - CMNI.....	170
Tabela 2: Índices de ajustamento dos modelos confirmatórios com 1 fator, considerando 22 e 20 itens - CMNI.....	172
Tabela 3: Matriz da estrutura com extração principal-axis oblimin, valores próprios e percentagem total de variância explicada - CMNI.....	173
Tabela 4: Índices de ajustamento do modelo confirmatório com 1 fator de segunda ordem, 6 de primeira ordem e 14 itens - CMNI	175
Tabela 5: Análise da invariância entre os sexos do modelo com 1 fator de segunda ordem, 6 de primeira ordem e 14 itens - CMNI	175
Tabela 6: Pesos fatoriais estandardizados e proporções de variância no modelo com 1 fator de segunda ordem, 6 de primeira ordem e 14 itens - CMNI	176
Tabela 7: Matriz da estrutura com extração principal-axis oblimin, valores próprios, percentagem de variância explicada, correlações item-total e alfa – Transgressões na condução.....	189
Tabela 8: Índices de ajustamento dos modelos confirmatórios – Transgressões na condução	190
Tabela 9: Pesos fatoriais estandardizados e proporções de variância no modelo com um fator de segunda ordem – Transgressões na condução	192
Tabela 10: Coeficientes de correlação e de regressão linear referentes às transgressões na condução	194
Tabela 11: Número e percentagem de participantes em função do sexo, do grau de escolaridade e da classe social	203
Tabela 12: Valores mínimos e máximos, médias e desvios padrão referentes à frequência de consumo e ao número de copos para cada tipo de bebida.....	211
Tabela 13: Médias e desvios padrão referentes ao consumo total de álcool e à conformidade com as normas masculinas em função do sexo, da classe social e do grau de escolaridade.....	213
Tabela 14: Coeficientes do modelo de regressão linear com a variável critério conformidade com as normas masculinas - amostra utilizada na análise do consumo de álcool	214

Tabela 15: Efeitos de moderação no modelo de regressão linear com a variável critério conformidade com as normas masculinas - amostra utilizada na análise do consumo de álcool	215
Tabela 16: Coeficientes do modelo de regressão linear com a variável critério consumo de álcool	216
Tabela 17: Efeitos de moderação no modelo de regressão linear com a variável critério consumo de álcool.....	217
Tabela 18: Efeitos indiretos através da conformidade com as normas masculinas ao nível do consumo de álcool.....	220
Tabela 19: Valores mínimos e máximos, médias e desvios padrão referentes à frequência de consumo de cada substância psicoativa.....	222
Tabela 20: N° participantes em função do consumo de cannabis, sexo, classe e grau de escolaridade, e médias e desvios padrão relativos à conformidade com as normas masculinas	223
Tabela 21: Coeficientes do modelo de regressão linear com a variável critério conformidade com as normas masculinas - amostra utilizada na análise do consumo de cannabis	224
Tabela 22: Efeitos de moderação no modelo de regressão linear com a variável critério conformidade com as normas masculinas - amostra utilizada na análise do consumo de cannabis	225
Tabela 23: Coeficientes do modelo de regressão logística com a variável critério consumo de cannabis	226
Tabela 24: Efeitos de moderação no modelo de regressão logística com a variável critério consumo de cannabis.....	227
Tabela 25: Efeitos indiretos através da conformidade com as normas masculinas ao nível do consumo de cannabis.....	230
Tabela 26: Médias e desvios padrão referentes às transgressões na condução e à conformidade com as normas masculinas em função do sexo, da classe social e do grau de escolaridade	233
Tabela 27: Coeficientes do modelo de regressão linear com a variável critério conformidade com as normas masculinas - amostra utilizada na análise das transgressões na condução	235

Tabela 28: Efeitos de moderação no modelo de regressão linear com a variável critério conformidade com as normas masculinas - amostra utilizada na análise das transgressões na condução	236
Tabela 29: Coeficientes do modelo de regressão linear com a variável critério transgressões na condução	237
Tabela 30: Efeitos de moderação no modelo de regressão linear com a variável critério transgressões na condução	239
Tabela 31: Efeitos indiretos através da conformidade com as normas masculinas ao nível das transgressões na condução	242
Tabela 32: Coeficientes de correlação entre o consumo de álcool, o consumo de cannabis e as transgressões na condução	245

Índice de figuras

Figura 1. Diagrama conceptual do modelo alvo de análise para cada comportamento de risco.....	197
Figura 2. Consumo de álcool em função do sexo e da conformidade com as normas masculinas.....	218
Figura 3. Modelo condicional referente ao consumo de álcool.....	219
Figura 4. Consumo de cannabis em função do sexo e da conformidade com as normas masculinas.....	228
Figura 5. Modelo condicional referente ao consumo de cannabis.	229
Figura 6. Transgressões na condução em função da classe social, do grau de escolaridade e da conformidade com as normas masculinas.	240
Figura 7. Modelo condicional referente às transgressões na condução.....	241

Introdução

A escolha do tema desta tese foi suscitada pelas preocupações pessoais acerca das desigualdades sociais baseadas no sexo. São reconhecidas diferenças em termos de oportunidades profissionais e participação nas esferas pública e doméstica, com desvantagens para as jovens e mulheres, nomeadamente em Portugal. Um olhar mais atento sobre estas temáticas encaminhou-nos para um interesse sobre a relação entre essas desigualdades e os fatores socioeconómicos e históricos. Tal ganhou especial relevo perante um cenário atual de “crise económica” que, pelo menos desde 2010, tem acarretado escassez de recursos financeiros e de empregabilidade. Assim, o nosso foco de atenção foi sendo dirigido para a valorização das iniquidades em função do estatuto socioeconómico e da classe social.

Para este olhar reflexivo e crítico terá contribuído o percurso realizado no âmbito da formação em Psicologia, no qual as noções mais específicas da Psicologia Social foram marcantes, não só na compreensão das dinâmicas que criam e sustentam as desigualdades sociais, mas, também, na perceção de que estas são passíveis de mudança. Neste enquadramento, foram especialmente importantes as questões relacionadas com o género, enquanto construção social feita a partir do dimorfismo entre os sexos, que interage com mais eixos de diferenciação social, tais como a classe social, a etnia, a idade, a orientação do desejo sexual, a nacionalidade e a religião, entre outros.

Este percurso permitiu-nos constatar que o conceito de género e as implicações do seu uso são objeto de discussão e, por isso, carecem de contributos para a sua clarificação. Reconhece-se, por exemplo, a existência de entendimentos que tendem a sobrepor os conceitos de sexo e de género ou a utilizar o conceito de género como uma modernização linguística do primeiro. Além disso, os estudos de género são frequentemente associados aos estudos sobre as mulheres, o feminino e as feminilidades. Efetivamente, os homens e as masculinidades foram mais tardiamente concebidos como possíveis “objetos de estudo”, o que reflete o estatuto normativo atribuído aos mesmos (ou melhor, a alguns deles). Por outro lado, não são muito frequentes as pesquisas que aprofundem as interações entre o género e outras divisões sociais, apesar de algumas

desigualdades importantes parecerem beneficiar com a consideração, em simultâneo, da classe social, entre outras dimensões.

As desigualdades em saúde, uma área vincada em Psicologia, apelaram, também, à nossa atenção. De facto, têm-se observado diferenças em vários indicadores de saúde em função do sexo e do estatuto socioeconómico. Uma constatação que merece especial destaque diz respeito às diferenças entre os sexos em índices de saúde relacionados com mortes por causas externas ou evitáveis. Estes índices têm aparecido como mais elevados no sexo masculino, sobretudo na faixa etária dos jovens.

Contudo, embora a integração do género nas políticas de saúde seja cada vez mais identificada como necessária, esta não aparece de modo sistemático na análise do fenómeno descrito. Em muitos relatórios e medidas oficiais, assim como em estudos sobre comportamentos de risco nos jovens, parece haver uma simples referência às diferenças encontradas em função do sexo ou/e ao impacto das figuras de socialização imediatas, sem um debate acerca das construções sociais no domínio do género. Deste modo, há o perigo de normalizar ou naturalizar o envolvimento em práticas de risco para a saúde.

A definição do tema da presente tese resultou, portanto, do cruzamento destes interesses iniciais. Os mesmos suscitaram motivação para investir num olhar interrogativo que nos pareceu menos explorado no contexto académico e científico nacional. Assim, o objetivo principal desta tese foi contribuir para o aumento do conhecimento acerca da incursão em comportamentos de risco para a saúde por jovens de ambos os sexos, privilegiando uma perspetiva de género e interseccional.

Sob a orientação do objetivo referido, na primeira parte da tese, que inclui quatro capítulos, é apresentado o enquadramento teórico e metodológico. Na segunda parte, composta por um capítulo, é descrita a investigação realizada. No final, são assinaladas as conclusões principais.

Mais pormenorizadamente, no Capítulo 1, dada a disseminação do foco nas diferenças sexuais ao nível da investigação, são assinaladas algumas críticas feministas ao mesmo. São, também, apresentadas noções salientadas no âmbito do pós-modernismo, do construcionismo social e do feminismo de terceira vaga, que colocam a tónica na construção social da “realidade” e na diversidade de experiências. Tal leva ao aprofundamento da perspetiva da interseccionalidade, segundo a qual as várias identidades sociais são mutuamente constitutivas. Consequentemente, discutimos a importância de contemplar todas as pessoas nas análises interseccionais, incluindo

aquelas que, em certos contextos, usufruem de estatutos normativos, como os - ou melhor - alguns homens.

No Capítulo 2, debatemos a importância dos estudos sobre os homens e sobre as masculinidades, e descrevemos a evolução dos mesmos. Neste sentido, são apresentados os conceitos de masculinidade dominante, masculinidade hegemónica, masculinidades subordinadas e masculinidade tradicional. Discutimos, especificamente, a possibilidade de integrar esses conceitos ao nível da investigação. Adicionalmente, defendemos a sua relevância no entendimento da subordinação das mulheres e das feminilidades, bem como de alguns homens e de algumas masculinidades – que ocorre, muitas vezes, em função de outras dimensões socio-identitárias, como a classe social.

No Capítulo 3, assinalamos a importância de contemplar a classe social na compreensão de fenómenos sociais que afetam a vida das pessoas. São apresentadas algumas perspetivas sobre a análise da mesma, bem como alguns modelos de categorização. Debruçamo-nos, também, sobre a integração da classe social nas análises que têm em conta o género e, em particular, a(s) masculinidade(s). Além disso, tendo em conta a estreita ligação entre o percurso académico e a classe social na faixa etária dos jovens, discutimos a articulação entre estas dimensões e a (re)produção de masculinidades.

No Capítulo 4, são apresentados alguns dados sobre índices de saúde, nomeadamente relacionados com as mortes por causas externas ou evitáveis. Neste enquadramento, aprofundamos a especificidade dos comportamentos de risco para a saúde, enfatizando o consumo de substâncias psicoativas (álcool e drogas) e as transgressões na condução. Adicionalmente, procuramos evidenciar a relevância de uma análise que recorra a uma perspetiva de género e interseccional. Assim, destacamos as relações que têm sido encontradas entre a incursão nestas práticas, algumas construções sociais no domínio do género, principalmente da masculinidade, a classe social e o contexto escolar. Em particular, elaboramos acerca da associação entre as condutas mencionadas e a valorização de normas sociais consideradas como tradicionalmente masculinas.

No Capítulo 5, é descrita a investigação realizada, a qual foi dividida em três estudos. Nos dois primeiros são analisadas algumas propriedades psicométricas dos instrumentos de medida utilizados no último estudo: um que procura avaliar a conformidade com as normas consideradas masculinas e outro que pretende avaliar as transgressões na condução. No terceiro estudo, são exploradas relações entre as

dimensões socio-identitárias sexo, classe social de origem, grau de escolaridade, conformidade com as normas masculinas e os comportamentos de risco alvo – consumo de álcool, consumo de cannabis e transgressões na condução. Para cada um destes estudos são discutidas limitações, potenciais contributos e sugestões para investigação futura.

Por fim, salientamos as principais conclusões, discutindo os resultados obtidos à luz das teorizações e conceitos analisados. Apresentamos, também, algumas pistas de continuidade desta pesquisa.

I. Enquadramento teórico

Capítulo 1

Interseccionalidade

Na generalidade, o reconhecimento e o agrupamento de pessoas em função do sexo parecem estar presentes em diversas sociedades (Reskin & Padavic, 1994). Nomeadamente na cultura ocidental, as crenças de que homens e mulheres são essencialmente diferentes constituem um princípio organizador da vida social e cultural (Bem, 1993). Em consonância, estas crenças encontram-se presentes na ciência moderna, incluindo nas ciências sociais e humanas (Nogueira, 2001c). Na psicologia reconhece-se uma longa tradição centrada nas diferenças, principalmente entre homens e mulheres (Weatherall, 2002). É a partir desta constatação que se organiza o presente capítulo.

No âmbito das ciências sociais, é descrito um conjunto de desenvolvimentos que terão favorecido o afastamento do foco no conceito de sexo (no sentido biológico) em direção ao conceito de género. Relativamente a este tema, são explorados os contributos das correntes feministas de segunda e terceira vagas. Mais especificamente, é dada atenção à forma como o discurso sobre o género foi construído e pesquisado na psicologia social. A este respeito, é aprofundada a análise do mesmo enquanto construção social, enquadrando-a num panorama pós-modernista e, em particular, numa abordagem construcionista social.

Com base no apelo à contemplação da diversidade entre os indivíduos, que marca o feminismo de terceira vaga, é explorada a importância da inclusão de outras dimensões socio-identitárias, como a classe social e a etnia, entre outras. Neste sentido, é apresentada a teoria da interseccionalidade (e.g. Bowleg, 2008; E. Cole, 2009; Crenshaw, 1994; McCall, 2005), no seio da qual são reconhecidas algumas abordagens principais. É descrita com maior detalhe a apelidada de intercategorial (McCall, 2005), por ser a utilizada na presente investigação. Por fim, são debatidas questões sobre a metodologia na pesquisa orientada por esta abordagem.

1.1. Emergência do conceito de “gênero”

Entre o início do século XVIII e as primeiras décadas do século XX, o sexo genital era considerado definidor da identidade social e da orientação do desejo sexual, sugerindo, assim, uma aparente naturalização e normatividade das mesmas (Nye, 2005). No entanto, na segunda metade do século XX, com o desenvolvimento de intervenções que permitiam alterar o sexo genital, a predição, a partir deste, da pertença e da orientação do desejo sexual tornou-se variável (Nye, 2005). Consequentemente, o conceito de sexo começou a ser substituído pelo conceito de gênero, enquanto caracterizador da identidade individual e social dos indivíduos (Marques, 2007).

A partir dos anos 70 do século XX, o recurso ao conceito de gênero foi sendo difundido na psicologia e na sociologia (Nogueira, 2001c). Segundo Wendy Harrison (2005), terá sido John Money o primeiro a propor a distinção entre sexo e gênero no início dos anos 60. Adicionalmente, Lígia Amâncio (1994, 2001, 2003, 2004c) refere que Robert Stoller teve um papel de destaque no lançamento das bases para o uso do conceito de gênero na psicologia e na sociologia, que Anne Oakley o utilizou numa perspetiva feminista e que Rhoda Unger se salientou na distinção do mesmo face ao conceito de sexo na psicologia social.

A distinção entre os conceitos em debate foi defendida no âmbito do chamado feminismo de segunda vaga, como tentativa de separar o sexo biológico do social - o gênero - e de possibilitar a crítica social (Crawford, 1995; Nogueira, 2001c). Assim, as diferenças entre homens e mulheres puderam ser encaradas como mutáveis e influenciadas pela mudança dos contextos sociais (Oakley, 1972). Tal contribuiu para a relevância ganha pelos denominados “estudos de gênero ou sobre o gênero”, desde o fim do século XX até ao presente (Amâncio, 1994, 2001, 2003; Marques, 2007; Nye, 2005). Porém, o início dos estudos sobre os homens e sobre as mulheres foi marcado pelo conceito de papel sexual (Amâncio, 2004c).

Estudo dos papéis sexuais

O conceito de papel sexual, associado à evidência dos temperamentos masculinos e femininos, difundiu-se a partir dos trabalhos de Terman e Miles, nos anos 30, e de Parsons e Bales, nos anos 50 do século XX (Amâncio, 2004c; Nogueira, 2001c). Terman e Miles (1936 as cited in Smiler, 2004) realizaram uma descrição da mulher típica baseada

num conjunto de oposições ao homem típico (Lorenzi-Cioldi, 1994), levando a que a masculinidade e a feminilidade fossem assumidas como opostos (Smiler, 2004). Parsons e Bales (1956 as cited in Lorenzi-Cioldi, 1994) associaram os atributos de instrumentalidade aos homens e de expressividade às mulheres, enquanto traços de personalidade associados ao seu papel sexual. Estes papéis seriam formados no processo de socialização, principalmente no seio da família, e fortemente condicionados pela divisão do trabalho público/privado (Amâncio, 2004c).

Após os trabalhos referidos, seguiu-se uma corrente de pesquisa centrada na dicotomia de papéis sexuais (Lorenzi-Cioldi, 1994). Com maior saliência nas décadas de 60 e 70 do século XX, a pesquisa em psicologia social procurou diferenças entre indivíduos, principalmente entre homens e mulheres, tendo subjacente o modelo da socialização e dos papéis sexuais (Amâncio, 1994; Nogueira, 2001c). Neste âmbito, os temperamentos masculinos e femininos correspondiam a traços de personalidade específicos (Lorenzi-Cioldi, 1994), quantificados através de medidas de avaliação (Hare-Mustin & Marecek, 1990; Nogueira, 2001c; Smiler, 2004).

De acordo com esta abordagem, os aspetos de uma natureza intrínseca seriam revelados através do tempo, em interação com as forças salientes do ambiente, como as relações familiares e o grupo de pares, até a maturidade ser atingida (Cochran, 2010; Pleck, 1987). Os efeitos da socialização marcariam as diferenças entre rapazes e raparigas e, consequentemente, entre homens e mulheres (Amâncio, 1994). Esta abordagem é concebida como derivada da teoria psicodinâmica da identidade, após a Segunda Guerra Mundial, dado que via a identidade de género como seguindo uma trajetória desenvolvimental relativamente estreita (Cochran, 2010; Pleck, 1987). As pessoas teriam a necessidade psicológica de formar uma identidade de papel de género correspondente ao seu sexo biológico, de modo a desenvolver uma personalidade plena (Levant, 2011). Neste enquadramento, os traços e as atitudes eram conceptualizados como inerentes a cada sexo (Smiler, 2004).

Apesar da popularidade desta perspetiva na pesquisa, uma análise crítica dos estudos permitiu reconhecer que muitos dos resultados obtidos não se enquadravam na teoria (Hare-Mustin & Marecek, 1990). Perante o referido, surgiram críticas feministas a esta abordagem (Lenney, 1991).

1.2. Posicionamento feminista face à pesquisa das diferenças sexuais

No final dos anos 60, durante a segunda vaga do feminismo, as críticas ao paradigma da diferença dos sexos tornaram-se mais consistentes (Nogueira, 2001c). Estas dirigiam-se à imutabilidade e ao essencialismo das assunções presentes na pesquisa das diferenças sexuais, nomeadamente sobre a existência de traços associados ao género, apropriados para um adequado ajustamento psicológico, com um posicionamento bipolar e mutuamente exclusivo (Crawford, 1995; Kitzinger, 1994; Nogueira, 2001c).

As incongruências observadas pelas críticas feministas estiveram na base da teoria da androginia, formulada inicialmente por Sandra Bem, e da teoria do papel social de Alice Eagly (Nogueira, 2001c). Ambas podem ser enquadradas no que se chama de feminismo empiricista (Harding, 1986).

O modelo da androginia, que apareceu anos 70 do século XX, concebia a combinação de atributos femininos e masculinos no mesmo indivíduo, não assumindo, assim, uma dependência entre sexo biológico e género (Morawski, 1990 as cited in Nogueira, 2001c). Neste enquadramento, Sandra Bem (1981) argumenta que a cultura agrupa uma coleção heterogênea de atributos em duas categorias, com cada uma a ser considerada mais característica e desejável num dos sexos. A mesma autora criou o *Bem Sex Role Inventory* (Bem, 1974), um instrumento que procura avaliar a adesão aos estereótipos relativos à masculinidade e à feminilidade no mesmo indivíduo, o qual poderia expressá-los em diferentes intensidades. De acordo com Bem (1981), os indivíduos sexualmente estereotipados encontrar-se-iam altamente vinculados à definição cultural de comportamento adequado ao seu sexo. Porém, neste modelo da androginia, os conceitos convencionais de feminilidade e de masculinidade permaneceram num sentido dualista e oposicional (Morawski, 1990 as cited in Nogueira, 2001c). Além disso, apesar da referência à influência sociocultural, o género continuou conceptualizado como estando localizado nos indivíduos (Bohan, 1997).

Além da escala de Bem, um outro instrumento utilizado na investigação num entendimento similar corresponde ao *Personal Attributes Questionnaire* (PAQ; Spence, Helmreich, & Stapp, 1974). Ambas as medidas fornecem, para cada participante, uma pontuação respetiva à masculinidade e outra à feminilidade, o que representa uma quebra relativamente aos testes das gerações anteriores (Smiler, 2004). No enquadramento teórico feito em torno do PAQ, a masculinidade e a feminilidade eram encaradas como

dimensões distintas e aprendidas, e como *clusters* de atributos desejáveis para homens e mulheres (Smiler, 2004).

De acordo com a teoria do papel social de Eagly (1987), as diferenças sexuais resultariam dos papéis sociais desempenhados na vida adulta, que condicionariam de modo distinto o comportamento das mulheres e dos homens. Estas ideias contrastaram com as teorias das diferenças sexuais baseadas quer em fatores biológicos, quer na socialização infantil precoce, mas o sistema social das relações de género continuou a não ser questionado (Nogueira, 2001c).

No seguimento das críticas apresentadas, reconhece-se um debate entre psicólogas feministas acerca da pertinência de continuar ou não a pesquisa sobre diferenças sexuais. Na explicitação das posições elaboradas em torno do mesmo recorremos à revisão da literatura feita por Conceição Nogueira (2001c).

Entre as autoras que defendem a sua continuidade, Hyde (1994) considera que, perante a continuação da pesquisa das diferenças sexuais e a difusão/aceitação destas, seria imprudente as psicólogas feministas abdicarem da influência nesta área. Em alternativa, a mesma autora defende que deve haver um investimento na instauração de linhas de investigação não sexistas. Por sua vez, Eagly (1994) defende que a informação proveniente de estudos científicos pode diminuir os vieses de dogmas feministas e/ou antifeministas. Esta autora acredita que a apresentação aberta dos resultados sobre as diferenças sexuais contribui para rotinizá-las, levando à perda de interesse destes estudos. Considera, ainda, que o maior impacto reside na interpretação das diferenças/semelhanças fornecida pelos investigadores, sendo, por isso, útil a presença ativa das feministas em termos de competição teórica. Halpern (1994) argumenta que a continuação da pesquisa pode contribuir para diminuir os mitos e os estereótipos sobre as mulheres. Neste sentido, crê que a presença de uma abordagem feminista no estudo das diferenças sexuais é fundamental para o surgimento de novos modelos no estudo da psicologia das mulheres.

Por outro lado, Conceição Nogueira (2001c) refere que há autoras que não acreditam na existência “real” das diferenças sexuais e que defendem, por isso, o afastamento do foco de atenção relativamente a estas diferenças. Particularmente, Kitzinger (1994) inquire acerca da adequação do foco nas diferenças e/ou semelhanças enquanto organizador central na psicologia feminista. Por sua vez, Crawford (1995) crê que importa colocar questões sobre o contexto social e político da pesquisa focada nas diferenças sexuais, as funções da mesma e o que fica por inquirir quando os psicólogos se debruçam excessivamente sobre este tema. Adicionalmente, argumenta que as ideias

acerca da diferença reproduzem as relações de poder existentes, já que não entram de forma neutra no discurso público. Por último, Hare-Mustin e Marecek (1990) alertam para a variabilidade de significados e agendas políticas em que se inscrevem as afirmações acerca das diferenças/semelhanças entre homens e mulheres.

Quanto aos argumentos presentes no debate descrito, Kitzinger (1994) menciona que estes são atravessados por assuntos chave, como as implicações do feminismo na investigação das ciências sociais, a natureza da ciência e a discussão em torno do essencialismo e do socialmente construído. A este respeito, é de salientar que o essencialismo, mediante o qual o género é construído como um conjunto de atributos dos e nos indivíduos, e não como relação social (Nogueira, 2001c), tem constituído um dos principais alvos das críticas feministas à pesquisa tradicional sobre as diferenças sexuais (Weatherall, 2002).

Estas críticas ganham novos contornos no chamado feminismo de terceira vaga (Nogueira, 2001c). Embora a substituição do conceito “sexo” por “género”, clara na segunda vaga, seja reconhecida como um contributo para o afastamento relativamente ao determinismo biológico (Amâncio, 1994), há um alerta quanto à manutenção das visões essencialistas e universais (Barrett & Phillips, 1992; Petersen, 2003). A pesquisa sobre as rotuladas diferenças de género continua focada no sexo - as características são conceptualizadas como estando dentro do indivíduo, descontextualizadas socialmente e facilmente atribuíveis a fatores biológicos (Nogueira, 2001c). Assim, a substituição do objeto de análise - do sexo para o género - não significa o abandono de um modelo centrado no dualismo associado ao sexo biológico (Amâncio, 1994, 1999).

Com efeito, na análise do comportamento genderizado, a negligência do contexto e das relações sociais (Amâncio, 1994; Hare-Mustin & Marecek, 1990; Lott, 1990), da ligação entre género e poder, e da assimetria que marca as relações entre homens e mulheres (Amâncio, 1992, 1994; Nogueira, 2001c) pode contribuir para que as crenças associadas ao género apareçam como um dado explicativo em si mesmo (Saavedra, 1995). Tal não favorece a compreensão do sistema social que orienta os indivíduos (Saavedra, 1995) nem os processos de diferenciação de homens e mulheres, quer num plano simbólico, quer ao nível da relação com a posição que ocupam na sociedade (Amâncio, 1992).

Adicionalmente, as feministas teóricas da terceira vaga alertam para a necessidade de compreender a produção do conhecimento científico enquanto poder social, afastando-se, assim, do movimento modernista (Nogueira, 2001c).

1.3. Posicionamento feminista pós-modernista

A partir da segunda metade do século XX, mais particularmente nas décadas de 80 e 90, assiste-se à emergência do pós-modernismo e do pós-estruturalismo nas ciências sociais e humanas (Petersen, 2003). Segundo uma visão pós-modernista, não se procura uma ordem explicativa ou uma verdade universal e absoluta, reconhecendo-se, antes, a complexidade do social e a importância dos objetos práticos e situados (Flax, 1990; Harding, 1990; Rosenau, 1992 as cited in Nogueira, 2001c). Relativamente às ideias pós-estruturalistas, amplamente marcadas pelos trabalhos de Michel Foucault, salienta-se a interrogação estratégica e sistemática das relações entre conhecimento, poder, verdade, subjetividade e linguagem (Marques, 2007). De acordo com noções pós-modernistas e pós-estruturalistas, o conhecimento é concebido como socialmente construído, limitado historicamente e politicamente, e a tónica é colocada na descentração dos discursos dominantes e na assunção de uma pluralidade de posições (Nogueira, 2001c, 2013).

No seio do pós-modernismo ganha destaque a escola do construcionismo social (Gergen, 1985, 1994a, 1994b), marcada pelo foco na forma como as categorias ou processos de conhecimento são produzidos através da linguagem. Assim, há um afastamento relativamente a uma ótica tradicional, segundo a qual as categorias não são examinadas (Hare-Mustin & Marecek, 1994). A corrente do construcionismo social é também caracterizada, segundo Burr (1995), pelo anti-realismo, anti-essencialismo e pela ênfase na construção da realidade.

As ideias descritas potenciam novas perspetivas e ferramentas de análise em diversos domínios, incluindo no do género (Kimmel & Messner, 1989 [2001]). Mais particularmente, no feminismo possibilita novas elaborações acerca da construção de identidades e dos significados associados ao género e à expressão da sexualidade, acompanhadas por uma ênfase na diversidade e na pluralidade de experiências (Barrett & Phillips, 1992; Marques, 2007).

Por volta dos anos 80, surgem movimentações que se inscrevem no feminismo pós-modernista (Harding, 1986), chamado de terceira vaga (Nogueira, 2001c). Neste âmbito, os modelos de conhecimento são concebidos como dependentes do contexto histórico e dos interesses individuais (Burr, 1995), sendo a linguagem e as relações sociais elementos centrais na produção do conhecimento e na representação da experiência (Wilkinson & Kitzinger, 1995 as cited in Nogueira, 2001c). Assim, a literatura

psicológica das diferenças entre sexos é encarada, segundo um prisma construcionista social feminista, como um produto cultural e relacional (Hare-Mustin & Marecek, 1994).

No feminismo pós-modernista, a noção de identidade coerente e estável é criticada, sendo, antes, encarada como fragmentada, plural e em conflito (Dietz, 2003). O descrito é reforçado numa perspetiva construcionista social, a qual traz ao debate sobre o género as questões do poder e a possibilidade de múltiplas masculinidades e feminilidades (Holter, 2005). Deste modo, o género não é encarado como fixo, mas enquanto processo (Hare-Mustin & Marecek, 1990). O mesmo constitui uma construção social (Amâncio, 1994; Hare-Mustin & Marecek, 1990; Nogueira, 2001c; Reskin & Padavic, 1994), isto é, a um sistema de significados que se desenvolve nas interações sociais, condicionador do acesso ao poder e aos recursos (Crawford, 1995; Nogueira, 2001c). É, assim, enfatizado o valor do significado do género enquanto estímulo, prescrição de papel e relação de poder (Nogueira, 2001c). Neste sentido, uma psicologia com envolvimento pós-modernista contempla as formas como são aceites, mantidos e reproduzidos os significados e as práticas associados ao género (Hare-Mustin & Marecek, 1988 as cited in Nogueira, 2001c).

Discurso do género

O discurso do género inclui traços, comportamentos, atitudes e interesses associados e concebidos como adequados para cada sexo (Nogueira, 2001c; Pleck, 1995; Powell, 1993). Isto é, abrange as convenções culturais e os papéis sociais que diferenciam os homens das mulheres, construindo a noção societal do que significa “ser homem” e “ser mulher” (Prazeres, 2004a). Por exemplo, os homens parecem ser maioritariamente considerados responsáveis pelas atividades de produção fora de casa e as mulheres pelas que ocorrem dentro de casa (Gupta, 2000). Adicionalmente, aos homens continuam a ser associados traços como independência, agressividade e dominância, e às mulheres traços como a sensibilidade, emocionalidade e gentileza (Marques, 2007; Powell, 1993; Saavedra, Araújo, Taveira, & Vieira, 2013). Assim, a masculinidade e a feminilidade são construídas de forma dicotómica, como opostos, o que é acompanhado por uma essencialização das diferenças resultantes (Crawford, 1995; Lorenzi-Cioldi, 1994; Nogueira, 2001c; Smiler, 2004).

As distinções de género são reforçadas, mesmo que em grau variável, quando as pessoas demonstram comportamentos e papéis normativos associados ao seu sexo na

cultura em que se encontram (Crawford, 1995; Pleck, 1995). Deste modo, o género constitui uma profecia que se auto-cumpre: é desenvolvido um conjunto de processos pelos quais a diferença de género é construída, sendo a mesma relacionada com o sexo, o que reforça a crença na diferença sexual (Nogueira, 2001c). Neste enquadramento, pode afirmar-se que o género é “performativo”, dando sentido à expressão “fazer” o género (Howard & Hollander, 1997; Nogueira, 2004; Valentine, 2007; West & Zimmerman, 1987).

De acordo com Connell, Hearn e Kimmel (2005), a identidade de género, em vez de uma propriedade psicológica residente na pessoa, pode ser concebida como um processo em constante reinvenção nos vários contextos. Por outras palavras, pode ser encarada como uma agregação de interações genderizadas em permanente mudança. Os mesmos autores (2005) acrescentam que a coerência da identidade de género depende da nossa compreensão dessas interações. Neste sentido, referem que as masculinidades e as feminilidades não existem em vácuos culturais e sociais, mas dentro de contextos institucionais. Assim, o género pode ser encarado como uma estrutura das relações, no seio das instituições (Connell et al., 2005). O referido reforça a necessidade de uma perspetiva relacional do género atender a vários contextos, os quais são marcados por relações de poder e pressões sociais condicionadoras da ação individual (Giddens, 1979 [2000]). Em sintonia com uma abordagem construcionista social, as práticas sociais e os fenómenos psicológicos devem ser enquadrados na sua especificidade contextual, em termos históricos e culturais (Gergen, 1999).

A exposição seletiva de homens e mulheres a contextos genderizados leva a que o sexo seja compatível com o género e reforce, assim, a ideia de que o género é sexualmente diferenciado e definido (Amâncio, 1994; Courtenay, 2000; Lott, 1990). A este respeito, faz sentido salientar a noção de que a cultura, a linguagem e as instituições aparecem marcadas pela norma heterossexual e pela assimetria dos significados (Amâncio, 2003).

Segundo West e Zimmerman (1987), as sociedades produzem e mantêm diferenças de género mediante processos como a socialização, a ação das instituições sociais e a interação entre as pessoas. Assim, o género constitui um sistema de relações sociais presente na organização das instituições, como, por exemplo, o mercado de trabalho (Amâncio, 1994; Crawford, 1995; Marques, 2007; Nogueira, 2001c; Saavedra, 1995), a escola (Barbosa, 2004; Pereira, 2009; Saavedra, 2004; Saavedra et al., 2013) e os serviços de saúde (Gough, 2013; Schraiber et al., 2010). Também a ciência e os meios

de comunicação social constroem o género, nomeadamente a ideia da sua correspondência à diferença estática, bipolar e categorial, levando a que os sexos sejam interpretados como opostos (Crawford, 1995; Lorenzi-Cioldi, 1994; Nogueira, 2001c; Reis, Almeida, Miranda, Alves, & Madeira, 2013; Smiler, 2004). Em consonância, nas ciências sociais, as diferenças que constituem construções sociais acabam por ser encaradas como naturais (Amâncio, 1994, 2003; Crawford, 1995; Nogueira, 2001c).

A essencialização e a dicotomização sexual nas ciências são, também, potencialmente exacerbadas quando o sexo - ou o género sobreposto a este - é concebido como a única ou a mais importante forma de diferenciação. Deste modo, favorece-se a simplificação das diferenças observadas e subvaloriza-se outros eixos de diferenciação social (Crompton, 2003; Harris III & Barone, 2011; Nogueira, 2001c; Sloop, 2005).

Eixos de diferenciação social

Os eixos de diferenciação social são também chamados de dimensões identitárias ou sociais, e os mais comumente mencionados como relevantes incluem: o sexo, a classe social, a idade, a etnicidade, a “raça”¹, a orientação do desejo sexual, a capacidade física, a nacionalidade, o estatuto migratório, a religião, entre outros (E. Cole, 2009; Dottolo & Stewart, 2008; McCall, 2005; Valentine, 2007; Warner, 2008).

No seguimento da ênfase na diversidade reconhecida no feminismo de terceira vaga, muitas psicólogas feministas argumentam que dimensões sociais/identitárias como as mencionadas constituem regimes de poder, que interagem com as desigualdades associadas ao género (Holmes, 2009; Nogueira, 2011, 2013; Oliveira, 2010). Por exemplo, Preciado (2003) argumenta que não há diferença sexual, mas, sim, uma diversidade de diferenças e de experiências vividas, e uma transversalidade das relações de poder. Neste enquadramento, pode afirmar-se que a identidade é interseccional, sendo que a forma como se “faz”² o género está intimamente ligada às várias dimensões sociais/identitárias (Nogueira, 2004, 2013). Encarando as mesmas como resultantes da linguagem utilizada no quotidiano (Eribon, 1999), sai reforçada a noção de que os papéis sociais e as identidades associadas não surgem naturalmente (Magalhães, Saavedra, & Nogueira, 2008).

¹ Por “raça” queremos referir a construção social utilizada para identificar e rotular grupos e pessoas pertencentes a estes. Apenas recorremos ao termo nos casos em que os autores consultados o fazem.

² Aspas nossas.

Em consonância com o referido, há mais diversidade dentro das categorias “homens” e “mulheres”³ do que entre elas (Kilmartin, 2001). Tal não pretende desviar a atenção das iniquidades sociais derivadas das crenças no determinismo da natureza na definição do que é “ser” homem e mulher (Amâncio, 1994; Nogueira, 2013). Antes, visa sugerir que para compreender o sexo e o género é necessário atender à complexidade das identidades pessoais, às influências das instituições e à forma como as questões de poder se interrelacionam (DeFrancisco & Palczewski, 2007; Nogueira, 2013).

Perante o descrito, faz sentido a afirmação de João Oliveira (2010) acerca de não ser possível continuar a produzir uma teoria feminista que foque apenas o género. O mesmo autor (2010) refere que é preciso “hifenizar”⁴ o género com questões de “raça”, sexualidades, classe social e outros sistemas. Deste modo, potencia-se o desenvolvimento de teorias feministas não unificadas, que possibilitam o desafio de fronteiras, assim como a análise e a praxis a partir de pontos multifacetados (Oliveira, 2010). Neste prisma, consideramos que a chamada teoria ou perspetiva da interseccionalidade ganha um papel de destaque.

1.4. Teoria da Interseccionalidade

As interrogações acerca do atendimento a várias dimensões identitárias/sociais nas pesquisas e políticas em psicologia aparecem localizadas no feminismo de terceira vaga, em sintonia com o referido acerca da ênfase na pluralidade e na diversidade identitária (Nogueira, 2001c, 2013). Esta vaga foi inaugurada pelas críticas provenientes do feminismo negro à homogeneização da categoria mulheres, baseada nas experiências das mulheres brancas da classe média/alta (hooks, 1984), e à valorização do género enquanto principal local/sistema de relações de poder desiguais (Knapp, 2005), presentes no feminismo de segunda vaga, particularmente nos Estados Unidos (Azzarito & Solomon, 2005). Por exemplo, bell hooks (1984) dirige críticas à pretensão universalista presente no feminismo, nomeadamente no chamado feminismo branco. Neste sentido, modelos feministas como o negro e o chicano possibilitaram a introdução de noções mais inclusivas no feminismo, como a “raça” e a cultura (Oliveira, 2010).

O termo “interseccionalidade” é atribuído a Kimberlé Crenshaw (1989, 1994), nos anos 80 do século XX, como esclarece Nogueira (2013), baseando-se em alguns autores

³ Aspas nossas.

⁴ Aspas nossas.

(Berger & Guidroz, 2009; Bowleg, 2008; Brone & Misra, 2003; Cole, 2009; Purdie-Vaughns & Eibach, 2008; Samuels & Ross-Sheriff, 2008; Stewart & McDermot, 2004; Taylor, 2009; Valentine, 2007, Warner, 2008). Porém, muitas feministas tinham já contestado a categoria universal “mulher” (Nogueira, 2001c, 2013; Oliveira, 2010). O conceito de interseccionalidade é aplicado pelas teóricas feministas e críticas da raça como forma de descrever as abordagens analíticas que consideram em simultâneo o significado e as consequências de múltiplas categorias de identidade, diferença ou desvantagem (B. Cole, 2009). Assim, a dicotomia de género deixa de ser o único ponto de interesse, passando a pesquisa a debruçar-se também sobre a diversidade de experiências das próprias mulheres (Nogueira, 2011). Tal possibilita a afirmação de que o género é uma relação social, intersectada pelas dimensões já mencionadas, como a classe social e a etnia, entre outras (Oliveira, 2010).

Neste enquadramento, a figura do ciborgue proposta por Donna Haraway (1990) pode contribuir para a saída dos dualismos, acentuando a desconstrução das fronteiras taxonómicas e categoriais (Oliveira, 2010). Tal permite pensar o espaço conceptual do humano, uma vez que a classificação dos grupos em termos das distâncias a um referente humano constitui uma forma eficaz de dominação (Oliveira, 2010).

Patricia Hill Collins desenvolve o conceito de "matriz de dominação" (Collins, 1990, 1998), com o qual pretende ilustrar a ideia de que as identidades baseadas no grupo social de pertença interagem entre si, criando situações de vida que são qualitativamente diferentes consoante a localização do indivíduo na matriz (Warner, 2008). De acordo com este posicionamento, as pessoas experienciam situações de opressão ou privilégio, sendo as identidades sociais consequentemente marcadas por relações de estatuto e poder (Warner, 2008). Esta perspetiva favorece a assunção das pertenças múltiplas e simultâneas (Collins, 1998).

Em consonância, Adrien Wing (1990) explica a teoria da interseccionalidade recorrendo à noção de que a identidade é multiplicativa e não aditiva. Isto é, em vez de encarar a identidade como um acumular de pertenças (por exemplo, "mulher + branca + pobre"), a autora defende a análise da identidade como uma intersecção destas pertenças (por exemplo, "mulher x branca x pobre"). Neste entendimento, numa abordagem interseccional não se pressupõe explorar a soma de categorias (Bowleg, 2008). No mesmo sentido, os investigadores concordam, no geral, que a interseccionalidade pode ser definida como as relações mutualmente constitutivas entre as identidades sociais (McCall, 2005; Warner, 2008; Zinn & Dill, 1996).

Outra autora proeminente no âmbito da teoria da interseccionalidade é Leslie McCall (2005). A mesma refere que os princípios comuns da teoria da interseccionalidade assumem que os indivíduos são caracterizados por múltiplas categorias social e culturalmente construídas, como, por exemplo, o sexo, a etnia e a classe social - chamadas de categorias mestras⁵ (McCall, 2005). Estas refletem eixos de diferenciação social em termos estruturais e identitários. Em cada contexto social e histórico, consoante o posicionamento dos indivíduos nas várias categorias consideradas em simultâneo, estes experienciam diferentes significados e vivências, vantagens ou desvantagens, o que afeta perceções, atitudes, comportamentos e oportunidades (E. Cole, 2009; Collins, 1990; Steinbugler, Press, & Dias, 2006). Assim, os fenómenos de opressão baseados nestas categorias são encarados como agindo de forma inter-relacionada, e não independente ou somada (Azzarito & Solomon, 2005; DeFrancisco & Palczewski, 2007; Dubrow, 2008; McCall, 2005; Nash, 2008; Nogueira, 2011; Warner, 2008).

Segundo Harding (1986), a interseccionalidade pode ser entendida como um sistema de interações entre estruturas sociais geradoras de desigualdade (relações de poder), representações simbólicas e construções identitárias, todas específicas ao contexto e ligadas à praxis social (Winker & Degele, 2011). De acordo com esta visão, as relações estruturais de poder geram e são suportadas por representações simbólicas, enquanto ideologias ou normas de justificação, as quais são baseadas na naturalização e/ou nas avaliações diferenciais das categorias sexo, classe social, etnia, entre outras (Winker & Degele, 2011). Criando uma estabilidade ficcional, as normas e os valores permitem a construção de identidades e um sentimento de pertença (Winker & Degele, 2011). Estes processos de subjectivização individual estabilizam as representações simbólicas através de atos performativos (práticas como a ação ou o discurso), os quais, por sua vez, suportam ou desafiam as estruturas sociais (Winker & Degele, 2011).

Perante o apresentado até ao momento, pode, no nosso entender, afirmar-se que a perspectiva da interseccionalidade possibilita a expansão da reflexão acerca do género e dos feminismos. Isto porque reforça a complexidade da intersecção múltipla de pertenças (Nogueira, 2011), a importância do contexto e do cruzamento de opressões e privilégios (Bowleg, 2008; E. Cole, 2009; DeFrancisco & Palczewski, 2007; Nash, 2008; Warner, 2008), e um afastamento da tradição binária das diferenças de sexo ou das diferenças de género (Nogueira, Neves, & Barbosa, 2005). Neste sentido, Nogueira (2013) defende que

⁵ Tradução nossa da expressão “*master*”.

um novo vocabulário crítico na psicologia feminista envolve assumir como centrais a interseccionalidade, as hierarquias de poder e as estruturas sociais de opressão/privilégio.

A perspectiva da interseccionalidade tem ganho popularidade nas últimas duas décadas, sendo reconhecida atualmente como um paradigma para a teoria e a investigação (Davis, 2008; Hancock 2007; Reid, 2000). Em termos de contributos no âmbito da investigação, esta perspectiva pode oferecer novas formas de estudar as associações entre as múltiplas dimensões e modalidades de relações sociais e de formações de sujeito (McCall, 2005). Por exemplo, explorar o que é criado e experienciado na intersecção de eixos de opressão, numa lógica de "matriz de opressão" (Collins, 1990). De acordo com Nogueira (2013), recorrendo a Steinbugler e colaboradores (2006), o exposto potencia o entendimento acerca de como são criados privilégios para aqueles que gozam de estatutos normativos - sendo o exemplo comum o do homem branco, heterossexual e de classe média/alta (Connell & Messerschmidt, 2005; Courtenay, 2000; Frosh, Phoenix, & Pattman, 2002; Kimmel, 1994; Kimmel & Messner, 1989 [2001]; Pleck, 1995) -, e de como são formadas desvantagens para os que não usufruem destes estatutos.

Porém, ainda se reconhece a reduzida utilização desta perspectiva na psicologia e áreas associadas, assim como a escassa investigação sobre a experiência das pessoas sujeitas a múltiplos modos de subordinação (McCall, 2005). Tal pode estar relacionado com o seguinte: apesar do acordo que parece observar-se quanto aos pressupostos fundamentais da definição de interseccionalidade, a relação entre o conceito/teoria e a prática de investigação varia de forma considerável, havendo pouca discussão acerca de como estudá-la (Dubrow, 2008; McCall, 2005; Nash, 2008; Shields, 2008). A este respeito, McCall (2005) sugere que a complexidade derivada da expansão do conteúdo da análise, com o intuito de incluir múltiplas dimensões da vida social, levanta questões relacionadas com a metodologia. Acerca deste ponto, a autora (2005) descreve três abordagens metodológicas no estudo das relações sociais múltiplas e em intersecção.

1.4.1. Abordagens no estudo da interseccionalidade

As abordagens reconhecidas como principais no estudo da interseccionalidade por McCall (2005) são a anticategorial, a intracategorial e a intercategorial. A autora (2005) esclarece que estas são definidas principalmente em função da sua postura face à conceptualização e utilização de categorias.

A anticategorial emergiu das críticas pós-modernas e pós-estruturalistas, e das

teorizações anti-racistas críticas dos anos 80. É baseada numa metodologia que desconstrói as categorias analíticas. No seio desta abordagem, a vida social é considerada irreduzivelmente complexa e, por isso, a utilização de categorias fixas iria simplificar as ficções sociais que produzem iniquidades no processo de criação de diferenças. Assim, é criticada a definição de fronteiras categoriais e o significado a elas associado. É, antes, enfatizada a necessidade de uma perspetiva holística na compreensão da interseccionalidade. A desconstrução das categorias mestras é encarada como integrando a desconstrução da própria desigualdade, a qual está enraizada nas relações definidas pela pertença a essas categorias (McCall, 2005).

A abordagem intracategorial é considerada aquela que inaugurou o estudo da interseccionalidade. Apesar de no seu âmbito ser interrogada a delimitação de categorias, como na anterior, não é rejeitada por completo a importância das mesmas, nomeadamente na compreensão da experiência social. Desta forma, são reconhecidas as relações estáveis e duradouras que as categorias sociais representam num dado ponto do tempo, mantendo uma postura crítica face à sua utilização. As categorias tradicionais são usadas numa fase inicial para nomear grupos sociais particulares que tendencialmente se encontram em pontos negligenciados da intersecção. O foco está na complexidade da experiência vivida dentro de cada grupo (McCall, 2005).

Uma terceira abordagem é a chamada de intercategorial ou categorial. Tendo em conta que é a utilizada na presente investigação, será alvo de maior aprofundamento.

1.4.1.1. Abordagem intercategorial

A abordagem intercategorial visa o estudo das relações entre dimensões ou grupos sociais. Mais especificamente, centra-se na complexidade das relações entre múltiplos grupos sociais, ao longo de categorias analíticas (como o sexo, a etnia, a classe, entre outras), e não nas complexidades dentro de cada grupo e/ou de cada categoria singular (o que é característico da abordagem intracategorial). Desta forma, é caracterizada por uma análise multi-grupal e por um método de comparação sistemática (McCall, 2005).

A mesma abordagem exige a adopção provisória e estratégica de categorias analíticas existentes. Isto é, atende às relações que as categorias sociais refletem num dado momento. Tal é feito de modo a documentar relações de desigualdade entre grupos sociais ou configurações de desigualdade em mudança, ao longo de dimensões múltiplas e em intersecção (McCall, 2005).

Neste âmbito, a progressão do foco nas categorias “mestras” (como, por exemplo, a nacionalidade e a classe social, consideradas independentemente)⁶ para o foco nas categorias “emergentes” (atendendo simultaneamente à nacionalidade e à classe social) é possibilitada (Hancock, 2007; Warner, 2008). Aplicando mais especificamente à investigação psicológica, esta abordagem permite, por exemplo, analisar as associações entre cada uma das categorias mestras e um/a comportamento/atitude, e se essas associações se alteram quando se tem em conta a interação entre categorias, ou seja, as categorias emergentes (Siltanen & Doucet, 2008). Tal é relevante, dado que estas últimas, até então desconhecidas, podem, também marcar clivagens sociais (Hancock, 2007; Warner, 2008). Assim, podem ser examinadas as experiências dos indivíduos em localizações sociais múltiplas e complexas.

É de salientar que a abordagem intercategorial não é amplamente conhecida ou utilizada (McCall, 2005), o que pode dever-se, pelo menos em parte, às críticas associadas ao uso de categorias, à maior complexidade da metodologia e da interpretação dos resultados, e à associação com epistemologias e metodologias mais clássicas ou tradicionais (McCall, 2005).

Posicionamento face à utilização de categorias

A utilização da abordagem intercategorial pode levantar a interrogação acerca da possibilidade de legitimação das próprias categorias, incorrendo em homogeneização e simplismo. Contrapondo esta crítica, McCall (2005) refere algumas noções que podem ser consideradas presentes nesta abordagem: i. As categorias sociais mais amplas podem reflectir as realidades empíricas de grupos sociais, minimizando a extensão da complexidade; ii. Os padrões de desigualdade e as condições estruturais da sociedade são encaradas como mutáveis, dinâmicas, complexas e contingentes, mas também passíveis de serem explicadas; iii. Embora as definições dos grupos sociais e as relações entre os mesmos sejam percebidas como específicas a um dado momento, podem ser descritas e quantificáveis nesse contexto.

No mesmo sentido, Shields (2008) refere que, embora as identidades associadas às categorias sociais sejam mutáveis, podem, ao mesmo tempo, ser experienciadas como estáveis, dando ao *self* uma sensação de continuidade ao longo do tempo e da localização.

⁶ Exemplo criado por nós.

Tal não significa que sejam conceptualizadas como residindo primariamente nos indivíduos, mas, antes, como resultado das relações de poder ligadas às desigualdades a um nível macro (Weber, 2006). Adicionalmente, reconhecer a simultaneidade e a multiplicidade de opressões não implica assumir que as formas de opressão sejam igualmente importantes em todos os contextos ou períodos temporais, podendo ser dinâmicas e mutáveis (Nogueira, 2013). Este posicionamento pode contribuir, na nossa opinião, para esbater os alertas relacionados com o pouco consenso acerca da/o definição/significado quer das categorias sociais - como independentes ou análogas à partida – quer das respectivas interações (Bowleg, 2008; E. Cole, 2009; Dubrow, 2008; Hankivsky, 2011; Shields, 2008).

As críticas face à possibilidade de homogeneização, reducionismo e/ou essencialismo podem ser mais claramente compreendidas num enquadramento pós-estruturalista e pós-modernista: o uso de categorias pode contrastar com a diversidade e fluidez de experiências, identidades e localizações sociais. Neste contexto, o abandono do pensamento binário, assente nas categorias de homem e de mulher, de masculino e feminino, traz novos questionamentos (Marques, 2007). Por exemplo, Gardiner (2002) interroga acerca de como conceptualizar estas categorias e as suas divisões, e de como articular as interdependências e conflitos entre elas.

Contudo, a procura de atendimento a todas as componentes de uma identidade ou realidades subjetivas poderia gerar uma regressão infinita que dissolveria os grupos em indivíduos (Nogueira, 2013; Young, 2004), dificultando a análise das opressões estruturais e a ação política (Nogueira, 2013). Considerando as políticas de identidade como tendo lugar onde as categorias se intersectam, o seu reconhecimento pode ser mais frutífero do que a sua rejeição (Crenshaw, 1994). De acordo com M. Jacqui Alexander e Chandra Talpade Mohanty (1997 as cited in McCall, 2005), se por um lado, o discurso pós-modernista tenta ir para além do essencialismo através da pluralização e da dissolvência das categorias, por outro, as relações de dominação que são nomeadas e articuladas através de processos como racismo, classicismo, sexismo, entre outros, ainda existem, o que requer uma especificação, assim como um envolvimento analítico e político. Apesar das complexidades e da fluidez da identidade, muitas instituições continuam organizadas à volta das categorias mestras (Nogueira, 2013).

Atendendo ao referido, consideramos possível, na disciplina de psicologia, a articulação entre as ideias pós-estruturalistas e pós-modernistas, particularmente construcionistas sociais, e um projeto político emancipatório que pode envolver a

assunção de categorias, mesmo que provisoriamente (Nogueira, 2013). Concordamos que é viável a combinação entre uma postura pós-modernista e o poder social crítico do feminismo, localizando explicitamente as categorias dentro de contextos históricos e evitando generalizações falsas e essencializações das categorias (DeFrancisco & Palczewski, 2007; Fraser & Nicholson, 1992).

Acerca do contexto, Leah Warner (2008) defende que o entendimento das identidades num contexto social estrutural, enquanto informadas por estruturas institucionais, políticas e sociais, pode facilitar a investigação no âmbito da interseccionalidade. Primeiro, a autora sugere que tal permite o estabelecimento de pontos de conexão/comparação e a observação de padrões que emergem nas intersecções em função do contexto. Assim, pode reduzir-se a probabilidade de regressão infinita de identidades, uma vez que é ultrapassada a consideração de experiências individuais isoladas. Segundo, a autora argumenta que esta contextualização ajuda a revelar as várias formas pelas quais as identidades interagem. Terceiro, considera que o olhar para as interações em termos estruturais permite um foco no processo de emergência das mesmas, ultrapassando a mera descrição de categorias, enquanto formas de divisão demográficas, estáticas ou estáveis (Warner, 2008). Deste modo, a utilização de categorias pode favorecer o conhecimento acerca de como as identidades estudadas se relacionam com os sistemas estruturais que as mantêm (Collins, 1990, 1998), sem pôr em causa a sua conceção como negociadas através das experiências pessoais (Diamond & Butterworth, 2008).

Em suma, partimos do pressuposto de que a utilização estratégica de categorias provisórias, negociáveis e localizadas contextualmente permite, no seguimento de uma perspectiva construcionista, a conceptualização das categorias “mestras” enquanto construções sociais, delineadas nas interações sociais, atravessadas por relações de poder e moldadoras das experiências de vida das pessoas (Cole, 2008; Valentine, 2007). Tal pode, na nossa opinião, facilitar a ação política, principalmente se a atenção for centrada na criação de alianças, em vez de nas categorias como descritivas e explicativas por si mesmas (Nogueira, 2013). Neste enquadramento, concordamos com a noção de que um feminismo construcionista, sendo crítico, pode comprometer-se com a política e com as questões teóricas/epistemológicas associadas (Hankivsky et al., 2010; Neves & Nogueira, 2004; Nogueira, 2001a, 2013).

Anteriormente, foi feita referência à maior complexidade metodológica que a abordagem intercategoriaal pode exigir. De facto, uma das críticas à teoria da interseccionalidade, particularmente no campo da investigação quantitativa, é a de que não fornece métodos de pesquisa convencionais (Warner, 2008). A este respeito, não parece haver uma solução única e compatível, constatando-se, ainda, uma necessidade de debate e ilustração dos problemas metodológicos sobre a testagem das principais proposições (Dubrow, 2008).

McCall (2005) sumaria as razões associadas à complexidade metodológica desta abordagem. Primeiro, há uma grande amplitude na análise, derivada da contemplação de múltiplas dimensões da vida social em interação: a adição de qualquer categoria analítica requer uma investigação sobre quais os múltiplos grupos que a constituem (por exemplo, dentro da categoria classe social podem haver diversos grupos). Assim, as categorias sociais são, muitas vezes, representadas num número limitado de casos, tornando difícil construir intersecções (Bowleg, 2008; Hancock, 2007; McCall, 2005). Segundo, são requeridos estudos grandiosos, sendo que quase todos nesta área utilizam técnicas quantitativas avançadas e amplas bases de dados, provenientes da administração de questionários. Terceiro, em termos estatísticos, são calculados os efeitos de interação, multinível e hierárquicos, o que corresponde a maior complexidade na interpretação dos resultados. Por último, a maioria dos locais que publicam investigação social quantitativa nem sempre devotam espaço suficiente para a extensão que um artigo que contemple intersecções pode precisar (McCall, 2005).

De acordo com McCall (2005), dadas as características do procedimentos descritos, os mesmos são negativamente associados ao legado positivista e/ou empírico por muitos defensores das abordagens anticategoriais e/ou intracategoriais. No entanto, a autora (2005) assinala que a rejeição da metodologia descrita pode limitar o conhecimento em todas as disciplinas relevantes, e especialmente nos estudos feministas, os quais aspiram a interdisciplinaridade. Além do referido, consideramos que a realização de estudos empíricos quantitativos no âmbito da interseccionalidade não implica uma ótica positivista. Estes estudos podem constituir uma forma de conhecer relações/comparações multigrupo, assumindo que estas estão enquadradas num certo momento e contexto, e que são seleccionadas e interpretadas segundo uma visão parcial.

Em conclusão, McCall (2005) defende o recurso às várias abordagens, pois cada

uma produz um diferente tipo de conhecimento. Tal contribui para o desenvolvimento da interseccionalidade em termos compreensivos, interventivos e/ou políticos. Adicionalmente, consideramos que tanto abordagens quantitativas como qualitativas podem gerar um conhecimento que potencie a “(des)ocultação” e a “(des)construção” das categorias opressivas, e a demonstração de como atuam em termos de matrizes de subordinação/privilégio (Neves & Nogueira, 2005; Nogueira, 2013). Neste sentido, parece-nos pertinente a questão de Nogueira (2013, p. 243): “E se há diferentes posicionamentos para enfrentar esta complexidade, porque não usá-los para em conjunto se produzir um saber sempre questionado, sempre crítico, sempre alerta das possibilidades de reificação, seja de categorias ou assunções que são temporárias ou provisórias e usadas apenas estrategicamente?”.

Ainda relacionado com a complexidade de uma perspectiva interseccional, levantam-se questões quanto à definição do sujeito dos estudos interseccionais.

Sujeito interseccional

No que diz respeito ao processo de seleção do objeto de estudo no âmbito de uma perspectiva interseccional, Leah Warner (2008) tece algumas considerações. Sendo expectável a impossibilidade de contemplar todas as identidades potencialmente relevantes em todas as circunstâncias, reflete acerca do processo de decisão sobre as dimensões/identidades/categorias a contemplar. A este respeito, refere que os investigadores devem estar conscientes acerca das razões para a escolha de certas dimensões/categorias e explicitá-las (e.g. Stewart & McDermott, 2004 as cited in Warner, 2008). A autora sugere, também, o atendimento à relevância das categorias consoante o contexto (Phoenix 2006; Yuval-Davis, 2006 as cited in Warner, 2008). Por último, afirma que é útil pensar sobre o que acrescenta a consideração das dimensões/categorias em conjunto, comparativamente à situação em que são tomadas isoladamente.

Warner (2008) alerta para os riscos das decisões pouco refletidas sobre a inclusão de interações. Neste âmbito, é de salientar o que é cunhado por Purdie-Vaughns e Eibach (2008) de “invisibilidade interseccional”. Segundo estes autores, enquanto os indivíduos que se encontram no grupo da categoria social que detém maior estatuto/poder tendem a ser percecionados como o protótipo dessa categoria, os sujeitos que se encontram em múltiplos grupos sociais que não correspondem aos protótipos podem ser conceptualizados como interseccionalmente invisíveis. Isto é, as pessoas com múltiplas

identidades de grupos subordinados (por exemplo, as mulheres de uma minoria étnica), que não encaixam nos protótipos dos seus respetivos grupos identitários (minorias étnicas; mulheres), podem não ser reconhecidas. Considerando que esta invisibilidade se reflete numa menor atenção dada à voz dos grupos subordinados, comparativamente aos grupos protótipos, este fenómeno pode levar a representações incorretas, a marginalização e ao *disempowerment* dos primeiros (Purdie-Vaughns & Eibach, 2008).

De modo relacionado com a invisibilidade interseccional, podem surgir mais questões na escolha das intersecções ou grupos alvos de atenção. A este propósito, Jennifer Nash (2008) apontou a necessidade de maior debate acerca do quê e de quem se pode falar como sendo sujeito interseccional. A mesma autora (2008) indica que a perspectiva da interseccionalidade pode ser concebida como aplicável a todas as pessoas ou somente aos indivíduos dos grupos marginalizados, prioritariamente aos que encontram em múltiplas pertenças identitárias subordinadas, mais facilmente “invisíveis”.

Por um lado, a investigação tem-se centrado mais frequentemente nos indivíduos de grupos marginalizados (e.g. Yuval-Davis, 2006 *as cited in* Warner, 2008) e nos que se encontram em situação de subordinação múltipla (Nash, 2008). Este facto pode ser compreendido quando se tem em conta que a interseccionalidade foi primariamente conceptualizada como uma forma de representar aqueles que têm uma menor visibilidade (Warner, 2008) e de gerar conhecimentos que possam mudar a vida das pessoas (Nash, 2008).

Por outro lado, a teorização sobre interseccionalidade contempla todos os indivíduos, podendo ser utilizada para compreender as formas pelas quais as posições de dominação e subordinação interagem, constituindo não apenas experiências de opressão ou desigualdade, mas também de privilégio (Nash, 2008; Nogueira, 2013). Neste debate, Warner (2008) realça a importância de incluir todas as pessoas e não apenas as que se encontram em grupos marginalizados. A investigação ao focar-se apenas nestes últimos deixa por conhecer os grupos sociais dominantes, com estatuto social mais elevado, cujas experiências acabam por ser encaradas como a norma, relativamente à qual os outros grupos, com menor estatuto, são comparados e explicados (Hegarty & Pratto, 2001, 2004 *as cited in* Warner, 2008). Neste sentido, a investigação tem mostrado que as características dos subgrupos socialmente dominantes são, geralmente, sobre-representadas numa categoria mestra (Goff et al. 2008; Schneider, 2005 *as cited in* Warner, 2008). Assim, a não focagem explícita em intersecções que incluam grupos

dominantes pode, juntamente com o fenómeno da invisibilidade interseccional (Purdie-Vaughns & Eibach, 2008), enfatizar o estatuto normativo destes mesmos grupos (Warner, 2008).

Retomando a questão acerca de que categorias contemplar num estudo, Warner (2008) sugere que é essencial atender ao que é “invisível”. A autora esclarece que embora a invisibilidade não seja uniformemente associada a vantagem/desvantagem (Purdie-Vaughns & Eibach, 2008) raramente reflete um estado neutro de valores. Acrescenta que a invisibilidade pode reforçar privilégios, mantendo alguns grupos e/ou indivíduos fora de uma ótica crítica. Simultaneamente, pode retirar a voz a outros, levando a que estes sejam mal interpretados e tenham menor acesso a recursos sociais, comparativamente aos sujeitos a quem é dada atenção (Purdie-Vaughns & Eibach, 2008; Warner, 2008). Para evitar este cenário, Warner (2008) sugere a explicitação do racional da decisão sobre a inclusão ou exclusão de certos grupos sociais.

Uma outra questão que julgamos pertinente relaciona-se com o debatido acerca da contemplação de diversos grupos e da sua definição enquanto dominantes ou dominados. Especificamente, Nash (2008) alerta que, no campo da interseccionalidade, a maneira como o privilégio e a opressão podem ser co-constituídos em termos de subjetividade continua por explorar. Se o foco se centrar na oposição entre marginalizações (por exemplo, o espectro da mulher marginalizada negra e pobre) e privilégios (o homem branco e heterossexual), ficam por analisar as formas como se cruzam privilégio e opressão nas experiências do mesmo indivíduo (Nogueira, 2013). Dependendo da identidade particular num contexto social particular, os indivíduos podem experienciar vantagem, desvantagem ou ambos ao mesmo tempo (Zinn & Dill, 1996). Por essa razão, os mesmos não podem ser claramente reduzidos a oprimidos versus opressores.

Tendo em conta o referido, somos da opinião de que a consideração de todas as pessoas, quer sejam privilegiadas, oprimidas ou ambos os casos, consoante as dimensões sociais e os contextos em foco, pode favorecer o seguinte: o (re)conhecimento da diversidade das experiências de vida; o entendimento de como são criados privilégios e desvantagens para aqueles que gozam ou não de estatutos normativos em certas situações; e, conseqüentemente, a informação da ação política reivindicativa de melhores condições de vida (o quê, para quem e em que contexto). Indo ao encontro destes objetivos, o recurso a uma abordagem intercategoriaal pode possibilitar o estabelecimento de pontos de comparação em termos de semelhanças, dissemelhanças, desigualdades e oportunidades (McCall, 2005).

Apesar de a interseccionalidade ter sido inicialmente difundida no campo dos estudos sobre as mulheres (Nogueira, 2013), como resposta ao facto de a categoria “mulher” ter originado generalizações abusivas (Nogueira, 2001c), não se cinge a este. Neste sentido, acreditamos que é importante o atendimento às experiências de homens e mulheres - derivadas ou construídas através de várias dimensões sociais, relevantes no contexto em estudo. Tal pode favorecer o (re)conhecimento da diversidade quer entre homens, quer entre mulheres, ultrapassando-se o foco tradicional nas diferenças baseadas no sexo ou no género (associado ao sexo).

Adicionalmente, consideramos relevante a contemplação explícita de pessoas situadas em subgrupos com estatutos considerados dominantes/normativos em certas categorias sociais ou contextos. Como debatido, a não inclusão das mesmas pode reforçar o seu estatuto normativo e a sobre-representação das suas características, enquanto protótipo (Warner, 2008). Assim, no sentido de desconstruir o referido, parece-nos pertinente tomá-las enquanto sujeitos interseccionais, alvos de análise.

Por último, e no seguimento do sugerido pelos autores referidos nesta secção, importa esclarecer a relação entre o nosso posicionamento no âmbito da interseccionalidade, anteriormente explicitado, e o presente estudo: contemplámos algumas dimensões sociais/identitárias recrutando (intencionalmente) indivíduos que são, comumente, reconhecidos como estando localizados em diferentes lugares da matriz, inclusive nas posições associadas ao estatuto dominante. Tal será aprofundado no próximo capítulo, o qual é dedicado aos estudos sobre os homens e a masculinidade. Em consonância com o dito até ao momento, também relativamente a estes estudos é reconhecida a necessidade de atender à diversidade (Kimmel & Messner, 1989 [2001]).

1.5. Síntese

Em suma, é reconhecida uma vasta pesquisa sobre as diferenças associadas ao sexo, face à qual surgiram várias críticas feministas, focando a essencialização e a dicotomização das diferenças, assim como a omissão das relações assimétricas em que se encontram homens e mulheres em termos de poder. No seguimento destas críticas, o feminismo de segunda vaga contribuiu para a substituição do conceito de sexo pelo conceito de género. Adicionalmente, o feminismo de terceira vaga, apoiado em ideias pós-modernistas, pós-estruturalistas e construcionistas sociais, desenvolveu o conceito de

género enquanto construção social e enfatizou o atendimento à diversidade e à pluralidade.

Neste âmbito, importa salientar a perspetiva da interseccionalidade, segundo a qual os indivíduos são caracterizados por múltiplas dimensões social e culturalmente construídas (como por exemplo, a classe social, a idade, a etnia, entre outras), que refletem eixos de diferenciação social em termos estruturais e identitários. Consoante o contexto e o posicionamento dos indivíduos nestas várias dimensões, os mesmos experienciam diferentes significados e vivências, assim como vantagens ou desvantagens, o que afeta perceções, atitudes, comportamentos e oportunidades.

Como modo de lidar com a complexidade da perspetiva da interseccionalidade, têm sido utilizadas três abordagens principais: anticategorial, intracategorial e intercategorial (McCall, 2005). Esta última guiou a presente investigação, uma vez que se procurou contemplar pontos de comparação entre dimensões/grupos sociais. Embora a mesma seja suscetível a críticas, principalmente porque recorre a categorias na definição dos grupos/dimensões sociais, acreditamos que possibilita um comprometimento político, mediante a utilização de categorias de forma provisória, estratégica e contextualizada.

Uma questão relevante no âmbito da perspetiva da interseccionalidade diz respeito ao que é definido como objeto de estudo, desde as dimensões sociais/identitárias avaliadas até aos sujeitos incluídos. Apesar da tónica comum nas dimensões ou grupos considerados marginalizados, também é defendido que esta perspetiva pode aplicar-se a todas as pessoas – posição que subscrevemos. Tal é justificado perante a possibilidade de ocorrerem alguns fenómenos quando se estudam apenas certas dimensões ou grupos, nomeadamente: a “invisibilidade interseccional” (Purdie-Vaughns & Eibach, 2008); o reforço do estatuto normativo/não normativo; e a não exploração do cruzamento possível entre privilégio e opressão nos mesmos indivíduos.

Por fim, especulamos que o foco exclusivo nos grupos considerados oprimidos pode contribuir para uma ausência de postura crítica ou de problematização face a questões relacionadas com os homens - ou melhor - alguns homens (principalmente os que se encontram em posições consideradas privilegiadas). Este tema será debatido seguidamente, no âmbito dos estudos sobre os homens e a(s) masculinidade(s).

Capítulo 2

Masculinidades

Os estudos sobre os homens e as masculinidades têm recebido uma atenção crescente, o que acarreta contributos para a produção de conhecimentos no domínio do género. Por este motivo, iniciamos o presente capítulo com uma reflexão acerca da importância destes estudos, seguida da descrição relativa à sua emergência. Neste segundo ponto, é feita referência ao contexto português.

São, também, descritas algumas perspectivas teóricas presentes nos estudos em foco. Começando pelas elaboradas a partir do conceito de papel de género masculino, é apresentado o modelo do conflito face ao mesmo (Pleck, 1981, 1995), baseado nos estereótipos masculinos encontrados na cultura estado-unidense (e.g. Brannon, 1976). Posteriormente, são aprofundadas teorizações marcadas por uma tónica na noção de múltiplas masculinidades (Connell, 1995) construídas socialmente. Esta ênfase na pluralidade acompanha o dito no capítulo anterior, designadamente sobre o género constituir um processo socialmente construído, afetado pelo contexto histórico, cultural e político, que se intersecta com outras dimensões sociais/identitárias. Neste âmbito, são destacadas as formulações em torno dos seguintes conceitos: o de ideologia de masculinidade dominante, o qual tem aparecido associado ao de ideologia da masculinidade tradicional (Mahalik, Locke, et al., 2003; Pleck, 1995); e, o de masculinidade hegemónica (Connell, 1995), perante o qual se posiciona o conceito de masculinidades subordinadas (Connell, 1995).

Por fim, atendendo ao facto de as teorizações em torno da ideologia da masculinidade dominante apresentarem uma tradição investigativa mais passível de ser utilizada perante questões de investigação que requerem uma análise quantitativa - como é o caso da presente tese -, exploramos uma possível integração entre as mesmas e as propostas em redor do conceito de masculinidade hegemónica (Connell, 1995).

2.1. Importância dos estudos sobre os homens e as masculinidades

As disciplinas, incluindo a psicologia, encontram-se situadas numa matriz cultural e societal que valoriza ou autoriza determinadas problemáticas e seleciona certas respostas para disseminação (Hare-Mustin & Marecek, 1990). Por exemplo, embora a maior parte dos estudos em ciências sociais contasse apenas com participantes do sexo masculino, tal não era encarado como afetando o “rigor” da investigação (Amâncio, 2004c). Segundo Sandra Harding (1994), estes enviesamentos androcêntricos surgiam a vários níveis: formulação dos problemas, *designs* experimentais e recolha e interpretação dos dados. Adicionalmente, apesar do amplo recurso a homens na investigação, os mesmos apareciam como uma categoria garantida e não como um objeto de estudo questionado ou teorizado (Hearn & Collinson, 1994; Kimmel & Davis, 2011; Laker & Davis, 2011). Igualmente, Meth e Pasick (1990 as cited in Kimmel & Davis, 2011) mencionam que a literatura psicológica era simultaneamente androcêntrica e *gender blind*, não explorando o significado de “ser”⁷ homem ou mulher. O mesmo foi constatado no âmbito das ciências médicas, principalmente até meio da década de 1990 (Annandale & Hammarström, 2010).

O descrito aparece relacionado com a noção de que os homens foram amplamente conceptualizados como representativos da humanidade (Levant, 2011), sujeito universal (Amâncio, 2004c) e grupo de referência (norma), ao qual as mulheres foram comparadas (Bem, 1993). Em termos de estereótipos, observou-se que eram atribuídas aos homens competências que funcionam como referente universal, enquanto as mulheres eram situadas numa posição específica do sistema social (Amâncio, 1994). Perante este estatuto normativo associado aos homens, saem reforçadas as ideias defendidas anteriormente no campo da perspetiva da interseccionalidade: a recetividade à contemplação de todas as pessoas; e, a inclusão de indivíduos que ocupam lugares privilegiados da matriz em certos contextos. Efetivamente, a invisibilidade dos homens e das masculinidades na investigação deixa assunções por interrogar, minando um entendimento eficaz dos rapazes e dos homens, o que, por sua vez, pode perpetuar um *status quo* patriarcal⁸ (Kimmel & Davis, 2011).

Adicionalmente, os estudos sobre os homens e as masculinidades podem, na nossa opinião, contribuir para o seguinte: o reforço da noção de que o conceito de género não

⁷ Aspas nossas.

⁸ Entendido, ao longo desta tese, como a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres.

se refere especificamente a um sexo, mas às relações que são socialmente construídas entre eles (Almeida, 1998) ou sobre eles; a problematização da apregoada ordem natural das coisas (Bourdieu, 1998 [1999]), explícita na tentativa de naturalização da masculinidade e da feminilidade (Marques, 2007), e das relações de poder entre homens e mulheres (Mac an Ghaill, 1994); o dismantelamento do binarismo hegemónico de género e os privilégios/opressões associados (Laker & Davis, 2011); a exploração da possibilidade de outras formas de poder social constituírem o corpo (Mac an Ghaill, 1994), como, por exemplo, a classe social, entre outras; o desafio da interdependência entre o corpo, o sexo, o género e a sexualidade (Butler, 1990); e, uma análise crítica de uma conceção normativa do género (Butler, 2004). Posto isto, atendemos às circunstâncias da emergência destes estudos.

2.2. Emergência dos estudos sobre os homens e as masculinidades

A atividade de estudar os homens não é propriamente nova. Contudo, dada a ausência de problematização referida, Jeff Hearn (1989) considera que seria pouco adequado chamar esta atividade de “estudos sobre os homens”. A este respeito, o autor (1989) esclarece que a emergência dos estudos sobre os homens e sobre a masculinidade, principalmente os que se guiam por uma perspetiva crítica, é associada à psicanálise, à teoria feminista e à filosofia pós-moderna.

A influência da psicanálise aparece relacionada com o foco no desenvolvimento e nas dinâmicas relacionais, principalmente na infância (Cochran, 2010). Freud (1917, [1955] as cited in Connell & Messerschmidt, 2005) argumentou acerca de uma personalidade adulta como um sistema sob tensão, com contracorrentes reprimidas mas não obliteradas. Outros autores influenciados pela psicanálise debruçaram-se sobre temas como o poder dos homens, a variedade de possibilidades do desenvolvimento do género, e as tensões e contradições dentro das masculinidades convencionais (Friedman & Lerne, 1986; Zaretsky, 1975 as cited in Connell & Messerschmidt, 2005).

A partir dos anos 60 do século XX, as académicas feministas trouxeram à atenção os enviesamentos androcêntricos da pesquisa (Nogueira, 2001c), desafiando o ponto de vista centrado no homem, não tomado como objeto de estudo (Levant, 2011). Tal foi acompanhado pelas críticas ao essencialismo, à bipolaridade sexual e à desigualdade de oportunidades (Holter, 2005; Marques, 2007). Adicionalmente, o movimento de

libertação das mulheres das décadas de 60 e 70 lutava pela igualdade e pela não subordinação da feminilidade face à masculinidade (Gardiner, 2005).

Os estudos sobre os homens e a masculinidade desenvolveram-se nas décadas de 70 e 80 de forma dependente e algo conflitual em relação às teorias feministas, mas associados aos departamentos ou grupos dos estudos sobre as mulheres e estudos de género (Brod, 2002; Gardiner, 2002a; Thomas, 2002 as cited in Marques, 2007). Mais particularmente, no início dos anos 70, começaram a aparecer publicações escritas por homens que se focavam na crítica aos aspetos negativos do papel de género masculino tradicional, apresentando uma perspetiva que já concebia os homens como pessoas *genderizadas* (Cochran, 2010).

Contudo, o estudo dos homens enquanto homens, e não como representantes universais, ainda não tinha sido claramente articulado no mundo académico (Cochran, 2010). É principalmente a partir dos anos 80 que os académicos começaram a analisar a masculinidade como um constructo complexo, e não como padrão universal (Levant, 2011). A reivindicação de uma perspetiva específica de género, enquanto crítica das dinâmicas da construção, perpetuação e efeitos do género, levou à problematização da posição social dos homens e ao foco na masculinidade (Connell et al., 2005; Levant, 2011). Consequentemente, o impacto sociológico, institucional e cultural na origem e manutenção das masculinidades passou a ser alvo de atenção (Holter, 2005; Kimmel & Davis, 2011).

Nos anos 90, os estudos sobre a masculinidade ganharam maior visibilidade e credibilidade no seio da comunidade científica (Adams & Savran, 2002), tendo-se assistido a uma expansão desde aí (Connell et al., 2005). Como influências, são reconhecidas as provenientes dos feminismos, teorias “*queer*”⁹, pós-estruturalismo e estudos pós-colonialistas e étnicos (Kimmel & Messner, 1989 [2001]). Estas salientaram a repressão das mulheres e, também, dos homens que não são encarados como cumprindo as expectativas sociais associadas ao seu sexo (Marques, 2007; Vale de Almeida, 1995). Adicionalmente, com os estudos de género e “*queer*” a reforçarem a noção sobre o género enquanto construção social, a feminilidade e a masculinidade deixaram de estar estritamente ligadas aos corpos de homens e mulheres (Berila, 2011). Os comportamentos passaram a ser concebidos como moldados pelos contextos sociopolíticos (Kimmel, 2007 as cited in Berila, 2011).

⁹ As teorias “*queer*” defendem a flexibilidade e a variabilidade da identidade e do desejo, e a dissociação entre identidade de género e preferência sexual (Gardiner, 2005).

Atualmente, identificam-se indicadores de disseminação dos estudos em foco, embora se encontrem de forma praticamente exclusiva no denominado 1º Mundo (Connell et al., 2005). Neste âmbito, reconhecem-se várias perspetivas teóricas e de representação dos homens, como por exemplo: feminista, ‘gay’, ‘*queer*’, pró-feminista, crítica fora do ‘*malestream*’ e pós-colonial, entre outras (Marques, 2007). Sobre a emergência e desenvolvimento destes estudos em Portugal, debruçar-nos-emos seguidamente.

Contexto português

Na análise da disseminação dos estudos sobre os homens e as masculinidades em Portugal, António Marques (2007) refere que os estudos de género tiveram uma evolução lenta desde o 25 de Abril de 1974 até à década de 80, mas que, atualmente, o atraso foi recuperado, havendo diversidade em termos de pesquisa (Amâncio, 2003, 2004b). Contudo, Marques (2007) acrescenta que tem havido pouca produção em termos de investigação nas Ciências Sociais, nomeadamente acerca da especificidade do ser masculino e da masculinidade (Amâncio, 2004b; Marques & Amâncio, 2004; Vale de Almeida, 1995).

Quanto aos estudos que abarcam a masculinidade, estes podem ser situados em, pelo menos, três orientações, de acordo com Marques (2007). A primeira pode ser caracterizada pela análise das relações sociais entre mulheres e homens, cujo foco está nos efeitos da assimetria simbólica no universo feminino, sendo os homens conceptualizados como o modelo dominante (Marques & Amâncio, 2004). A segunda corresponde aos denominados ‘estudos sobre as mulheres’, onde a masculinidade é concebida, de certa forma, como lateral ao universo do feminino, sem uma articulação entre os fenómenos relacionados com cada sexo (Marques & Amâncio, 2004). A terceira inclui estudos como o de Miguel Vale de Almeida (1995), sobre a masculinidade hegemónica (conceito desenvolvido mais à frente) numa comunidade alentejana, e o de Helena Carreiras (2004 as cited in Marques, 2007), contextualizado no universo militar.

Na última década, são de salientar, também, alguns trabalhos desenvolvidos no âmbito da(s) masculinidade(s), os quais abordam diversos temas, como por exemplo: comunicação social (Franco, 2010; Januário, 2013; Martins, 2012; Rodrigues, 2008; Silva, 2013); contexto escolar (Barbosa, 2004; Saavedra, 2004); contexto profissional (Marques, 2007; Marques & Amâncio, 2004); intimidade (Moreira, 2013); família

(Coelho, 2008); expressão emocional e afetiva (Santos, 2009); paternidade (Mendes, 2007); violência doméstica perpetrada contra os homens (Silva, 2012); prestação informal de cuidados (Ribeiro, 2008); saúde e comportamentos de risco (Bernardes, 2008; Laranjeira, Amâncio, & Prazeres, 2002; Martinho, 2004; Prazeres, 2003, 2004b); sexualidade (Magalhães et al., 2008); e produção corporal (Rodrigues, 2013).

Voltando à escala internacional, seguidamente serão aprofundadas algumas teorizações desenvolvidas neste campo.

2.3. Perspetivas teóricas nos estudos dos homens e das masculinidades

O conhecimento produzido no âmbito dos estudos sobre os homens e sobre as masculinidades apareceu marcado por distintas abordagens, desde as que recorrem à socialização, enquanto enquadramento explicativo, até ao construcionismo social, como enquadramento teórico. Contudo, no que concerne às que se focam na socialização, algumas foram além do foco na fase precoce (Smiler, 2004), reformulando o anterior conceito de papel sexual. É sobre estas que começaremos por debruçar a nossa atenção.

2.3.1. Papel de género masculino

Algumas abordagens teóricas/investigativas sobre o papel de género afastam-se dos tradicionais estudos acerca dos papéis sexuais, descritos no capítulo anterior. Segundo as mesmas, os indivíduos são encarados como aprendendo o que significa “ser”¹⁰ homem e mulher através de valores culturais, normas e ideologias, com os quais entram em contacto durante a vida (Levant & Pollack, 1995; Pleck, 1981; Real, 1997).

No contexto dos estudos sobre o papel sexual masculino na década de 70, antes da emergência do construcionismo social, salienta-se o autor Joseph Pleck. O mesmo publicou em 1976 um conjunto de estudos sobre a identidade do papel sexual masculino¹¹ (Amâncio, 2004c). O autor defendeu que não há apenas um papel masculino, no sentido tradicional e em sintonia com a noção geral do senso comum, mas que é possível identificar a alteração de atitudes e valores, expressas num novo papel masculino, cunhado de moderno (Amâncio, 2004c). No entanto, apesar da flexibilidade e capacidade transformadora do conceito descrito pelo autor, a pesquisa sobre os papéis sexuais não

¹⁰Aspas nossas.

¹¹Tradução nossa da expressão “*male sex role identity*” (Pleck, 1976 as cited in Amâncio, 2004c).

apontava neste sentido (Amâncio, 2004c). Como referido no capítulo 1, houve uma tradição na investigação que partiu dos trabalhos de Terman e Miles, assim como de Parsons e Bales, e, posteriormente, da noção de androginia. No geral, a pesquisa parecia focar-se no quanto as pessoas tinham internalizado eficazmente o papel concebido socialmente como associado ao seu sexo biológico (Amâncio, 2004c). Embora a socialização fosse utilizada como enquadramento explicativo, o conhecimento acerca das práticas socializadoras e do enraizamento das mesmas nas concepções sociais sobre os sexos não era explorado (Amâncio, 2004c). Perante este cenário, Pleck (1981) reconheceu que a produção teórica relativa ao papel sexual masculino tinha seguido uma orientação normativa, que não atendia à mudança social.

Com o intuito de substituir o modelo da identidade do papel sexual masculino, prevalente nas ciências sociais norte-americanas, Pleck (1981) formulou o chamado modelo do conflito com o papel de género¹² (aprofundado mais à frente). Este modelo pareceu baseou-se na descrição de Robert Brannon (1976) acerca do estereótipo masculino presente no contexto norte-americano (Smiler, 2004). Mais especificamente, Brannon (1976) identificou quatro princípios que caracterizavam tradicionalmente o papel masculino no contexto referido: “*no sissy stuff*” (repudição do feminino); “*big wheel*” (busca de estatuto ou poder); “*sturdy oak*” (não aparentar fraqueza); e, “*give ‘em hell*” (aparentar audácia e, se necessário, agressão). Estes eram encarados como elucidando o sistema de crenças ou “ideologia” que direcionava as prescrições e proscricções masculinas (Smiler, 2004), continuando a ser identificados em estudos mais recentes com jovens rapazes (ver Kimmel & Davis, 2011). Brannon (1976) também identificou diferentes figuras/personagens masculinas estereotipadas. Contudo, Andrew Smiler (2004) explica que as teorias acerca do papel masculino tenderam a ser interpretadas como apoiando apenas uma versão de masculinidade (não/anti-feminina, independente, orientada para o estatuto, heterossexual/anti-homossexual, forte, que incorre em riscos). Apesar disso, esta perspetiva permitiu reforçar a concepção da masculinidade enquanto ideologia, em vez de um traço herdado ou adquirido (Smiler, 2004).

No modelo do conflito, Pleck (1995) procurou explicitar a ideia de que podem ocorrer dificuldades associadas à tentativa de conformismo com os papéis de género - definidos por normas, estereótipos e padrões culturais conhecidos pelos indivíduos

¹²Tradução nossa da expressão “*gender role strain*” (Pleck, 1981); Acerca deste conceito, Pleck (1995) esclarece que em 1981 utilizou o termo “*sex role identity*”, mas que, com a intenção de seguir a literatura contemporânea, o substituiu por “*gender role*”.

durante o processo de socialização. Particularmente quanto ao papel masculino, este foi concebido como incluindo elementos disfuncionais (por exemplo, a prontidão para a agressão), derivando o conflito das exigências contraditórias e inconsistentes, da preocupação com a violação das normas e da mudança histórica (Smiler, 2004). Esta violação poderia acarretar condenação social e consequências psicológicas negativas para o próprio ou para os outros (Pleck, 1995). Por sua vez, as consequências reais ou imaginadas poderiam levar a um sobre-conformismo com os papéis de gênero (Pleck, 1995). Tal diferiu da ideia de identidade estabelecida num papel sexual, definido através da socialização precoce (Levant, 2011).

O descrito vai ao encontro dos dois focos principais que têm sido identificados no seio dos estudos sobre o papel de gênero masculino, os quais se sobrepõem: o conflito associado ao papel de gênero masculino e a ideologia da masculinidade (Betz & Fitzgerald, 1993; Good, Borst, & Wallace, 1994 as cited in Addis & Mahalik, 2003). Em consonância, estas duas temáticas são reconhecidas na revisão de literatura acerca de instrumentos de avaliação efetuada por Thompson e Pleck (1995): uns medem o quanto é que os participantes endossam a ideologia relativa às características que os homens “devem” ter (e.g. Pleck, Sonenstein, & Ku, 1994a); outros avaliam o conflito ou *stress* experienciados pelos homens perante as expectativas acerca do papel de gênero masculino (e.g. Eisler & Skidmore, 1987; O’Neil, Helms, Gable, David, & Wrightsman, 1986). A este respeito, é de salientar que a medição da masculinidade - de uma certa versão (americana) - tem sido uma tendência significativa nos estudos psicológicos empíricos sobre homens nos últimos 30 anos, principalmente nos Estados Unidos (Smiler, 2004).

Relativamente ao modelo do conflito com os papéis de gênero, surgiram críticas vindas de alguns construcionistas sociais, como nota Pleck (1995). Por exemplo, Kimmel e Messner (1989 [2001]) alertaram para a ideia de que os papéis de gênero são conceptualizados como recipientes estáticos de comportamentos e atitudes, onde os homens e as mulheres se devem encaixar, independentemente de quanto são sentidos como inapropriados. Estes autores (1989 [2001]) encararam o modelo como a-histórico e universal. Outras críticas salientaram a assunção não examinada de uma versão da masculinidade – branco, meia-idade, classe média e heterossexual – como o papel de gênero que todos os homens ambicionam de forma a se adequarem à sociedade (Kimmel, 1987 as cited in Pleck, 1995). Adicionalmente, foi apontado o não questionamento dos fenómenos de poder subjacentes à organização dual e polarizada dos sexos (Connell,

1987). Porém, Pleck (1995) relembra que o conceito de conflito com o papel aplicado ao género (Mead, 1935; Turner, 1970 as cited in Pleck, 1995) e que a interpretação deste modelo (Hacker, 1957; Hartley, 1959; Pleck, 1981 as cited in Pleck, 1995) precederam a noção de construcionismo social (Gagnon & Simon, 1973; Rubin, 1975 as cited in Pleck, 1995) e a interpretação construcionista social (Brod, 1987; Kimmel, 1987; Kimmel & Messner, 1989 as cited in Pleck, 1995).

2.3.2. Construção social da(s) masculinidade(s)

A partir da década de 1980, no seguimento da emergência do construcionismo social, o género passou a ser concebido como localizado nas relações sociais (Crawford, 1995), produtoras de distintos sistemas simbólicos (Bourdieu, 1989), e como construído através de significados culturais e subjetivos, dependentes do contexto (Kimmel, 1995).

Segundo Connell (e.g. 1987; 1995, 2002, 2005), uma influente autora nos estudos sobre as masculinidades, o género constitui um processo em constante construção e transformação, que interfere em diversos níveis, tais como a vida quotidiana, as relações sociais, a cultura e as instituições. Adicionalmente, considera que se trata de uma estrutura de relações sociais baseada na esfera reprodutiva e numa série de práticas que invocam as diferenças, inscritas no corpo, ao nível dos processos sociais. Neste sentido, sugere que os indivíduos estão situados numa ordem de género (padrões mais amplos das relações de género), onde estão inscritos regimes de género (regularidades e constrangimentos das relações de género nas instituições).

Particularmente quanto à masculinidade, esta - em toda a sua variedade - é concebida como uma construção social (Cochran, 2010; Pleck, 1995; Santos, 2009), produto de discursos histórica e culturalmente contingentes, os quais trazem consigo uma rede complexa de relações de poder (Bourke, 1996). Na opinião de Connell (1995), a masculinidade pode ser entendida, simultaneamente, como um lugar nas relações de género, as práticas mediante as quais homens e mulheres situam esse lugar no género, e os efeitos destas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura. Assim, o foco não se centra na biologia dos homens, mas na forma como se constroem os homens (Kimmel & Messner, 1989 [2001]).

Connell (1995) chama também a atenção para a noção de que diferentes versões de masculinidade e de feminilidade podem ser assumidas nas relações interpessoais. A este respeito, esclarece que os próprios termos “masculino” e “feminino” são utilizados,

não apenas para marcar as diferenças entre homens e mulheres, mas também entre os homens e entre as mulheres. Assim, a masculinidade deixa de ser conceptualizada como uma categoria monolítica, sendo antes complexa e fluida (Connell et al., 2005). Fala-se, por isso, em masculinidades (Connell, 1995; Whitehead, 2002).

A contemplação de múltiplas masculinidades é melhor compreendida perante a diversidade de discursos em diferentes culturas, grupos ou épocas históricas (Barbosa, 2004). No seguimento de uma perspetiva da interseccionalidade, surgem questões relacionadas com a interação entre o género e outras dimensões sociais/identitárias, e com o seu efeito na construção das masculinidades (Fine & Kuriloff, 2006; Mac an Ghaill, 1994). Estas dimensões podem ser encaradas como formando matrizes que permitem a existência de uma variedade de masculinidades (Kimmel & Messner, 1989 [2001]). Consequentemente, é problematizada a universalidade da categoria “homens” (Connell & Messerschmidt, 2005) e complexificado o que significa “ser” homem (Fine & Kuriloff, 2006).

No âmbito das teorizações que consideram a construção social das masculinidades, surgem alguns conceitos que merecem, na nossa opinião, destaque. Na linha de pesquisa que contempla a medição de constructos (Smiler, 2004), identificam-se como populares os conceitos de ideologia da masculinidade dominante (Pleck, 1995; Thompson & Pleck, 1995) e de ideologia da masculinidade tradicional (Mahalik, Locke, et al., 2003; Pleck, 1995). No pensamento recente acerca dos homens, género e hierarquia social (Connell & Messerschmidt, 2005), reconhece-se como influente o conceito de masculinidade hegemónica (Connell, 1995), que emerge das relações entre masculinidades dominantes e subordinadas.

2.3.2.1. Ideologia da masculinidade: Entre a dominante e a tradicional

Antes de aprofundar o conceito relativo à ideologia da masculinidade, importa falar acerca do enquadramento teórico a partir do qual emergiu. Como referido anteriormente, o modelo sobre o conflito com o papel de género masculino foi alvo de críticas. Porém, Pleck (1995) reformula-o e sugere que, apesar de as assunções construcionistas sociais poderem refletir uma maior ênfase teórica nas questões do poder, as mesmas são compatíveis com a sua teoria. Acerca desta, o autor (1995) esclarece os seguintes pontos: i. É rejeitada uma natureza essencial da masculinidade, sendo, antes, aceite que os papéis de género masculinos são socialmente construídos através de

estereótipos e normas; ii. O modelo de aprendizagem dos *scripts* de género é análogo ao conceito central da socialização do papel de género presente no modelo em questão; iii. O construcionismo social também concebe a masculinidade como tendo consequências negativas para as pessoas, incluindo para os homens; iv. Embora a análise da mudança histórica possa ser mais elaborada no âmbito do construcionismo social, os papéis de género são encarados, neste modelo, como múltiplos, contraditórios e inconsistentes, com expectativas associadas mutáveis, em vez de estáticos ou a-históricos; e, v. Não é assumido que existe um papel de género normativo singular e universal, mas, sim, que podem haver diferentes normas de género em diversos grupos culturais, assim como múltiplas e competidoras concepções de masculinidade (Pleck, 1995).

Um outro autor na tradição do modelo do conflito com o papel de género masculino, Ronald Levant (2011), concorda que este modelo partilha as mesmas raízes filosóficas do construcionismo social, designadamente no modo como são encaradas as noções de masculinidade e de feminilidade: relacionais, socialmente construídas, culturalmente definidas e mutáveis. Dito de outro modo, estas noções são concebidas como individualmente encenadas¹³ pelos homens e mulheres em interações sociais específicas, que podem variar consoante os contextos e as dimensões sociais (Cochran, 2010; Levant, 2011). No mesmo sentido, quer as abordagens focadas nas ideologias da masculinidade (seguidamente descritas), quer no conflito do papel de género masculino, têm vindo a ser integradas num enquadramento que enfatiza a natureza socialmente construída do género e os mecanismos através dos quais as experiências individuais são afetadas por valores, crenças sociais e estereótipos de género (Addis & Mahalik, 2003; Smiler, 2004). Neste entendimento, podem ser consideradas como inseridas na perspetiva construcionista social - apesar de esta última ir além da localização da masculinidade e do conflito individual, centrando-se numa análise pós-moderna das estruturas de poder, na diversidade e nos discursos políticos e de género dominantes (Cochran, 2010).

No âmbito das formulações realizadas pelos autores mencionados, as ideologias de género são operacionalizadas mediante estereótipos de género e normas (Levant, 2011; Pleck, 1995). Os estereótipos fornecem significados coletivos, organizados e dicotómicos relacionados com o género, tornando-se crenças amplamente partilhadas sobre o que homens e mulheres “são” de modo inato (Pleck, 1987). Tal é reforçado pelo elevado consenso que parece haver na sociedade ocidental acerca do que é considerado

¹³ Tradução nossa da expressão “*enacted*”.

tipicamente feminino e masculino (Amâncio, 1994; Courtenay, 2000; Powell, 1993). Adicionalmente, as ideologias de género dominantes são aquelas que influenciam a forma como os indivíduos interagem socialmente, de onde resulta reforço, punição ou aprendizagem (Levant, 2011; Pleck, 1995).

Particularmente quanto ao conceito de ideologia da masculinidade, este foi formulado por Thompson e Pleck (1995), com a pretensão de caracterizar o constructo central na investigação que avalia as crenças acerca da importância dos homens aderirem a certos padrões comportamentais definidos culturalmente para o seu sexo (Pleck, 1995). O mesmo coloca a masculinidade num plano ideológico, diferenciando de outros relacionados com o género, como, por exemplo, a orientação para o género masculino (Pleck, 1995). Este conceito representa o conjunto de valores e de padrões que definem, restringem e afetam a vida dos homens (Mahalik, Good, & Englar-Carlson, 2003; Pleck, 1995; Thompson & Pleck, 1995), através de um sancionamento dos comportamentos que não se enquadram no mesmo (Levant, 1996b as cited in Levant, 2011). Segundo Pleck (1995), o conceito de ideologia da masculinidade contempla o endossamento pelo indivíduo do sistema cultural de crenças acerca da masculinidade e do género masculino, enraizada numa relação estrutural entre os dois sexos. O mesmo autor (1995) acrescenta que o conceito pretende conotar a organização hierárquica destas crenças, quer ao nível individual, quer socio-estrutural. Assim, este conceito não constitui apenas um conjunto de crenças acerca de um objeto social particular, mas, sim, um sistema de crenças acerca da masculinidade ligadas a uma ampla rede de atitudes e disposições específicas.

Relacionando com o modelo do conflito com o papel de género, Pleck (1995) defende que a ideologia da masculinidade tem um papel substancial a vários níveis. Em termos individuais, o endossamento de uma ideologia da masculinidade traduz-se em expectativas relacionadas com o género que o sujeito pode aplicar a si próprio. Por sua vez, tal influencia as consequências subjetivas derivadas da possível discrepância entre o seu autoconceito e os padrões do papel de género masculino. A um nível societal, a ideologia da masculinidade encontra-se na cultura mais ampla e no grupo de referência imediato, o qual estrutura as expectativas sociais experienciadas pelos homens (Pleck 1995).

De acordo com o descrito, esta teorização demarca-se da abordagem baseada nas diferenças sexuais (Addis & Mahalik, 2003). A mesma não sugere que são as diferenças biológicas baseadas no sexo que “fazem” a masculinidade e a feminilidade, mas, sim, que estes conceitos são socialmente construídos (Levant, 2011). Neste sentido, concebe os

gêneros como mais similares do que diferentes, o que vai ao encontro dos resultados de algumas investigações (e.g. Hyde, 2005; Jacklin & MacCoby, 1974).

O conceito de ideologia da masculinidade afasta-se, também, do conceito anterior relativo ao papel sexual masculino, o qual presumia que a masculinidade partia de diferenças reais entre homens e mulheres, e que um homem masculino possuía certos traços de personalidade (Thompson & Pleck, 1995). Em contraste, os estudos que se debruçam sobre a ideologia da masculinidade concebem a masculinidade como um conjunto socialmente construído de normas de gênero direcionadas aos homens (Levant, 2011). Esta abordagem é recetiva à ideia de que os indivíduos podem alterar a sua definição ou encenação da masculinidade (por exemplo, através de uma mudança no grupo de referência), desafiando a noção de completa estabilidade (Smiler, 2004). Tal permite problematizar o conceito de masculinidade como uma norma, a partir da qual homens e mulheres são comparados, o que anteriormente não era questionado (Kimmel & Messner, 1989 [2001]).

Um outro ponto importante presente nesta formulação teórica refere-se ao defendido por Pleck (1995), nomeadamente sobre não haver uma ideologia da masculinidade, mas várias. Neste sentido, esclarece que o conceito não pretende assumir um padrão único e invariável, mas uma diversidade de crenças que podem ser endossadas em diferentes graus e relacionadas entre si de distintas formas, quer ao nível individual quer grupal. De entre as várias possibilidades, o autor (1995) reconhece uma constelação *particular*¹⁴ de padrões e expectativas na cultura contemporânea estado-unidense, que individual e juntamente têm vários tipos de concomitantes negativos. A mesma tem sido chamada de ideologia da masculinidade tradicional, uma vez que constituía a visão dominante prévia ao debate acerca das questões de gênero na década de 1960 (Levant, 2011). A este respeito, Pleck (1995) alerta que a utilização de certos termos na rotulação de ideologias da masculinidade deve ser sempre contextualizada em culturas particulares, pois não existe uma masculinidade “tradicional” transversal a todas.

Ideologia da masculinidade tradicional

No sentido do descrito, particularizando quanto à ideologia da masculinidade tradicional localizada na cultura contemporânea estado-unidense, os padrões e as

¹⁴ Ênfase em itálico no original (Pleck, 1995, p.20).

expectativas que têm comumente sido associados incluem, à semelhança das referidas por Brannon (1976), sucesso, controlo emocional, anti-feminilidade/evitamento de feminilidade e homofobia (Pleck, 1995). Alguns exemplos podem contemplar afirmações como: as emoções são femininas e devem ser evitadas; o sucesso, o estatuto, o controlo e o poder são essenciais para se “ser”¹⁵ um homem; a fraqueza, a vulnerabilidade e a intimidade não são masculinas e devem ser evitadas; e, a atividade sexual é um sinal e uma medida da masculinidade de cada um (O’Neil & Crapser, 2011). Neste enquadramento, o homem considerado tradicional é aquele que endossa a ideologia de que os homens devem ter certas características específicas do seu sexo, diferentes das características das mulheres (Thompson & Pleck, 1995).

Em termos investigativos, com o intuito de avaliar as dimensões associadas a esta versão da masculinidade, foram desenvolvidos alguns instrumentos de medida, como por exemplo: *Male Role Attitudes Scale* (Pleck et al., 1994a); *Reference Group Identity Dependence* (Wade & Gelso, 1998); *Multicultural Masculinity Ideology Scale* (Doss & Hopkins, 1998); *Male Role Norms Inventory-Revised* (Levant et al., 2007); e *Conformity to Male Norms Inventory* (Mahalik, Locke, et al., 2003). Sobre os mesmos, importa lembrar que a análise de uma ideologia de masculinidade particular não significa a assunção de apenas um padrão ou dimensão universal (Pleck, 1995).

Em estudos que contaram com a participação de adolescentes do sexo masculino localizados em distintos grupos “raciais”/étnicos (brancos, negros e hispânicos), observou-se que o endossamento da versão tradicional era feito em diferentes graus, mas reconheceram-se concomitantes e consequências comuns (Pleck et al., 1994a; Pleck, Sonenstein, & Ku, 1994b). Tal pareceu sustentar a ideia de que a ideologia da masculinidade avaliada pelas escalas não era aplicável apenas a sujeitos da classe média brancos (Pleck, 1995). Nesta linha de pesquisa, foram também investigadas e encontradas diferenças relativas ao grau de adesão em função do seguinte: idade, geração familiar, etnia, “raça”, nacionalidade, classe social, região demográfica de residência, sexo, orientação sexual e incapacidade (ver Levant, 2011). Porém, a este respeito, Smiler (2004) refere que, embora a abordagem em debate permitisse diversas conceções de masculinidade, a avaliação centrou-se no peso relativo das componentes de uma mesma versão.

¹⁵ Aspas nossas.

Apesar da maior tónica numa forma de masculinidade, constatou-se uma mudança no alvo da análise, passando da diferença centrada na bipolarização dos constructos masculinidade/feminilidade, largamente derivados dos trabalhos de Bem (1974), para as relações entre ideologias de género e outras variáveis concomitantes (Smiler, 2006). Este distanciamento pode, na nossa opinião, justificar, pelo menos em parte, a popularidade do constructo da ideologia da masculinidade, explícita no desenvolvimento de modelos conceptuais (Levant et al., 1992; Mahalik, Locke, et al., 2003; Thompson & Pleck, 1986). No geral, segundo Addis e Mahalik (2003), estes modelos defendem o seguinte: i. As ideologias da masculinidade podem variar entre indivíduos e grupos, e ao longo do tempo; ii. Os indivíduos aprendem a conformar-se com as normas de género através das mensagens culturais e sociais; e, iii. Algumas ideologias são mais influentes do que outras no que concerne à definição de quem apresenta a masculinidade normativa (por exemplo, nas culturas europeia e norte americana pode aparecer associada aos indivíduos brancos, da classe média/alta e heterossexuais). Neste âmbito, um modelo desenvolvido mais recentemente diz respeito ao proposto por Mahalik e colaboradores (Mahalik, 2000; Mahalik, Locke, et al., 2003), o qual se centra na conformidade/não conformidade com algumas normas consideradas masculinas e dominantes na cultura contemporânea estado-unidense.

Conformidade com as normas masculinas dominantes

De acordo com o modelo de Mahalik e colaboradores (Mahalik, 2000; Mahalik, Locke, et al., 2003), as normas de género partilham as mesmas características das normas sociais. Estas últimas são interpretadas à luz da definição de Cialdini e Trost (1999), como regras e padrões que são entendidos pelos membros de um grupo, que guiam e/ou constroem o comportamento social, sem o recurso a leis formais. Assim, mediante as normas de género, homens e mulheres aprendem o que é esperado deles (Addis & Mahalik, 2003; Eagly, Beall, & Sternberg, 2004; Gilbert & Scher, 1999).

Segundo este modelo, as influências socioculturais, particularmente aquelas provenientes dos grupos sociais mais poderosos e dominantes, moldam as normas de género. Adicionalmente, as normas de género dos grupos mais poderosos afetam quer as pessoas desses grupos, quer as pessoas de todos os outros grupos. Assim, as expectativas das masculinidades associadas aos indivíduos brancos, de classe média/alta e heterossexuais afetam-nos a eles, mas também todos os outros homens da mesma

sociedade. Aos “homens minoritários” (por exemplo, em termos de etnia ou de orientação do desejo sexual) e aos homens de grupos com menor poder (por exemplo, baixo estatuto socioeconómico) são apresentadas as normas dominantes através dos meios de comunicação social e da vivência quotidiana. A adesão a estas normas pode interferir, pelo menos em parte, com a experiência de aceitação ou rejeição pela maioria. Contudo, com base no exposto por Lazur e Majors (1995 as cited in Mahalik, Good, et al., 2003), a comparação com os padrões do papel de género dominante em certa cultura podem evocar frustração, uma vez que o mesmo nega o acesso igualitário às oportunidades que sustentam esses padrões. Por sua vez, os fatores individuais e grupais (como o estatuto socioeconómico, as características dos pares do mesmo sexo e a identidade associada à etnia) podem afetar a extensão com que cada indivíduo se conforma ou não com certas normas de género.

Tanto a conformidade como a não conformidade com as normas masculinas são encaradas como passíveis de significar benefícios e/ou custos (Mahalik, 2000). Por exemplo, a conformidade pode ser vantajosa para os homens em situações de aceitação pelo grupo e de ganho de gratificações sociais ou financeiras (Mahalik, Talmadge, Locke, & Scott, 2005). Por outro lado, pode envolver custos quando, por exemplo, aparece relacionada com uma maior incursão em comportamentos de risco (Mahalik, Lagan, & Morrison, 2006; Mahalik, Levi-Minzi, & Walker, 2007). Neste enquadramento, as normas são concebidas como tipicamente mantidas por reforço ou punição das respostas sociais (Locksley & Colten, 1979 as cited in Mahalik, Morray, et al., 2005). Adicionalmente, no seguimento do argumentado por Pleck (1981, 1995), é, também, reconhecido que as expectativas transmitidas aos homens são, muitas vezes, contraditórias.

Além do referido, o modelo contempla diferentes dimensões na conformidade/não conformidade com as normas, designadamente: afetiva (e.g. sentimento de orgulho ou de vergonha associado à conformidade); comportamental (importância de agir de acordo com as expectativas sociais) e cognitiva (crenças sobre o que é suposto os homens acreditarem). Esta amplitude é relevante quando se tem em conta que, por exemplo, um indivíduo pode seguir comportamentalmente certa norma masculina, mas não se conformar com ela em termos afetivos e cognitivos, enquanto outro pode conformar-se com a mesma norma nas três dimensões (Mahalik, Locke, et al., 2003).

No âmbito deste modelo, com o intuito de obter uma medida que permitisse avaliar a conformidade com as normas masculinas dominantes no sentido do descrito,

Mahalik e colaboradores (2003) desenvolveram o *Conformity to Masculine Norms Inventory (CMNI)* - que traduzimos para Inventário sobre a Conformidade com as Normas Masculinas - já referido anteriormente. Este inclui uma lista não exaustiva de normas masculinas encontradas na cultura dominante dos Estados Unidos, nomeadamente: Ganhar (*Winning*); Controlo emocional (*Emotional control*); Tomada de riscos (*Risk-taking*); Violência (*Violence*); Poder sobre as mulheres (*Power of women*); Dominância (*Dominance*); *Playboy*; Auto-suficiência (*Self-reliance*); Desdém por homossexuais (*Disdain for homosexuals*); Procura de estatuto (*Pursuit of status*); e, Primazia do trabalho (*Primacy of work*).

Acerca destas normas - consideradas dominantes -, importa fazer uma reflexão, nomeadamente sobre o paralelismo que parece haver entre estas e as associadas anteriormente à ideologia da masculinidade tradicional. Isto é, constata-se uma certa sobreposição entre as reconhecidas como dominantes no início da década de 2000 (altura do estudo do desenvolvimento do inventário) e as tradicionais, no mesmo contexto cultural¹⁶. De facto, os próprios autores (2003) recorrem quer ao termo dominante, quer ao termo tradicional, de um modo que, segundo a nossa interpretação, parece querer corresponder ao mesmo constructo. Por este motivo, consideramos que importa clarificar a relação entre estes termos. Enquanto o primeiro nos parece aludir a um constructo mais fixo e localizado num determinado momento, o segundo parece transmitir uma maior ideia de fluidez, quando se tem em conta que o conceptualizado como dominante é variável.

As questões relacionadas com multiplicidade, fluidez e variabilidade aparecem aprofundadas nas teorizações em torno dos conceitos de masculinidade(s) hegemónica(s) e de masculinidades subordinadas.

2.3.2.2. Masculinidades: Da(s) hegemónica(s) às subordinadas

O conceito de masculinidade hegemónica foi sugerido por Connell (e.g. 1987, 1990b), tendo vindo a sofrer desenvolvimentos pela autora e colegas. Em comum, pode dizer-se que este conceito constitui uma construção social e uma forma de conceptualizar a masculinidade enquanto identidade mutável e multifacetada, em vez de fixa ou absoluta (Connell, 1995).

¹⁶ Embora possam haver diferenças em termos das características da amostra e da metodologia.

A masculinidade hegemónica é definida como uma configuração de práticas - aceites num determinado contexto - que legitima e reproduz posições de poder de certos grupos de homens, visando garantir o patriarcado (Carrigan, Connell, & Lee, 1985). Embora só uma minoria de homens possa encená-la, a mesma é concebida como normativa (Connell & Messerschmidt, 2005). Isto é, não tem que corresponder a um retrato de homens reais, constituindo, antes, um ideal ou a um conjunto de prescrições normativas, simbolicamente representadas, estando presente no espaço público (Connell, 1995). Neste enquadramento, significa ascendência conseguida através da cultura, instituições e persuasão (Connell & Messerschmidt, 2005).

Embora a masculinidade hegemónica tenha sido concebida como mutável e não tendo que representar pessoas reais, ao ideal normativo foram associados alguns constructos socioculturais no contexto ocidental contemporâneo, como por exemplo: misoginia, homofobia, figura dominante do patriarcado doméstico, capacidade física e intelectual, honra e prestígio (Connell, 1990b, 1995); sucesso, poder e autoridade (Frosh et al., 2002); físico atlético e forte, controlo da expressão emocional e afetiva, competitividade, autoconfiança e espírito de aventura (Swain, 2006); e, força, independência, ambição e auto-suficiência (Månsdotter et al., 2009 as cited in Hearn et al., 2012). Adicionalmente, este ideal foi associado aos indivíduos heterossexuais, com educação académica elevada, brancos, da classe social média/alta e da faixa etária da meia-idade (Courtenay, 2000; Frosh et al., 2002; Kimmel, 1994; Kimmel & Messner, 1989 [2001]).

Este tipo de representação tem um carácter hegemónico quando estabelece de modo restritivo um ideal associado ao “verdadeiro homem”, constituindo um padrão que impera sobre outras formas de o “ser”, às quais é atribuída menor autoridade (Connell, 1987, 1995, 2002). Neste sentido, corresponde a uma ideologia que estabelece os limites do comportamento masculino, recorrendo a uma argumentação que naturaliza as categorias do sexo e do género (Marques, 2007). Consequentemente, a masculinidade hegemónica não constitui apenas uma construção dominante que subordina mulheres e feminilidades, mas, também, outros homens e masculinidades (Connell, 1987, 1995). Assim, é criada uma hierarquia que posiciona as restantes identidades como subordinadas (Connell, 1995, 2000).

Em consonância com o referido, as várias versões possíveis de masculinidade não são igualmente valoradas (Marques, 2007). Algumas são produzidas, social e simbolicamente, como inferiores ou subordinadas, e, consequentemente, controladas,

oprimidas e subjugadas (Swain, 2006). De forma mais específica, Connell (1995) chama de masculinidade subordinada àquela que resulta da vigilância dos homens sobre os outros homens, particularmente sobre os homossexuais. Identifica, também, a masculinidade cúmplice e a masculinidade marginalizada. A primeira constrói-se na acomodação aos benefícios do sistema patriarcal, sem correr riscos ou tensões geradas pela adesão à masculinidade hegemónica. A segunda desenvolve-se a partir da confluência do género com dimensões sociais/identitárias consideradas não dominantes, como, por exemplo, algumas classes sociais ou etnias.

Apesar da especificação deste tipo de masculinidade, Connell (1995) esclarece que nem sempre as características associadas à masculinidade hegemónica são reconhecidas nos que detêm maior poder (podem, por exemplo, estar retratadas em figuras de ficção ou atores). Adicionalmente, nem sempre é expectável um padrão bem definido e identificável de masculinidade hegemónica, podendo-se sobrepor com outras, como as cúmplices (Connell & Messerschmidt, 2005). A este respeito, Hearn (2004) chama a atenção para a noção de que um homem pode aceitar certos elementos associados ao ideal masculino, embora possa ser marginalizado face à globalidade desse padrão. Por sua vez, Coles (2009) alerta para a noção de que é possível ser subordinado relativamente à masculinidade hegemónica e, ainda assim, assumir masculinidades dominantes e uma posição de dominância relativamente a outros homens (e às mulheres).

Considerando a masculinidade hegemónica como a forma mais honrosa - do momento - de se “ser” homem, é possível entender que a grande maioria dos homens se posicione, de algum modo, em relação a ela (Connell, 1995). Neste sentido, embora as vivências e práticas concretas dos homens possam ser complexas e/ou contraditórias face ao ideal instituído (Marques, 2007), parece haver uma convivência relativamente à masculinidade hegemónica (Connell, 1995; Swain, 2006).

O descrito pode ser compreendido perante a noção de que a masculinidade hegemónica é baseada na prática que permite a continuação da dominância coletiva dos homens sobre as mulheres, também chamado de “dividendo patriarcal” (Connell, 1995). Daqui podem resultar benefícios em termos de honra, poder, riqueza, prestígio e direito a comandar (Connell, 1995). Porém, nas relações de dominação, pode haver uma combinação de custos e vantagens (Connell, 1995). A hegemonia é passível de ser construída mediante várias configurações de práticas, desde “tóxicas” (por exemplo,

violência, agressão ou autocentrção) a “positivas”¹⁷ (por exemplo, ganho do salário, manutenção de uma relação sexual, ser pai) (Connell & Messerschmidt, 2005). Efetivamente, embora as primeiras possam significar dominação de género num dado contexto, dificilmente constituiriam por si só hegemonia, uma ideia que acarreta certas noções de consentimento e participação pelos grupos subalternos (Connell & Messerschmidt, 2005). Ainda acerca destas práticas, importa notar que podem, igualmente, representar formações comprometidas entre desejos ou emoções contraditórios, ou o resultado de cálculos incertos acerca dos custos e benefícios das diferentes estratégias de género (Connell & Messerschmidt, 2005).

Além do referido, Connell e Messerschmidt, (2005) esclarecem que os modelos de hegemonia expressam, de diversas formas, ideias amplamente difundidas, fantasias e desejos. Estes articulam-se com a constituição prática de masculinidades, como formas de viver nas circunstâncias locais do quotidiano, e contribuem para a hegemonia ao nível societal da ordem do género. A um nível local, os padrões hegemónicos de masculinidade estão presentes em ambientes sociais específicos, como as organizações formais. O género é feito nas escolas e nos bairros através do grupo de pares, do controlo do espaço escolar, dos padrões de namoro, do discurso homofóbico e do assédio (e.g. Mac an Ghaill, 1994; Thorne, 1993 as cited in Connell & Messerschmidt, 2005), entre outros modos.

Em concordância com o mencionado, as prescrições normativas que constituem o ideal disciplinam formas de estruturação do pensamento e rotinas, em termos coletivos e individuais, de forma consentida, sem necessidade de coerção direta ou exercício de força sobre os outros¹⁸ (Connell, 1995). Segundo Connell e Messerschmidt (2005), a hegemonia pode ser conseguida pela inclusão das masculinidades subordinadas numa ordem de género funcional, em vez de uma opressão ativa na forma de descrédito ou violência. Assim, referem que a inclusão e a opressão podem ocorrer juntas. Tal pode ser reforçado pela noção de que as relações de género são, também, constituídas através de práticas não discursivas (como o salário, a violência, a sexualidade, o trabalho doméstico e o cuidado das crianças, entre outros) e de ações rotinizadas não refletidas, como alertam os autores (2005). Em consonância, Hamilton (2007) nota que as estratégias de género podem não representar sempre práticas reflexivas, podendo ocorrer de forma momentânea e mecanizada.

¹⁷ Aspas utilizadas pelos autores Connell e Messerschmidt (2005).

¹⁸ O conceito de masculinidade hegemónica foi inspirado no de ‘hegemonia’ proposto por Antonio Gramsci no entendimento da estabilização das relações de classe (Connell, 1977).

Acerca dos modos de reforço de um ideal de masculinidade, Miguel Vale de Almeida (1995) afirma que há um conjunto de atributos morais de comportamento que são socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados e lembrados. Assim, este conjunto de atributos aparece disponível para orientar, comparar, diferenciar e valorar as aproximações e os afastamentos dos homens ao mesmo (Marques, 2007), estabelecendo uma norma dentro da qual “devem” estar (Swain, 2006). Neste sentido, no suporte de um dado padrão de hegemonia, é necessário um policiamento dos homens e a exclusão ou descredibilização das mulheres (Connell & Messerschmidt, 2005). Adicionalmente, dado que os atributos associados a este ideal dependem do contexto, o qual é mutável, torna-se necessária uma vivificação e vigilância constantes (Hearn, 2004).

As relações hierárquicas de género, assim como as masculinidades consideradas hegemónicas são históricas e passíveis de alteração, estando continuamente abertas a desafio, contestação, ajuste e/ou substituição por outras formas (Connell, 2000; Connell & Messerschmidt, 2005). Tal é explicitado na seguinte formulação do conceito de masculinidade hegemónica: corresponde à forma idealizada de masculinidade num certo espaço e momento, sendo que, a qualquer momento, uma forma de masculinidade é culturalmente exaltada, ao invés de outras (Connell, 1995). Por outras palavras, é a versão de masculinidade que ocupa uma posição de hegemonia num dado padrão de relações de género, sendo sempre contestável (Connell, 2000). Mais concretamente, Connell e Messerschmidt (2005) explicam que as relações de género são arenas de tensão. Neste sentido, um dado padrão é hegemónico na medida em que fornece uma solução para estas tensões, tentando estabilizar o poder patriarcal ou reconstitui-lo em novas condições. Deste modo, uma dada versão de masculinidade que não forneça uma solução em novas condições está aberta a desafio. Perante isto, os autores sugerem que a conceptualização da masculinidade hegemónica deve explicitamente atender à possibilidade de democratização das relações de género e de abolição das diferenças de poder, e não apenas à reprodução da hierarquia.

O descrito no parágrafo anterior contribui para que o conceito em foco resista ao perigo de essencialização, o que é, também, reforçado pela documentação de múltiplas construções sociais de masculinidade e pela exploração das encenadas por pessoas com corpo de mulher (Halberstam 1998; Messerschmidt 2004 as cited in Connell & Messerschmidt, 2005). Deste modo, sai explicitada a ideia de que as masculinidades não são entidades fixas embutidas num corpo ou nos traços de personalidade, correspondendo, antes, a configurações de práticas levadas a cabo na ação social, que

podem diferir de acordo com as relações de género presentes num contexto social particular (Connell & Messerschmidt, 2005).

Face à possibilidade de diversas variações de masculinidade, Connell e Messerschmidt (2005) mencionam que esta noção pode ser aplicada à hegemónica. Contudo, reconhecem, partindo do trabalho de Messner (1997) sobre o mapeamento de políticas da masculinidade nos Estados Unidos, que a maioria dos diversos movimentos reivindica ser *o*¹⁹ modo de pensar e viver dos homens. Assim, concluem que, qualquer que seja a diversidade empírica das masculinidades, a contestação da hegemonia implica que a hierarquia de género não tenha múltiplos nichos no topo. Tal não significa que os padrões da masculinidade hegemónica não possam mudar consoante o contexto local e/ou incorporar elementos de outras formas (Connell & Messerschmidt, 2005).

Ainda acerca da multiplicidade de sentidos relativamente à hegemonia, Wetherell e Edley (1999) identificaram-na, destacando que uma das formas efetivas de “ser” homem em certos contextos locais passava pelo distanciamento da masculinidade hegemónica regional (estado-nação). Contudo, as identidades alternativas identificadas pelos autores continuavam a ser baseadas em características como autoridade, racionalidade, coragem, força, determinação e independência (Marques, 2007). Assim, embora a construção de identidades hegemónicas pudesse ser marcada pela junção de cumplicidade e resistência, neste caso, a grande maioria dos homens parecia suportar e ser orientado, de algum modo, pelo ideal associado à masculinidade hegemónica (Marques, 2007). A respeito deste tema, Coles (2009) sugere, como forma de evitar a possível negligência das complexidades das várias masculinidades dominantes passíveis de existir, que se extraiam as mesmas do conceito de masculinidade hegemónica, contextualizando-as local, cultural e historicamente.

Por último, Connell e Messerschmidt (2005) esclarecem que as construções da masculinidade hegemónica regionais e locais são moldadas pela articulação destes sistemas de género com processos globais. Mais detalhadamente, as ordens de género regionais (estado-nação) fornecem materiais culturais adotados ou trabalhados nas arenas globais (transnacionais), e, também, modelos de masculinidade que podem ser importantes nas dinâmicas de género locais (interações cara a cara). Neste sentido, a masculinidade hegemónica regional providencia o enquadramento cultural que pode ser materializado nas práticas e interações diárias. Adicionalmente, apesar de os modelos

¹⁹ Ênfase em itálico no original (Connell & Messerschmidt, 2005).

locais de masculinidade hegemónica poderem diferir, geralmente sobrepõem-se, dadas as dinâmicas de género difundidas a um nível societal (mais amplo). Assim, a pluralidade de masculinidades locais é compatível com a singularidade da masculinidade hegemónica quer a um nível regional, quer a um nível societal.

Em termos de contributos associados ao desenvolvimento do conceito de masculinidade hegemónica, este tem sido considerado como reconhecendo a fluidez das identidades de género e do poder (Hearn, 2007). Mais particularmente, este conceito tem sido encarado como útil na revelação de formas de dominação por homens (Hearn, 2004), de relações entre masculinidades (Hearn, 2007) e de várias *nuances* de poder (resistência e subordinação) dentro de um enquadramento hierárquico (Coles, 2009). Adicionalmente, segundo Marques (2007), tendo em conta a permanência do ser masculino como representante universal (Amâncio, 2004c) e a referência da masculinidade hegemónica na construção de identidades dos homens (Wetherell & Edley, 1999), este conceito pode constituir uma plataforma para a análise crítica dos processos de *genderização*, como expressão da ordem e dos regimes de género (Connell, 1987, 1995). Por fim, a ideia de que este conceito não constitui um retrato de homens reais pode favorecer a desconstrução da oposição binária, uma vez que o não completo cumprimento deste ideal parece estar em todo o lado (Santos, 2009).

2.3.2.3. Entre a ideologia da masculinidade dominante e a masculinidade hegemónica

Até ao momento aprofundámos as teorizações em torno dos conceitos de ideologia da masculinidade dominante e de masculinidade hegemónica. Apesar de reconhecermos diferenças entre as mesmas, acreditamos que a conjugação de alguns aspetos se adequa aos objetivos e ao desenho metodológico desta investigação. Por um lado, a tradição investigativa que rodeia o conceito de ideologia da masculinidade possibilita uma operacionalização de constructos associados, através do recurso a instrumentos de medida, e consequentemente, uma avaliação quantitativa. Por outro lado, as teorizações em torno do conceito de masculinidade hegemónica têm, como já referido, influenciado o pensamento recente acerca dos homens, género e hierarquia social (Connell & Messerschmidt, 2005), e orientam mais explicitamente, na nossa opinião, uma análise que contempla as relações de poder. Neste sentido, debateremos algumas possibilidades de integração.

Anteriormente, no âmbito das teorizações em torno da masculinidade hegemónica, referimos que algumas masculinidades podem ser encaradas como subordinadas face à hegemónica, mas dominantes relativamente a outras. Contudo, na presente tese, o termo ideologia da masculinidade dominante será utilizado enquanto sinónimo da versão de masculinidade mais difundida e valorizada em determinada cultura - significado este que pensamos aproximar-se do proposto pelos autores que utilizam sistematicamente o conceito (e.g. Levant, 2011; Mahalik, Locke, et al., 2003; Pleck, 1995; Thompson & Pleck, 1995).

Tendo em conta que ambos os enquadramentos conceptuais em foco concebem a possibilidade de existirem várias masculinidades (todas elas contextuais, históricas e passíveis de mudar), consideraremos a chamada ideologia da masculinidade tradicional como uma versão de entre as possíveis. A mesma aparece definida, na cultura ocidental, por um conjunto de constructos ou normas mais ou menos específico, como, por exemplo, agressividade, confiança, dominância, confrontação dos problemas e independência (Beckley, 2008), entre outros (embora os indivíduos possam seguir apenas alguns; Mahalik, Locke, et al., 2003). Assim, na nossa interpretação, enquanto a versão da masculinidade tradicional pode ser definida ou identificada de forma mais específica/delimitada/constante, a masculinidade dominante ou a hegemónica - enquanto a forma mais valorizada - pode assumir diferentes configurações. Consequentemente, entendemos que a masculinidade tradicional pode ou não, consoante o contexto, corresponder à versão de masculinidade dominante ou hegemónica. Dito de modo mais concreto, embora a versão tradicional referida tenha sido identificada como correspondendo à ideologia da masculinidade dominante na cultura estado-unidense contemporânea (e.g. Mahalik, Locke, et al., 2003; Pleck, 1995), pode não se constatar o mesmo noutros contextos.

Efetivamente, aquando da exploração de versões de masculinidade hegemónica em certos contextos ocidentais, foram identificadas características (como as referidas anteriormente) que, na nossa opinião, se podem inscrever na tradicional, uma vez que parecem representar o “mais masculino” (Hearn et al., 2012), os traços tipicamente considerados como naturais nos homens (Whitehead, 1999), os relacionados com a ideia de homem macho (Wetherell & Edley, 1999) ou os que parecem basear-se na polarização entre os sexos (Amâncio, 2004c; Schippers, 2007). No entanto, como dito anteriormente, a masculinidade hegemónica pode assumir diversas formas de acordo com o lugar, momento ou situação.

Após os esclarecimentos descritos, debruçamo-nos, agora, sobre alguns pontos possíveis de ligação entre os enquadramentos conceptuais em foco. Um deles diz respeito à noção de que ambos parecem conceber a versão da masculinidade dominante ou hegemónica como um ideal normativo do que constitui um “verdadeiro” homem, presente no espaço público, num determinado momento. Este aparece como disponível para valorar as aproximações e os afastamentos dos homens ao mesmo, o que exige uma vivificação e reforço contínuos. Efetivamente, as prescrições normativas que constituem este ideal são encaradas como disciplinando formas de estruturação do pensamento e das rotinas, sem necessidade de coerção direta, o que vai ao encontro das ideias de Foucault (1975 [2006]) sobre a disciplinação dos indivíduos.

Ambos os enquadramentos conceptuais parecem conceber o modelo de dominância ou de hegemonia - respetivamente - como expressando, de diversas formas, ideias amplamente difundidas, fantasias e desejos. Tal pode contribuir para que uma grande maioria dos homens sejam comparados ou posicionados face ao mesmo, apesar de só uma minoria poder encená-lo. Adicionalmente, o reconhecimento de certas versões de masculinidade locais pode ser compatível com a singularidade da masculinidade hegemónica a um nível mais amplo (Connell & Messerschmidt, 2005). Tendo em conta estas assunções, a avaliação da conformidade com uma versão dominante ou hegemónica da masculinidade ganha, no nosso entender, maior sentido e relevância.

Quanto à avaliação quantitativa de um modelo de masculinidade, esta tem sido alvo de críticas. Por exemplo, Smiler (2004) alerta que, apesar de Pleck ter enfatizado a flexibilidade, a assunção de uma posição superordenada/organizadora e a tendência dos psicólogos para se focarem nas características individuais (Danziger, 1990 as cited in Smiler, 2004) contribuem para a negligência do contexto, bem como para uma conceção fixa/estável da masculinidade. De modo similar, Connell e Messerschmidt (2005) mencionam o risco de se tratar a masculinidade como um conjunto de traços, o que abre caminho ao tratamento da masculinidade hegemónica como um carácter fixo. De acordo com esta interpretação, levantar-se-iam os mesmos problemas encontrados nas teorizações em torno dos papéis sexuais (Connell & Messerschmidt, 2005).

Contudo, Schippers (2007) defende que encarar a masculinidade e a feminilidade como construções simbólicas não significa vê-las como papéis estáticos ou conjuntos fixos de comportamentos que homens e mulheres adotam. Sugere, antes, que as características das práticas definidas enquanto femininas ou masculinas são constituídas através da proliferação de uma rede de discursos transversais, por vezes contraditórios, o

que já tinha sido apontado por Pleck (1995). Assim, Schippers (2007) privilegia a focalização nos conteúdos qualitativos presentes num sistema de significados simbólicos que articulam e diferem as posições de género e a sua relação - associados ao que as categorias “homens” e “mulheres” devem possuir e são assumidas como possuindo (por exemplo, os homens como fisicamente fortes e autoritários, e as mulheres como fisicamente vulneráveis e complacentes). Embora os argumentos de Schippers (2007) não se refiram à avaliação de constructos no domínio da masculinidade utilizando instrumentos de medida (como os descritos), consideramos que são aplicáveis se concebermos os conteúdos destas escalas como refletindo construções simbólicas difundidas num dado contexto.

Por sua vez, somos da opinião de que este tipo de avaliação é, também, compatível com o defendido por Connell e Messerschmidt (2005), nomeadamente sobre as ideias transmitidas através do modelo de hegemonia se articularem com a constituição prática de masculinidades nas circunstâncias locais do quotidiano. Tal parece-nos justificar uma avaliação, por exemplo, do grau de conformidade ou encenação relativamente a normas, crenças ou práticas *genderizadas* por parte dos indivíduos. Para clarificar este ponto, recorremos a Courtenay (2000), o qual sugere que as atividades em que os homens e as mulheres incorrem e as suas cognições *genderizadas* são uma forma de moeda em transações, continuamente encenadas na demonstração do género.

Em consonância com uma perspetiva construcionista social, os homens e os rapazes não são encarados como vítimas passivas de um papel socialmente prescrito, nem são simplesmente condicionados ou socializados pelas culturas. Os mesmos são, antes, considerados agentes ativos na construção e reconstrução de formas dominantes de masculinidade (Courtenay, 2000). Isto é, o processo de (re)construção de género não é conceptualizado como apenas imposto do exterior, dado que os indivíduos reivindicam o seu lugar na ordem de género, nomeadamente através da forma como pensam, expressam e vivem o seu corpo (Amâncio, 2004c). Neste sentido, de acordo com Butler (1990), estamos perante gestos performativos. Adicionalmente, as pessoas são encorajadas a conformar-se e a agir de acordo com as normas dominantes (Bohan, 1997), reforçando profecias que se auto-cumprem (Courtenay, 2000; Crawford, 1995) e “fazendo o género” (Howard & Hollander, 1997; Nogueira, 2004; Valentine, 2007; West & Zimmerman, 1987).

A procura de encenação de uma masculinidade dominante ou hegemónica foi concebida - em ambos os enquadramentos teóricos - como passível de envolver uma

combinação de benefícios e custos (com espaço para contradições ou cálculos incertos), ou de práticas “positivas” e “negativas/tóxicas” para o próprio ou para os outros. Assim, tendo em conta a importância de considerar algumas práticas como alvo de pesquisa e o facto de existirem questões de investigação que implicam uma avaliação quantitativa das mesmas (por exemplo, em termos de frequência ou grau de intensidade), parece-nos relevante a disponibilidade de métodos quantitativos no domínio da masculinidade. Só deste modo poderão ser analisadas algumas relações entre constructos no âmbito da masculinidade e práticas alvo de atenção.

A respeito do estabelecimento deste tipo de relações, Connell e Messerschmidt (2005), baseando-se em McMahon (1993), alertam que, por vezes, o comportamento dos homens é reificado no conceito de masculinidade que, depois, num argumento circular, se torna a explicação (e a desculpa) desse comportamento. Tal é, segundo os autores, particularmente reconhecido nas explicações dos problemas contemporâneos que aparecem debaixo da bandeira da “crise da masculinidade”²⁰. Perante este cenário, esclarecem que o conceito de masculinidade hegemónica não pretende ser algo geral ou uma causa primária, mas, sim, um meio de tentar perceber uma certa dinâmica dentro de um processo social. Assim, consideram centrais as relações práticas dos homens com as imagens coletivas ou modelos de masculinidade, em vez de os encarar como simples reflexo. Por exemplo, no campo da criminologia, alguma pesquisa mostrou como é que padrões particulares de agressividade estavam relacionados com a masculinidade hegemónica, não como um efeito mecânico para o qual a masculinidade hegemónica foi a causa, mas mediante a busca de hegemonia (Bufkin 1999; Messerschmidt 1997 as cited in Connell & Messerschmidt, 2005). Seguindo este alerta, julgamos que é possível uma avaliação quantitativa de possíveis relações entre certos constructos no domínio da masculinidade e algumas práticas, interpretando as mesmas como estratégias utilizadas pelos indivíduos na (re)construção de formas particulares de masculinidade, e não como relações causais e/ou unidireccionais.

A avaliação a um nível individual também pode ser útil perante o alertado por Coles (2009): embora o atendimento ao poder seja importante na compreensão das relações entre homens, assim como entre homens e mulheres, é insuficiente um foco na assunção de que os grupos agem, a um nível estrutural, para atingir ou manter

²⁰ A chamada “crise da masculinidade” aparece relacionada com o aumento da criminalidade na entrada do século XXI, altura em que alguns académicos se debruçam sobre as versões alternativas, marginais ou criminosas de masculinidade, enquanto fruto da desagregação da masculinidade chamada de tradicional (Zaluar, 2004).

determinadas posições dominantes em sua vantagem, perpetuadas através de instituições sociais. Apesar de o autor (2009) reconhecer que Connell e Messerschmidt (2005) defendem uma visão dinâmica do género na qual é impossível apagar o sujeito, e que existem diversos estudos empíricos acerca de como a masculinidade hegemónica é vivida pelos homens, considera que o conceito teórico tende, ainda, a ser utilizado para descrever o poder masculino a um nível estrutural. Perante este cenário, Coles (2009) argumenta que falta um entendimento real de como é que o poder é organizado em termos de cumplicidade e resistência a um nível individual (Whitehead, 2002).

Segundo a nossa interpretação, o mencionado no parágrafo anterior não reduz a necessidade de contemplar os níveis mais amplos das relações de poder, chamando, antes, a atenção para a importância de atender aos vários níveis. A produção do conteúdo qualitativo associado à masculinidade e à feminilidade é um processo social constante e dinâmico, que inclui práticas do quotidiano (nas quais se incluem sanções informais e formais), e práticas e processos de maior alcance (desenvolvimento/implementação de políticas, legislação, movimentos sociais, produção dos *média*, relações económicas globais, entre outros) (Schippers, 2007), como fora já explicitado por Connell e Messerschmidt (2005). Adicionalmente, embora de forma menos explícita, as teorizações em torno da ideologia da masculinidade dominante fazem, também, referência ao papel das construções culturais e à influência dos grupos com maior poder. Posto isto, consideramos que a avaliação de constructos relacionados com a masculinidade ao nível do indivíduo pode constituir uma porta para a compreensão das relações de poder em níveis mais amplos.

Um outro ponto relacionado com o anterior diz respeito à importância de contextualizar local, cultural e historicamente as masculinidades (Coles, 2009). Efetivamente, a contextualização e a interpretação da masculinidade enquanto construção social desafiam a noção de que esta reside nos indivíduos, permitindo concebê-la como mutável ao longo do tempo e do contexto (Cochran, 2010; Smiler, 2004). Assim, os homens deixam de ser concebidos como similarmente masculinos em todas as ocasiões, podendo encenar diferentes aspetos da masculinidade em diferentes situações (Cochran, 2010; Smiler, 2004). O descrito parece-nos compatível com uma avaliação individual e quantitativa de constructos no domínio da masculinidade quando: i. Se procura contextualizar a investigação (ao nível da amostra, da situação de avaliação e das próprias variáveis analisadas), evitando generalizações excessivas; ii. Se concebe que os constructos avaliados são passíveis de mudar; iii. Se assume que a encenação ou

conformidade relativa a alguma norma/crença/prática - encarada como representativa de uma certa versão de masculinidade - não implica, necessariamente, a encenação de/ conformidade com outras (Mahalik, Locke, et al., 2003); e iv. Se assume que os mesmos indivíduos podem encenar/conformar-se com normas/crenças/práticas representativas de diversas masculinidades, no mesmo momento ou em momentos diferentes. A este respeito, lembramos que a própria ideia de conformidade ou não conformidade com as normas de género explicitada nas teorizações de Pleck (1995) e Mahalik e colaboradores (2003) parece localizá-las fora dos indivíduos, no contexto.

A contextualização e a fluidez associadas ao conceito de masculinidade são também suportadas pela adoção - em ambos os enquadramentos - de noções que se enquadram na perspectiva da interseccionalidade (e.g. Bowleg, 2008; E. Cole, 2009; Crenshaw, 1994; McCall, 2005). Tanto o modelo dominante como o hegemónico são postulados como mantendo as estruturas de poder baseadas no género, existentes na cultura ocidental, que privilegiam os homens, mais particularmente, os heterossexuais, brancos, da classe social media/alta, de meia-idade, saudáveis e religiosos (Levant, 2011). Deste modo, no âmbito da avaliação de constructos relacionados com a masculinidade, consideramos útil atender não só às possíveis normas/crenças/práticas (como, por exemplo, ser corajoso e independente), mas também às categorias chamadas de demográficas (enquanto provisórias e estratégicas). Tal permite uma maior recetividade à variabilidade intra e intergrupar, o que pode contribuir para um maior entendimento da articulação entre as várias dimensões sociais/identitárias (nas quais se inclui o género) e a vivência das pessoas, diminuindo o risco de invisibilidade de algumas delas. O descrito pode, ainda, ajudar a ultrapassar o apontado por Schippers (2007), nomeadamente sobre a dificuldade de distinção entre diferentes masculinidades e diferentes grupos de homens.

2.4. Síntese

Os estudos sobre os homens e as masculinidades têm recebido cada vez mais atenção, tendo a sua emergência sido marcada por diversas correntes, de entre as quais se destaca o feminismo (Gardiner, 2005; Marques, 2007). Particularmente quanto a Portugal, o foco nesta temática não aparece (ainda) tão explorado no âmbito dos estudos de género (Marques, 2007), mas identifica-se um crescimento do número de trabalhos na última década.

Relativamente às formulações teóricas desenvolvidas em torno destes estudos, reúnem maior aceitação aquelas que concebem a masculinidade enquanto construção social, dependente do contexto e que, de modo relacionado, atendem à possibilidade de existirem múltiplas masculinidades (Connell, 1995). Neste enquadramento, foram aprofundados os conceitos de ideologia da masculinidade dominante (Mahalik, Locke, et al., 2003; Pleck, 1995) e o de masculinidade hegemónica (Connell, 1995).

O primeiro refere-se ao conjunto de normas de género masculinas dominantes num determinado contexto, que podem ser encenadas ou alvo de conformismo por parte dos indivíduos. Em torno deste conceito de ideologia da masculinidade, os estudos têm aparecido marcados pela utilização de instrumentos de avaliação, frequentemente focados na versão chamada de tradicional (Levant, 2011; Pleck, 1995). Por esse motivo, e tendo em conta que este tipo de metodologia pode ser útil perante questões de investigação que requerem uma análise quantitativa (como é o caso da presente tese), procurámos evidenciar o seguinte: a avaliação quantitativa e individual de constructos relacionados com as masculinidades não implica necessariamente uma conceção das mesmas como fixas nem como residindo nas pessoas; podem, antes, ser encaradas como construções sociais que se articulam ou relacionam, em determinados contextos, com certas crenças ou práticas individuais, cuja avaliação pode ser útil.

Enquanto configuração de práticas que legitima e reproduz posições de poder (Carrigan et al., 1985), a masculinidade hegemónica corresponde à versão mais valorizada num dado contexto (Connell, 1995). A mesma aparece associada a um ideal de “verdadeiro” homem, disponível para valorar as restantes identidades (Connell, 1987, 1995, 2002). Assim, sai salientada a noção de subordinação, não só das mulheres e das feminilidades, mas também de certos homens e de certas masculinidades - como os associados às posições na matriz que não correspondem aos grupos com maior poder (como por exemplo, brancos, heterossexuais e de classe média/alta na cultura ocidental).

De modo relacionado com este último ponto, a classe social tem aparecido como uma das dimensões mais consideradas na intersecção com o género. De facto, Holter (2005, p. 24) afirma que “*the gender-power dilemma is often a gender-power-class dilemma. Social status or class is a third party to the debate*”²¹. É a partir desta ideia que organizaremos o capítulo seguinte.

²¹O que poderia ser traduzido como: “o dilema de género-poder é frequentemente um dilema de género-poder-classe. O estatuto social ou a classe é uma terceira parte do debate” (Holter, 2005, p. 24).

Uma das dimensões socio-identitárias que tem sido salientada no âmbito dos estudos sobre os homens e as masculinidades corresponde à classe social (e.g. Bourdieu, 1998 [1999]; Connell, 1995; Holter, 2005; Morgan, 2005). É a partir do referido que organizamos o presente capítulo. Iniciamos o mesmo com uma reflexão acerca da relevância de incluir a classe social no âmbito de uma perspetiva de género e na análise dos fenómenos sociais.

Em segundo lugar, são apresentadas perspetivas sobre a análise das classes sociais, com destaque para a marxista, a weberiana e para uma síntese contempladora de ambas. Adicionalmente, são mencionados alguns modelos de categorização/delimitação das classes sociais utilizados em estudos portugueses (Amaro, 2010; Costa, Machado, & Almeida, 1990; Estanque & Mendes, 1997).

Seguidamente, exploramos a relação entre a classe social e formas hegemónicas/subordinadas de masculinidades, e descrevemos algumas representações associadas às classes favorecidas e desfavorecidas (e.g. Connell, 1995; Courtenay, 2000; Morgan, 2005; Tolson, 1977 [1983]). Tendo em conta a estreita ligação entre a classe social e as dimensões escolares (e.g. Machado et al., 2003; Silva, 2009), analisamos a articulação entre estas e a (re)produção de masculinidades (e.g. Connell, 1989; Haywood & Mac an Ghaill, 2013), uma perspetiva pertinente para a consecução dos objetivos da presente pesquisa.

3.1. Importância da análise das classes sociais

De acordo com a perspetiva da interseccionalidade, importa, como apresentado anteriormente, atender à interação entre as potenciais dimensões sociais/identitárias que marcam a vivência das pessoas (e.g. Bowleg, 2008; E. Cole, 2009; Crenshaw, 1994; McCall, 2005). Neste entendimento, os processos de construção do género estão associados a relações de poder assimétricas, quer em função do sexo biológico, quer de dimensões como a classe social, idade e etnia, entre outras (Holter, 2005; Skeggs, 1997).

No âmbito das teorizações em torno dos estudos sobre os homens e as masculinidades, Hearn (2004) argumenta que importa contemplar a construção social de sistemas de diferenciação dos homens e das suas práticas. Por sua vez, Kimmel e Messner (1989 [2001]) explicam que a masculinidade é construída diferentemente pela cultura de classe, “raça” e etnia, e idade, influenciando-se mutuamente. Tal é explícito na conceção de diversas masculinidades (Connell, 1995; Kimmel & Messner, 1989 [2001]) e na noção de que a (des)valorização de algumas formas de “ser” masculino parece depender do lugar ocupado/atribuído na matriz de intersecção destes eixos. Efetivamente, na cultura ocidental contemporânea, a masculinidade dominante e/ou hegemónica tem sido identificada como uma versão que é (mais facilmente) associada ao homem heterossexual, da classe média/alta, branco e de meia-idade (Connell & Messerschmidt, 2005; Courtenay, 2000; Frosh et al., 2002; Kimmel, 1994; Kimmel & Messner, 1989 [2001]; Pleck, 1995).

Acerca da dedução das relações entre masculinidades, Oystein Holter (2005) defende que não basta analisar o exercício direto de poder pessoal dos homens sobre as mulheres. Segundo o autor (2005), o “género” (enquanto sistema de significados que contém relações nas quais o sexo é tornado socialmente relevante) e o “patriarcado” são distintos, apenas parcialmente sobrepostos. A este respeito, esclarece que, numa sociedade patriarcal e dominada por homens, as igualdades e desigualdades de género podem, às vezes, funcionar contra os homens, individual ou coletivamente, apesar de, ao mesmo tempo, o padrão geral da desigualdade estrutural poder funcionar a favor dos homens e contra as mulheres (Holter, 2005). Assim, as vantagens do “dividendo patriarcal” não são iguais para todos (Connell, 1995; Kimmel, 2000), havendo uma diversidade na posse de poder, na desigualdade e no padrão de opressão das mulheres (Coles, 2009; Holter, 2005). Por este motivo, Connell e Messerschmidt (2005) sugerem que na exploração das relações entre masculinidades se atenda à institucionalização das iniquidades de género, ao papel das construções culturais e à interação das dinâmicas de género com a “raça”, classe social e região. Tal poderá aumentar a compreensão sobre as desigualdades entre homens e a sua ligação com a ordem e os regimes de género (Connell, 1995, 2002).

Contudo, Hearn e colaboradores (2002a, 2002b, 2002c, 2003 as cited in Marques, 2007) constataram que, no âmbito da investigação sobre os homens e as masculinidades

em contexto europeu, tem sido dada pouca atenção à relação do género com outras divisões sociais, assim como aos homens em posições de poder e às relações dos homens com o poder. A este respeito, especulamos que tal pode estar relacionado, pelo menos em parte, com a complexidade dos estudos interseccionais, como discutido no capítulo 2. Por isso, somos da opinião de que, dada a impossibilidade de contemplar todas as dimensões sociais/identitárias em todas as circunstâncias, interessa avaliar quais as potencialmente mais relevantes consoante o contexto e o fenómeno em estudo (Warner, 2008), e refletir sobre o que acrescenta a consideração das dimensões em conjunto, comparativamente à situação em que são tomadas isoladamente (Warner, 2008). Efetivamente, de acordo com estes critérios, optámos por focar a classe social de entre as dimensões passíveis de interagir com o sexo e o género.

Saliência da classe social

A globalização tem afetado de modo muito rápido as relações de poder, criando mudanças e clivagens no poder económico e cultural, o que não é comparável a qualquer outro período histórico (Nogueira, 2001c). Com o capitalismo, a acumulação de capital e a organização da produção e do consumo têm sido modificados – sendo as políticas que guiam estas mudanças chamadas de neoliberalismo (Hennessy, 2003). Tal tem originado largas diferenças económicas e uma sociedade mais nitidamente diferenciada em termos de classe, o que acarreta custos sociais e problemas (Holter, 2005).

Tem sido reconhecida uma associação positiva entre riqueza e saúde em ambos os sentidos (Commission on Macroeconomics and Health, 2001; Dodd & Munck, 2002; Suhrcke, McKee, Arce, Tsoлова, & Mortensen, 2006). Pode, também, falar-se de um ciclo que envolve iliteracia – pobreza – falta de expectativas para o futuro – risco – comprometimento da saúde/bem-estar (Matos & Equipa do Projecto Aventura Social, 2008). De facto, a saúde e, mais particularmente, os comportamentos de risco constituem o fenómeno que pretendemos explorar na presente tese, conhecendo-se poucos estudos portugueses que se debrucem acerca do mesmo tendo em conta a classe social, com algumas exceções (e.g. Balsa, Vital, & Urbano, 2013; Fernandes & Carvalho, 2004; Matos & Equipa do Projecto Aventura Social, 2008; Vintém, 2008).

Indo mais além, há importantes desigualdades que parecem ser melhor analisadas e explicadas pela intersecção entre o género e a classe (Christensen & Larsen, 2008; Skeggs, 1997). Como descrito no capítulo anterior, Holter (2005) sugere que o debate

acerca do poder e do género inclui, frequentemente, a classe ou o estatuto social. Sobre este ponto, menciona que os padrões de género retratam, muitas vezes, padrões e *rankings* de trabalho na sociedade moderna. Tal vai ao encontro dos alertas feministas, feitos principalmente a partir da segunda metade do século XX, sobre a noção de que a formação e a emergência das classes – no sentido de divisão do capital e do trabalho – estão intimamente relacionadas com processos de diferenciação de género (Crompton, 2003; Morgan, 2005). Neste sentido, no âmbito da análise das relações de género, Connell (1987, 2002) defende o atendimento às relações de produção, nomeadamente no que se refere à divisão sexual do trabalho e às respetivas consequências económicas (Amâncio, 2004c).

Efetivamente, as críticas feministas focam a posição marginal das mulheres dentro de uma análise tradicional de classe social²² (Morgan, 2005), debruçando-se sobre os processos através dos quais a divisão sexual do trabalho culmina no estágio do capitalismo moderno (Crompton, 2003) - por exemplo, o trabalho doméstico feminino permite a acumulação do capital (Silva, 2009). Neste âmbito, a divisão sexual do trabalho pago e não pago é encarada como um fator que contribui significativamente para a desigualdade de género no local de trabalho e, conseqüentemente, para a segregação ocupacional (Crompton, 2003). Tal aplica-se à atualidade, apesar do maior acesso das mulheres a níveis mais elevados de escolaridade e ao trabalho pago (Amâncio, 2004c), como se pode constatar pelo seguinte: há uma maior proporção de mulheres, comparativamente à de homens, em ocupações com remuneração e/ou prestígio menores (Amâncio, 2004c; Crompton, 2003; Silva, 2009); são reconhecidos estereótipos associados a certas atividades como sendo mais femininas ou masculinas (Crompton, 2003); há uma crença popular de igualdade de género como uma matéria exclusiva de mulheres de carreira (Holter, 2005); há um menor crescimento do envolvimento dos homens na família em comparação ao grau de envolvimento das mulheres no mundo do trabalho pago, persistindo uma maior responsabilização destas pela esfera doméstica (Amâncio, 2004c; Crompton, 2003; Lucas & Hoff, 2008).

Porém, no que concerne ao poder das mulheres, Silva (2009) refere que autores como Roberts (1984) e Hartman (1982) sustentam que este é variável consoante o grau de disposição sobre recursos e recompensas, o modo e a medida de envolvimento no

²² O referido insere-se numa crítica feminista mais ampla face à ciência social convencional e à forma como nesta as mulheres eram excluídas ou estereotipadas (Morgan, 2005), como descrito no capítulo 1.

processo produtivo, o grau de mobilidade e a presença/ausência de hierarquização de papéis sexuais na divisão do trabalho. A este respeito, importa salientar que, embora os debates feministas durante a década de 80 tenham atendido à diversidade, o desafio de identificar como é que a mesma opera nas relações capitalistas e o que constitui a base comum da luta das mulheres pela justiça social continuou (Hennessy, 2003).

Por sua vez, os homens são socialmente representados como os agentes ou portadores do poder da classe, o que é evidente na maior proporção dos mesmos em cargos elevados (Morgan, 2005). O sistema da desigualdade de género tem elementos económicos, sociais, culturais e psicológicos ligados ao tipo de contrato chamado de *breadwinner*²³, o qual aparece, ainda, como um elemento fulcral na masculinidade no ocidente (Holter, 2005). Efetivamente, este tipo de contrato pode ser descrito como um modo de divisão do trabalho em torno do qual os blocos de género “masculino” e “feminino” foram cristalizados, sendo característico do capitalismo moderno (Crompton, 2003). Perante isto, pode ser dito que o poder masculino é também exercido mediante as relações capitalistas (Coles, 2009).

No que diz respeito à construção, representação e expressão das várias formas de masculinidade, algumas condições relacionadas com a classe social - inserções sociais, nível de instrução, disponibilidade financeira e estrato social - parecem, mesmo que em grau variável, relevantes (Connell, 1995). Por seu turno, o que se entende por classe aparece mediado por outras categorias sociais, como a masculinidade (Haywood & Mac an Ghail, 2013). Assim, é pertinente que se analise as formas como a masculinidade e o sistema de género se relacionam com a estratificação social e as dimensões política e económica (Donaldson, 1993).

Tendo em conta o mencionado até ao momento, importa focar a democratização em termos de classe social e estatuto. Em sintonia, Rosemary Hennessy (2003) alerta que a ideia de “desaparecimento da classe”, enquanto conceito relevante para explicar o mundo social, emitido principalmente pela indústria do conhecimento dos sectores capitalistas avançados, não é inocente. Mais, considera que as formas dominantes de entendimento no capitalismo atual, associadas à desvalorização do conceito de classe social, são, pelo menos em parte, responsáveis para que, no próprio âmbito dos feminismos (em contextos sobre-desenvolvidos), a classe seja tanto um conceito invisível como contencioso. A este respeito, a autora esclarece que quando este conceito aparece

²³ Esta expressão é entendida nesta tese como referência a quem suporta economicamente a família.

como um membro não aprofundado do trio “raça”-classe-gênero ou como um “óbvio” indicador do estatuto social da pessoa, é, frequentemente, sub-concetualizado. Por sua vez, a análise das classes não precisa que se privilegie universalmente a classe sobre todas as outras divisões para o seu programa de pesquisa ser justificável (Wright, 1996 as cited in Estanque, 1997).

A negligência da classe e a necessidade de dar maior atenção à interação entre esta e as construções de gênero são identificadas por mais autores (Marques, 2007; Morgan, 2005; Skeggs, 1997). Mais concretamente, Marianne Gullestad (1992 as cited in Morgan, 2005) observou que as questões de investigação eram, frequentemente, colocadas como sendo sobre o gênero ou sobre a classe, em vez de abordarem a possível interação entre estas dimensões nas vidas de grupos sociais historicamente situados. Esta constatação ganha, ainda, mais relevância quando se reconhece que os modos de entendimento e pesquisa da classe podem refletir perspectivas *genderizadas* (Morgan, 2005). Tal será explicitado ao longo da descrição de algumas abordagens à análise de classes, sobre as quais nos debruçaremos seguidamente.

3.2. Perspetivas teóricas no estudo das classes sociais

No geral, a classe social pode ser encarada como uma forma de organização hierárquica ou um sistema de estratificação social (Morgan, 2005; Silva, 2009), que comporta poder simbólico e cultural (Holmes, 2009). Mais especificamente, uma determinada classe social pode ser definida como um conjunto de agentes que se encontram em posições relativamente homogêneas, com interesses, objetivos, hábitos e estilos de vida próximos, dependentes de condições políticas, organizacionais e simbólico-culturais semelhantes e, ainda, que apresentam com alguma probabilidade atitudes e práticas parecidas (Silva, 2009). Mas, a operacionalização e a delimitação da estratificação social e, em particular, das classes sociais são reconhecidas como difíceis (Haywood & Mac an Ghail, 2003; Holmes, 2009; Silva, 2009).

Karl Marx é reconhecido como um dos pensadores fundamentais neste domínio, o qual define as classes em função do tipo de trabalho, entre capitalistas/burgueses e trabalhadores/proletariado, atendendo ao conflito entre elas (Holmes, 2009). Neste sentido, a classe refere-se às posições específicas nas relações capitalistas de produção (Hennessy, 2003). Quanto ao atendimento das questões de sexo e de gênero na análise tradicional marxista, Silva (2009) menciona que a tendência era avaliar a posição da

mulher partindo da do marido, não assumindo o tema do trabalho doméstico como central no âmbito da dominação de género, nem o articulando de forma adequada com a exploração de classe global ou com a reprodução geracional de classes. No entanto, Silva (2009) diz que Marx e, principalmente, Engels tiveram em conta a dominação da mulher no capitalismo, assinalando a dimensão básica do trabalho reprodutivo e a exploração extra-doméstica e doméstica.

O feminismo tem desafiado os limites e estendido o alcance das explicações do marxismo, tendo surgido várias correntes neste linha de pensamento, como por exemplo, os feminismos socialista, marxista, vermelho e materialista (Hennessy, 2003). No geral, estas correntes começaram por reclamar, a partir dos anos 70, uma abordagem que tivesse em conta as análises marxista de classe e feminista de patriarcado (Hennessy, 2003). Mais recentemente, na teoria feminista, identificam-se os entendimentos de classe neo- e pos-marxistas, os quais tendem a seguir uma das duas trajetórias amplamente caracterizadas como empiristas ou pós-modernas (Tarrant, 2001 as cited in Hennessy, 2003)²⁴.

Uma abordagem empirista de classe trata esta dimensão como uma componente da estratificação social ou estatuto (Hennessy, 2003). Nesta linha, um dos autores que se destaca é Max Weber, o qual encara a sociedade enquanto constituída por uma ordem económica, legal e cultural em interação, sem que alguma delas seja determinante (Hennessy, 2003). Neste sentido, o autor não atende apenas ao trabalho executado pelas pessoas ou ao dinheiro que possuem, mas, também, à quantidade de prestígio (Holmes, 2009). Mais especificamente quanto às desigualdades de género, apesar de Weber não as encarar como construções sociais, concebe o patriarcado como uma forma tradicional de poder, mediante a qual os homens mais velhos exercem controlo sobre os homens mais novos e sobre as mulheres dentro da família (Sydie, 1987 as cited in Holmes, 2009), mas que é mais limitado fora do lar devido à negociação que tem que ocorrer com outros homens (Holmes, 2009).

Numa perspetiva neo-weberiana deixam de ser salientes as relações no mundo do trabalho, sendo a propriedade presumida como uma questão de possessões individuais (Hennessy, 2003). A classe refere-se a qualquer grupo de indivíduos que partilha uma situação de mercado comum, definida em termos de bens e propriedades possuídas (Hennessy, 2003). Adicionalmente, Silva (2009) considera que, de certa forma, os neo-weberianos convergiram com Foucault (1992, 1996) na relevância do conceito de poder,

²⁴ Hennessy (2003) esclarece que estas noções de classe não são exclusivas do feminismo.

enquanto fenómeno de controlo e disciplina, perversivo nas instituições (para)estatais e, a um nível infra-estatal, na própria sociedade (classe, grupos, etnias, corpos).

Quanto às abordagens pós-modernas, estas colocam a tónica na cultura, a qual não aparece ligada de forma determinante com as relações sociais não culturais (Hennessy, 2003). Nalgumas formulações, pode reconhecer-se, às vezes de forma implícita, a ideia de que não existem relações sociais para além das culturais ou discursivas, não havendo espaço para as fundações objetivas (Hennessy, 2003). Noutras formulações, há o distanciamento desta visão, afirmando-se que as relações sociais têm de ser entendidas como práticas históricas, embora a construção de significado continue a ter prioridade (Hennessy, 2003).

No entanto, têm surgido oposições face a estas perspetivas pós-modernas. Por exemplo, Silva (2009) defende que as condições objetivas de vida, nas quais relevam as estruturas de classe, se articulam com outras dimensões (como o género ou a etnia), influenciando as trajetórias e identidades coletivas e individuais. Tanto Silva (2009) como Hennessy (2003) argumentam que as diferenças em termos de estilos de vida e padrões de consumo não substituem as clivagens de classe nas relações de produção nem eliminam a importância do trabalho na construção das identidades sociais. No mesmo sentido, Nancy Fraser (1998 as cited in Crompton, 2003) argumenta que, nas sociedades capitalistas contemporâneas, as relações económicas e culturais são, pelo menos, parcialmente dissociadas.

Tendo em conta o debatido, Silva (2009) considera que é benéfica uma combinação ou síntese de raiz marxista e weberiana, incluindo na forma de lidar com as contradições de classe e de género. A este respeito, afirma que em ambas as abordagens o conceito de classe é representado como: uma medida de posse de poderes e direitos sobre recursos; um dos pilares dos processos de construção da identidade individual e coletiva; e uma base co-explicativa dos conflitos e mudanças sociais, das oportunidades, das expectativas e dos níveis de vida. Efetivamente, parece haver uma crescente aproximação entre o neo-marxismo e o neo-weberianismo (Estanque, 1997). Neste âmbito, Silva (2009) refere que autores como Bourdieu (1979), Bader (1991) e Benschop (1993) defendem a necessidade de contemplar tanto a dimensão objetiva como a simbólica-representativa na definição, identificação e classificação das classes sociais.

Pierre Bourdieu (1989) contempla as condições estruturais (vindas da tradição marxista) e os efeitos das ações estratégicas dos atores individuais e coletivos, o que é mais próximo das conceções weberianas (Silva, 2009). Tal é explicitado no seu conceito

de *habitus*, o qual constitui um mediador entre a estrutura objetiva de classe e a identidade subjetiva de “classe”²⁵ (Silva, 2009). Este compreende “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (Bourdieu 1972, p. 178 as cited in Silva, 2009). Adicionalmente, Bourdieu (1993 as cited in Coles, 2009) argumenta que a classe é definida pela soma de diversos tipos de capital: económico (recursos financeiros), cultural (competências culturais, preferências, gostos, qualificações) e social (redes sociais e estatuto dos indivíduos nas mesmas). Esta atenção dada à cultura e à economia por parte de Bourdieu leva Dillabough (2004) a considerá-lo comprometido com uma teoria simbólica, segundo a qual, a divisão sexual do trabalho pode ser encarada como tendo um papel no enquadramento da produção cultural das desigualdades de género.

Também Bader e Benschop (1988 as cited in Silva, 2009), e Bader (1991 as cited in Silva, 2009) realçam uma variedade de critérios, designadamente os tipos e graus de recursos, as propriedades de meios de produção, as qualificações/credenciais escolares e as posições de poder ou autoridade (organização, liderança, discursos e formas de ação). Em concordância, Silva (2009) aponta que a definição de classe é, frequentemente, realizada em função da profissão e do lugar, do rendimento e/ou do prestígio da mesma na sociedade, e acrescenta que as identidades de classe são construídas a partir do trabalho, habitação, lazer e trajetórias dos indivíduos e dos grupos.

Considerando o mencionado, descrevemos, seguidamente, três modelos de delimitação das classes sociais que têm sido utilizados em estudos portugueses (não querendo isto dizer que são os únicos neste contexto) e que incluem diferentes critérios.

Modelos de delimitação das classes sociais

Um dos modelos de definição de classes sociais é o de Wright (1985, 1997), o qual foi revisto e aplicado ao contexto português por Estanque e Mendes (1997). Neste modelo são utilizados três critérios principais, designadamente: a propriedade dos meios de produção, as qualificações/credenciais e a autoridade/os recursos organizacionais, de onde resultam doze (ou sete, numa versão simplificada) localizações de classe (Estanque, 1997). Acerca das análises feitas por Wright, é de salientar que foram incluídos homens

²⁵ Aspas no original (Silva, 2009).

e mulheres, sendo o autor sensível ao facto de o género constituir um dos grandes mecanismos de divisão dentro da estrutura ocupacional, que interage com a classe (Crompton, 2003). Além disso, o seu modelo permite que a classe seja avaliada em função do agregado familiar (para além do nível individual), recorrendo à inserção do pai e da mãe no contexto profissional (Machado et al., 2003).

No entanto, Silva (2009) refere que Wright considera o critério económico e a sua relação com o processo de exploração como prioritários sobre os outros, o que pode introduzir dificuldades na classificação de certas localizações de classe, principalmente baseadas nas qualificações escolares. No mesmo sentido, apesar de Wright (1997, p. 4 as cited in Estanque, 2009) assumir as vantagens de “marxianizar o weberianismo”, Estanque (1997) assinala que o seu modelo teórico tem um excessivo pendor estruturalista, não integrando o efeito dos processos sociais nem as questões relativas às subjetividades e à consciência de classes. Como forma de colmatar esta limitação, Estanque (1997) dá atenção ao contexto do estudo e ao campo das relações de mercado, tendo em conta algumas das especificidades da sociedade portuguesa e da sua história recente, as quais se afastam em alguns aspetos do modelo de capitalismo avançado que inspirou o modelo original.

Em Portugal viveu-se a partir das décadas de 60/70, e principalmente após o 25 de Abril de 1974, um período de mudança económica, cultural e política, marcado pela transição de uma sociedade mais rural, tradicional, iletrada e baseada na autoridade em direção a uma mais urbana, moderna, letrada e democratizada (Abrantes, 2013). Assim, ao longo das últimas quatro décadas, a acelerada escolarização, urbanização e terceirização aproximaram a sociedade portuguesa dos padrões europeus, embora existam, ainda, fragilidades e atrasos estruturais, que têm levado a caracterizar o país como uma “modernização inacabada” (Machado & Costa, 1998 as cited in Guerreiro & Abrantes, 2005), com uma posição “semi-periférica” no sistema global contemporâneo (Santos, 2001 as cited in Guerreiro & Abrantes, 2005). Particularmente quanto às trajetórias da classe trabalhadora portuguesa, Abrantes (2013) indica que houve uma mudança ocupacional de um *background* rural para a indústria e os serviços, acompanhada por baixos níveis de estabilidade profissional, histórias de insucesso escolar e entrada precoce no mercado de trabalho. Por seu turno, no que concerne às mulheres, constatou-se um aumento de credenciação e de acesso a trabalho renumerado, a profissões prestigiadas à vida pública, o que suscitou uma atenuação das desigualdades entre os sexos e uma reconsideração ideológica – embora tal coexista com assimetrias entre os

mesmos nas condições e nas oportunidades no plano profissional (Guerreiro & Abrantes, 2005; Marques, 2007).

Um modelo de análise de classes sociais desenvolvido em Portugal corresponde à tipologia ACM, de Almeida, Costa e Machado (ver Costa et al., 1990; Machado et al., 2003), que considera a profissão, a situação na profissão e o nível de escolaridade. Em relação a estes critérios, Machado e colaboradores (2003) salientam a importância de uma abordagem analítica que recorra a *indicadores socioprofissionais* e *indicadores socioeducacionais*²⁶ (Costa, 1999; Costa et al. 2000 as cited in Machado et al., 2003). Especificamente quanto à categorização em função dos indicadores socioprofissionais, os autores apresentam duas matrizes: uma com o algoritmo de construção das categorias individuais de classe, partindo dos indicadores “profissão” e “situação na profissão”; outra com o algoritmo de construção das categorias de classe para os grupos domésticos. Assim, os autores explicitam que o modelo prevê versões complementares para as unidades de análise “indivíduo” e “grupo doméstico” (ou, segundo a mesma linha de pensamento, para situações de pluriatividade individual). Adicionalmente, esclarecem que em nenhuma dessas versões se aplica o critério “convencional” - com raízes em teorias como as de Parsons e em propostas operatórias como as de Goldthorpe - mediante o qual as mulheres são classificadas segundo as categorias socioprofissionais dos homens (maridos ou pais). Contrastivamente, na tipologia dos grupos domésticos, os autores utilizam, de acordo com a pertinência teórica e a adequabilidade substantiva, o critério da “dominância” (membro do grupo com a classe mais elevada) ou o da “conjugação” (criação de novas categorias), integrando na classificação, sem hierarquia apriorística, ambos os sexos (Machado et al., 2003).

Um terceiro modelo corresponde ao chamado Índice de Graffar (Graffar, 1956), o qual tem sido utilizado nalguns estudos portugueses sobre comportamentos relacionados com a saúde (e.g. Agante, 2009; Freira et al., 2007; Matos & Equipa do Projecto Aventura Social, 2008). Um dos autores que o adaptou para o contexto nacional foi Fausto Amaro (1990, 2010), sendo a versão mais recente constituída pelos critérios profissão, grau de instrução, origem do rendimento familiar e tipo de habitação²⁷, de onde resultam cinco posições de classe (alta, média alta, média, média baixa e baixa). Estes critérios aproximam-se do defendido por Morgan (2005), nomeadamente acerca da classe,

²⁶ Ênfase em itálico no original (Machado et al., 2003).

²⁷ Na versão anterior era também incluída a zona de habitação.

enquanto experiência, necessitar de ser filtrada através de agências particulares, como a casa, a área de residência, a experiência educacional, entre outras. O Índice de Graffar permite definir a classe com base em três ou quatro critérios, mas, comparativamente à tipologia ACM, não contempla um cálculo da classe para o grupo doméstico.

Contudo, pode ser pertinente a inclusão de mais do que um membro do agregado familiar (quando aplicável) na definição da classe social. Esta opção pode, em comparação com o critério da dominância, significar resultados mais rigorosos (e.g. Machado et al., 2003), particularmente quando os membros de um casal pertencem profissionalmente a classes consideradas distintas, o que apareceu como comum em Portugal (Estanque & Mendes, 1997). Deste modo, há um afastamento em relação à assunção de que a classe de uma família é determinada pela do principal *breadwinner*, muitas vezes associado ao homem (Morgan, 2005), e uma aproximação à noção de que a estrutura de classe é “*genderizada*” (Crompton, 2003).

A contemplação do agregado familiar pode ser útil nas situações em que se pretende definir a classe de origem, como é possível que aconteça quando se avaliam indivíduos não inseridos ativamente no mercado de trabalho (dado não haver, à partida, o critério da ocupação profissional), como, por exemplo, jovens e/ou estudantes a tempo inteiro. Adicionalmente, no conjunto de trabalhadores-estudantes portugueses, a importância relativa das fontes de rendimentos da família sugere que as origens sociais constituem, também, elementos essenciais no entendimento das respetivas condições socioeconómicas (Martins, Mauritti, & Costa, 2005).

A análise da classe de origem pode ser, ainda, justificada perante a noção de que os membros de uma mesma família podem partilhar o *habitus* e os capitais económico, simbólico e social (Fowler, 2003), devido aos recursos comuns e/ou à socialização familiar (Machado et al., 2003). Além disso, consideramos que a estrutura e a organização social podem criar dificuldades ou oportunidades de vida aos indivíduos em função da sua classe de origem. Por exemplo, em Portugal, apesar da abertura do ensino superior, encontra-se, ainda, uma maior probabilidade de acesso por parte de jovens provenientes de classes mais favorecidas (Machado et al., 2003). Por último, atendendo a que a investigação tem revelado a tendência para se replicarem os modelos observados e aprendidos no contexto familiar em termos de género (Berila, 2011; Prazeres, 2003), sai reforçada a importância de explorar a interação entre a classe social de origem e o sistema de género.

3.3. Intersecções entre a classe social e a(s) masculinidade(s)

Na vida quotidiana contemporânea, as hierarquias de classe podem ser conceptualizadas como produzindo vários padrões de feminilidade e masculinidade (Holmes, 2009). Particularmente quanto às masculinidades, as mesmas podem ser expressas através das posições sociais de classe (Edley & Wetherell, 1995), assim como estas últimas podem ser envolvidas na definição do significado das masculinidades (Coles, 2009). As diferentes formas de “fazer” masculinidade ou de “ser” homem podem ser encaradas como constituindo estatutos distintos num contexto de divisões de classe (Morgan, 2005). Pelo que, as masculinidades coletivas podem ser concebidas como resultando das localizações estruturais partilhadas pelos homens (Hearn, 1987).

De um modo mais específico, Morgan (2005) explica que é possível encontrar ligações entre a propriedade, a ocupação e as masculinidades, recorrendo a uma perspetiva mais weberiana. No caso da propriedade, o autor menciona que, historicamente, se encontram identificações fortes entre a posse de diferentes tipos de propriedade, família e nome de família, herança e linhagem masculina. Quanto à ocupação, o autor refere que as conexões podem ser menos fortes, mas argumenta que a maioria dos títulos ocupacionais tinham conotações masculinas fortes, e que estes, assim como as divisões ocupacionais, eram policiados pelas práticas dos homens. Numa perspetiva mais materialista, a experiência dos indivíduos e o seu sentido de identidade reflete a sua posição particular dentro da organização económica e social, nomeadamente no capitalismo moderno (Leonard, 1984 as cited in Edley & Wetherell, 1995). Adicionalmente, analistas socialistas das práticas de trabalho no capitalismo argumentam que se os homens são competitivos, agressivos, emocionalmente inarticulados, desprendidos e opressores, então, muitas destas características podem ser explicadas como uma consequência da estrutura do modo corrente de produção económica (Edley & Wetherell, 1995).

No âmbito das teorizações que falam acerca das experiências de alienação associadas à vida industrial moderna, um dos autores que sobressai é Andrew Tolson (1977 [1983]). Segundo o mesmo, a classe social fornece um enquadramento dentro do qual as experiências e contradições masculinas podem ser exploradas. Mais explicitamente, defende que o capitalismo e a história das relações de género produzem as masculinidades, considerando que diferentes localizações na sociedade geram dinâmicas masculinas específicas. Isto é, o autor encara as diferenças de classe como uma

das bases da variação dos estilos de masculinidade. Neste sentido, debruça-se sobre as representações, os discursos e as práticas dos homens das classes “trabalhadora”, “média” e “média avançada” inglesas (o que será aprofundado mais à frente). Adicionalmente, o autor refere-se à experiência compartimentada dos indivíduos, argumentando que a produção capitalista está organizada à volta de uma série de divisões: entre a casa, o trabalho e o lazer; entre o topo e a base da hierarquia; e entre o trabalho mental e o físico.

Particularmente quanto à distinção entre esfera pública e privada, esta é encarada por Hollway (1996 as cited in Haywood & Mac an Ghaill, 2003) como estando envolvida no estabelecimento das ideologias da classe média acerca de feminilidade e masculinidade. De modo mais concreto, a inter-relação entre as ideologias da classe média e a industrialização terá produzido uma reordenação do cenário *genderizado* do trabalho, cujo um dos efeitos terá sido a dicotomia *breadwinner/homemaker* (Haywood & Mac an Ghaill, 2003).

Tendo em conta o apresentado, faz sentido a afirmação de Morgan (2005) sobre a classe poder contribuir tanto para um sentido unificado de masculinidade, como para um mais difuso, talvez mais conflitual, de modelos de masculinidades. No que diz respeito ao sentido unificado, o autor refere a identificação de muitos homens com a esfera pública, a da produção e da ação, e com o papel de *breadwinner*. Efetivamente, na atualidade, a ideia de que o homem é o que sustenta a família parece, ainda, persistir em várias culturas modernas (e.g., Warin, Solomon, Lewis, & Landford, 1999; Hobson, 2002 as cited in Morgan, 2005), constituindo um elemento principal na construção da identidade masculina (Holter, 2005; Morgan, 2005). Por outro, as experiências e as práticas de classe apontam para formas diferentes de “ser” homem (Morgan, 2005). Como explicita Marques (2007), considerando que as identidades masculinas têm de ser construídas e negociadas nas interações sociais constantemente, é expectável que diferentes formas de masculinidade (Collinson & Hearn, 2001 as cited in Marques, 2007) se relacionem com a profissão, o estatuto social, o grau de dependência face ao Estado e a autonomia, entre outros aspetos (Freidson, 1986; Larson, 1977; Macdonald, 1995 as cited in Marques, 2007). Indo mais além, no seguimento do descrito no capítulo anterior, é expectável que certas versões de masculinidade sejam mais valorizadas, dominantes ou persuasivas do que outras (Marques, 2007; Morgan, 2005).

No âmbito da produção teórica acerca dos homens e das masculinidades pode dizer-se que a classe social e o género convergem no conceito de “masculinidade hegemónica” (Connell, 1995): são consideradas relações entre a construção da masculinidade hegemónica, o posicionamento social e os recursos materiais e simbólicos associados a esse posicionamento (Bourdieu, 1999; Connell et al., 2000 as cited in Marques, 2007). Tal é apoiado pela noção de que as ideias dominantes acerca da feminilidade e da masculinidade numa sociedade são, geralmente, as ideias da classe dominante, como a média/alta (Holmes, 2009; Skeggs, 1997). Os que se encontram nessas posições estão mais capazes de definir qual é o capital legítimo/valorizado (Webb, Schirato, & Danaher, 2002), mediante, por exemplo, as qualidades exigidas ao trabalhador modelo, relacionadas com as do homem modelo (Tolson, 1977 [1983]), ou através de crenças como a importância do sucesso, reforçando, assim, o seu poder (Holmes, 2009). Efetivamente, os ideais considerados hegemónicos parecem amplamente difundidos, como dito no capítulo anterior. A este respeito, Dillabough (2004) enfatiza que a teoria de Bourdieu contempla a noção de que todos os sujeitos sociais acabam por incorporar, embora de formas diversas, estruturas de dominação nas suas práticas sociais quotidianas.

Por sua vez, os homens que se encontram em posições subordinadas ou marginalizadas podem não ver a sua masculinidade como tal, particularmente se atuarem em contextos onde as ações e disposições dos outros homens forem percecionadas como similares (Coles, 2009), e/ou se acreditarem na natureza inata e verdadeira da sua masculinidade (Courtenay, 2000), o que pode ser encarado como viabilizado pelo *habitus* (Coles, 2009). Em consonância, em termos de identidade de classe, podem haver estratégias de redefinição das comparações entre endogrupo e exogrupo, invertendo a anterior relação de desvantagem, revalorizando ou reinventando qualidades do endogrupo (Silva, 2009). Importa, todavia, ter em conta que tal não significa ausência de conflito ou de estratégias subversivas relativamente aos poderes ou valores dominantes (Coles, 2009). Como afirma Courtenay (2000), os homens marginalizados podem tentar compensar o seu estatuto subordinado, desafiando a masculinidade hegemónica e construindo formas alternativas de masculinidade. O mesmo autor (2000) refere que estas alternativas podem corresponder às encenações de género enquanto oposicionais

(Messerschmidt, 1993), compulsivas (Majors & Billson, 1992), compensatórias (Pyke, 1996) ou de protesto (Connell, 1995).

Quanto ao conceito de “masculinidade de protesto”, Poynting, Noble e Tabar (2003 as cited in Connell & Messerschmidt, 2005) definem-no como o padrão construído em contextos das classes trabalhadoras locais, por vezes, entre homens etnicamente marginalizados, que incorporam a reivindicação do poder típico das masculinidades regionais hegemónicas nos países ocidentais, mas a quem faltam os recursos económicos e a autoridade institucional que sustentam os padrões regionais e globais. De acordo com Walker (2006), a masculinidade de protesto constitui uma identidade *genderizada* orientada para o protesto face às relações de produção e ao ideal de masculinidade hegemónica, podendo variar entre uma versão mais destrutiva até uma mais disciplinada, que aumenta a solidariedade entre os homens da classe trabalhadora. Ainda, a masculinidade de protesto pode ser caracterizada, segundo Haywood e Mac an Ghaill (2013), por uma resistência face às instituições (como, por exemplo, as atitudes anti-escola) e por uma relação dialética com o estado.

Neste entendimento, características como duro, atlético e violento, que aparecem nalgumas representações da masculinidade hegemónica, podem, também, ser associadas a uma “masculinidade de protesto” (Haywood & Mac an Ghaill, 2013). Tendo em conta o referido, consideramos aplicável a ideia de que, em termos de identidade de classe, podem haver estratégias de competição social, mediante as quais os indivíduos que se identificam com o grupo subordinado, reconhecendo comparações intergrupais desfavoráveis, assumem como ilegítima essa subordinação e apontam alternativas ao *status quo* (Silva, 2009).

Por sua vez, a investigação salienta a importância de formas compensatórias de masculinidade, mediante as quais os homens não privilegiados podem emular o comportamento *genderizado* associado aos homens dominantes (Holter, 2005), que denote, de algum modo, uma conformidade com o modelo de virilidade (Kimmel & Messner, 1989 [2001]). Em consonância com o já debatido, apesar de apenas uma minoria de homens usufruir dos privilégios patriarcais, muitos participam na hierarquia direta do género, principalmente em contextos onde a divisão do género é enfatizada como universal, o que acontece na era moderna (Holter, 2005). Neste contexto, os homens no topo da hierarquia podem usar meios (aparentemente) mais neutros quanto ao género para atingir os seus objetivos, como a influência económica/financeira, enquanto os homens

na base poderão optar pelo que têm disponível, o “seu”²⁸ género (Holter, 2005). Em termos de identidade de classe, tal pode relacionar-se, na nossa opinião, com o recurso a estratégias de mobilidade individual, através das quais os indivíduos passam ou tentam passar para o grupo dominante e absorver hábitos/estilos de vida deste (Silva, 2009).

Efetivamente, alguns estudos indicam que os indivíduos da classe trabalhadora expressam vergonha e procura de respeitabilidade, dada a menor possibilidade de corresponderem à normatividade dominante (Sayer, 2005; Skeggs, 1997). Tal foi observado juntamente com outros valores, como honra, humildade, trabalho árduo, solidariedade, resiliência e honestidade, num estudo português de Abrantes (2013). Acerca desta constatação, o autor (2013) conclui que o desenvolvimento de valores tradicionais parece compor uma base moral e emocional para os portugueses da classe trabalhadora nos tempos modernos. Além disso, o autor (2013) sugere que estes valores poderão relacionar-se com a possível polarização gerada em contextos onde são significativos o desemprego e a erosão do estado-providência, marcados pelas políticas neoliberais (Sassen, 1998; Sousa Santos, 2010 as cited in Abrantes, 2013)

No âmbito do referido, Courtenay (2000) defende que, embora as hiper masculinidades possam aspirar ou serem cúmplices na reconstrução de uma forma de masculinidade idealizada, não são hegemónicas, dada a falta de acesso ao poder que é central nestas últimas versões (Connell, 1995). Mais concretamente, Courtenay (2000) argumenta que, embora o ideal de masculinidade hegemónica seja profundamente influente, poucos o representam (referindo-se ao contexto ocidental), sendo maioritárias as versões oposicionais ou compensatórias - os homens podem, de diversas formas, aspirar, conspirar, tentar resistir, diminuir ou tentar minar o ideal em foco. A este respeito, o autor (2000) reconhece, contudo, que a sugestão de que apenas certos homens são compulsivos na sua demonstração de normas dominantes de masculinidade pode potenciar ainda maior marginalização das masculinidades subordinadas, como as associadas, por exemplo, aos homens da classe baixa, de etnias não europeias-americanas ou não heterossexuais. Assim, Courtenay (2000) afirma que importa ter em conta a noção de que a masculinidade necessita de prática compulsiva, porque pode ser contestada ou minada a qualquer momento.

Por outro lado, Courtenay (2000) considera que quando um homem com diminuto acesso a fontes culturais e económicas tenta demonstrar poder e autoridade através, por

²⁸ Aspas nossas.

exemplo, da força física, tal não significa necessariamente uma versão “compensatória” de masculinidade, podendo, antes, constituir uma forma situacional ou interpessoal de hegemonia. Este ponto vai ao encontro da sugestão de Schippers (2007): em vez de se definir a variação da prática *genderizada* em função das diferentes “raças”, classes, e contextos como equivalendo a diferentes masculinidades e feminilidades, pode, antes, perceber-se esta variação como masculinidade e feminilidade hegemónicas refratadas através da diferença de “raça” e de classe. Na sua opinião, o que parecem ser diferentes configurações de feminilidade e masculinidade são, sim, variações grupais e culturais na incorporação da masculinidade e da feminilidade hegemónicas. Para Schippers (2007) este ponto é relevante, uma vez que a exclusão dos grupos subordinados (com base na “raça” e na classe) da possibilidade de serem mulheres e homens “reais”²⁹, fornece um racional para a sua subordinação (social, política e económica) e para a legitimação dos privilégios dos indivíduos brancos e dos que se encontram em classes sociais elevadas. Ao mesmo tempo, o conteúdo qualitativo idealizado relativo à masculinidade e à feminilidade é reforçado quer nos grupos socialmente dominantes, quer nos grupos socialmente subordinados (Schippers, 2007).

Por sua vez, Coles (2009) afirma que o conceito de campo de Bourdieu permite a existência de uma variedade de masculinidades dominantes: enquanto a masculinidade hegemónica por ser utilizada para descrever a versão dentro do campo da masculinidade, há subcampos dentro deste último que têm as suas próprias dinâmicas de masculinidades dominantes e subordinadas. Assim, como há uma multiplicidade de subcampos nos quais as masculinidades operam, também existem diferentes versões de masculinidades dominantes (e subordinadas), que podem não corresponder à masculinidade hegemónica no campo da masculinidade (Coles, 2009).

O descrito pode ser relacionado com a noção de que, embora possa ser admitida uma tendência para a correspondência entre o poder institucional e o ideal cultural, a relação entre as masculinidades hegemónicas e as marginalizadas, cúmplices e subordinadas não é linear (Marques, 2007). Os indivíduos que detêm maior poder são passíveis de diferir dos que representam a masculinidade hegemónica como um ideal cultural (Donaldson, 1993). No entanto, importa não esquecer que as tentativas de viver de acordo com o modelo hegemónico de masculinidade podem ser estigmatizadas quando partem de grupos sociais mais marginalizados (Schippers, 2007).

²⁹ Aspas no original (Schippers, 2007).

Apesar desta multiplicidade em termos de masculinidades e de relações com a classe social (e com outras dimensões como, por exemplo, a etnia), têm sido associados alguns padrões a classes específicas, principalmente com base na profissão (e.g. Tolson, 1977 [1983]). Neste sentido, Haywood e Mac an Ghail (2003) afirmam que os homens têm sido entendidos através da noção de trabalhador, sendo, por isso, necessário compreender os “homens” e o “trabalho” como uma inter-relação *genderizada*, através dos quais diversos significados de *manhood* são estabelecidos e sustentados.

Classes sociais: Alta/média e baixa

No que diz respeito aos padrões que podem ser reconhecidos como ligando os homens da classe elevada, sobressaem os privilégios económicos e o estatuto, que lhes dão vantagens não partilhadas pelos homens das classes mais baixas (Holmes, 2009). Assim, os indivíduos da classe elevada podem ter uma alta influência, mesmo que sejam pouco numerosos (Morgan, 2005). Adicionalmente, esta classe é, pelo menos em parte, tanto construída como construtora das noções hegemónicas de masculinidade, designadamente as relacionadas com controlo, exercício do poder e racionalidade, entre outras (Morgan, 2005). Perante isto, sai reforçada a importância da inclusão desta classe numa análise estrutural (Morgan, 2005). Além disso, o seu estudo evita a possibilidade da mesma classe ser percecionada como a norma (como mencionado no âmbito da perspectiva da interseccionalidade).

Particularmente quanto à classe média, e retomando a análise de Tolson (1977 [1983]), as masculinidades são, neste enquadramento, mediadas através das noções de profissionalismo, perícia individual e identificação com o trabalho (Haywood & Mac an Ghail, 2003). Contudo, Tolson (1977 [1983]) considera que o capitalismo criou uma crise no profissionalismo, com a especialização a dissolver as estruturas do mérito individual, e que segmentou e diversificou os caminhos profissionais nas empresas (Haywood & Mac an Ghail, 2003). Assim, as ocupações da classe média não são necessariamente parte de uma progressão da carreira, associada à identificação com a empresa, o que pode provocar alienação e objetificação (Haywood & Mac an Ghail, 2003). Por exemplo, Roper (1994 as cited in Haywood & Mac an Ghail, 2003) concluiu, no seu estudo com gestores seniores, que a reorganização da economia capitalista, o aumento do corporativismo e a mudança do foco para o consumidor (em vez de no

produto) dificultam o processo de identificação com a ocupação e, conseqüentemente, a construção de masculinidades baseadas na mesma.

No que se refere à classe trabalhadora, Tolson (1977 [1983]) afirma que, no sistema capitalista, a relação destes indivíduos com o trabalho é caracterizada por uma alienação, mas, também, por dependência do salário (Haywood & Mac an Ghail, 2003). Neste sentido, o autor argumenta que os homens desta classe têm uma atitude mais instrumental face ao trabalho (Edley & Wetherell, 1995). Enquanto os homens da classe média necessitam de investir em si, de se identificar com o seu trabalho e de se auto-disciplinar, os homens da classe trabalhadora experienciam, tipicamente, as estruturas de disciplina no local de trabalho a partir de fatores externos (Edley & Wetherell, 1995). Conseqüentemente, estes últimos podem ser mais diretamente subordinados pelas práticas capitalistas, o que poder levar, segundo Tolson, a uma maior adoção de comportamentos compensatórios considerados explicitamente masculinos (por exemplo, falar de desporto, sexo ou anedotas) e associados ao estabelecimento de fraternidades (Edley & Wetherell, 1995).

De modo próximo, Willis (1979 as cited in Haywood & Mac an Ghail, 2003) concebe a cultura dos homens da classe trabalhadora como um efeito alienante do trabalho e como uma expressão da masculinidade que torna possível algumas práticas opocisionais (resistência à autoridade, controlo do grupo, humor e desconfiança face à teoria). Adicionalmente, a resistência face às exigências do trabalho manual podem ser compreendidas pelos homens desta classe como algo bravo/heróico, sendo as masculinidades produzidas através do trabalho no qual o corpo está envolvido (Haywood & Mac an Ghail, 2003). Por outro lado, Seidler (1991a as cited in Edley & Wetherell, 1995) argumenta que, perante um tipo trabalho mais instrumental desligado do próprio indivíduo, é expectável que o lar, o consumo e os *hobbies* se tornem a principal forma de definir um sentido de identidade pessoal, particularmente na ausência de fraternidades masculinas.

Atendendo ao referido, é possível, no geral, contrastar dois sentidos de masculinidade associados à divisão de classes, representados não só na literatura, mas, também, na comunicação social, como sugere Morgan (2005). Um associado à classe burguesa ou às classes médias aparece caracterizado pela autoridade/controlo, racionalidade, individualidade e busca de sucesso (Coles, 2009; Morgan, 2005). Um outro, associado à classe trabalhadora, é retratado mediante a solidariedade coletiva de classe, a ênfase na resistência e força física, e a incursão em comportamentos de risco

(Coles, 2009; Connell, 1995; Morgan, 2005), encarados como uma forma de resistência ou compensação face a formas dominantes de masculinidade (Connell, 1995; Fowler, 2003). No entanto, importa ter em conta que uma análise mais detalhada revelará complexidades acerca das versões de masculinidade descritas, podendo ambas ser tanto solidárias como individualistas, e tanto corporificadas como não corporificadas (Morgan, 2005). Efetivamente, não se pode/deve falar numa relação determinística entre certa classe social e uma versão de masculinidade (Morgan, 2005).

No que concerne ao contrato do tipo “*breadwinner*” masculino, a classe trabalhadora tem menos possibilidade de o seguir (Christensen & Larsen, 2008; Holter, 2005; Skeggs, 1997), o que é reforçado pelo facto de muitas mulheres desta classe trabalharem para suportar as suas famílias (Glucksmann, 2000). Neste sentido, tem sido reconhecido um efeito positivo do dinheiro na vontade dos homens em recriar o contrato do tipo “*breadwinner*” masculino (Holter, 2005). Por exemplo, Gutmann (1996), no seu trabalho sobre “machismo” mexicano, observou que os homens da classe trabalhadora participavam, frequentemente, no cuidado das crianças, sem perder estatuto, enquanto os homens das classes altas traçavam uma linha entre quem fornecia o suporte económico (o pai) e quem cuidava dos filhos (a mãe).

Quanto à relação entre a classe social e a adesão a normas de género consideradas mais tradicionais, constatou-se o seguinte: num estudo mexicano, o estatuto socioeconómico e a orientação para a cultura mexicana estavam positivamente relacionados com atitudes ligadas ao “papel” masculino tradicional (ser forte e não mostrar traços femininos) por parte dos homens (Ojeda, Rosales, & Good, 2008); noutro estudo com universitários estado-unidenses de ambos os sexos, em que as adesões à masculinidade e à feminilidade foram avaliadas do *Bem Sex Role Inventory* (Bem, 1974), os homens da classe média/alta pontuavam mais na masculinidade do que os da classe trabalhadora, e as mulheres da classe média/alta pontuavam mais na feminilidade do que as da classe trabalhadora (Nillissen & Young, 2007); por outro lado, num estudo espanhol, em que se recorreu à mesma escala, o nível de educação e a idade não previam diferenças entre os homens, mas apenas entre as mulheres (Calvo-Salguero, Garcia-Martinez, & Monteoliva, 2008).

No que concerne à investigação com jovens adultos do sexo masculino, também não se constata uma relação única. Um estudo norte-americano evidenciou que os jovens com baixo grau académico e provenientes de famílias com reduzido salário expressavam mais normas tradicionais de masculinidade (Courtenay, 1998a as cited in Courtenay,

2000). No mesmo sentido, outro estudo mostrou que a ideia de que os homens se preocupam mais com as questões profissionais, enquanto as mulheres se dedicam mais às questões familiares, domésticas e afetivas, aparecia inscrita na “ordem natural das coisas” para muitos jovens europeus entrevistados, principalmente para os das classes menos favorecidas e menos escolarizadas (Lewis et al., 2002b; Lewis et al., 1999 as cited in Guerreiro & Abrantes, 2005).

Adicionalmente, o estudo de Connell (1995), que contou com a participação de filhos de famílias com diferentes recursos económicos, apontou o seguinte: por um lado, as famílias de origem de classe média eram constituídas por um pai com trabalho renumerado e uma mãe que tinha o papel de cuidadora, mas os filhos eram cativos no movimento ecológico (confrontando-se com o eco-feminismo) e distanciavam-se em relação à masculinidade convencional, dada a tomada de consciência sobre as relações de género; por outro lado, os filhos de trabalhadores manuais, com ambos os pais a ter um emprego fora de casa, tinham baixo grau académico, viviam à margem do mercado de trabalho, demonstravam uma heterossexualidade compulsiva e performativa, usavam a violência como forma de revolta em relação à falta de reconhecimento social e evidenciavam uma aceitação da igualdade entre sexos combinada com misoginia, mas em diferentes graus.

De modo algo próximo, Canann (1996) constatou em relação aos jovens da classe trabalhadora o seguinte: a maioria tinha poucas qualificações (os que as tinham eram em áreas vocacionais); as formas de masculinidade demonstradas eram baseadas no físico/corpo, envolvendo práticas de luta e ingestão de bebidas alcoólicas como formas de mostrar dureza, robustez, controlo e poder; e, os jovens dependiam do seu território e da sua comunidade local para o seu sentido de identidade, como constatado por Tolson (1977 [1983]) – o que pode ir ao encontro da ideia de que certas versões de masculinidade constituem formas situacionais ou interpessoais de hegemonia (Courtenay, 2000). Tal difere dos indivíduos da classe média, que podem ter o seu sentido de *self* e lugar na sociedade afirmados em contextos mais poderosos e mais distantes (Connell, 1993 as cited in Canann, 1996).

Porém, Weis (2006) encontrou diferenças relativamente aos jovens da classe trabalhadora no âmbito da economia atual global: caracterizou os que se guiavam mais pela masculinidade normativa da classe trabalhadora branca, associada à velha economia industrial, enquadrando-os na categoria “vida dura”; e aqueles que se afastavam desta

versão de masculinidade, aparentando uma vida mais “estável”³⁰. Estes últimos foram descritos como tendo investido na escola, trabalhado em ocupações consideradas mais femininas e estabelecido relações íntimas com indivíduos que ganham o mesmo/mais e com quem partilham o cuidado dos filhos. Assim, estes desafiam as fronteiras tradicionais de género e as definições presentes na anterior versão de masculinidade hegemónica da classe trabalhadora (encontradas pela autores nos jovens adultos dos meados da década de 80 do século XX).

As dimensões escolares são também passíveis de ser relacionadas com as classes sociais e com as construções das masculinidades (e.g. Connell, 1989; Haywood & Mac an Ghail, 2003; Weis, 2006), pelo que, em seguida, lhe daremos atenção.

3.4. Classes sociais, dimensões escolares e masculinidades

Sem esquecer o carácter multidimensional das desigualdades de classe, as desigualdades de qualificações escolares são, também, determinantes em termos de oportunidades (Machado et al., 2003). As dimensões escolares têm um papel crescente na reconfiguração das desigualdades sociais contemporâneas, nomeadamente nas relações de classe, nos estilos de vida, nos processos de mobilidade e exclusão sociais, e na formação de disposições pessoais e orientações de vida (Machado et al., 2003). Neste sentido, importa dar atenção aos fatores que se relacionam com a competência escolar, o sucesso escolar e o não-abandono escolar, dada a sua relevância, não só ao nível do bem-estar na juventude, como também do corte do círculo vicioso entre iliteracia e pobreza (Matos & Equipa do Projecto Aventura Social, 2008). Acerca deste tema, interessa lembrar que existe uma concentração acentuada da população portuguesa nos níveis mais baixos de literacia (Gomes, Ávila, Sebastião, & Costa, 2002), embora se constate um alargamento das oportunidades educativas (Guerreiro & Abrantes, 2005).

Muitos jovens com baixo rendimento académico, para além de possuírem experiências escolares anteriores marcadas pelo insucesso, são, também, originários de classes desfavorecidas e sem qualificações superiores (Guerreiro & Abrantes, 2005). Neste sentido, as classes sociais de origem parecem interferir com as probabilidades de acesso a certos níveis de ensino, como foi encontrado relativamente ao ensino superior no contexto português por Machado e colaboradores (2003). Neste estudo, os autores

³⁰ Aspas no original (Weis, 2006).

notaram, também, uma interação entre a classe social de origem e o sexo ao nível da probabilidade de acesso ao ensino superior: comparativamente aos rapazes da mesma classe, as raparigas de classes mais desfavorecidas tinham maior probabilidade de acesso, dado o seu melhor desempenho escolar (tal tornava o seu recrutamento para a universidade menos dependente da origem de classe). A este respeito, sobressai a sugestão de Morris (2008), nomeadamente sobre o menor rendimento escolar nos rapazes estar enraizado na dominância masculina e relacionado com certas construções de género e de classe social. Contudo, segundo Reed (2011), há uma lacuna na literatura acerca do papel que o género tem na perpetuação destas disparidades, especialmente no caso dos rapazes das classes baixas.

Nesta temática, sobressai o papel das instituições de educação/formação na moldagem das masculinidades (Haywood & Mac an Ghaill, 2003). A escola reúne um conjunto de relações sociais com significados formais e informais acerca do que constitui “ser” homem ou mulher, os quais são desenvolvidos mediante vários fatores: disciplina, controlo, *curriculum* formal e escondido, examinação e julgamentos normativos, entre outros (Haywood & Mac an Ghaill, 2003). Por exemplo, alguns estudos documentam que a conformidade dos homens com as normas de género se relaciona com o seu interesse académico, sucesso e escolhas académicas (Jome et al., 2005; Jome & Tokar, 1998 as cited in Thompson & Dahling, 2010). Também Connell (1989), referindo-se ao contexto australiano, argumenta que na formação de masculinidades jovens é importante o *curriculum* (baseado na classe) e a divisão dos estudantes em hierarquias académicas. Neste sentido, os arranjos institucionais através dos quais a escola funciona podem ser encarados como constituindo um regime escolar de género (Connell, 1989).

Mais concretamente quanto à relação entre o contexto escolar e a masculinidade, foram encontrados alguns resultados. Num estudo de Phoenix e Frosh (2001), que contou com alunos londrinos (11-14 anos), concluiu-se que atributos como “dureza”, antagonismo face à aprendizagem escolar, capacidade desportiva e aparência moderna eram influentes na determinação da popularidade dos rapazes e na visão acerca de si próprios e dos outros como adequadamente “masculinos”³¹. Por seu turno, numa revisão sobre estudos suecos realizada por Hearn e colaboradores (2012) foi constatado o seguinte: segundo Wester (2008), a masculinidade hegemónica nas escolas apareceu ligada a características como brutalidade, cultura anti-estudo e a “ser esperto”; contudo,

³¹ Aspas no original (Phoenix & Frosh, 2001).

alguns investigadores argumentam que esta cultura anti-estudo não é obrigatoriamente dominante entre os alunos rapazes e sugerem análises mais subtis das masculinidades hegemónicas locais (Berggren, 2006; Bergman 2009; Holm, 2008; Jonsson, 2007; Nordberg. 2008; Nordberg & Saar 2005); assim, embora o sucesso académico não faça necessariamente parte das masculinidades hegemónicas escolares, o que parece importar é a desvalorização do estudo, para evitar a aparência de falta de capacidade (Holm, 2008; Kalat, 2008 as cited in Hearn et al., 2012). Efetivamente, este discurso de falta de esforço na busca de sucesso apareceu como dominante quer na escola, quer na universidade, com uma associação clara à masculinidade (Jackson & Dempster, 2009; Woodin & Burke, 2007).

Quanto à relação entre classe social, dimensões escolares e masculinidades importa, também, mencionar alguns resultados encontrados. O estudo de Phoenix e Frosh (2001), anteriormente referido, evidenciou que enquanto os rapazes das classes trabalhadoras tendiam a ter aspirações relacionadas com relações futuras íntimas, os da classe média que frequentavam escolas estatais e privadas privilegiavam as carreiras profissionais (encaravam as relações futuras como garantidas). Num estudo com rapazes canadianos, Laberge e Albert (1999 as cited in Phoenix & Frosh, 2001) observaram que, em relação à definição de masculinidade, os da classe média/alta tendiam a valorizar a liderança, a sociabilidade e a inteligência, e os da classe trabalhadora a enfatizar a demonstração de força, a atracção de raparigas e a aparência “fixe”³². Segundo os autores deste estudo, a expressão de dureza física e verbal é passível de constituir um desejo de transmitir poder sobre os outros dentro de um contexto de relativa impotência. Esta interpretação é suportada por Katz e Buchanan (1999 as cited in Phoenix & Frosh, 2001), os quais identificaram mais rapazes das classes trabalhadoras a sentirem-se marginalizados e a acreditar que é esperado que os homens correspondam a uma ideia de *maleness*.

Contudo, outros estudos indicam conclusões diferentes. Mac an Ghail (1994) identificou rapazes da classe trabalhadora entre os que tinham sucesso académico e os que eram empreendedores. Adicionalmente, Nordberg e Saar (2005 as cited in Hearn et al., 2012) argumentam que uma cultura anti-estudo não é tão comum como a frequentemente apresentada, quer entre rapazes da classe trabalhadora quer entre os da classe média.

³² Tradução nossa da expressão *cool* (Phoenix & Frosh, 2001).

Neste contexto, sobressai a argumentação de Connell (1989) sobre a escola atribuir um poder social autorizado (relacionado com as oportunidades de vida), o que pode levar os alunos privados do mesmo a formas alternativas de validação das suas identidades masculinas (capacidade desportiva, agressão física ou conquistas sexuais). Assim, algumas masculinidades são formadas através da luta contra a autoridade escolar, enquanto outras são desenvolvidas mediante a inserção nos percursos académicos, como pode acontecer mais facilmente na classe média (Connell, 1989). Adicionalmente, Willis (1977 as cited in Haywood & Mac an Ghaill, 2003), referindo-se ao contexto inglês, defende que as escolas apresentam uma visão e uma versão de *manhood* da classe média: por exemplo, a aprendizagem formal aparece relacionada com trabalho mental.

Em relação ao ensino superior, um estudo de Archer, Pratt e Phillips (2001) com homens brancos da classe trabalhadora indicou o seguinte: estes baseavam-se em vários discursos de masculinidade nos seus argumentos a favor e contra a participação no ensino superior; a não participação resultava da perceção de incompatibilidade entre a escola e a masculinidade da classe trabalhadora; a participação no ensino superior era associada amplamente à classe média e a um esforço anti-masculino; e, a masculinidade das classes baixas era mais imediatamente marcada pela capacidade física, resistência e pela perícia mecânica, o que contrasta com as masculinidades ao nível da gestão, mais “suaves”³³ e efeminadas (Leach, 1993; Pyke, 1996; Willis, 1977 as cited in Reed, 2011). Além do mencionado, importa considerar a hipótese de que a perspetiva de uma entrada no mercado de trabalho mais rápida (resultado da não frequência do ensino superior), associada ao ganho de um salário, pode ser prioritária para jovens com poucos recursos económicos.

No entanto, apesar de, atualmente, mais jovens da classe trabalhadora continuarem a estudar, para além do sector de manufatura (Haywood & Mac an Ghaill, 2003), e da construção da masculinidade poder estar mais favorável, embora de modo contraditório, à incursão no ensino universitário, como uma necessidade crescente (Freie, 2007 as cited in Reed, 2011), ainda se notam desigualdades relativamente aos jovens de outras classes. Por exemplo, um estudo no Reino Unido (Quinn et al., 2006) indicou que os estudantes universitários da classe trabalhadora estavam constantemente a ser confrontados com desigualdades estruturais, sendo o seu abandono escolar ainda moldado pela masculinidade, relacionada com a procura da aprendizagem informal.

³³ Tradução nossa da expressão *soft* (Reed, 2011).

Adicionalmente, há a possibilidade dos estudantes da classe baixa poderem experienciar conflito, subordinação, estereótipos e tratamento diferente nos campi quando não são brancos, de classe média, estritamente heterossexuais, etc. (Harper, Wardell, & McGuire, 2011). Neste âmbito, sobressai o argumento de Abraham (2008), nomeadamente sobre a noção de que uma quantidade significativa dos valores anti-escola pode não ser derivada da cultura da classe trabalhadora por si só, mas que constitui, sim, uma resposta à organização diferencial das escolas. Como reforço, pode ser dito que a estrutura do ensino superior no Ocidente suporta características associadas à masculinidade hegemónica, com a sua ênfase no pensamento linear e racional e na compartimentalização de disciplinas (Berila, 2011).

De acordo com o apresentado, a classe social influencia não só o acesso mas também o sucesso académico no ensino superior. A este respeito, algumas possíveis explicações são encontradas na revisão de Reed (2011): o ensino superior é um fator de divisão entre os jovens que enveredam pelo trabalho físico e os que assumem posições de poder (Pyke, 1996; Willis, 1977), além de ser interpretado como um investimento arriscado, sem garantias de retorno (MacLeod, 2009; Weis, 1990, 2004); o *habitus* pode ser percecionado como aquilo que leva a aspirações educacionais mais baixas e a uma aceitação da posição marginalizada por parte dos jovens das classes baixas (Walpole, 2007); pode haver uma menor exposição destes jovens a modelos que frequentam/frequentaram o ensino superior no contexto imediato (Cooper, 2006); a resignação destes jovens face à ideia de que continuarão a ter empregos com salários baixos, como os seus pais ou pessoas na mesma localização de classe (MacLeod, 2009), pode ser exacerbada pelas estruturas escolares (Archer et al., 2001); estes jovens podem considerar que têm pouca probabilidade de conseguirem uma mobilidade social e que a escola tem pouco a oferecer em termos de meios para a afirmação da sua masculinidade (Barker, 2005); e, a relutância destes jovens em verem o ensino superior como uma opção viável e realista para as pessoas nas suas circunstâncias pode constituir um obstáculo ao seu sucesso académico. Porém, é relevante ter em conta que as atitudes citadas como afetando os padrões de investimento académico podem, também, ser as que influenciam o sucesso quando os jovens das classes baixas se inscrevem no ensino superior (Reed, 2011).

Em conclusão, perante o apresentado ao longo do capítulo, é pertinente afirmar que apesar de as masculinidades se relacionarem com as classes sociais e/ou dimensões escolares, não há uma inevitabilidade (Morgan, 2005; Phoenix & Frosh, 2001). A este

respeito, deve evitar-se o risco de reforçar estereótipos, particularmente no que se refere a formas de masculinidade da classe trabalhadora, a qual pode ser menos familiar para investigadores oriundos de outras classes (Morgan, 1992 as cited in Edley & Wetherell, 1995). Adicionalmente, mesmo que as relações de produção mantenham algumas características indicadas pelo marxismo (Edley & Wetherell, 1995), a corrente reestruturação no mundo do trabalho pode explicar, pelo menos em parte, a complexificação das masculinidades e a relação das mesmas com a classe (Morgan, 2005). Mais concretamente, estas mudanças envolvem fatores como, por exemplo: maior mobilidade social e geográfica; menor definição das distinções entre casa e trabalho; diminuição da clareza dos títulos ocupacionais e dos trabalhos para a vida; declínio do modelo de *breadwinner* masculino (ao nível da relevância, mas nem sempre da importância ideológica); aumento da economia de serviço; aumento do desemprego; “feminização” do local de trabalho; e, aumento das novas tecnologias (Edley & Wetherell, 1995; Morgan, 2005).

De acordo com Morgan (2005), a crescente incerteza na análise de classes pode refletir ou ter um impacto naquilo que é, por vezes, chamado de crise da masculinidade. Porém, o autor menciona que é fácil identificar um modelo estável de masculinidade, que inclui um grau relativamente elevado de congruência entre os discursos públicos e as práticas públicas e privadas relacionados com a masculinidade. Assim, sugere que, embora este modelo mais estável interaja com as hierarquias baseadas na classe social (entre outras), as diferenças encontradas na forma de “fazer”³⁴ masculinidade podem ser, até certo ponto, encaradas como variações relativamente ao mesmo tema: o que significa “ser” um homem.

Por fim, importa salientar que tanto as posições de classe como as construções sociais de género podem influenciar ou ser influenciadas pelos estilos de vida, os quais se relacionam com as disposições para a adoção de determinadas práticas (Fowler, 2003; Silva, 2009), incluindo ao nível da saúde (WHO, 2002). É sobre este tema que nos debruçaremos no capítulo seguinte.

³⁴ Aspas no original (Morgan, 2005).

3.5. Síntese

Perante a relevância da análise das classes sociais na compreensão de fenómenos que afetam a vida das pessoas (Machado et al., 2003; Silva, 2009), uma síntese que conjuga aspetos das perspetivas marxista e weberiana parece constituir uma ferramenta útil (Estanque, 2009; Silva, 2009). Tal é pertinente no campo da investigação sobre o género, dado que as possíveis interações entre as formas de “fazer” género e a classe social (e.g. Crompton, 2003; Hennessy, 2003; Holmes, 2009) têm um forte impacto nas representações sociais e nas relações de poder na sociedade moderna (Christensen & Larsen, 2008).

Particularmente no que concerne ao estudo das masculinidades, a classe social parece relacionar-se com uma versão mais unificada, e, ao mesmo tempo, com a representação e com a (re)produção de diferentes versões (Morgan, 2005). No geral, enquanto o ideal hegemónico amplamente difundido ao nível regional (Connell & Messerschmidt, 2005) aparece ligado aos homens com mais recursos, as masculinidades consideradas subordinadas face a este (mesmo que dominantes ao nível local, do grupo de referência) são associadas às classes mais baixas (trabalhadoras), podendo assumir formas de protesto e de compensação (Connell, 1995; Courtenay, 2000; Morgan, 2005). Tipicamente, as masculinidades das classes favorecidas são representadas como “mentais” e “racionais”, enquanto as das classes desfavorecidas são retratadas como mais “físicas” e hipermasculinas (e.g. Tolson, 1977 [1983]). Contudo, é encontrada variabilidade e não uma relação determinística (Morgan, 2005).

O dito acerca da classe pode, de alguma forma, aplicar-se ao observado ao nível dos jovens em contexto escolar. Por um lado, parece ser identificado um sentido de masculinidade comum, baseado na conotação negativa do estudo e na valorização da capacidade física (e.g. Hearn et al., 2012; Reed, 2011). Por outro, estes valores são associados mais frequentemente aos rapazes das classes trabalhadoras (Haywood & Mac an Ghaill, 2013). No entanto, esta relação é também variável. Talvez seja mais facilmente reunido um consenso quanto à noção de que as instituições de ensino (ainda) não solucionam as desigualdades em função da classe social e do sexo. De facto, tal pode ser mais benéfico quando se pretende diminuir a atribuição de certos “problemas” a indivíduos/grupos específicos, muitas vezes, desfavorecidos.

Capítulo 4

Comportamentos de risco para a saúde

No âmbito dos esforços desenvolvidos na promoção da saúde, constata-se uma valorização crescente das diferenças detetadas entre homens e mulheres, nomeadamente quanto à morbilidade e mortalidade (Prazeres, 2004b). Mas, apesar da evidência das diferenças e iniquidades ditadas pelo sexo e pelo género, enquanto construção, a adoção da perspectiva de género no sector da saúde ainda carece de reforço e de medidas de concretização (Annandale & Hammarström, 2010; Marques, 2010).

Tendo em conta o exposto, iniciamos o presente capítulo com um relato das diferenças mais expressivas entre homens e mulheres nas taxas de mortalidade em Portugal. Seguidamente, atendendo aos indicadores que sugerem uma maior adoção de comportamentos de risco por parte dos indivíduos do sexo masculino, sobretudo jovens, comparativamente aos do sexo feminino, são abordadas questões de poder e de desigualdade social (Courtenay, 2000). Neste sentido, é debatida a possibilidade de estas práticas estarem envolvidas na estruturação social e na negociação do género, do poder e do estatuto (Courtenay, 2000). Mais particularmente, é explorada a ideia de que as mesmas podem constituir ferramentas na (re)construção de masculinidade(s) (e.g. Courtenay, 2000; De Visser, Smith, & McDonnell, 2009; Lee, 2010).

Adicionalmente, são contempladas outras dimensões sócio-identitárias, como a idade, a classe social e o grau académico, uma vez que, na linha do referido anteriormente, podem, em interação com as construções de género, significar especificidades ao nível do envolvimento em situações de risco.

Por último, esta análise é aprofundada relativamente aos comportamentos de consumo de substâncias psicoativas e de transgressões na condução, dada a sobre-representatividade dos indivíduos do sexo masculino nos mesmos em Portugal (e.g. Autoridade Nacional Segurança Rodoviária, [ANSR] 2011; Balsa, Vital, Urbano, Barbio, & Pascueiro, 2008; Direcção-Geral da Saúde [DGS], 2009, 2014).

4.1. Mortalidade: Diferenças em função do sexo e da idade

Segundo a Organização Mundial da Saúde (World Health Organization [WHO], 2014), no geral, a nível mundial os homens apresentam menor esperança de vida à nascença e maior taxa de mortalidade adulta³⁵ comparativamente às mulheres, incluindo em Portugal (em 2012, a esperança de vida foi de 77 anos nos homens e de 84 nas mulheres; e, a taxa de mortalidade adulta foi de 114 homens e de 49 mulheres). Também no contexto nacional e no mesmo ano, de acordo com a Direcção-Geral da Saúde (2014), falecerem pelo menos duas vezes mais homens do que mulheres devido às seguintes causas³⁶ (à frente de cada encontra-se o número de óbitos masculinos por cem femininos): Abuso de álcool - incluindo psicose alcoólica (421,1); Lesões auto-provocadas intencionalmente e sequelas (395,9); Doença crónica do fígado (377,8); VIH/SIDA (361,5); Acidentes de transporte e sequelas (354,1); Tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmão (350,9); Tumor maligno da bexiga (303,8); Tuberculose (278,2); Perturbações mentais e do comportamento (256,9); Tumor maligno do fígado e das vias biliares intra-hepáticas (247,3); Acidentes e sequelas (225,2); Causas externas de lesão e envenenamento (219,5); Agressões e sequelas (195,1); e Doença pulmonar obstrutiva crónica (193,8)³⁷. Adicionalmente, importa referir que devido à causa “Dependência de drogas, toxicomania” morreram 12 homens e 1 mulher no mesmo ano (DGS, 2014).

Analisando o descrito, sobressaem várias causas passíveis de serem relacionadas com comportamentos considerados de risco³⁸ (embora reconheçamos que podem, também, derivar de outros fatores). Por exemplo, as doenças ao nível do sistema respiratório (“Tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmão” e “Doença pulmonar obstrutiva crónica”) e do fígado (“Doença crónica do fígado” e “Tumor maligno do fígado e das vias biliares intra-hepáticas”) têm uma associação bem estabelecida com hábitos tabágicos e consumo de bebidas alcoólicas³⁹ (Instituto da Droga e da Toxicodependência [IDT], 2011a; Prazeres, 2004b). Adicionalmente, a infeção por VIH/SIDA, os acidentes,

³⁵Probabilidade de morrer entre os 15 e os 60 anos de idade por 1000 habitantes (WHO, 2014).

³⁶Na organização deste *ranking* incluímos apenas as causas que são suscetíveis de afetar ambos os sexos e excluímos as “Complicações da gravidez, parto e puerpério” e “Algumas afeções originadas no período perinatal” (ver DGS, 2014).

³⁷Em ordem decrescente, apareceria seguidamente o tumor maligno do estômago, com uma taxa de 150,6 (DGS, 2014).

³⁸ Apesar de não existir uma definição universal de comportamento de risco, segundo Steptoe e Wardle (1996), pode ser entendido como qualquer atividade praticada por indivíduos, cuja frequência e intensidade conduza a um aumento de risco de doença ou acidente.

³⁹ O consumo de álcool será aqui incluído no âmbito dos comportamentos de risco, embora reconheçamos a possibilidade de benefícios quando o seu consumo é baixo a moderado, não combinado com padrões de *binge-drinking* - por exemplo, ao nível de doenças coronárias, enfartes e diabetes melito (Lee et al., 2009).

as agressões e a dependência de drogas e toxicomania são, também, suscetíveis de serem relacionados com a atividade humana.

Consultando o relatório da Direcção-Geral da Saúde (2009), constata-se que a taxa de mortalidade⁴⁰ por causas externas⁴¹ nos homens é largamente superior à das mulheres a partir dos 15 anos de idade (a taxa global nos homens foi de 64,5 e nas mulheres de 23,9). Santana (2004) indica, relativamente a Portugal e ao ano de 2001, que a taxa de mortalidade prematura⁴² por todas as causas de morte “evitáveis” nos homens foi aproximadamente o dobro da encontrada nas mulheres (104,9 para 47,3). A este respeito, a autora especifica que a diferença pareceu dever-se a causas de morte sensíveis à prevenção primária⁴³ (75,2 nos homens e 17,2 nas mulheres), particularmente a partir dos 15 anos.

Quanto às faixas etárias, segundo o mesmo relatório da Direcção-Geral da Saúde (2009), foi entre os 15 e os 34 anos que se registaram as maiores diferenças entre sexos em termos de mortalidade por causas externas (dos 15-24 anos e dos 25-34 anos, as taxas foram de, respetivamente, 44,2 e 46,2 nos homens, e 9,4 e 8,2 nas mulheres). No mesmo sentido, um estudo de Prazeres, Laranjeira e Oliveira (2005) sobre as causas de mortalidade entre 1992 e 2003, em Portugal, indicou que foi no domínio das causas violentas que o diferencial entre mortalidade masculina e feminina teve maior relevo, com a primeira a ser largamente maioritária na idade dos 15 aos 24 anos, e que uma parte substantiva dos óbitos ocorridos nos jovens correspondeu a mortes evitáveis.

Mais particularmente quanto ao Norte do país (zona onde se desenvolveu a presente tese), um estudo de Machado, Teixeira, Rodrigues e Felício (2011), debruçado sobre os quinquénios 1989-93, 1994-98 e 2001-05, apontou o seguinte: avaliando por tipo de causa evitável, as sensíveis aos cuidados médicos apresentaram uma diminuição mais acentuada (-45,6%) do que as sensíveis à promoção da saúde (-19,8%); analisando o *peso* das mortes evitáveis no total das mortes prematuras, nas mulheres foi maior o dos óbitos sensíveis aos cuidados médicos, enquanto nos homens foi maior o dos óbitos sensíveis à

⁴⁰ Número de óbitos por 100 000 habitantes ou, no caso dos menores de 1 ano de idade, número de óbitos por 100 000 nados vivos (DGS, 2009).

⁴¹ Segundo a Classificação Internacional de Doenças, 10.ª revisão (CID-10) - em vigor - as “causas externas de mortalidade” dizem respeito ao conjunto de mortes por acidentes, lesões intencionalmente infligidas (onde se inclui o consumo de substâncias como o álcool e as drogas ilícitas), ataques, eventos de intenção indeterminada, intervenções legais e operações de guerra, e complicações derivadas de cuidados médicos e cirúrgicos (WHO, 2004).

⁴² Por cada 100 000 habitantes (Santana, 2004).

⁴³ Foram consideradas as seguintes: cancro da traqueia, brônquios e pulmões, doença isquémica do coração, cirrose do fígado e acidentes por veículo a motor (Santana, 2004).

promoção da saúde; focando a atenção apenas nas mortes sensíveis à promoção da saúde, os acidentes de viação, a cirrose do fígado, a doença isquémica do coração e o tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmões foram aquelas com proporção mais elevada quando se considerou ambos os sexos; nos homens destacou-se o aumento dos óbitos (e proporção) por tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmões, e a diminuição por doença isquémica do coração, tendo-se mantido elevados os valores por acidentes que envolviam veículos a motor; por sua vez, nas mulheres sobressaíram os óbitos (e proporção) por cirrose do fígado e por acidentes de veículos a motor.

Assim, perante o apresentado, parece-nos pertinente explorar com maior detalhe alguns dados relativos ao consumo de substâncias psicoativas e à sinistralidade rodoviária, o que iremos fazer mais à frente. Por agora, centrar-nos-emos nas acentuadas diferenças encontradas nos dados relativos a homens e mulheres, passíveis de serem relacionadas com a atividade humana. Tendo em conta que as dissemelhanças biológicas não parecem explicar estas diferenças suficientemente, pode dizer-se que as mesmas parecem, antes, inscrever-se no domínio do género, pois resultarão de uma construção social (Badinter, 1997; Prazeres, 2004b; Sabo, 1995; Sen, Östlin, & George, 2007).

4.2. Enfoque de género e interseccional na saúde

O desenvolvimento do chamado “enfoque de género na saúde” é um fenómeno recente. Como referido no capítulo 1, foi em meados do séc. XX que diversas autoras feministas falaram acerca da construção social das diferenças sexuais, da ausência de participantes de sexo feminino na investigação pré-clínica, da consideração dos homens como padrão e da negligência da relação entre os comportamentos dos homens e o género (Borrell, García-Calvente, & Martí-Boscà, 2004). Na sequência do descrito, é, ainda, notada a existência de poucos estudos sobre a saúde dos homens que atentem a uma perspetiva de género (Smith & Robertson, 2008). Apesar da maior notoriedade na literatura dos problemas de saúde atribuídos a comportamentos de risco nos homens, nem sempre há uma reflexão acerca de fatores sociais que podem contribuir para os mesmos (Annandale & Hammarström, 2010; Courtenay, 2000). Neste sentido, as crenças e os comportamentos não saudáveis utilizados para demonstrar/construir género continuam, ainda, algo invisíveis (Courtenay, 2000).

Embora a inclusão das mulheres nos estudos da saúde tenha possibilitado a redução do viés derivado da conceção do homem como “padrão” (Annandale &

Hammarström, 2010; Hammarström & Annandale, 2012) e uma progressiva caracterização das semelhanças e dissemelhanças entre homens e mulheres, o resultado resume-se, muitas vezes, à simples referência/constatação do fenómeno (Prazeres, 2004b; Sánchez-López, Cuéllar-Flores, & Dresch, 2012). O descrito agrava-se quando se constata, ainda, uma marcante atribuição das diferenças entre homens e mulheres à biologia (Prazeres, 2004b).

O enfoque de género não aparece, portanto, ainda muito disseminado nos estudos e nas políticas no âmbito da saúde (Annandale & Hammarström, 2010; De Visser & McDonnell, 2013; Marques, 2010; Prazeres, 2004b). Especificamente quanto ao consumo de álcool, a investigação foca-se, muitas vezes, apenas nas diferenças sexuais, o que deixa por avaliar a possível influência do género nas razões para alguns homens consumirem mais do que outros (De Visser & McDonnell, 2012), para os homens consumirem mais do que as mulheres e/ou para algumas mulheres consumirem mais do que outras. Por sua vez, no que concerne à pesquisa sobre a utilização de droga, não é raro encontrar estudos que não separam sistematicamente os resultados entre sexos nesta temática (Borrell & Artazcoz, 2008). Neste campo, o género também sido identificado como negligenciado, sendo recente a contemplação da masculinidade nos estudos e nos serviços referentes ao consumo de substâncias psicoativas (Stover, 2007). No que diz respeito à segurança rodoviária, o género não tem sido reconhecido como um fator significativo nos esforços da educação/prevenção, nem os comportamentos adotados pelos indivíduos do sexo masculino na estrada têm sido alvo de elevada atenção (Williams, 2002).

Deste modo, ficam por compreender os impactos dos fatores psicossociais nestas questões (Addis & Mahalik, 2003), correndo-se o risco de minimizar o carácter político das relações de género (Baden & Goetz, 1997 as cited in Annandale & Hammarström, 2010). Tal pode reforçar a ideia de naturalidade dos comportamentos atribuídos a cada sexo e, conseqüentemente, os estereótipos e as relações assimétricas em termos de poder entre os sexos (Addis & Mahalik, 2003; Amâncio, 1992).

Adicionalmente, estudos na área da saúde e nas ciências sociais têm mostrado uma falha na conceptualização clara dos conceitos de sexo e de género (Amâncio, 2003; Annandale & Hammarström, 2010; Hammarström & Annandale, 2012; Harrison, 2005; Prazeres, 2004b). De modo relacionado, nem sempre a utilização do termo género significa uma perspectiva de género (Hammarström & Annandale, 2012), podendo, inclusive, corresponder à mera substituição da palavra sexo (Harrison, 2005; Marques, 2007). No entanto, estudar o género não é o mesmo que estudar o sexo, pois o

conhecimento sobre homens e mulheres não corresponde necessariamente ao conhecimento sobre o sexo (Nogueira, 2001c). Perante este cenário, corre-se o risco de estimular uma visão dicotómica baseada no dimorfismo orgânico (o género nos corpos e não nas construções sociais) e de reforçar a noção de inevitabilidade e/ou naturalidade da menor esperança de vida dos homens (Amâncio, 1999; Courtenay, 2000; Marques, 2007).

Por sua vez, a interseccionalidade (e.g. Bowleg, 2008; E. Cole, 2009; Crenshaw, 1994; McCall, 2005) não parece ter, ainda, marcado o tema da equidade na saúde de forma generalizada (Gordon et al., 2013; Hankivsky, 2011; Sen et al., 2007; Thien & Casino, 2012). Consequentemente, ficam por detetar e explicar diferenças intragrupo, incluindo dentro de cada sexo (Mahalik, Levi-Minzi, et al., 2007). De facto, as políticas neste campo tendem a homogeneizar os grupos ou a focar-se em comportamentos individuais, acarretando custos humanos significativos (Phillips, 2011; Sen et al., 2007).

Apesar de a investigação ter vindo a apontar o impacto dos determinantes sociais na saúde, como o salário, o estatuto socioeconómico, a rede social e o capital social, esta análise raramente inclui o género (Borrell et al., 2004; Kim & Ruger, 2010; Phillips, 2011). Só recentemente alguns autores começaram a ter em conta estes eixos de iniquidade em simultâneo (Borrell & Artazcoz, 2008; Borrell et al., 2004). Efetivamente, não é possível entender completamente as iniquidades baseadas no género sem ter em conta as que são baseadas na classe social, uma vez que estes sistemas interagem e condicionam os comportamentos, incluindo os de risco (Addis & Mahalik, 2003; Courtenay, 2000; Matos & Equipa do Projecto Aventura Social, 2008; Sen et al., 2007; WHO, 2002).

Como mencionado, a incursão nos comportamentos de risco abordados aparece destacada na faixa etária dos jovens, principalmente no sexo masculino (e.g. DGS, 2014; Instituto Nacional de Estatística [INE], 2011). Contudo, muitas vezes, os adolescentes/jovens são encarados como saudáveis (Goodman & Huang, 2002; Prazeres, 2003) e/ou o seu envolvimento em situações arriscadas como supostamente natural (O'Neil & Crapser, 2011; Prazeres, 2003), o que pode minimizar a perceção de risco (Charles & Walters, 2008). Por sua vez, grande parte da investigação sobre a saúde dos homens que atenta às construções sociais no domínio da masculinidade negligencia a relações com a idade (Calasanti, Ojala, & King, 2013). Como resultado, estas generalizações sobre os jovens podem condicionar as intervenções efetuadas, num cenário em que a informação sobre as necessidades de saúde específicas é reduzida (Prazeres, 2003). Além disso, este tipo de generalização pode reforçar ou negar os

problemas daqueles que se encontram num determinado grau de escolaridade, tipo de ensino e/ou contexto escolar (Botticello, 2009; Griffin, Bengry-Howell, Hackley, Mistral, & Szmigin, 2009; Haywood & Mac an Ghaill, 2013; O'Neil & Crapser, 2011; Reed, 2011).

4.2.1. Género e comportamentos de risco

Certos problemas de saúde afiguram-se como fruto de comportamentos utilizados na (re)construção do género, como a(s) masculinidade(s) e a(s) feminilidade(s) (Courtenay, 2000; Hearn et al., 2012; Lee, 2010) - o que não significa uma tomada de consciência ou prática refletida (Coles, 2009; Hamilton, 2007). Por outras palavras, estes comportamentos parecem contribuir para a definição do indivíduo *genderizado* e das construções sociais de género (Courtenay, 2000). Neste sentido, de um modo lato, a masculinidade tem sido associada a comportamentos de risco para a saúde e a feminilidade a comportamentos protetores da mesma (Courtenay, 2000; Tsirigotis, Gruszczynski, & Tsirigotis-Maniecka, 2013).

Pode argumentar-se que as práticas de risco para a saúde são (re)produtoras de significados, o que vai ao encontro de uma perspetiva construcionista social (Addis & Mahalik, 2003; Courtenay, 2000). Adicionalmente, no âmbito de uma perspetiva feminista, as mesmas podem ser conceptualizadas como ferramentas de estruturação e aquisição de poder a um nível micro (Addis & Mahalik, 2003; Clatterbaugh, 1997; Courtenay, 2000). Neste prisma, as práticas em foco podem contribuir para a estruturação social das transações da vida quotidiana, reforçando, consequentemente, estruturas mais amplas de poder e desigualdade (Schrock & Schwalbe, 2009). Por exemplo, os homens podem beneficiar enquanto grupo quando incorrem em comportamentos de risco ou de não procura de ajuda (Addis & Mahalik, 2003). Por sua vez, as relações de poder causadoras das iniquidades de género podem determinar fortemente a saúde, entre outros fatores (Sen et al., 2007).

Em concordância com o referido, sobressai o envolvimento do corpo na (re)construção do género, quer como objeto, quer como agente na prática social (Connell, 2002). A este respeito, Connell e Messerschmidt (2005) argumentam que há circuitos de prática social a ligar os processos corporais e as estruturas sociais, que podem ser diretos, ou atravessar instituições, relações económicas e símbolos culturais. Assim, os processos

de género e, mais particularmente, a hegemonia operam através de vários atores políticos (Hearn, 2004; Holter, 2005).

Courtenay (2000), baseando-se em Messerschmidt (1993), menciona que à medida que as pessoas desenvolvem ação social ajudam a criar as estruturas sociais que facilitam/limitam a prática social. Igualmente, quando os indivíduos demonstram género em sintonia com o que é esperado do seu sexo podem favorecer a sustentação dos arranjos institucionais que são baseados nesta categoria (West & Zimmerman, 1987). Por seu turno, as estruturas sociais - estado, meios de comunicação social, sistema de saúde, entre outras - contribuem para manter os comportamentos de risco *genderizados*, quer através do reforço de formas estereotipadas de encenações de género, quer mediante a disponibilização de diferentes oportunidades para a demonstração de género em função do sexo (Courtenay, 2000). Deste modo, podem contribuir para a estimulação de crenças e comportamentos pouco saudáveis nos homens (Courtenay, 1998a as cited in Courtenay, 2000). Por exemplo, o sistema de serviços de saúde pode favorecer a ideia de que os corpos dos homens são superiores aos das mulheres (Courtenay, 1998a as cited in Courtenay, 2000), invisibilizando a pior saúde dos homens (Annan-dale & Clark, 1996 as cited in Courtenay, 2000). Efetivamente, os cuidados primários nos serviços de saúde têm sido reconhecidos como mais voltados para a receção de mulheres (Gough, 2013; Schraiber et al., 2010). Adicionalmente, pode aplicar-se o referido às representações de risco, as quais estão enquadradas num contexto social, cultural e moral, onde as definições e respostas ao risco parecem fortemente marcadas pelas estruturas sociais (Lupton, 1999 as cited in Thom, 2003).

No mesmo sentido, Maria do Mar Pereira (2009), baseando-se no trabalho de West e Zimmerman (1987), e em defesa de uma análise *performativa* da negociação do género, afirma que a produção do mesmo corresponde a um conjunto de dinâmicas de auto e hetero-posicionamento (as quais podem ser alvo de contestação ou interferência). A este respeito, explica que perspetivar os indivíduos como produtores ativos do género não significa considerar que o criam a partir do “nada”⁴⁴. As categorias “feminino” e “masculino”⁴⁵ estão associados a significados e a valorizações que vão além do contexto particular de cada interação (Amâncio, 1994; Bourdieu, 1999 as cited in Pereira, 2009), e as regras (formais ou informais) presentes nestes contextos fazem com que certas

⁴⁴ Aspas no original (Pereira, 2009).

⁴⁵ Aspas no original (Pereira, 2009).

performances sejam mais eficazes, vantajosas ou perigosas comparativamente a outras. Além disso, a autora (2009) refere a existência de estruturas de desigualdade - de género, classe, “raça”, entre outras - que tendem a limitar o acesso das pessoas a oportunidades e a recursos, assim como a certas feminilidades e masculinidades.

Indo ao encontro do descrito, consideramos que a ideia sobre as práticas de risco corresponderem a *performances* de género (e/ou outras dimensões sociais/identitárias como aprofundaremos mais em baixo) pode ser sustentada pelo carácter multiplicativo constatado: a incursão num comportamento de risco acarreta frequentemente outros - fumar, consumir bebidas alcoólicas e drogas aparecem, muitas vezes, associados a uma atividade sexual precoce e desprotegida, e a acidentes resultantes de uma condução perigosa (Lindberg, Boggess, Porter, & Williams, 2000; McCallum, 1998; Michael & Ben-Zur, 2007). Tal parece sugerir o potencial explicativo dos estilos de vida. Estes são incluídos pela Organização Mundial da Saúde (2002) no conjunto de determinantes da saúde/doença⁴⁶ e definidos pela Direcção-Geral da Saúde (2004) como o conjunto de hábitos e comportamentos de resposta às situações do dia-a-dia, aprendidos através do processo de socialização e constantemente reinterpretados e testados ao longo do ciclo de vida e em diferentes situações sociais.

De facto, alguma investigação sugere que a sobre-representação dos homens em termos de mortalidade e doença se relaciona com os estilos de vida menos saudáveis dos mesmos (Courtenay, 1998; Dawson, Schneider, Fletcher & Bryden, 2007; Lonnquist, Weiss & Larsen, 1992; Tashiro, 2002; WHO, 2000 as cited in Aparicio-García, Sanz-Blasco, & Ramos-Cejudo, 2011). Julgamos, assim, pertinente relacionar com o já referido anteriormente: a masculinidade é construída ativamente pelo próprio perante os outros, mediante práticas que exigem esforço, vivificação, vigilância e provas constantes (Badinter, 1997; Connell, 1990a; Hearn, 2004; Vale de Almeida, 1995). Neste sentido, estas práticas podem relacionar-se com a procura de um ideal de masculinidade que, mesmo inatingível (Sabo, 1989 [2001]), é eficaz na orientação de escolhas comportamentais quotidianas.

⁴⁶ Adicionalmente, são referidos os fatores socioeconómicos, o ambiente e a disponibilidade de serviços ou cuidados de saúde (WHO, 2002).

4.2.1.1. Masculinidade(s) e comportamentos de risco

Tendo em conta a descrição anterior de alguns constructos associados a uma certa ideologia de masculinidade, que parece presente na cultura ocidental - evitamento de fraqueza e vulnerabilidade (O'Neil & Crapser, 2011; Sousa Filho, Rolim Neto, & Teixeira, 2012); posse de capacidade intelectual e física, honra e prestígio (Connell, 1995); físico atlético e forte, competitividade, autoconfiança e espírito de aventura (Swain, 2006); força e auto-suficiência (Månsdotter et al., 2009 as cited in Hearn et al., 2012); coragem, resistência e prontidão para assumir riscos (Badinter, 1997; David & Brannon, 1976; Kimmel & Messner, 1989 [2001]) –, é mais facilmente compreendida a sobre-representação dos homens em indicadores de saúde associados a práticas de risco. Estas podem ser utilizadas como formas de demonstrar ideais masculinos dominantes e/ou hegemónicos (Courtenay, 2000; Harris III & Barone, 2011). Em consonância, as repercussões de um modelo de masculinidade tradicional ocidental têm sido relacionadas, no geral, com a adoção de comportamentos de risco e com a menor procura de serviços de saúde por parte dos homens (e.g. Addis & Mahalik, 2003; Charles & Walters, 2008; De Visser & McDonnell, 2012; De Visser & Smith, 2006; Kimmel & Davis, 2011; Lee & Owens, 2002; Mahalik, Burns, & Syzdek, 2007; Mahalik, Good, et al., 2003; Mahalik, Locke, et al., 2003; Marcell, Ford, Pleck, & Sonenstein, 2007; Naslindh-Ylispangar, Sihvonen, & Kekki, 2008; O'Neil & Crapser, 2011; Shepherd & Rickard, 2012; Sousa Filho et al., 2012; Tsirigotis et al., 2013).

No entanto, apesar das problemáticas que podem decorrer destas práticas, na linha do mencionado anteriormente, as mesmas podem estar envolvidas na obtenção de certos benefícios derivados da preservação dos poderes estruturais existentes, numa sociedade patriarcal que premeia este tipo de desempenho (Addis & Mahalik, 2003; Courtenay, 2000). Por exemplo, podem apoiar a crença de que os homens são mais fortes, menos vulneráveis, mais independentes e mais autoconfiantes do que as mulheres (Addis & Mahalik, 2003; Courtenay, 2000). Efetivamente, reconhece-se que estas crenças têm sido utilizadas historicamente para suportar a construção dos homens como mais adequados para estarem presentes nas esferas pública e económica, mantendo o acesso dos mesmos ao poder e ao controlo (Addis & Mahalik, 2003).

As práticas em foco podem, também, sustentar a crença de que os homens mais poderosos são aqueles para os quais a saúde e a segurança são negligenciáveis (Courtenay, 2000). Neste sentido, a subordinação, não só das mulheres, mas também dos

homens com menor estatuto, é possível de ser feita, pelo menos em parte, através das apresentações *genderizadas* de saúde e comportamentos de risco (Borrell & Artazcoz, 2008; Courtenay, 2000). A este respeito, Courtenay (2000) especifica que os homens e os rapazes que tentem ações associadas a normas de género femininas – como a incursão em comportamentos promotores de saúde - correm o risco de ser relegados para uma masculinidade subordinada. Assim, o mesmo autor conclui que os homens constroem masculinidades em oposição às crenças e comportamentos de saúde das mulheres e dos homens considerados menos masculinos. Tal é suportado por alguma investigação que revela a associação feita por homens entre a saúde e a feminilidade (Charles & Walters, 2008; Sloan, Gough, & Conner, 2010).

Embora nada proíba estritamente um homem de demonstrar masculinidades de modos diferentes, fazê-lo requer passar as fronteiras do género socialmente construído, o que pode acarretar penalizações (Courtenay, 2000). Como dito no capítulo 2, o poder da masculinidade hegemónica não reside apenas na sua ampla difusão e aceitação consensual, mas também na pouca oportunidade para fazer oposição à mesma (Kimmel & Davis, 2011). Quando um conceito é concebido como ocorrendo naturalmente (por exemplo, através de determinantes biológicos) e reforçado pelas ações e relações do dia-a-dia torna-se difícil o seu desafio (Kimmel & Davis, 2011).

Apesar das mudanças sociais, incluindo ao nível dos paradigmas da masculinidade e da feminilidade no mundo ocidental, os homens parecem, ainda, preocupados com as sanções direcionadas ao considerado comportamento masculino (Louro, 2000; McCallum, 1998; Prazeres, 2003). Neste sentido, pode aplicar-se o modelo dramático de Goffman (1959 [1993]), segundo o qual, os atores sociais incorporam desde cedo as possibilidades de punição e estigma dirigidos ao que é construído como não normativo, o que os leva a atuar de modo a criar boa impressão, negociando a sua identidade nos espaços sociais - seja em relações face a face ou na articulação com a “estrutura social”, expressa nas regras convencionadas e nos hábitos (Silva, 2009). Seguindo esta linha de pensamento, consideramos que as práticas de risco podem constituir recursos da vida quotidiana, utilizados pelos homens na construção da imagem que melhor os posicionará face ao ideal hegemónico (Santos, 2009), de acordo com a ordem de género (Connell, 2002, 2005). Desta forma, podem conseguir afastar a suspeita de que são “menos homens” (Santos, 2009) e, consequentemente, evitar uma identidade estigmatizada (Goffman, 1959 [1993]).

De modo semelhante, Lightfoot (1997) argumenta que a incursão em comportamentos de risco pode ser conceptualizada como uma “encenação” social que contribui para a definição do autoconceito e para a participação no grupo de pares (Geertz, 1972 as cited in Lightfoot, 1997). Tal vai ao encontro do já referido, nomeadamente sobre a possibilidade de versões hegemónicas de masculinidade locais serem utilizadas na promoção do auto-respeito face ao descrédito, o que é passível de se relacionar com o envolvimento em práticas de risco como forma de estabelecer a reputação masculina num contexto de pares (Connell & Messerschmidt, 2005). Nesta direção, no contexto estado-unidense e contando com participantes homens, foi encontrada uma associação positiva entre a conformidade com normas masculinas tradicionais e a perceção de estigma relativa à procura de ajuda psicológica (Hammer, Vogel, & Heimerdinger-Edwards, 2013). No mesmo contexto e também com uma amostra constituída por homens, tanto a conformidade com normas masculinas tradicionais como a normatividade percebida dos comportamentos de saúde dos outros homens predisseram as práticas de saúde dos próprios, não havendo relação com a perceção da normatividade dos comportamentos das mulheres (Mahalik, Levi-Minzi, et al., 2007).

Porém, embora a procura de masculinidade seja encarada como responsável, pelo menos em parte, pelos comportamentos não saudáveis dos homens (Pietilä, 2008 as cited in Calasanti et al., 2013), importa realçar que há comportamentos considerados “masculinos” que podem ter consequências positivas para a saúde, como o desporto e a atividade física (Calasanti et al., 2013; De Visser & McDonnell, 2013; Mahalik, Levi-Minzi, et al., 2007). Enquadrando-os como orientados para a ação e autonomia, pautados por objetivos desportivos e/ou pela preocupação quanto à aparência, os homens podem afastar a sombra do “feminino” (Sloan et al., 2010). Por outro lado, também se pode interpretar que os homens são capazes de se dissociar da masculinidade “hegemónica”, mostrando preocupação pela sua saúde (Nobis & Sande’n, 2008; Nobis, Sande’n & Elofsson, 2007 as cited in Hearn et al., 2012), como em casos de doenças hereditárias (Reed, 2013). Os homens não precisam de se envolver em *todos*⁴⁷ os comportamentos considerados masculinos, mas demonstrar, pelo menos, alguns pode aumentar a probabilidade de serem percebidos como masculinos (De Visser et al., 2009).

Acerca do mencionado, é pertinente atender ao seguinte: cada comportamento masculino ou não masculino tem diferentes valores (De Visser & McDonnell, 2013); a

⁴⁷ Ênfase em itálico no original (De Visser et al., 2009).

relação entre comportamentos de saúde e masculinidade pode variar consoante o tipo de comportamento e o tipo de constructo no domínio do género avaliado - algumas facetas da(s) masculinidade(s) podem relacionar-se com práticas de saúde que acarretam consequências positivas, enquanto outras facetas podem associar-se a consequências negativas para a saúde (Levant, Wimer, & Williams, 2011); e, parece haver uma variação entre países no que concerne à relação entre masculinidade e condutas de saúde, nomeadamente entre estudos que recorreram ao instrumento CMNI⁴⁸ (Aparicio-García et al., 2011; Mahalik et al., 2006), utilizado nesta investigação (em formato de versão reduzida).

Assim, importa ter em conta que a patologização da masculinidade pode mascarar a complexidade existente (Gough, 2013). Por exemplo, a masculinidade hegemónica pode ter efeitos duplos (Hearn et al., 2012). A este respeito, Månsdotter e colaboradores (2009 as cited in Hearn et al., 2012) argumentam que os problemas de saúde entre homens podem dever-se a pouco investimento ou a fortes associações à masculinidade hegemónica, especificando, neste enquadramento, que a masculinidade cúmplice poderá ser mais associada ao risco psicológico e físico. Interessa, pois, conceber variadas práticas sócio-espaciais de masculinidade hegemónica na saúde dos homens (Thien & Casino, 2012).

Um outro aspeto que importa realçar é que, apesar da sobre-mortalidade por causas externas nos jovens do sexo masculino, foi constatado o seguinte: enquanto os problemas reconhecidos tipicamente como masculinos aumentam nos jovens de ambos os sexos, os problemas identificados habitualmente como femininos só aumentam nas jovens (Choquet & Ledoux, 1994 as cited in Prazeres, 2004b). A sociabilidade entre ambos os sexos, comum nos grupos de jovens, pode levar, por parte das raparigas, a uma cumplicidade com um ideal de masculinidade (Amâncio, 2004a), principalmente quando este é mais valorizado do que outras masculinidades e feminilidades (Connell, 2000). Mais particularmente, as mulheres para serem “dominantes” podem encenar características reconhecidas como masculinas (Amâncio, 1994). Assim, segundo Amâncio (2004a), o que um olhar negligente do género denomina de “efeito perverso da igualdade”, não é mais do que a generalização às raparigas de padrões comportamentais considerados masculinos, mas que são socialmente referentes.

⁴⁸ *Conformity to Masculine Norms Inventory* (desenvolvido por Mahalik, Locke, et al., 2003).

O descrito parece-nos relevante na análise de fenómenos relacionados com a saúde no contexto português. Isto porque, quanto às práticas de sociabilidade e aos estilos de vida, ainda que mais condicionadas, as raparigas aparentam, atualmente, opções semelhantes às dos rapazes (Guerreiro & Abrantes, 2005). Além disso, um estudo levado a cabo no Norte de Portugal com jovens apontou que, apesar de as relações de poder *genderizadas* e alguns papéis de género tradicionais ainda persistirem, raparigas e rapazes pareciam procurar as suas feminilidades e masculinidades através de várias formas intra e inter sexo, ilustrando heterogeneidade (Macedo, 2012).

Na linha do referido no capítulo 1, a masculinidade e a feminilidade não são sobreponíveis, respetivamente, a homens e mulheres, senão seria impossível falar em diversas masculinidades e mudanças nas relações de género (Vale de Almeida, 1996). Efetivamente, interpretando a diferenciação de género como o conjunto de processos através dos quais se marcam distinção e semelhanças entre pessoas, usando as categorias “masculino” e “feminino”, é possível atender ao seguinte: à produção de diferenciação entre homens e mulheres; à caracterização (e hierarquização) de alguns homens como mais (ou menos) “masculinos” e de algumas mulheres como mais (ou menos) “femininas”; e, também, à associação da feminilidade aos homens e da masculinidade às mulheres (Pereira, 2009). Neste entendimento, os corpos das mulheres podem, também, encenar masculinidades particulares (Connell & Messerschmidt, 2005; Haywood & Mac an Ghaill, 2003; Levant, 2011; Parent & Smiler, 2012). Assim, acreditamos que se favorece a subversão da proximidade e interdependência entre o corpo, o sexo, o género e a sexualidade (Butler, 1990), reforçando a ideia de que as construções da masculinidade não residem nos corpos nem correspondem a um sexo biológico (Haywood & Mac an Ghaill, 2003).

Esta noção estava já contemplada no desenvolvimento de instrumentos como o *Bem Sex Role Inventory* (Bem, 1974) e o *Personal Attributes Questionnaire* (Spence et al., 1974). Contudo, a masculinidade encenada por mulheres é uma área pouco pesquisada (Holter, 2005). Tal é prioritário uma vez que quando se avalia a masculinidade somente nos homens e a feminilidade⁴⁹ apenas nas mulheres podemos cair num essencialismo implícito ao falhar na distinção entre sexo e género (Francis, 2010; Levant, 2011; Parent

⁴⁹ Desenvolveram-se medidas para avaliar constructos no âmbito da feminilidade, como o *Conformity to Feminine Norms Inventory* (Mahalik, Morray, et al., 2005), adaptado para o contexto espanhol (Sánchez-López & Cuéllar-Flores, 2011), o qual avalia oito normas: *Nice in Relationships, Thinness, Modesty, Domestic, Care for Children, Romantic Relationship, Sexual Fidelity* e *Invest in Appearance*.

& Smiler, 2012). Este foco exclusivo implica que as normas avaliadas sejam mais facilmente concebidas como fixas, biológicas e/ou essencialistas, em vez de constructos que são mais fortemente endossados por um sexo dentro de um contexto temporal, cultural e local, mas que não são exclusivos desse sexo (Addis, Mansfield, & Syzdek, 2010; Parent & Smiler, 2012).

No entanto, importa notar que o posicionamento de homens e de mulheres numa representação polarizada e simétrica deve ser cautelosa ou até evitada, dada a assimetria do sistema de género (Amâncio, 1994; Marques, 2007). Efetivamente, os comportamentos que são normalizados nos homens podem ser encarados como desviantes nas mulheres, esperando as mesmas mais consequências negativas sobre uma variedade de atividades de risco (Lee, 2010). O comprometimento da feminilidade tem consequências nas vidas das mulheres (Amâncio, 1994).

Por sua vez, Francis (2010) alerta que ao conceber-se a identificação do “género” como não sendo feita através do corpo, mas, antes, mediante a análise de comportamentos performativos, levanta-se o desafio de classificar os comportamentos como “masculinos” ou “femininos”, e o risco de estereotipar e/ou reificar os binarismos de género (Francis, 2009b as cited in Francis, 2010). Neste sentido, a autora refere que esta abordagem monoglóssica - útil na análise da iniquidade mais ampla - pode levar a um entendimento binário da masculinidade como racional, forte, ativa, e da feminilidade como emocional, fraca e passiva. Por isso, sugere que se atenda à complexidade e contradição (heteroglossia) na produção da diversidade de género e na sua categorização.

Considerar que alguns comportamentos de risco nas mulheres constituem encenações de masculinidade pode acarretar consequências negativas. Por exemplo, Cullen (2011) nota que dentro dos discursos da comunicação social, as raparigas que bebem álcool são retratadas como apropriando os piores excessos da “masculinidade”. Perante o mencionado, embora avaliemos, no presente trabalho, a conformidade com algumas normas tidas como masculinas em jovens de ambos os sexos e a relação deste constructo com certos comportamentos de risco, reconhecemos que podem haver outros fatores no domínio do género envolvidos: por um lado, pode haver uma menor pressão para as mulheres se conformarem com os estereótipos de género que colocam grande importância na reputação pública da mulher em termos de modéstia e autocontrolo (Lee, 2010); por outro, algumas práticas podem estar relacionadas com a produção de certas versões de feminilidade - por exemplo, o consumo de álcool pode ser utilizado para negociar uma feminilidade normativa heterossexual (Cullen, 2011). Assim, a nossa

decisão prende-se quer com a ideia de que as mulheres podem conformar-se com estas normas reconhecidas como masculinas (principalmente num contexto em que estas últimas podem ser valorizadas), quer com a pretensão de poder juntar na mesma análise homens e mulheres (o que exige a avaliação dos mesmos constructos).

Por último, reconhecendo a possibilidade de diversidade quer entre os homens, quer entre as mulheres, sobressai a necessidade de incluir mais dimensões sociais/identitárias nesta análise, como, por exemplo, a classe social, a etnia, a idade e o grau académico (Almeida-Filho et al., 2004; Calasanti et al., 2013; Morris, 2008; Sanders, 2011; Sen et al., 2007; Thom, 2003).

4.3. Interseccionalidade e comportamentos de risco

Considerando que as práticas de risco para a saúde podem ser uma ferramenta no evitamento da subordinação, na construção de masculinidades hegemónicas locais (Connell & Messerschmidt, 2005) e/ou cúmplices (Månsdotter et al., 2009 as cited in Hearn et al., 2012), sai reforçada a pertinência de atender à intersecção entre dimensões sócio-identitárias neste domínio. No seguimento do já afirmado, as estruturas de desigualdade existentes são passíveis de interagir com a *manhood* ao nível destas práticas (Calasanti et al., 2013).

Esta pertinência é, também, realçada perante a observação de que estas dimensões foram, frequentemente, tratadas somente como variáveis a controlar na análise estatística (Courtenay, 2000), ficando, assim, por explorar possíveis interações. Contudo, dada a impossibilidade de selecionar todas as dimensões, centrar-nos-emos, no presente trabalho, na idade, na classe social e nas dimensões escolares.

A escolha da idade é justificada pelas marcadas diferenças entre jovens do sexo masculino e do sexo feminino em termos de mortalidade por causas externas (e.g. DGS, 2009, 2014). Embora a incursão em condutas de risco possa ter múltiplas causas e efeitos, o seu entendimento parece, também, passar pelos significados que os riscos assumem numa cultura juvenil global e num contexto grupal mais restrito (Laranjeira, 2004). Neste sentido, na atualidade, as causas da mortalidade e morbilidade nos jovens parecem ligadas a fatores de origem social, envolvental e comportamental (Simões, Matos, & Batista-Foguet, 2006). A este respeito, importa notar que a formação cultural das identidades dos jovens do sexo masculino e do sexo feminino podem gerar subjetividades específicas

(Haywood & Mac an Ghaill, 2003), e que o aumento do que é considerada a faixa etária jovem pode afetar a encenação de uma masculinidade juvenil (Calasanti et al., 2013).

O foco na classe social prende-se com as razões já descritas, com destaque para a relação entre a mesma e a (re)construção de masculinidades, e para a relação positiva entre estado de saúde e estatuto socioeconómico (profissão, grau de escolaridade e/ou salário) na generalidade dos países (Borrell & Artazcoz, 2008; Commission on Macroeconomics and Health, 2001; Dodd & Munck, 2002; Suhrcke et al., 2006), incluindo em Portugal (Santana, 2002).

A juventude tem sido uma das faixas etárias mais focadas no campo dos estilos de vida, o que sobressai a relevância de atender aos grupos de referência e às classes de pertença (Silva, 2009). Adicionalmente, a classe social pode relacionar-se com o grau e tipo de escolaridade frequentados, o que também pode ter um impacto na produção de saúde (Santana, Vaz, & Fachada, 2004). Como referido anteriormente, os jovens do sexo masculino, principalmente de classe baixa, têm sido identificados como mais suscetíveis de apresentar uma menor probabilidade de entrar no ensino superior (Machado et al., 2003). Além disso, os indivíduos provenientes de classe social mais desfavorecida podem ter mais dificuldade em suportar as exigências económicas que certo grau de escolaridade exige (nomeadamente o universitário).

4.3.1. Idade

A sobre-representação dos jovens do sexo masculino em problemas de saúde por causas externas (e.g. DGS, 2009, 2014) pode ser relacionada, pelo menos em parte, com o seguinte: as construções de género parecem marcar particularmente os períodos da adolescência e da emergência da idade adulta (Arnett, 2000; LaFontana & Cillessen, 2009), estabelecendo-se uma maior dicotomia nos padrões comportamentais tradicionais (Calvo-Salguero et al., 2008; Prazeres, 2004b).

A incursão em práticas de risco parece ser mais facilmente encarada como “natural”, socialmente aceite e/ou encorajada nos rapazes do que nas raparigas (Morrongiello & Hogg, 2004). Além disso, como dito quanto aos homens adultos, com o objetivo de ganhar e preservar a posição hegemónica, muitos rapazes parecem procurar comportamentos que lhes permitam exercer poder (Mills, 2001), o que os coloca, muitas vezes, em situações de demonstração de dureza (Kenway, 1995 as cited in McCallum, 1998) e elevado risco (Barbosa, 2004). Tal é reforçado pela necessidade de prova

continuada da sua virilidade junto dos pares (Kehily, 2002). Em consonância, Prazeres (2003) argumenta que a construção da identidade masculina ainda leva os rapazes a procurarem ser competitivos e agressivos e a exibir coragem, incorrendo, assim, em determinados códigos de conduta rígidos, de modo a alcançarem o estatuto de “verdadeiros homens”. A este respeito, o autor acrescenta que a pressão externa feita para que os rapazes exteriorizem a pertença ao sexo masculino pode levá-los a “exagerar” na esfera pública a exibição de traços comportamentais habitualmente associados aos homens. Neste sentido, pode falar-se, igualmente, na importância dos padrões tradicionais de masculinidade no desenvolvimento dos jovens do sexo masculino (Prazeres, 2003), associados a uma versão hegemónica num contexto ocidental (Kimmel, 2008 as cited in Kimmel & Davis, 2011). Assim, não é de surpreender que os comportamentos de risco continuem a constituir uma forma de reafirmação no mundo masculino (Laranjeira, 2004; Martinho, 2004; Prazeres, 2003).

Quanto à esfera pública, sobressai o grupo de pares, enquanto contexto estruturado por dinâmicas de poder intensas, acompanhadas por vigilância e monitorização (Dalley-Trim, 2007; Kehily, 2002; Mac an Ghail, 1994; Smith, 2007). Tal é suportado pelo estudo português de Pereira (2009), o qual evidenciou que muitos rapazes e raparigas monitorizavam continuamente o comportamento dos outros rapazes, não hesitando em apontar qualquer comportamento como “inapropriado” (no sentido de menos feminino) – como já referido, a diferenciação de género exige esforço quotidiano. Desta forma, o grupo de pares pode influenciar a construção de “conhecimentos situados” *genderizados*, passíveis de serem aplicados, também, à definição do risco (Charles & Walters, 2008; Lightfoot, 1997).

Os riscos podem ser encarados como estando ligados a condutas e a padrões de socialização que o grupo de pares masculino proporciona, tais como consumos nocivos (Prazeres, 2003; Reis et al., 2013). Além disso, práticas como fumar, conduzir de forma perigosa e iniciar precocemente a vida sexual, entre outras, podem constituir ferramentas na aquisição de um estatuto no grupo de pares (Lightfoot, 1997; Luthar & D'Avanzo, 1999; Smith, 2007). Por sua vez, os meios de comunicação social também parecem ter um papel relevante, principalmente no que concerne às mensagens sobre a testagem do próprio e a tomada de riscos para provar a maturidade (Reis et al., 2013). Assim, para os jovens do sexo masculino, a tomada de riscos pode ser uma parte culturalmente definida da masculinidade, nomeadamente quando pretendem evitar o questionamento da mesma (Charles & Walters, 2008).

O apresentado ganha ainda mais pertinência quando se reconhece que, durante o processo de construção da identidade masculina, os jovens do sexo masculino moldarão os seus comportamentos mais em função dos mandatos sociais que lhes são atribuídos para provarem a sua masculinidade do que das mensagens preventivas sugeridas pelos profissionais de saúde (Aguirre & Guell, 2002 as cited in Prazeres, 2004b). Por exemplo, em termos de consumo de substâncias psicoativas ilícitas, parece haver uma competição entre os discursos dos especialistas e os dos grupos de pares, com estes últimos a serem mais influentes (Pilkington, 2007).

4.3.2. Classe social

Quanto à relação positiva entre a saúde e o estatuto socioeconómico, esta parece mais forte nas mulheres (Alves, Azevedo, Silva, & Barros, 2012; Borrell et al., 2004; Kim & Ruger, 2010). Porém, apesar de as diferenças entre homens e mulheres em termos de estatuto socioeconómico explicarem distinções na saúde, tal não fornece um completo entendimento (Perelman, Fernandes, & Mateus, 2012). O referido leva-nos à interrogação sobre a possibilidade de hegemonia do efeito de género sobre a categorização baseada na classe social, mas também à necessidade de complexificação das análises.

A respeito deste gradiente, importa realçar os papéis intermediários dos estilos de vida (Van Oers, Bongers, Van de Goor, & Garretsen, 1999), do acesso a cuidados/serviços de saúde⁵⁰ (Kopp, Skrabski, Laszlo, & Janszky, 2011; Sen et al., 2007), da atividade ocupacional e do suporte social (Borrell et al., 2004; Kopp et al., 2011; Santana, 2002; Santana et al., 2004), e, mais amplamente, do ambiente físico e social do país e da área de residência⁵¹ (Dong et al., 2012; Santana et al., 2004; WHO, 2014). Porém, apesar da combinação dos mesmos poder afetar a probabilidade de adotar certos comportamentos relacionados com a saúde (Adler & Ostrove, 2006), a nossa análise centrar-se-á sobretudo na incursão em práticas de risco e na sua relação com os estilos de

⁵⁰ Existe literatura que se debruça sobre a relação entre as construções de género e o acesso e/ou procura de cuidados/serviços de saúde, contemplando, também, a classe social ou o estatuto socioeconómico (e.g. Addis & Mahalik, 2003; Campbell, Rondon, Galway, & Leavey, 2013; Dong, Simon, & Evans, 2012; Galdas, Cheater, & Marshall, 2005; Hammer et al., 2013; Mendelson, Kubzansky, Datta, & Buka, 2008; Schuette, Chastang, Parent-Thirion, Vermeulen, & Niedhammer, 2013; Seale & Charteris-Black, 2008; Springer & Mouzon, 2011).

⁵¹ Por um lado, há autores que sugerem que os efeitos da comunidade vão além dos da/o classe social/estatuto socioeconómico individual (ver Santana et al., 2004). Por outro, há quem afirme que os efeitos contextuais são menores do que o efeito do estatuto socioeconómico individual (Pickett & Pearl, 2001).

vida, classe social, sexo e construções de género, principalmente relacionadas com a masculinidade.

Começando pelo conceito de estilos de vida, este é valorizado na análise das classes sociais, nomeadamente por Pierre Bourdieu (1979 as cited in Silva, 2009), enquanto correspondendo a gestos, comportamentos, tipos de lazer e consumo, criados a partir do *habitus*. No âmbito desta ótica bourdieusiana, Silva (2009) sugere que os estilos de vida deverão ser encarados como sinais visíveis e externos de classe. No entanto, o mesmo autor (2009) explica que, apesar de Bourdieu assumir uma certa correspondência entre a condição objetiva de vida e a mundividência do mundo social, reconhece-se uma variabilidade de hábitos e estilos de vida, mesmo a partir da mesma posição de classe (Bader 1991; Benschop 1993; Lahire 2004 as cited in Silva, 2009). Por sua vez, os hábitos e os estilos de vida adotados (pelos indivíduos, famílias e/ou grupos sociais) contribuem para configurar posições sociais e identidades das classes (Silva, 2009). Sobre este ponto, Almeida (1981 as cited in Silva, 2009) argumenta que certos condicionamentos objetivos produzem elementos comuns relevantes, que, caso sejam assimilados pelos membros de uma mesma classe, sai aumentada a probabilidade de os mesmos pensarem e agirem de forma semelhante. Neste entendimento, as identidades não são realidades estáticas, mas, também, não são líquidas ao ponto de se perder uma ligação com as condições objetivas de vida, caracterizadas por interesses, tensões e conflitos em torno do acesso aos recursos (Silva, 2009).

Na linha do referido, consideramos que se adequa a ideia de que a posição da classe social (entre outras dimensões) tanto constrói como capacita certos modos de ação social *genderizada*, sem os determinar à partida (Messerschmidt, 1993). A este respeito, importa lembrar que, apesar de os homens poderem endossar ideais masculinos similares (considerando a ampla difusão dos tipos como hegemónicos), homens diferentes podem (conseguir)⁵² exibi-los de modos diferentes (Courtenay, 2000). Mais especificamente quanto a diferenças na saúde entre os homens, as mesmas podem refletir hierarquias, assim como as várias formas de expressar masculinidade ou masculinidades são passíveis de significar variabilidade ao nível dos comportamentos de saúde (Courtenay, 2000; Sabo, 2005). Deste modo, argumentamos que os comportamentos de risco podem simultaneamente (re)construir e ser (re)construídos pelo género, classe social e outras dimensões.

⁵² O que está entre parêntesis nesta frase constitui acrescento nosso.

De acordo com o capítulo anterior, a marginalização dos homens em função da classe social pode estar envolvida nas formas de validar e/ou encenar a masculinidade (Courtenay, 2000). Neste caso, as demonstrações de resistência, força física e coragem – associável a comportamentos de risco – podem constituir recursos acessíveis para estruturar, negociar e sustentar masculinidades, particularmente entre homens que devido à sua posição social não dispõem de meios menos perigosos (Courtenay, 2000; Lee, 2010) - como, por exemplo, um emprego (Messerschmidt, 1993), um salário elevado ou um estatuto associado à profissão e/ou ao grau académico. Por seu turno, normas e valores associados a algumas versões de masculinidade podem dificultar a construção de relações que promovam a saúde com outros homens na sua comunidade (Dolan, 2007).

Contudo, nesta análise interessa, também, ponderar a presença de outros fatores: os encargos financeiros relativos a certos comportamentos de risco poderão significar um envolvimento diferencial em função dos recursos económicos que os indivíduos possuem; e, os gradientes socioeconómicos relativamente a este tipo de comportamentos parecem, também, variar amplamente consoante o país (Lee, 2010). Além disso, consideramos importante aplicar o notado por Holter (2005) – apesar de o autor não se estar a referir especificamente a práticas de saúde/risco - sobre a possibilidade dos problemas gerados no topo da hierarquia ou da estrutura de poder serem, geralmente, ampliados ou mais negativamente encarados nos níveis mais abaixo, o que também pode ser atribuível, pelo menos em parte, a um efeito de reportação.

De modo relacionado com este último ponto, julgamos relevante fazer um esclarecimento. Apesar dos termos “estilos de vida” e “comportamentos de risco” poderem suscitar a noção de que as práticas envolvidas dependem apenas de opções/vontades dos indivíduos (Michael & Ben-Zur, 2007), consideramos que os mesmos não são fruto de uma manifestação livre e autónoma, nem exclusivamente determinados pelas condições de vida alheias ao controlo do sujeito (o que poderia acarretar a ideia de desresponsabilização). Neste sentido, propomos, no contexto da presente tese, um entendimento que tenha em conta a influência das condições objetivas de vida, associadas a algumas posições de classe, juntamente com uma abertura à possibilidade de variabilidade dentro de cada posição. Esperamos, com isto, contrariar as ideias neoliberalistas que concebem o *self* como algo que pode ser remodelado, as quais levam a que as pessoas pobres sejam mais facilmente percecionadas como irresponsáveis do que como desafortunadas (Haywood & Mac an Ghaill, 2013). Tal ganha especial relevância perante o retrato atual dos jovens da classe trabalhadora como possuidores de

pouca autogestão (Haywood & Mac an Ghail, 2013), disfuncionais e alienados em relação à sociedade *mainstream* (McDowell, 2007 as cited in Haywood & Mac an Ghail, 2013), o que dificulta o acesso dos mesmos a uma educação formal e a um trabalho remunerado bons (Holmes, 2009).

4.4. Jovens, classes sociais e dimensões escolares

A associação positiva entre estatuto socioeconómico e estado de saúde também tem sido identificada na juventude (Pickett & Pearl, 2001; Pitel, Geckova, Reijneveld, & van Dijk, 2013). Por exemplo, num estudo de Holstein e colaboradores (2009), que incluiu estudantes com 11, 13 e 15 anos de 37 países da Europa e Norte da América, foi constatado que, na grande maioria deles, as queixas acerca da saúde diminuía com a igualdade salarial de cada país e com os recursos económicos familiares dos jovens. Em Portugal, havia mais queixas quando estes recursos eram baixos comparativamente a quando eram altos (Holstein et al., 2009).

Mas, nem todas as investigações indicam um gradiente positivo entre estatuto socioeconómico e estado de saúde dos adolescentes, parecendo haver uma relativa equalização no que diz respeito às práticas de saúde, sendo o comportamento de risco, frequentemente, a norma (ver Holstein et al., 2009). Efetivamente, o grupo dos jovens parece apresentar um risco acrescido de adoção de comportamentos considerados prejudiciais à saúde pela adoção de determinados estilos de vida (Matos & Equipa do Projecto Aventura Social, 2008; Ribeiro, 2007).

A educação formal dos jovens afigura-se, também, um fator relevante na produção de saúde (Santana et al., 2004). Por um lado, um bom desempenho académico e uma ligação positiva à escola têm aparecido como fatores protetores da saúde (por exemplo, mediante a prevenção de alguns comportamentos de risco ou das consequências negativas), o que faz sobressair a importância de atender às situações onde estes possam estar/ser mais facilmente inibidos, como acontece no caso dos rapazes, em particular dos economicamente menos favorecidos (Prazeres, 2003). Na mesma direção, o menor envolvimento e o maior abandono escolares, assim como o desemprego podem influenciar os estilos de vida adotados (Dragun, Russo, & Rumboldt, 2006; Joutsenniemi et al., 2007; Sen et al., 2007). Por outro lado, entre os jovens universitários do sexo masculino têm sido frequentemente observados comportamentos como *binge drinking* e relações sexuais consideradas arriscadas, entre outros (Harris III & Barone, 2011).

Assim, não parece reconhecer-se um padrão único e/ou claro à partida em função da classe social de origem nem do grau académico frequentado. Porém, considerando a ligação entre o envolvimento em práticas de risco e uma masculinidade tida como mais tradicional, é pertinente lembrar que os jovens do sexo masculino de *backgrounds* privilegiados podem ter mais hipóteses de evidenciar masculinidades alternativas com custos menores, dado o seu sexo e as características demográficas (Crawshaw, 2009; Schofield et al., 2000 as cited in De Visser & McDonnell, 2013). A este respeito, podemos falar de um estudo filipino (Gutierrez & Shoemaker, 2008), o qual apontou que formas consideradas mais públicas de “delinquência” eram referidas mais por jovens do sexo masculino da classe baixa, enquanto formas mais encobertas eram mencionadas mais por jovens do mesmo sexo das classes média e alta (o que também se relaciona com o efeito de visibilidade referido anteriormente). Por sua vez, o mesmo estudo indicou que eram as jovens da classe alta que reportavam mais taxas de “delinquência”, comparativamente às das restantes classes (Gutierrez & Shoemaker, 2008).

Perante o descrito, consideramos que, para um melhor entendimento destas relações, importa analisá-las ao nível dos comportamentos específicos (tendo sempre em vista a possível variabilidade entre indivíduos/grupos e ao longo do tempo). Como dito anteriormente, parece-nos pertinente, com base nos dados numéricos apresentados, explorar com maior detalhe o consumo de substâncias psicoativas e a sinistralidade rodoviária.

4.5. Consumo de substâncias psicoativas

Esta secção abordará o consumo de álcool e de substâncias psicoativas ilícitas. A este respeito importa esclarecer que, apesar de algumas causas de mortalidade descritas serem passivas de se relacionar com o consumo de tabaco, tem sido identificada uma aproximação entre homens e mulheres em termos de padrões de utilização (Beck, Legleye, Maillochon, & Peretti, 2010; Sen et al., 2007), o que nos leva a debruçar maior atenção às outras substâncias. Esta decisão justifica-se, também, pelo que a seguir é descrito.

Embora seja cedo para prever o impacto que a crise económica atual produzirá no consumo de droga, as comunidades marginalizadas e socialmente desfavorecidas costumam ser as mais afetadas pelos problemas associados a esse consumo, bem como pelos danos colaterais da criminalidade e da insegurança (Observatório Europeu da Droga

e da Toxicodependência [OEDT], 2010). Mais, segundo a conferência da Sociedade Internacional para o Estudo da Política sobre Droga⁵³, em 2010 (OEDT, 2010), a recessão económica pode ter impacto no consumo de substâncias através de diversos mecanismos, como por exemplo: um maior número de adolescentes desempregados pode vender drogas, aumentando, assim, a disponibilidade e o consumo entre os seus pares; alguns jovens adultos podem consumir drogas para enfrentarem o *stress* e as dificuldades económicas, embora outros possam despende menos dinheiro com elas; os consumidores mais pobres podem optar por vias de administração mais eficazes e perigosas; e pode haver uma redução dos serviços de prevenção e tratamento. Por sua vez, parecem haver cada mais drogas disponíveis e a um preço inferior (McCallum, 1998).

Além da conjuntura económica e social atual, são de salientar os seguintes fatores: a vulnerabilidade da posição geográfica de Portugal no contexto do tráfico transcontinental (IDT, 2011b); o recente aparecimento das *smart shops*, que pode induzir nos jovens uma falsa perceção de risco baixo ou nulo relativamente à utilização de “drogas legais” (IDT, 2011b); e o crescimento do mercado das drogas sintéticas, das “drogas lícitas”, do abuso de medicamentos e de novas vias de consumo de algumas substâncias (OEDT, 2010).

A exploração deste fenómeno dos consumos no contexto português justifica-se, ainda, numa perspetiva de consolidação institucional no que concerne às entidades responsáveis por atuar neste campo, dadas as mudanças que têm acontecido ao longo do tempo. Recorrendo à página da internet do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)⁵⁴, podemos retirar, de modo resumido, as seguintes notas. A partir de 1974, o consumo de produtos psicotrópicos e substâncias estupefacientes ganhou grande relevância social, tendo, em 1975, sido criados os primeiros centros dedicados à problemática. Quanto ao consumo de álcool, face à preocupação com os problemas associados, foi formada em 1977 a Comissão de Combate ao Alcoolismo. Nos anos seguintes, as entidades com competências no âmbito dos consumos foram alvo de sucessivas mudanças, com a criação, reestruturação ou extinção de órgãos e serviços. A vertente da saúde pública e educacional, ligada às áreas de prevenção, tratamento, reabilitação e inserção social, tanto apareceu associada como

⁵³ International Society for the Study of Drug Policy (ISSDP).

⁵⁴ <http://www.sicad.pt/>

separada da vertente da justiça e da criminalidade, relacionada com o combate ao tráfico e aplicação de sanções. Adicionalmente, a problemática do consumo de substâncias ilícitas começou por ser abordada separadamente da do álcool, mas passaram, recentemente, a estar sob a responsabilidade dos mesmos órgãos. Em 2007, o Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. (IDT, IP), com a missão de promover a redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas, e das toxicodependências, absorveu as atribuições dos Centros Regionais de Alcoologia do Norte, Centro e Sul, agora extintos. Em 2010, as estruturas de coordenação do combate à droga e às toxicodependências viram alargadas as respetivas competências à definição e à execução das políticas relacionadas com o uso nocivo do álcool. Em 2011, foi criado o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), extinguindo-se o Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., estando as Administrações Regionais de Saúde, I. P. responsáveis pela operacionalização das políticas de saúde.

Relativamente à junção ou separação das estratégias relativas aos problemas do álcool e da droga, o relatório do OEDT (2010) refere que entre as razões para a sua divisão estão: a necessidade de abordar especificamente os problemas relativos ao álcool, que frequentemente têm uma magnitude diferente dos causados pelas drogas ilícitas; e o reconhecimento das fronteiras jurídicas entre as drogas lícitas e ilícitas. Contudo, o mesmo relatório salienta a forte ligação entre os problemas de álcool e os de droga: frequentemente incidem sobre os mesmos contextos (como por exemplo, locais de diversão noturna) e populações; a utilização de várias substâncias - ou policonsumo de droga - é muito comum entre os consumidores europeus; quase todos os padrões de policonsumo incluem o álcool (OEDT, 2009d as cited in OEDT, 2010); e, a adoção de abordagens de saúde pública focadas nos estilos de vida e nos comportamentos, e não em substâncias específicas, exige uma estratégia combinada.

Seguidamente abordaremos o consumo de álcool e o consumo de outras substâncias psicoativas de forma separada, dado corresponder ao observado na literatura consultada com alguma frequência.

4.5.1. Consumo de álcool

Nesta secção, começaremos por apresentar dados numéricos sobre o consumo de álcool em Portugal. Em segundo lugar, focaremos a saliência do sexo, do género, da idade, da classe social e das dimensões escolares ao nível desta prática.

Portugal: Dados numéricos

No que concerne ao consumo de álcool, de acordo com o *II Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral – Portugal 2007* (Balsa et al., 2008), considerando as idades 15-64 anos, as prevalências no total foram: 79,1% quanto consumo ao longo da vida (pelo menos uma experiência); 70,6% relativamente ao consumo no último ano; e 59,6% no que diz respeito ao último mês. Analisando em função do sexo, relativamente às prevalências de consumo ao longo da vida, encontraram-se cerca de 80 mulheres para 100 homens, valores que se mantinham mais ou menos estáveis ao longo dos diversos grupos etários.

Avaliando as prevalências de consumo por idades, constatou-se o seguinte: ao longo da vida foram mais elevadas nos grupos etários dos 45-54 anos (81,8%), 35-44 anos (80,5%) e 25-34 anos (79,8%); no último ano, os mesmos grupos etários apresentaram um valor equivalente (cerca de 72%); no último mês, a ordem dos grupos etários permaneceu igual à mencionada no primeiro ponto, mas com valores inferiores (respetivamente de 63,2%, 62% e 60,5%); em termos de continuidade do consumo, a taxa foi mais elevada nos grupos etários mais jovens, como o dos 15-24 anos (91,9%). Relativamente ao consumo do tipo *binge drinking* (mais de 5 a 6 bebidas no homem e mais de 4 a 5 bebidas na mulher, numa só ocasião e num espaço de tempo limitado), este ocorreu em todas as idades, sendo expressivo no grupo dos 15-24 anos no que se refere ao consumo no último ano (48,3%). A este respeito, 19,7% dos jovens atribuiu pouco ou nenhum risco ao consumo de 5 ou mais bebidas alcoólicas num fim-de-semana (Balsa et al., 2008).

O *Inquérito Nacional de Saúde 2005/2006*, elaborado pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA) e pelo Instituto Nacional de Estatística (2009), indicou que o consumo em Portugal Continental nos 12 meses anteriores ao estudo passou de 50,4% em 1998/1999 para 53,8% em 2005/2006, e que este aumento foi mais notório no

sexo feminino (de 37,3% para 42,3%) do que no masculino (de 64,4% para 66,0%). O álcool apareceu como a substância mais utilizada pelos jovens de ambos os sexos.

Quanto à relação entre álcool e sinistralidade rodoviária, os jovens foram identificados como a faixa etária onde a associação entre consumo de álcool e mortes na estrada tem sido mais forte, com cerca de 40% dos que morreram em acidentes de viação a conter álcool no sangue (IDT, 2011a).

Assim, tendo em conta o referido, sai reforçada a ideia de que os homens consomem mais álcool do que as mulheres, apesar do aumento nestas, e que os jovens constituem um grupo que merece atenção neste âmbito.

Sexo e género

De acordo com o indicado, nos anos recentes parece assistir-se a uma aproximação de padrões de consumo de álcool entre homens e mulheres, com o aumento a registar-se principalmente nas jovens (Cullen, 2011; IDT, 2011a). No entanto, os primeiros continuam a ter maiores níveis de frequência de consumo e embriaguez no geral (De Visser & McDonnell, 2012; Plant, 2008), o que tem sido relacionado com (re)construções no domínio do género, particularmente da(s) masculinidade(s), como descreveremos.

Mas, antes de avançarmos, importa notar que o consumo pode não estar (pelo menos, sempre e/ou diretamente) relacionado com a demonstração de uma aproximação a um ideal masculino. Por exemplo, pode estar associado a *stress* ou a curiosidade (McCallum, 1998). Efetivamente, esta última razão foi a mais citada por adolescentes num estudo português (Neto, Fraga, & Ramos, 2012). Além disso, as pessoas podem beber álcool, não apenas porque é esperado delas, mas para facilitar o contacto social e para reduzir a tensão social (Gullotta et al., 1995; Rabow et al., 1992; Thomas, 1995 as cited in McCallum, 1998). Neste prisma, as situações em que ocorre o consumo podem ser mais relevantes do que a prática propriamente dita: homens e mulheres podem apreciar as oportunidades sociais que estas situações oferecem, vendo o ato de beber como uma atividade lateral às interações sociais (Oostveen, Knibbe & De Vries, 1996 as cited in McCallum, 1998). De modo similar, foi observado que o consumo de *ecstasy* estava mais associado ao sentimento e ao grupo, do que à procura de projeção de uma imagem “de homem” (Hopkins, 1996, as cited in McCallum, 1998). Interessa, por isso, evitar o perigo

de sobregeneralização dos fatores relacionados com as práticas de consumo (Page & Singer, 2010).

Por outro lado, as diferenças entre homens e mulheres parecem refletir as distintas crenças relativas aos comportamentos encarados como adequados para cada sexo (Thom, 2003). De facto, um estudo indicou que as normas masculinas forneciam maior especificidade do que a variável sexo isolada na explicação do consumo, ultrapassando a ideia de que o fator de risco (neste campo) corresponde ao ser-se do sexo masculino (Iwamoto & Smiler, 2013). Em Portugal, de acordo com a Direcção-Geral da Saúde (2004), é visível uma aceitação social do elevado grau de alcoolemia nos homens. Na mesma direcção, um estudo com estudantes universitários ingleses (De Visser & McDonnell, 2012) indicou a presença de um duplo padrão - a ingestão de cerveja, o *binge drinking* e o consumo em público eram percebidos como masculinos. Além disso, a própria ideia de que há mulheres que “bebem como um homem” constitui um enquadramento que coloca esta prática como associada à *manhood* (Engstrom, 2012). Assim, as narrativas acerca do álcool podem ser interpretadas como formas de “fazer” género (West & Zimmerman, 1987), localizadas dentro de contextos mais amplos (Emslie & Hunt, 2008).

Em sintonia, um estudo com jovens ingleses revelou que o ato de não beber era construído como algo que tinha consequências sociais mais negativas para os homens do que para as mulheres (Conroy & De Visser, 2013). Efetivamente, enquanto as mulheres relatam mais opções de socialização sem álcool (Emslie, Hunt, & Lyons, 2012), dos homens parece mais esperado que bebam (Broom, 1994; Bui, 1993; Peake, 1994; Thomas, 1995 as cited in McCallum, 1998), o que é suscetível de ter implicações para a identidade masculina (De Visser & McDonnell, 2012; De Visser & Smith, 2007). Neste sentido, o poder e a masculinidade foram reconhecidos como ligados à capacidade individual de ingestão de bebidas alcoólicas (Campbell, 2000).

Mais particularmente, alguns estudos sugeriram uma associação entre a pontuação total referente ao constructo conformidade com normas tradicionais masculinas (utilizando o CMNI; Mahalik, Locke, et al., 2003) e o consumo de álcool em várias nacionalidades e idades, incluindo jovens (Iwamoto, Cheng, Lee, Takamatsu, & Gordon, 2011; Liu & Iwamoto, 2007; Locke & Mahalik, 2005; Mahalik et al., 2006; Mahalik, Levi-Minzi, et al., 2007; Mahalik, Locke, et al., 2003). Nalgumas pesquisas, só certas normas contempladas pelo mesmo instrumento se mostraram positiva e significativamente relacionadas com o consumo de álcool, nomeadamente as intituladas:

“*Playboy*” (Iwamoto et al., 2011; Liu & Iwamoto, 2007; Locke & Mahalik, 2005; Sánchez-López, Cuéllar-Flores, & Dresch, 2012; Sánchez-López, Rivas-Diez, & Cuéllar-Flores, 2013), “Dominância” (Good et al., 2008; Locke & Mahalik, 2005; Sánchez-López et al., 2012), “Violência” (Sánchez-López et al., 2013), “Tomada de Riscos” e “Ganhar” (Iwamoto et al., 2011). Encontrou-se, também, uma relação negativa entre o consumo e a norma “Controlo Emocional” (Iwamoto et al., 2011; Liu & Iwamoto, 2007; Sánchez-López et al., 2013) - que poderá ser consistente com o auto-controlo que pode ser necessário na regulação da ingestão de álcool (Sánchez-López et al., 2013). Além disso, observou-se uma relação negativa entre a ingestão até à intoxicação e as normas “Desdém por homossexuais” e “Primazia do trabalho” (Iwamoto et al., 2011). Tal sugere que algumas normas de masculinidade tradicional podem ser mais relevantes do que outras na compreensão do consumo de álcool nos homens (Sánchez-López et al., 2013).

Quanto às mulheres, a desaprovação da sua embriaguez tem estado presente nas sociedades ocidentais (Davey, 1994; Leigh, 1995; Robbins & Martin, 1993 as cited in McCallum, 1998). As mesmas podem ver o seu consumo condicionado pelas sanções sociais que surgem perante o afastamento das normas de género associadas ao seu sexo (Thom, 2003). Mais concretamente, parece haver uma expectativa de género relacionada com a imagem das mulheres enquanto estando em controlo, para não ganhar uma “reputação” (Kehily, 2002). Por exemplo, um estudo indicou que as mulheres percecionavam os problemas de álcool como incompatíveis com a feminilidade, o que as levava a evitar falar abertamente acerca dos seus problemas e a procurar tratamento (Jakobsson, Hensing, & Spak, 2008).

Em situações de consumo de álcool, parece, ainda, haver algum estigma: num estudo com mulheres em que este consumo foi associado à construção de uma feminilidade normativa heterossexual, constatou-se que a sua contextualização era marcada por certos limites temporais e espaciais, e pautado por noções *genderizadas* de diversão permissível (Cullen, 2011); noutro, jovens do sexo feminino pareciam procurar gerir a possibilidade de agressão sexual, vergonha e perda da feminilidade respeitável associados às situações em que ocorrem episódios de consumo muito excessivo e inconsciência (Griffin et al., 2009); e, num estudo neozelandês com participantes do sexo feminino e idades entre 20-29 anos, a ingestão tanto apareceu associada a prazer e a divertimento, como a desvio e quebra dos códigos tradicionais da feminilidade nos casos em que outras mulheres ficavam embriagadas (Lyons & Willott, 2008).

Por sua vez, uma investigação indicou que o álcool parecia fornecer alguma proteção contra a vergonha e o estigma derivado das mulheres incorrerem em práticas não associadas ao seu género - as mesmas podiam comportar-se de modo menos socialmente aceitável (incluindo, por exemplo, comportamentos masculinos), mantendo a sua identidade *genderizada* como um todo (Peralta, 2008). Atendendo ao descrito, a justaposição de uma feminilidade e a cultura de intoxicação pode produzir dilemas para as jovens, como por exemplo, beber com os homens mas não como os homens (Christine Griffin, Szmigin, Bengry-Howell, Hackley, & Mistral, 2013). Assim, a ingestão de álcool pode ser encarada quer como empoderadora e potenciadora de autoconfiança, quer como sinónimo de consequências negativas em casos de perda de controlo (Rudolfsdottir & Morgan, 2009).

Parece haver alguma erosão das convenções tradicionais associadas ao consumo de álcool por parte das mulheres (Roche & Deehan, 2002). Efetivamente, um estudo espanhol indicou que a ingestão de álcool estava relacionada com uma menor assunção dos valores associados à socialização convencional (Sánchez-López et al., 2013). Outros estudos não encontram relação entre o consumo de álcool e a feminilidade em adolescentes nem em jovens adultos (Horwitz & White, 1987; Hunt, Hannah & West, 2004; Thoronton & Leo, 1992 as cited in Sánchez-López et al., 2013).

Adicionalmente, há uma evidência crescente de que as mulheres jovens que aderem às normas masculinas podem ter maior propensão para incorrer em comportamentos de risco, incluindo o consumo de álcool (Iwamoto & Smiler, 2013), o que é suportado pelo seguinte: um estudo norte-americano (no qual foi utilizado o CMNI; Mahalik, Locke, et al., 2003) indicou que as normas masculinas estavam associadas com a pressão dos pares e com o uso de álcool tanto em rapazes como em raparigas, apesar de a relação ser mais forte nos primeiros (Iwamoto & Smiler, 2013); um estudo na Grã-Bretanha sugeriu que pontuações elevadas num constructo relacionado com a masculinidade estavam associadas a consumo de álcool “pesado” em homens e mulheres (Emslie, Hunt, & MacIntyre, 2002); e, um estudo australiano com adolescentes apontou que, independentemente do sexo, o consumo problemático estava principalmente relacionado com a masculinidade “negativa”, como ser “mandão” e agressivo, entre outras características (Williams & Ricciardelli, 2003).

Por outro lado, foi constatado que algumas mulheres alcoólicas apresentavam uma orientação de género indiferenciada, enquanto as não alcoólicas retratavam-se como predominantemente andróginas e masculinas (Sorell, Silvia, & Buschcrossnagel, 1993).

No mesmo sentido, foi observado que mulheres alemãs alcoólicas se descreviam como mais indiferenciadas (em termos de género) ou como mais femininas do que masculinas (Moller-Leimkuhler, Schwarz, Burtscheidt, & Gaebel, 2002). Uma investigação australiana mostrou que as mulheres não alcoólicas com mais autoestima reportavam características consideradas masculinas (Swift et al., 1995 as cited in McCallum, 1998). Outro estudo indicou que apenas as pontuações baixas em liderança prediziam os episódios de consumo pesado e as perturbações relacionados com o uso de álcool (Hensing & Spak, 2009). Tal pode sugerir que são as características como confiança e determinação, tipicamente categorizadas como masculinas, que levam a menor risco de alcoolismo.

Idade: Jovens

Centrando o foco nos jovens, a ingestão de álcool em excesso aparece frequentemente na transição para a fase adulta em muitos países europeus (Dobson et al., 2006 as cited in Griffin et al., 2009). Tal pode relacionar-se com a perceção do consumo de álcool como um modo de aquisição de um estatuto de adulto, independente e viril (Connell, 2000), e com a construção de uma forma de masculinidade dos jovens adultos do sexo masculino (De Visser & Smith, 2007; Peralta, 2007; Zimmermann, Sieverding, & Mueller, 2011).

Numa investigação portuguesa (Laranjeira et al., 2002), com jovens de ambos os sexos com idades entre os 15 e os 21 anos, foram os do sexo masculino que revelaram mais frequência de consumo e estados de embriaguez. Era à noite e na presença de pares que o consumo ocorria mais vezes. Adicionalmente, na mesma pesquisa, avaliou-se a ideologia tradicional da masculinidade (medida através da Escala Multicultural da Ideologia de Masculinidade; Doss, 1998) e constatou-se que de entre as quatro dimensões obtidas - erotismo masculino, expressão de emoções (invertida), estatuto e resistência/determinação - apenas as duas primeiras foram significativamente mais altas nos jovens do sexo masculino do que nas jovens. Considerando ambos os sexos em simultâneo, encontrou-se também uma correlação positiva entre a pontuação total e a frequência de consumo e de embriaguez. Mas, quando se fez esta análise atendendo às dimensões, somente o erotismo apareceu positivamente correlacionado com os indicadores referidos.

Neste campo, têm, também, sido salientadas a influência dos pares e a percepções dos padrões de consumo dos mesmos (Benton, Downey, Glider, & Benton, 2008; Henry, Oetting, & Slater, 2009; Kreager & Haynie, 2011; Lopez et al., 2008; Mayberry, Espelage, & Koenig, 2009; Wasanga & Oteyo, 2012). Consumir álcool em grupo parece ser encarado como um modo de reforçar a relação entre os elementos, sejam adultos (Emslie, Hunt, & Lyons, 2013), ou jovens (Iwamoto et al., 2011). Neste sentido, um estudo, com adolescentes de ambos os sexos, mostrou que as normas masculinas (utilizando o instrumento CMNI; Mahalik, Locke, et al., 2003), para além de se correlacionarem positivamente com o consumo de álcool, estavam, também, associadas positivamente à pressão grupal e à conformidade geral com as normas dos adultos (Iwamoto & Smiler, 2013). Adicionalmente, uma revisão da literatura (ver Reis et al., 2013) sugeriu o seguinte: os adolescentes que socializavam com indivíduos que fumavam, bebiam ou consumiam drogas tendiam a adquirir esses comportamentos; por sua vez, a comunicação social e a rede social (família e os amigos) exerciam uma influência importante; e, a incursão nestas práticas era, também, explicada pelo acesso às substâncias e pela frequência dos contextos em que eram utilizadas.

Quanto à comunicação social, esta parece influenciar os padrões de consumo por parte dos jovens, como encontrado quando se analisaram revistas do Reino Unido destinadas a jovens - o tratamento de assuntos sobre comportamentos relacionados com álcool era altamente *genderizado* (Atkinson, Kirton, & Sumnall, 2012; Lyons, Dalton, & Hoy, 2006). Por sua vez, a publicidade parece promover a ideia de que os homens bebem cerveja e bebidas espirituosas, enquanto as raparigas bebem vinho, cidra, *vodka* e bebidas de *designer/alco-pops/cocktails*, retratando uma imagem desportiva/heroica para os rapazes e de *glamour* para as raparigas (Banwell & O'Brien, 1993 as cited in McCallum, 1998). A este respeito, nota-se, ainda, que enquanto o vinho aparece relacionado com o consumo às refeições por ambos os sexos, as cervejas e as bebidas espirituosas aparecem mais associadas ao grupo de pares (McCallum, 1998).

Relativamente aos contextos em que o álcool é utilizado, sobressaem os padrões de consumo. Acerca deste ponto, foi encontrada uma tendência para o relato do consumo excessivo enquanto ocasional e, por isso, não tão facilmente percecionado como negativo (Purser, et al. 2001 as cited in Thom, 2003). Como já mencionado, a capacidade para consumir elevadas quantidades parece ter um lugar quer na confirmação do estado adulto, quer na demonstração de masculinidade (Broom, 1995 as cited in McCallum, 1998). Neste sentido, a identidade de género masculina (medida) apareceu como um preditor

significativo da prática de *binge drinking*, enquanto se controlou o sexo dos respondentes (Peralta, Steele, Nofziger, & Rickles, 2010). Adicionalmente, esta prática parece constituir uma forma de estabelecer ligações com outros indivíduos (Griffin et al., 2009; McCallum, 1998). A partilha de histórias que são colaborativamente construídas parece ter um papel na vida social dos jovens, ligando os elementos do grupo num processo *genderizado* (Engineer et al., 2003 as cited in Griffin et al., 2009).

No entanto, apesar da importância do consumo de álcool na construção da masculinidade, também se reconhece que a falta de controlo, derivada de uma ingestão excessiva, pode ser associada a uma imagem de “menos homem”, o que continua a revelar cumplicidade com valores associados ao ideal hegemónico, como independência e capacidade de dizer não (Bye, 2009; Dempster, 2011). Assim, os homens podem consumir frequentemente como forma de (re)construir uma masculinidade potencialmente ameaçada em situações de perda de controlo anteriores, devido ao álcool, o que foi constatado em jovens do sexo masculino (Canann, 1996).

No sentido do descrito até ao momento, a investigação portuguesa já mencionada (Laranjeira et al., 2002) apurou, através da análise de grupos de discussão com rapazes (16-19 anos), as seguintes ideias: saídas noturnas e na presença de pares como potenciadores dos comportamentos de consumo (em ambiente de diversão e sociabilidade); separação entre a influência dos outros e a do ambiente enquanto razões para o consumo, o que pode relevar a força de uma masculinidade performativa associada à negação do fator “influência”; percepção do ato de beber como condição de pertença ao grupo e do ato de aguentar a bebida como condição do respeito dos outros; e, descrição de diferentes perfis de consumo a partir das motivações – os que saem para serem vistos e que bebem com o propósito de ficarem embriagados, e outros para quais o consumo decorre do prazer de saborear a bebida – o que parece salientar a capacidade de controlo, característica fortemente valorizada na ideologia tradicional da masculinidade (o controlo surgiu como menos relevante apenas em situações ocasionais, como contextos festivos, passando a assumir quase que um carácter normativo).

Ainda no âmbito dos grupos de discussão com rapazes nesta investigação portuguesa (Laranjeira et al., 2002), as implicações das construções de género tornaram-se mais evidentes quando se comparou o enquadramento dado ao consumo dos rapazes e das raparigas, de onde se destacou o seguinte: uma rapariga embriagada era avaliada mais negativamente; as motivações para o consumo eram distintas - enquanto para os rapazes se relacionava com uma dinâmica de sociabilidade (naturalmente instituída nas saídas

noturnas), nas raparigas estava associado a uma revolta e a uma necessidade de “quebrar as normas”; e, os homens eram encarados como tendo maior autocontrolo do que as mulheres. Por último, os autores (Laranjeira et al., 2002) referem que o consumo, ao dar-se no contexto exterior (público), é mais facilmente percecionado como adequado ou valorizado no sexo masculino.

Num outro estudo, na análise de relatos de jovens de ambos os sexos sobre a chegada ao estado inconsciente devido ao consumo de álcool, foi constatada uma procura de escape à subjetividade racional e ao autocontrolo (Griffin et al., 2009). Assim, embora o consumo possa estar associado a comportamentos que vão ao encontro das normas de género prevalentes (Peralta & Cruz, 2006 as cited in Peralta, 2008) podem, também, desculpabilizar comportamentos que se desviam das expectativas sociais (Peralta, 2008). Mais particularmente, a construção das ações relacionadas com o consumo enquanto aceitáveis parecem depender do contexto em que ocorreram (Peralta, 2008).

Adicionalmente, o consumo de álcool por parte de jovens do sexo masculino apareceu relacionado tanto com o poder, como com a falta dele, incluindo em alunos universitários (Capraro, 2000). Neste enquadramento, ganha sentido a análise do impacto do acesso diferencial ao poder e a recursos nos comportamentos de ingestão de álcool, o que nos remete para a relação do mesmo com a classe social.

Classe social

O consumo de álcool em excesso tem sido associado a versões de masculinidade das classes trabalhadoras (De Visser & Smith, 2007; Gough & Edwards, 1998). Por exemplo, foi sugerido que, em grupos de homens adultos ingleses da classe trabalhadora, as narrativas partilhadas sobre momentos de maior consumo poderiam fornecer um “sentido de história coletiva e experiência mútua” (Anoop Nayak, 2006 as cited in Griffin et al., 2009). Por sua vez, foi sugerido que o menor consumo em homens neozelandeses com ocupações profissionais caracterizadas por um maior estatuto poderia estar relacionado com uma maior hipótese de negociar formas alternativas de masculinidade, através da sua classe e do seu estatuto financeiro (Willott & Lyons, 2012). Neste prisma, a competência em outros domínios considerados masculinos pode justificar o não envolvimento em comportamentos que comprometem a saúde, como o consumo de álcool (De Visser & McDonnell, 2012).

No seguimento do mencionado, alguns estudos indicaram que foi nos grupos com menor estatuto socioeconómico ou classe onde se registou o seguinte: índices de consumo mais elevados (Hemmingsson, Lundberg, & Diderichsen, 1999; Paljarvi, Suominen, Car, & Koskenvuo, 2013), como constatado em homens escoceses (Batty et al., 2012; Batty, Lewars, Emslie, Benzeval, & Hunt, 2008); mais episódios de *binge drinking* (Moore, Smith, & Catford, 1994; Droomers, Schrijvers, Stronks, van de Mheen, & Mackenbach, 1999 as cited in De Visser & McDonnell, 2012); mais ocasiões de consumo intensivo em ambos os sexos (Paljarvi et al., 2013); mais mortalidade devido ao álcool em Inglaterra (Erskine, Maheswaran, Pearson, & Gleeson, 2010; Siegler, Al-Hamad, Johnson, Wells, & Sheron, 2011) e na Finlândia (Makela, Keskimaki, & Koskinen, 2003); maior taxa de suicídio relacionado com o álcool em homens e mulheres finlandeses (Maki & Martikainen, 2008), e homens italianos (Giupponi et al., 2010). Adicionalmente, a residência em bairros favorecidos estado-unidenses mostrou-se associada a maior risco de consumo e embriaguez para homens de baixo estatuto socioeconómico comparativamente àqueles que possuíam estatutos médio e alto – no caso das mulheres o risco aumentava quando moravam num bairro desfavorecido mas não havia relação com o estatuto individual (Mulia & Karriker-Jaffe, 2012).

Mais concretamente no que concerne aos jovens, foi encontrado o seguinte: mais consumo excessivo em rapazes (15-19 anos) de *backgrounds* pautados por baixo estatuto socioeconómico (Andersen, Holstein, & Due, 2008); e, mais problemas derivados da ingestão de bebidas alcoólicas em adolescentes europeus que frequentavam escolas caracterizadas por baixo nível socioeconómico (Caria, Faggiano, Bellocco, & Galanti, 2011).

Por outro lado, há estudos que apontaram que foi nos grupos com maior estatuto socioeconómico ou classe onde se observou o seguinte: maior prevalência de consumo em homens brasileiros (Almeida-Filho et al., 2005; Almeida-Filho et al., 2004); consumo mais nocivo em indivíduos tailandeses com salário médio (Aekplakorn et al., 2008); maior consumo por parte de mulheres espanholas de classe alta comparativamente às restantes (Borrell et al., 2000); e mais perturbações relacionadas com o álcool nos Estados Unidos (Diala, Muntaner, & Walrath, 2004). Adicionalmente, na Escócia as mulheres com estatuto socioeconómico mais baixo apresentavam menor consumo semanal e menos problemas relacionados com o álcool (Batty et al., 2012).

Em jovens de estatuto ou classe social mais elevados também se constatou o seguinte: maior prevalência de comportamentos de *binge drinking* em estudantes

brasileiros (Locatelli, Sanchez, Opaleye, Carlini, & Noto, 2012); e, maior risco de consumo pesado em adolescentes (Hale & Viner, 2013). A respeito do apresentado, importa dizer que o consumo excessivo e ritualizado em jovens do sexo masculino das classes altas foi identificado como ocorrendo, muitas vezes, em espaços mais isolados dos campus universitários ou das escolas privadas - e, no caso de demonstrações públicas, este grupo teria mais recursos financeiros para lidar com as consequências (Ronay, 2008 as cited in Griffin et al., 2009).

De acordo com descrito, a relação entre estatuto/classe social e utilização do álcool não é clara nem única. Tal é ainda suportado pelo seguinte: não foram encontradas diferenças em termos de consumo excessivo por homens espanhóis em função das classes (Borrell et al., 2000); apesar de o consumo problemático (com maior possibilidade de consequências negativas) ter aparecido associado aos grupos mais pobres e do consumo excessivo ter sido reportado como elevado nos homens socialmente excluídos (sem abrigo), os consumidores mais pesados foram identificados entre os homens que tinham maior salário (Alcohol Concern, 2002 as cited in Thom, 2003); a desigualdade salarial da área de residência apareceu relacionada com episódios de *binge drinking* nos Estados Unidos (Muntaner, Li, Ng, Benach, & Chung, 2011); a associação entre trabalho manual e alcoolismo encontrada em análises univariadas diminuiu após a inclusão de variáveis do *background* em análises multivariadas, num estudo com homens suecos (Hemmingsson, Lundberg, Diderichsen, & Allebeck, 1998); o grau académico apareceu negativamente associado à probabilidade de consumo de álcool regular, enquanto o salário mostrou-se positivamente associado na China (Wu, Mao, Rockett, & Yue, 2008); nas profissões tradicionalmente dominadas por homens constatou-se um consumo mais frequente e abusivo de bebidas alcoólicas (Raistrick et al., 1999 as cited in Thom, 2003); e, não foram encontradas diferenças entre mulheres brasileiras em função da classe social ao nível do abuso de álcool (Almeida-Filho et al., 2005).

Esta relação não linear também se constatou na juventude: entre jovens adultos australianos de ambos os sexos, os de *backgrounds* favorecidos apareciam como consumidores mais frequentes, enquanto os de desfavoráveis como os que consumiam em mais quantidades por ocasião, com as jovens que recebiam baixo salário a ter menor probabilidade de risco a curto prazo (Giskes, Turrell, Bentley, & Kavanagh, 2011); entre jovens adultos pareceu haver uma relação menos consistente entre medidas do estatuto socioeconómico e o *binge drinking* (Casswell, Pledger, & Hooper, 2003; de Visser et al., 2006; Measham, 1996; Muthe'n & Muthe'n, 2000 as cited in De Visser & McDonnell,

2012), provavelmente por ser uma fase em que estas medidas estão sujeitas a mudanças (De Visser & McDonnell, 2012); adolescentes mexicanos provenientes de famílias com estatuto social mais elevado relativamente à comunidade local reportavam maior consumo, enquanto os que se percecionavam como tendo maior estatuto relativamente à sociedade mexicana como um todo descreviam menos consumo (Ritterman et al., 2009); não se notavam diferenças na distribuição do consumo de álcool pelas classes sociais de adolescentes brasileiros, embora tenha sido observada uma tendência de maior prevalência nos extremos da escala social (Muza, Bettiol, Muccillo, & Barbieri, 1997); não se detetaram diferenças em função dos recursos económicos da família de adolescentes finlandeses em quatro medidas de uso de álcool (Liu et al., 2013); e, os efeitos independentes da classe social foram mínimos após se ter em conta as etnias dos adolescentes - europeia-americana, mexicana-americana e africana-americana (Stewart & Power, 2003).

Também se encontrou uma variação entre nações: a educação formal e o estatuto económico apresentaram efeitos consistentes entre países europeus, mas com direções diferentes no que diz respeito a consequências influenciadas pela reação social ao consumo - culpa, falha e pressão para parar de beber (Kuendig et al., 2008); por sua vez, outros estudos (Bloomfield, Grittner, Kramer, & Gmel, 2006; Kuntsche et al., 2006) exploraram os gradientes socioeconómicos no consumo do álcool em diferentes países e observaram grande variedade na distribuição da utilização de álcool e nos problemas associados, o que também se relacionou com a medida de álcool utilizada (Bloomfield, Grittner, et al., 2006); nos países em desenvolvimento os grupos com maior educação formal pareceram ter maior probabilidade de consumir álcool de forma arriscada (ver Bloomfield, Grittner, et al., 2006); o desenvolvimento económico apareceu associado à prevalência de consumidores, mas não à intensidade do consumo (Rahav, Wilsnack, Bloomfield, Gmel, & Kuntsche, 2006); e, o rácio entre homens e mulheres ao nível do consumo pareceu variar entre países, estando negativamente associado à modernização e à posição da mulher na sociedade (Rahav et al., 2006). Quanto a Portugal, entre homens e mulheres com mais de 40 anos, os gradientes socioeconómicos não foram inteiramente claros, embora a posição mais baixa estivesse associada a maior prevalência de consumo excessivo (Alves et al., 2012).

Centrando-nos agora especificamente no grau de escolaridade, foi encontrado o seguinte quando este era mais baixo: maior consumo de álcool em ambos os sexos (Lopes, Andreozzi, & Ramos, 2007; Van Oers et al., 1999); mais episódios de consumo excessivo nos homens, mas não em mulheres, em diversos países europeus (Bloomfield, Grittner, et al., 2006); maior mortalidade relacionada com o álcool em homens eslovacos, não havendo efeito do salário (Rosicova et al., 2011); maior probabilidade de ser condutor embriagado (Klein et al., 1994 as cited in McCallum, 1998); e, maiores riscos a curto prazo em jovens adultos do sexo masculino australianos (Giskes et al., 2011).

Por outro lado, num estudo norte-americano (O'Malley & Johnston, 2002) foi observado o seguinte: um consumo mais elevado entre os estudantes universitários, principalmente entre os do sexo masculino, comparativamente aos da mesma idade que não frequentavam a universidade; um menor consumo nos alunos que estavam no ensino secundário e que planeavam seguir o ensino superior comparativamente aos que não o pretendiam fazer; e, um aumento do consumo em ambos os grupos após a saída do secundário, mas com maior expressão no caso dos alunos que entraram na universidade. A este respeito, foi encontrado num outro estudo (De Visser & McDonnell, 2012) o seguinte: os estudantes universitários do sexo masculino viam os seus padrões de consumo de álcool como temporários, fazendo parte de uma “cultura universitária” e de “estilos de vida estudantis”, e reconheciam mudanças nos recursos utilizados para a demonstração da masculinidade - das capacidades físicas na juventude para as capacidades profissionais e económicas na fase adulta; por contraponto, os homens desempregados poderiam utilizar o consumo de álcool para demonstrar masculinidade na ausência de oportunidades para o fazer mediante o trabalho). Adicionalmente, em estudantes universitários ingleses, registavam-se poucas diferenças entre sexos relativamente aos níveis de ingestão e aos episódios de embriaguez (De Visser & McDonnell, 2012).

No que concerne ao grau de escolaridade, também não se encontra um padrão apenas quanto ao consumo de álcool. Por exemplo, um estudo com homens dos Países Baixos (Van Oers et al., 1999) indicou o seguinte: a prevalência de dependência psicológica e de problemas sociais era maior nos grupos com educação formal intermédia, enquanto a prevalência de embriaguez era menor nestes mesmos grupos; a abstinência diminuía à medida que se tinha mais educação formal; e, não se encontrava uma ligação

no que concerne a prevalência de ingestão problemática. Além disso, encontrou-se o seguinte: os jovens adultos em grupos universitários reportavam mais consumo semanal, enquanto os que não se encontravam a estudar reportavam mais consumo diário (Widome, Wall, Laska, Eisenberg, & Neumark-Sztainer, 2013); em países com sistemas de previdência social fortes (não incluindo Portugal), as mulheres que tendiam a beber mais abusivamente estavam empregadas, tinham menor escolaridade e um papel de família não tradicional, enquanto em países em que estes sistemas eram mais fracos, o consumo pesado estava associado a maior educação, havendo pouco efeito da família e do emprego (Kuntsche et al., 2006); e, em países como a Alemanha, Holanda, França, Suíça e Áustria foi encontrado que mulheres com elevado grau académico tinham maior probabilidade de beber em excesso (Bloomfield, Grittner, et al., 2006).

Em termos explicativos, Engstrom (2012) reconhece que a utilização do álcool parece normalizar e validar as práticas feitas num contexto universitário, onde o autor diz que se tem privilegiado tipicamente uma definição limitada de masculinidade (ver Abbey, 1991; Peralta & Cruz, 2006), associada ao jovem branco, heterossexual, viril, forte, duro, confiante, respeitado e competidor por posições de poder (Peralta & Cruz, 2006). Mas, segundo Griffin e colaboradores (2009), apesar de os universitários (predominantemente brancos e da classe média) também demonstrarem publicamente momentos de embriaguez (Piacentini & Banister, 2009), a ideia de bebedor excessivo, irresponsável e provocador de ansiedade é, geralmente, marcada pela figura do jovem branco da classe trabalhadora. Para tal pode contribuir a separação entre estudantes e não estudantes ao nível dos eventos onde ocorre o consumo (Holt & Griffin, 2005 as cited in Griffin et al., 2009).

Na linha do dito anteriormente, Griffin e colaboradores (2009) referem que as práticas associadas ao consumo de álcool pelos jovens fazem parte de uma reconfiguração mais ampla de classe e género numa ordem social neoliberal e pós-feminista (Skeggs, 2004). Os mesmos autores (2009) mencionam que, neste cenário, as demonstrações públicas de consumo por parte dos jovens são constituídas nos discursos governamentais como atos volitivos irresponsáveis, distantes da racionalidade, auto-controlo e moderação que define a subjetividade neoliberal (O'Malley & Valverde, 2004), definida como uma forma de classe média "universal-particular" (Savage, 2003). Neste sentido, Griffin e colaboradores (2009) argumentam que, enquanto o consumo excessivo pode ser tolerado, dentro de limites, nos homens das classes média/alta, como no caso dos universitários (entre outros), as demonstrações públicas por parte dos jovens homens das classes

trabalhadoras, e especialmente das mulheres brancas da classe trabalhadora, são frequentemente constituídos como o epítome do excesso irresponsável (Skeggs, 2004). Concretizando, os mesmos autores (2009) mencionam que a imagem de mulher que incorre em *binge drinking* é associada à falta de auto-controlo e a ser da classe trabalhadora, branca e heterossexual, o que pode fazer parte de uma cultura que vê como desviante o comportamento dos mais desfavorecidos. Assim, os autores (2009) alertam que a economia neoliberal pode incentivar a procura (e o acesso) de bebidas alcoólicas pelos jovens (Hayward & Hobbs, 2007; Room, 2005), ao mesmo tempo que o consumo excessivo por parte dos mesmos parece destabilizar alguns princípios básicos do neoliberalismo.

4.5.2. Consumo de substâncias psicoativas ilícitas

Portugal: Dados numéricos

Quanto ao consumo de substâncias psicoativas ilícitas, o *II Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral – Portugal 2007* (Balsa et al., 2008) indicou que foi na faixa etária dos 15-34 anos que se registaram as prevalências de consumo mais elevadas - ao longo da vida, nos últimos 12 meses, nos últimos 30 dias e continuidade do consumo⁵⁵ -, comparativamente à população total, na grande maioria das substâncias. Em todos os tipos de prevalência contemplados, a cannabis foi sempre a substância mais consumida: as taxas de prevalência de consumo ao longo da vida foram de 12% na população total e de 17% na população jovem adulta; as taxas de prevalência de consumo nos últimos 12 meses foram de 3,6% na população total e de 6,7% na população jovem adulta; as taxas de prevalência de consumo nos últimos 30 dias foram de 2,4% na população total e de 4,7% na população jovem adulta.

Quanto à análise dos resultados em função do sexo, o consumo dos homens foi superior ao das mulheres, em todas as substâncias, nas prevalências ao longo da vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias (quer no grupo dos 15-34, quer na população total). Em relação à cannabis, registou-se o seguinte: uma prevalência ao longo da vida na população total e na população jovem adulta de, respetivamente, 18% e 25% nos

⁵⁵ Proporção de indivíduos que tendo consumido uma dada substância ao longo da vida, declaram ter consumido essa mesma substância no último ano (Balsa et al., 2008).

homens e de 5% e 9% nas mulheres; uma prevalência de consumo nos últimos 12 meses na população total e na população jovem adulta de, respetivamente, 6,4% e 11,5% nos homens e de 0,9% e 1,8% nas mulheres; uma prevalência de consumo nos últimos 30 dias na população total e na população jovem adulta de, respetivamente, 4,6% e 8,3% nos homens e de 0,5% e 1% nas mulheres.

Quanto à taxa de continuidade do consumo, apenas se notou um maior valor por parte dos homens no uso da cannabis e na categoria “qualquer substância” (quer no grupo dos 15-34, quer na população total). Esta taxa foi maior nas mulheres no que se refere à cocaína, *ecstasy* e LSD (quer no grupo dos 15-34, quer na população total). E, foi próxima no que diz respeito às anfetaminas (no grupo 15-34), à heroína (na população total em 2007) e aos cogumelos (quer no grupo dos 15-34, quer na população total).

O mesmo relatório analisou a relação entre o consumo feminino e o consumo masculino, considerando a proporção de mulheres por 100 consumidores homens: as prevalências de consumo foram, de um modo muito explícito e em todas as substâncias, superiores nestes últimos. Considerando as prevalências ao longo da vida, para a população total, a cannabis foi a substância onde o consumo feminino mais se aproximou do masculino: 29 mulheres para 100 homens. Esta relação foi de aproximadamente 22 relativamente à cocaína e à heroína, de cerca de 20 no que toca às anfetaminas, ao *ecstasy* e aos cogumelos mágicos, e de 13 no caso do LSD. Quanto ao consumo no último ano anterior ao estudo, na população total, os cogumelos mágicos foram a substância onde o consumo feminino mas se aproxima do masculino: cerca de 43 mulheres para 100 homens. No que diz respeito ao consumo no último mês, foi no caso do consumo de heroína que se notou maior aproximação entre o feminino e o masculino: cerca de 39 mulheres para 100 homens.

Adicionalmente, embora a representação das mulheres pareça ter tendência para aumentar nas faixas etárias mais jovens, há casos em que tal não se registou (Balsa et al., 2008). Relativamente à heroína, a proporção de mulheres foi maior nos grupos etários dos 25-34 e dos 35-44 anos (cerca de 24 mulheres para 100 homens) do que no grupo dos 15-24 anos (14 para 100 homens). Quanto às anfetaminas, a proporção de mulheres foi superior no grupo dos 35-44 anos (41,2 para 100 homens) comparativamente ao grupo dos 15-24 anos (12,5 para 100 homens). No caso do LSD, a proporção de mulheres foi maior no grupo dos 35-44 anos (40 para 100 homens). No que diz respeito ao *ecstasy*, foi no grupo dos 45-55 anos que houve maior proporção de mulheres (50 para 100 homens), seguido do grupo etário dos 15-24 anos (39 para 100 homens).

Por sua vez, o documento anual de 2010 intitulado *A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências* (IDT, 2011b) indica as percentagens de algumas características acerca dos utentes que se encontravam em tratamento da toxicodependência: sexo masculino (79% a 85%); idades entre os 25-34 anos (24% a 44%) e os 35-44 anos (33% a 46%); solteiros (54% a 64%); viviam com familiares - predominando a coabitação só com a família de origem (33% a 48%) ou só com a família constituída (14% a 27%); baixas habilitações literárias (36% a 61% não completaram o 3.º Ciclo do Ensino Básico); e situações laborais precárias (43% a 62% estavam desempregados). Quanto aos casos de *overdose*, a maioria era do sexo masculino (88%) e com idade acima dos 40 anos (48% tinham entre os 25-39 anos).

No que concerne aos indivíduos acusados de contraordenações por consumo de drogas, na sua generalidade pode dizer-se que eram do sexo masculino (94%), tinham idades entre 16-24 anos (47%) e 25-34 anos (31%), eram solteiros (86%) viviam com a família de origem (64%), tinham frequentado o 3.º Ciclo do Ensino Básico ou habilitações superiores (71%), cerca de 40% estavam empregados e 22% eram estudantes. Entre os presumíveis traficantes-consumidores e os presumíveis traficantes, os primeiros apresentavam maior peso de indivíduos do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa, solteiros, jovens, com mais habilitações académicas e empregados e estudantes. Quanto aos condenados por crimes ao abrigo da Lei da Droga eram na sua generalidade: homens (90%); com idades entre os 16-24 anos (36%) e 25-34 anos (33%), solteiros (58%); a viver com familiares - predominando a coabitação só com a família de origem (31%) ou só com a família constituída (30%); cerca de 50% tinham habilitações iguais ou superiores ao 3.º Ciclo; e, 37% estavam empregados e 44% desempregados à data da condenação. Os condenados por consumo apresentavam um perfil sociodemográfico mais diferenciado em comparação aos traficantes e aos traficantes-consumidores, com um maior peso de indivíduos jovens e solteiros, com habilitações académicas mais altas e com uma maior percentagem de empregados e de estudantes.

Assim, os homens parecem consumir mais substâncias psicoativas ilícitas do que as mulheres. Os jovens continuam a ser uma faixa etária onde se destaca o consumo de substâncias, à exceção da heroína. No que diz respeito às problemáticas ao nível da saúde derivadas do uso de substâncias ilícitas, volta a registar-se uma superioridade numérica dos homens. Neste grupo, a maioria tinha mais de 25 anos, baixas habilitações literárias e encontravam-se em situações laborais precárias, como o desemprego. Relativamente a questões legais relacionadas com posse ou tráfico de droga, também se verificava uma

maior representatividade por parte dos homens. Neste caso, predominavam as idades entre os 16-34 anos, um grau académico correspondente ao 3.º Ciclo do Ensino Básico ou habilitações superiores, e situações de desemprego.

Sexo e género

À semelhança do dito quanto à ingestão de álcool, o consumo de substâncias psicoativas ilícitas tem sido relacionado com (re)construções no domínio do género, particularmente da(s) masculinidade(s), como descreveremos, embora reconheçamos que possam estar envolvidos outros fatores.

Efetivamente, o consumo de drogas apareceu como relevante na construção da masculinidade (De Visser & Smith, 2006; McCallum, 1998; Sanders, 2011; Stover, 2007). Mais particularmente, a adesão às definições tradicionais de masculinidade têm sido associadas a consumo de álcool e drogas pelos homens, incluindo jovens (Blazina & Watkins, 1996; Frydenberg, 1997; Kulis, Marsiglia, & Hecht, 2002; Kulis, Marsiglia, Lingard, Nieri, & Nagoshi, 2008; Lash, Copenhaver, & Eisler, 1998; O'Neil & Crapser, 2011; Pleck & O'Donnell, 2001; Sen et al., 2007; Thom, 2003).

A respeito do referido, importa ter em conta que a diversidade crescente de situações de consumo e de produtos podem favorecer novas expressões de identidade masculina e/ou a redefinição das masculinidades (Mullen, Watson, Swift, & Black, 2007). Perante tal, pode ser importante examinar a ligação entre diferentes formas de masculinidade e diferentes padrões de consumo e/ou substâncias (De Visser & McDonnell, 2012). Neste sentido, constatou-se quanto à utilização de marijuana que, apesar de a “*coolness*” masculina ter aparecido como a apresentação de género preferida, podem haver múltiplas funções *genderizadas* para os rapazes (e para as raparigas)⁵⁶, que reveem ou minam as normas dominantes de género (Haines, Johnson, Carter, & Arora, 2009). Por exemplo, o uso desta substância pode permitir práticas que podem ser concebidas como mais “femininas” dentro do contexto da adolescência (Haines et al., 2009). De facto, foi encontrado, numa revisão de literatura, que os homens utilizadores de cannabis eram tipicamente menos masculinos nos seus valores e preferências do que outros homens (Pape, Hammer, & Vaglum, 1994 as cited in McCallum, 1998).

⁵⁶ Acrescento nosso.

Particularizando quanto às mulheres, a utilização de drogas parece, numa perspetiva histórica, aceitar quando se prende apenas com motivos de saúde (Gomberg, 1982 as cited in McCallum, 1998). Assim, considerando as maiores sanções prováveis associadas aos consumos de álcool e de drogas ilícitas, as mulheres poderão optar por tomar medicamentos, como tranquilizantes e analgésicos (Broom, 1995; Rienzi et al., 1996; Rodin & Ickovics, 1990 as cited in McCallum, 1998).

No entanto, foi constatada, nos últimos anos, um aumento do consumo de substâncias ilícitas por parte das jovens (Balsa et al., 2013; Balsa et al., 2008). Por um lado, foi constatado que, apesar de a marijuana ser utilizada como forma de “fazer género” por jovens e ambos os sexos canadianos, envolvendo feminilidades e masculinidades hegemónicas, também era usada pelas jovens na procura de estatuto mediante a encenação de uma masculinidade (Haines et al., 2009). Tal não é de surpreender perante a noção de que o consumo de substâncias pode funcionar como um símbolo de poder e estatuto, relevante para a expressão da identidade de género, num contexto cultural hierarquizado (Page & Singer, 2010).

Por outro lado, o consumo não significa necessariamente uma rejeição das normas de feminilidade tradicionais. Por exemplo, o uso de substâncias como *ecstasy*, anfetaminas e ácidos podem, também, constituir uma forma de estar sob controlo, nomeadamente numa cultura mais *mainstream* de festa (McCallum, 1998). Adicionalmente, a utilização de certas substâncias pode dever-se à preocupação pela aparência física – tal foi observado quanto ao uso de anfetaminas, principalmente entre raparigas com baixo peso (Page, 1993 as cited in McCallum, 1998).

Idade: Jovens

Quanto à faixa etária, o consumo de várias substâncias psicoativas pelos jovens aparece como comum, incluindo em Portugal (Balsa et al., 2013; Balsa et al., 2008; Simões et al., 2006). Neste âmbito, o grupo de pares também aparece como um fator importante no consumo de substâncias ilícitas (Matos, 2002; McGee, 1992). Por exemplo, um estudo norte irlandês reconheceu os aspetos normativos destes comportamentos, envolvendo ritos de passagem e pressão do grupo (Campbell et al., 2013). Além disso, os efeitos cumulativos e interativos de fatores pessoais, familiares, escolares e comunitários podem ser intermediários entre os pares e o consumo (Matos, 2002).

Mais particularmente no que concerne aos fatores de cariz comunitário, têm sido salientados o consumo na zona de residência e a perceção de aprovação na comunidade (Roche, 1999 as cited in Matos, 2002). Adicionalmente, há a considerar os contextos onde o consumo ocorre. Em Portugal, os consumidores de substâncias psicoativas parecem ter mais hábitos de recreação noturna (Lomba, Apostolo, & Mendes, 2009), incluindo os jovens (Simões et al., 2006).

Classe social

No que diz respeito à classe social ou ao estatuto socioeconómico, foram encontradas associações negativas entre o consumo de substâncias ilícitas e os recursos sociais/económicos (Thom, 2003). Mais concretamente, uma maior privação ao nível do contexto de vivência apareceu relacionada com o seguinte: uma maior taxa de *overdose* em homens espanhóis (Mari-Dell'Olmo et al., 2009); e, um maior consumo na República Checa (Lejckova, Mravcik, & Radimecky, 2007), em crianças inglesas (Farmer & Hanratty, 2012) e em jovens estado-unidenses (Dillabough, Wang, & Kennelly, 2006 as cited in Haines et al., 2009). Além disso, foi nos grupos com classe ou estatuto socioeconómico mais baixos que se observou o seguinte: maior consumo de álcool, cannabis e *ecstasy* na Holanda (Verburg, Toet, & van Ameijden, 2005); consumo de anfetaminas por homens australianos e drogas injetáveis por sem abrigos jovens (Hando & Hall, 1993 as cited in McCallum, 1998); maior consumo de cannabis em jovens adultos franceses (Melchior, Choquet, Le Strat, Hassler, & Gorwood, 2011; Redonnet, Chollet, Fombonne, Bowes, & Melchior, 2012); maior uso de marijuana em jovens adultos estado-unidenses (Finch, Ramo, Delucchi, Liu, & Prochaska, 2013); maior consumo de marijuana e outras drogas em adolescentes do Ghana (Doku, Koivusilta, & Rimpela, 2012); e, maior uso de cannabis na adolescência (Farmer & Hanratty, 2012).

Por outro lado, foi nos grupos com maior classe ou estatuto socioeconómico que se identificou o seguinte: mais perturbações relacionadas com as drogas nos Estados Unidos (Diala et al., 2004; Wohlfarth & Van den Brink, 1998); maior consumo de álcool e cannabis por jovens adultos estado-unidenses (Patrick, Wightman, Schoeni, & Schulenberg, 2012); mais episódios de *binge drinking* e maior consumo de cannabis e cocaína em jovens adultos, não havendo uma relação no que se refere a metanfetaminas ou outras drogas (Humensky, 2010); maior uso de cannabis e cocaína por jovens do Uruguai (Miguez & Magri, 1993); maior uso de substâncias por adolescentes brasileiros

(Muza et al., 1997), como foi encontrado para o caso do álcool, da cannabis e de solventes (Pratta & Santos, 2007); e maior consumo de substâncias nos adolescentes estado-unidenses (Hanson & Chen, 2007).

Perante o referido, não se reconhece um padrão único em termos de relação entre a/o classe social/estatuto socioeconómico e o consumo de substâncias psicoativas ilícitas. Tal é reforçado pelo seguinte: apesar de o uso de drogas ilícitas ter sido identificado em pessoas de todos os estatutos socioeconómicos, a morbilidade e a mortalidade relacionadas têm tido maior expressão entre os grupos com menor estatuto (ver Galea & Vlahov, 2002); a cocaína começou por ser utilizada nos Estados Unidos pelos indivíduos com mais recursos, mas à medida que se foi reconhecendo o seu potencial para causar dependência ou outros efeitos adversos, o consumo por estes grupos diminuiu, estando atualmente mais concentrada entre os mais desfavorecidos (Harder & Chilcoat, 2007 as cited in Higgins & Chilcoat, 2009).

Adicionalmente, nos adolescentes foi detetado o seguinte: o efeito dos pares no consumo de drogas foi encontrado como maior entre os da classe média (McGee, 1992); não foi observada uma relação entre estatuto e consumo em adolescentes ingleses (Hale & Viner, 2013) nem em adolescentes mexicanos (Ritterman et al., 2009); a relação entre consumo de marijuana por adolescentes estado-unidenses e grau académico dos pais apresentou uma relação em formato de U invertido, apenas em adolescentes não brancos, e uma relação inversa fraca entre o consumo de cocaína e grau académico dos pais em adolescentes brancos não hispânicos (Goodman & Huang, 2002).

Também se constatou, num grupo de jovens do sexo masculino indonésios, que o emprego, mesmo que mal pago, facilitava a perspetiva de alcance de um estatuto relativo a uma masculinidade localmente construída, fornecendo um incentivo para o controlo do uso de drogas (Nasir, Rosenthal, & Moore, 2011). Indo ao encontro do dito anteriormente, a não existência de trabalho pode estimular a redefinição sociocultural da masculinidade em diferentes termos, mediante, por exemplo, práticas rapidamente disponíveis (Brown, 2010).

Relativamente ao efeito da desvantagem do meio/área onde os indivíduos se encontram, este parece variar consoante a idade, a etnia, o tamanho da área examinada, o tipo de medida do estatuto socioeconómico, a consequência avaliada e as técnicas de análise utilizadas (Karriker-Jaffe, 2011). Além disso, os recursos económicos que certas drogas exigem são variáveis.

Ainda ligado ao conceito de classe, aparece o conceito de uso recreacional, caracterizado pela utilização ocasional e por consumidores que não se percebem como dependentes ou como tendo consequências negativas (Page & Singer, 2010). De facto, esta noção acerca da relação entre classe social e padrões de consumo (recreação e dependência) foi reconhecida num estudo português de Luís Fernandes e Maria do Carmo Carvalho (2004), feito na zona do Porto, que contou maioritariamente com jovens do sexo masculino entre 20 e 29 anos. O mesmo indicou que, embora os consumos problemáticos⁵⁷ estivessem dispersos por todo o tecido social, tinham maior visibilidade nas classes desfavorecidas e nos grupos periféricos e marginalizados (zonas *down*). Nos estratos mais elevados (zonas *up*) reconheciam-se mais estratégias de defesa da identidade, manutenção do sigilo e resguardo da exposição pública, o que significa um menor conhecimento sobre o consumo nestes grupos (tal constitui uma lacuna na investigação portuguesa segundo os autores). Adicionalmente, o estudo apontou que nas zonas *up* havia relatos de consumo regular (independentemente das substâncias), mas não padrões de uso toxicodependente (apesar de nalguns casos haverem trajetórias pautadas por um envolvimento problemático com a heroína). Por seu turno, as populações das zonas *down* apresentavam menor diferenciação em termos de consumos problemáticos – a vida na heroína e na marginalidade pareciam ter um elevado potencial homogeneizador.

Efetivamente, segundo o mesmo estudo (Fernandes & Carvalho, 2004), a diversidade das substâncias e dos padrões de utilização reportados distinguia o uso de drogas entre as zonas *up* e *down*. Notavam-se diferenças de autonomia financeira com reflexo quer no acesso à variedade dos contextos do espaço urbano, quer nas estratégias de gestão dos consumos. Neste sentido, salientou-se o maior leque de psicoativos a que a *up* recorria e a maior intensidade e durabilidade da heroína na *down*. Enquanto esta substância era, na zona *down*, a droga central de um regime de consumo com grande sustentabilidade temporal, na *up* correspondia a um período datado na trajetória dos consumos, tratando-se de uma droga cuja imagem era muito negativa em ambas as zonas (tal estigmatização poderia fazer com que perdesse atracção para os indivíduos da zona *up*). Por último, na zona *up*, pareciam ter maior relevância a cannabis e a cocaína (nalguns grupos). Quanto ao *ecstasy*, esta substância não parecia ter saliência em nenhuma das

⁵⁷Os autores (Fernandes & Carvalho, 2004) consideraram consumo problemático enquanto: toda a utilização de drogas que conduza à auto percepção de situações e/ou estados indesejáveis no indivíduo (saúde física e mental) e/ou dos diferentes níveis de sistemas que o envolvem (família, grupos informais, trabalho, relação com instituições,...).

zonas (embora tenham sido observados consumos por parte de adolescentes de bairros periféricos em algumas discotecas *techno*).

Dimensões escolares

Fatores como aproveitamento escolar reduzido, problemas na escola e absentismo escolar apareceram associados a consumo de drogas problemático e precoce (Simões et al., 2006). Além disso, foi observado o seguinte: maior consumo de marijuana entre indivíduos que não tinham educação secundária (Widome et al., 2013); menor consumo de substâncias em indivíduos com ensino superior (Bacigalupe & Martín, 2007; Hernández–Pedreño, 2002 as cited in Sánchez–López et al., 2012); uma associação positiva entre abandono escolar e a probabilidade de uso de drogas injetáveis (ver Galea & Vlahov, 2002) ou outras (ver McCallum, 1998); uma associação positiva entre o insucesso escolar, juntamente com o estatuto socioeconómico na infância, e o abuso de substâncias ilícitas em jovens suecos (Gauffin, Vinnerljung, Fridell, Hesse, & Hjern, 2013); e, uma associação positiva entre o insucesso escolar e as perturbações relacionadas com o consumo de substâncias em adolescentes - não se observando uma relação com a privação do sítio de residência nem com o capital social (Sariaslan, D'Onofrio, & Lichtenstein, 2012). No mesmo sentido que o descrito, em Portugal, segundo os resultados de 2002 e 2006 do inquérito *HBSC – Health Behaviour in School-aged Children* (Matos & Equipa do Projecto Aventura Social, 2008), os jovens que já tinham experimentado substâncias e os consumidores atuais apresentavam um perfil de afastamento em relação à família, à escola e ao convívio com os colegas.

Por outro lado, foi encontrado o seguinte: a iniciação do uso de cannabis entre os 18-23 anos era mais provável em indivíduos escoceses que tinham *backgrounds* ocupacionais não-manuais, que deixaram a escola mais tarde e que estavam a frequentar a educação formal a tempo inteiro aos 18 anos (Sweeting & West, 2008); a proveniência de um meio favorecido, um maior nível de educação e, especialmente, a categoria de emprego nas mulheres aproximava o seu consumo de cannabis ao dos homens (Beck et al., 2010; Bloomfield, Gmel, & Wilsnack, 2006); e, em Portugal, não se observou uma relação entre a satisfação com a escola e o consumo de substâncias em jovens (Simões et al., 2006).

Neste campo, importa ainda ter em conta outras variáveis associadas às dimensões escolares. Por exemplo, foi encontrado que ter um emprego enquanto se estudava no

ensino secundário e o número de horas de trabalho pareciam associar-se a um maior consumo de substâncias em jovens japoneses (Miyoshi & Katsuno, 2012) e norte-americanos asiáticos e brancos (Bachman, Staff, O'Malley, & Freedman-Doan, 2013). Adicionalmente, reconheceu-se que o uso de drogas por jovens do sexo feminino, inglesas, de famílias desfavorecidas e em escolas de elevado desempenho, constituía uma fonte de ligação, construção de identidade, *coping* e excitação, o que se incluía nas estratégias para resistir ao foco específico que as escolas punham na frequência, monitorização e disciplina académicas (Fletcher, Bonell, & Rhodes, 2009).

4.6. Condução rodoviária de risco

Portugal: Dados numéricos

Em 2006, constatou-se que a taxa de mortalidade por acidentes de transporte na população até aos 64 anos foi mais elevada no grupo etário dos 15 aos 24 anos (13,5%000) (DGS, 2009). No mesmo ano, em todos os grupos etários acima dos 15 anos, os homens apresentaram taxas superiores (no grupo dos 15-24 anos foi de 22,4%000 nos homens e de 4,3%000 nas mulheres) (DGS, 2009). Tal verificou-se nomeadamente nas taxas de acidentes de trânsito com veículos a motor (13,4%000 no grupo dos 15-24 anos, sendo de 22,1%000 nos homens e de 4,3%000 nas mulheres) (DGS, 2009). Relativamente a anos de vida potencialmente perdidos devido a acidentes com veículo a motor, a prevalência foi, também, sempre superior no sexo masculino (de 1444 para 408%000 nos homens; de 332 para 105%000 nas mulheres) (DGS, 2009).

Em Portugal Continental, no ano de 2010, registaram-se: 35426 acidentes com vítimas na população total; 2802 acidentes com vítimas mortais e/ou feridos graves; e 46561 feridos (ANSR, 2011). Num total de 47 302 vítimas de acidentes de viação, a maioria foi constituída por condutores de ligeiros de passageiros (15 166), cuja maior percentagem se situou nas idades dos 21 aos 34 anos (21-24 com 11,3%; 25-28 com 13,4%; 30-34 com 13,2%) (INE, 2011). Contudo, no que se refere particularmente a vítimas mortais e feridos graves, a maior percentagem constatou-se na categoria dos motociclos (ANSR, 2011). No mesmo total de vítimas (47 302), os homens continuaram a representar a maior proporção de vítimas de acidentes de viação (56,9% do total) comparativamente às mulheres, em todas as idades – tendo sido no grupo etário dos 21-24 anos (85% no total) que a taxa de homens mais ultrapassou a das mulheres (95,6% e

74% respetivamente) (INE, 2011). Além disso, os homens superaram o número de mulheres tanto em vítimas mortais como em feridos, com um maior rácio de diferença em relação às vítimas mortais (1,4% homens e 0,4% mulheres) (INE, 2011).

Quanto a condutores implicados em acidentes de viação no Continente, em 2010, num total de 57 067, a maioria conduzia automóveis ligeiros de passageiros (35 786) (INE, 2011). Dos 32 979 submetidos a teste de alcoolemia, 31 305 apresentaram menos de 0,5 gr/l e 1 656 igual ou acima (INE, 2011). Considerando o total de condutores, a maioria das causas identificadas para o acidente referiu-se a velocidade excessiva para as condições existentes (5 426), seguindo-se o desrespeito da sinalização vertical (2 234) e o desrespeito da distância de segurança (1 279) (INE, 2011). Analisando a taxa de condutores implicados em acidentes por 1000 habitantes, esta foi mais elevada no grupo etário dos 20 aos 24 anos (11), seguido pelos grupos etários 25-29 (10) e 30- 34 anos (9) (ANSR, 2011). Neste âmbito, também, se notou uma maior expressividade numérica nos homens (40053) comparativamente às mulheres (15482), tendo esta tendência sido registada em todos os grupos etários considerados (menos de 14 até mais de 75 anos) (ANSR, 2011).

Relativamente a condutores vítimas, registaram-se 27994 no total, tendo-se constatado um número mais elevado de homens (506 mortos, 1245 feridos graves e 17177 feridos leves) comparativamente às mulheres (46, 212 e 8785 respetivamente), tendo esta tendência ocorrido em todos os grupos etários (ANSR, 2011). Quanto a vítimas mortais e feridos leves, foi no grupo dos 30-34 anos onde foram observados os números mais elevados (63 e 3424 respetivamente), enquanto os feridos graves ocorreram em maior número entre os 25-29 anos (185) (ANSR, 2011).

A grande maioria dos condutores vítimas (25482 num total de 27994) e dos condutores intervenientes (52035 num total de 57067) apresentava título de condução adequado ao veículo (ANSR, 2011). Entre estes, os condutores com título de condução há menos de um ano foram os que menos se encontraram nos grupos de condutores vítimas (1256) e de condutores intervenientes (2389) (ANSR, 2011). Quanto aos condutores vítimas, a grande maioria estava com capacete/cinto segurança (25504 em 27994) (ANSR, 2011). Além disso, não se observaram grandes diferenças em termos de percentagem de ligeiros envolvidos em acidentes de acordo com a idade do veículo, variando de 72,8% (carros com menos de 5 anos) até 87,2% (10-14 anos) (ANSR, 2011).

No que diz respeito aos passageiros, o maior número de vítimas mortais registou-se no grupo etário dos 20-24 anos, de feridos graves no dos 15-19 anos e de feridos leves

no grupo com 14 anos ou menos (ANSR, 2011). Nos passageiros vítimas mortais e feridos graves houve uma maior percentagem de homens até aos 44 e 39 anos, respetivamente (ANSR, 2011). Relativamente a feridos leves, o número de mulheres foi maior em todos os grupos etários definidos (ANSR, 2011). Por último, a maioria dos passageiros vítimas usava capacete ou cinto de segurança (10718) e encontrava-se em automóveis ligeiros (12013) (ANSR, 2011).

Em síntese, tanto no que se refere a taxas de acidentes como a consequências associadas aos mesmos, verificou-se, na maioria, uma superioridade numérica por parte dos homens na várias faixas etárias consideradas. Relativamente a estas, destacam-se os jovens em muitos dos indicadores observados. Adicionalmente, o menor tempo de carta (menos de um ano), a ausência de acessórios de segurança e a maior idade do veículo não pareceram constituir os fatores que mais contribuíram para explicar a sinistralidade rodoviária. De facto, a velocidade excessiva, o desrespeito pela sinalização vertical e pela distância de segurança foram identificadas como as causas principais de acidentes.

Sexo e género

Importa começar por distinguir entre comportamentos de condução rodoviária que se referem a transgressões/violações⁵⁸ deliberadas (de ordem motivacional e atitudinal), e erros ou lapsos ao nível do processamento de informação, não intencionais (Parker, Reason, Manstead, & Stradling, 1995; Reason, Manstead, Stradling, Baxter, & Campbell, 1990). De modo semelhante, pode falar-se em “*driver behaviour*”, como correspondendo ao que condutor faz, e em “*driver performance*”, como o que *pode fazer* (Evans, 1991). Atendendo a estas noções, uma meta-análise (Winter & Dodou, 2010) indicou o seguinte: as violações predisseram mais os acidentes do que os erros; ambas as categorias correlacionaram-se negativamente com a idade e positivamente com a exposição; e, os homens reportaram menos erros e mais violações do que as mulheres. Em Portugal, foi constatado que as violações eram mais frequentemente cometidas pelos condutores jovens do sexo masculino, que conduziam entre 2 a 6 anos, em média mais de 200 km por semana e que não tinham sido multados nos últimos 5 anos (Barros & Loureiro, 1997).

⁵⁸ As violações podem ser, também, divididas entre: as que se referem ao código, sem motivos agressivos - como por exemplo, conduzir a uma velocidade elevada, ultrapassar pela direita, entre outras; e, as que são explicitamente agressivas - como mostrar hostilidade buzinando ou perseguindo (ver Ozkan & Lajunen, 2005).

Em sintonia com o apresentado, segundo a Organização Mundial de Saúde (2007), para além dos homens terem maior probabilidade de serem utentes na estrada, frequentemente por razões socioculturais e socioeconómicas, e de possuírem um veículo a motor (embora existam cada vez mais mulheres a conduzir), têm maior tendência para incorrer em riscos, maior sobrestimação das capacidades de condução e maior procura de sensações, sobretudo entre os jovens. Neste sentido, a evidência sugere que os homens exibem mais práticas de risco durante a condução do que as mulheres (Bachoo, Bhagwanjee, & Govender, 2013; Laapotti, Keskinen, & Rajalin, 2003; Mann et al., 2010; Sen et al., 2007; Williams, 2003). Igualmente, Ozkan e Lajunen (2005) referem que, em alguns estudos, os homens, comparativamente às mulheres, apresentaram maior tendência para incorrer em riscos (Deery, 1999), se envolverem em condução agressiva, acelerarem e cometerem mais violações do código (Blockley & Hartley, 1995; Jonah, 1990).

Atendendo ao descrito, pode supor-se a marca das normas de género na adoção de comportamentos de riscos na condução, principalmente quando se tem em conta que estes comportamentos parecem mais aceites e valorizados nos homens (Graham & White, 2007; O'Connor & Kelly, 2006; Thomas & Butcher, 2003; Walker, Butland, & Connell, 2000). Igualmente, Martinho (2004) refere que a ostentação de sinais tipicamente masculinos, o risco, o desafio às regras e a competição parecem continuar a ser características atribuídas principalmente aos homens, sendo socialmente aceites ou valorizados nos rapazes, o que se reflete nas suas práticas. Assim, os jovens podem querer mostrar que são “homens” tendo perícia na condução, o que é facilitado pela democratização do automóvel e da mota (Lages, 2007). Neste prisma, a condução pode ser analisada como uma prática simbólica representativa de uma cultura, que reproduz a visão dominante e, simultaneamente, contribui para a sua reafirmação (Martinho, 2004). Adicionalmente, os carros podem ser encarados como símbolos de masculinidade e como ferramentas no alcance de estatuto pessoal e de poder (O'Connor & Kelly, 2006; Thomas & Butcher, 2003; Walker et al., 2000).

No sentido do referido, foram encontradas associações positivas entre condutas de risco na condução e a conformidade com as normas tradicionais masculinas (utilizando o *Conformity to Masculine Norms Inventory*; Mahalik, Locke, et al., 2003) em jovens (Mahalik et al., 2006), e entre as primeiras e a ideologia da masculinidade em adolescentes (Pleck et al., 1994b). Além disso, constatou-se o seguinte: alguns tipos de comportamento na condução eram percecionados como sendo de “machos” por parte de jovens (Graham & White, 2007); entre condutores turcos jovens, o sexo – ser homem –

apenas previa positivamente as violações do código, enquanto o índice de masculinidade previa positivamente o número de ofensas, violações do código e violações agressivas - além disso, altos níveis de masculinidade combinados com baixos níveis de feminilidade previam positivamente acidentes e violações agressivas (Ozkan & Lajunen, 2005); numa simulação de condução, em que participaram homens jovens suíços, quando o conceito de masculinidade era ativado (através de frases ditas pelo rádio) a velocidade aumentava mais do que nas condições “neutra” ou “feminina” (Mast, Sieverding, Esslen, Graber, & Jaencke, 2008); entre jovens do sexo masculino alemães, aqueles que demonstravam personalidade de “macho” tinham mais probabilidade de reportar condução agressiva, de valorizar a velocidade e o aspeto desportivo do carro, e de negligenciar os fatores relacionados com a segurança (Krahe & Fenske, 2002).

Centrando-nos na(s) feminilidade(s), um estudo indicou que entre a orientação para a masculinidade e a orientação para a feminilidade, apenas a segunda se mostrou preditor da condução agressiva, sendo a relação negativa (Krahe, 2005). Além disso, foi constatado que a feminilidade previa negativamente o número de acidentes, ofensas, violações agressivas e do código (e os erros) por parte de condutores turcos de ambos os sexos, não havendo efeito de interação com a variável sexo (Ozkan & Lajunen, 2005). A respeito destes últimos resultados, os autores (2005) referiram que os condutores do sexo feminino podem não encarar a condução como parte da sua identidade ou que ser um “condutor seguro” pode constituir uma característica mais neutra ou feminina (contrastivamente à característica reconhecida como mais masculina de se “ser um condutor competente”).

Porém, o aumento de mortos do sexo feminino na estrada pode derivar da desvalorização de uma condução “feminina”, associada ao estereótipo “mulher ao volante” (Assailly, 1992 as cited in Martinho, 2004), combinada com a valorização de uma condução “masculina” – tal pode incentivar ao envolvimento em condutas de risco em ambos os sexos (Martinho, 2004). Isto é, o estereótipo relativamente à condução das mulheres - sem base estatística - pode reforçar uma condução perigosa como forma de distinção no contexto rodoviário (Martinho, 2004). Indo ao encontro desta ideia, um estudo sobre jovens do sexo feminino envolvidas em corridas de automóveis permitiu concluir que, para as mesmas, “fazer género” envolvia reconciliar os discursos de “corredor” masculino e de feminilidade: para serem vistas como participantes autênticas tinham que atuar “como um dos rapazes”, mediante a roupa, a condução, a fala e as

atitudes; porém, a forma considerada feminina através da qual modificavam os seus carros permitia-lhes reter um elemento de feminilidade neste contexto (Lumsden, 2010).

Idade: Jovens

Os jovens condutores têm aparecido sobre-representados em termos de proporção demográfica e distâncias percorridas, assim como em acidentes durante a noite, em colisões frontais, em ultrapassagens e em acidentes que resultam diretamente das insuficientes capacidades de condução (Pinto, 2006; WHO, 2007). A este respeito, importa dizer que o maior risco de lesões para os jovens condutores pode ser derivado de múltiplos fatores. Por exemplo, a falta de experiência pode dificultar, nomeadamente a antecipação de manobras (Pinto, 2006). Mas, apesar de a taxa de acidentes dos condutores jovens (em países desenvolvidos) diminuir a cada ano que passa (após a obtenção da licença de condução), não é antes dos 25-30 anos que a taxa diminui até à que é registada durante a maioria da faixa etária adulta (WHO, 2007). Adicionalmente, a falta de experiência não parece explicar suficientemente as grandes diferenças encontradas entre os sexos. Efetivamente, segundo a Organização Mundial de Saúde (2007), é entre os 20 e os 24 anos que se encontra uma maior diferença entre sexos ao nível da sinistralidade rodoviária - entre condutores, os jovens do sexo masculino com menos de 25 anos têm quase três vezes mais probabilidade de serem vítimas mortais do que as jovens da mesma idade.

Na mesma direção, os jovens, principalmente do sexo masculino, têm aparecido como os principais “aceleras” (SARTRE, 2004; Williams, Kyrychenko, & Retting, 2006). Quanto a motivos para os jovens acelerarem, encontrou-se o seguinte: procura de experiências, excitação, influência social, procura de sensações, procura de prestígio, negligência do risco, sobrevalorização das competências devido a familiarização com a condução e confiança nos equipamentos (Hatfield & Fernandes, 2009). Contudo, a este respeito, num estudo sul-africano (Bachoo et al., 2013), apesar de os homens terem apresentado mais comportamentos de risco na condução, não se verificaram diferenças ao nível da procura de sensações entre sexos, o que segundo os autores contrasta com outras pesquisas (Dahlen et al., 2005; Farrow & Brissing, 1990; Zuckerman et al., 1978). Neste mesmo estudo, detetaram-se apenas diferenças na procura de sensações em função da idade, com os mais velhos a relatarem um menor grau, para além de, também,

reportarem mais atitudes negativas sobre a violação de regras e da velocidade na condução (Bachoo et al., 2013).

No que concerne ao contexto português, um estudo de Martinho (2002 as cited in Martinho, 2004), com jovens dos 18 aos 29 anos de Lisboa, revelou o seguinte: o índice de masculinidade tradicional (medido pela *Traditional Male Role Attitudes Scale*; Pleck, Sonenstein & Ku, 1993) foi mais elevado nos rapazes do que nas raparigas (apesar de os primeiros não terem pontuado muito alto); considerando ambos os sexos, o mesmo índice estava correlacionado positivamente de forma mais acentuada com a competição e comportamentos violentos na condução, e menos com os comportamentos agressivos (embora ainda de forma significativa).

O mesmo estudo de Martinho (2002 as cited in Martinho, 2004) indicou que: os jovens consideravam a velocidade superior a 120km/h como um risco reduzido, sendo principalmente desvalorizada pelos condutores do sexo masculino; a estimativa do risco do próprio sofrer acidentes foi inferior às estimativas atribuídas aos restantes condutores (confirmando-se a perceção de invulnerabilidade), o que foi mais acentuado nos jovens do sexo masculino; a crença de controlo parecia exercer uma influência na opinião dos indivíduos relativamente à probabilidade de terem um acidente; não se observaram diferenças entre os sexos no que se refere à distinção entre a perceção de controlo enquanto condutor e enquanto passageiro; e, a pontuação dos jovens do sexo masculino foi superior à das jovens em termos de risco, confiança na condução, competição e violência, não havendo diferença na agressividade. Acerca destes resultados, a autora (2004) afirma que a crença no domínio do automóvel e do meio rodoviário por parte dos jovens do sexo masculino pode levá-los a acreditar que têm maior margem para correr riscos do que os restantes condutores.

Indo ao encontro do referido, noutro estudo português (Reto & Sá, 2003 as cited in Martinho, 2004) também se notou o papel da perceção da competência dos condutores na valorização da condução com velocidade excessiva. Mais estudos têm confirmado a crença partilhada pela maioria dos condutores de que são mais aptos e competentes do que os restantes, o que pode contribuir para as taxas de sinistralidade, principalmente entre os jovens do sexo masculino (Elander, West, & French, 1993; Gabriel Molina, Sanmartin, & Keskinen, 2013; Parker et al., 1995). Efetivamente, observou-se que jovens do sexo masculino sobrestimavam as suas capacidades de condução e enfatizavam mais o manejo do veículo do que a segurança (Lajunen & Summala, 1995 as cited in Ozkan & Lajunen, 2005). A confiança na aptidão do próprio acima da média ou excessiva e a

condução arriscada apareceram relacionadas (Lajunen & Summala, 1995 as cited in Ozkan & Lajunen, 2005), com o otimismo a crescer mais rapidamente nos condutores do sexo masculino (Soplander 1982 as cited in Martinho, 2004). Neste sentido, constatou-se que entre sexos, os indivíduos do sexo masculino pareciam menos influenciados pela publicidade sobre segurança rodoviária (sobre velocidade e consumo de álcool) do que os do sexo feminino (Lewis, Watson, & Tay, 2007). Além disso, a condução sob efeito de drogas nem sempre era percebida como um comportamento de risco (Davey, Davies, French, Williams, & Lang, 2005).

Um outro aspeto que interessa focar nesta faixa etária diz respeito à influência dos pares, como fonte primordial de normas comportamentais – por exemplo, os jovens podem ser levados pelo que consideram “fixe” e não seguro (WHO, 2007). A este respeito, pode dizer-se que o grupo permite restringir a intrusão de mulheres no espaço social masculino e inserir o domínio da tecnologia na definição de masculinidade (Walker, 1998). Por sua vez, os comportamentos de condução sob o efeito de álcool podem ser aumentados pela observação de outros durante a adolescência (Evans-Whipp et al., 2013).

Por último, os meios de comunicação social, as empresas comerciais e o *marketing* parecem sustentar esta cultura masculinizada do automóvel a um nível global, em que a condução perigosa representa um recurso para a construção de uma masculinidade (Walker et al., 2000), contrastando com o ensino formal sobre segurança rodoviária.

Classe social

No que concerne à classe social, estatuto socioeconómico ou contexto, foi encontrado o seguinte quando estes eram desfavorecidos: maior risco de lesões ou acidentes enquanto condutor (Camilloni et al., 2013; Chen, Ivers, et al., 2010; Gotsens et al., 2011; Hosking, Ameratunga, Exeter, Stewart, & Bell, 2013; Mari-Dell'Olmo et al., 2009; Plasencia & Borrell, 2001; Whitlock et al., 2003; Yongchaitrakul, Juntakarn, & Prasarithra, 2012); maior frequência de condução sob o efeito do álcool (Baum, 1999); maior risco na condução em jovens (Tapp, Pressley, Baugh, & White, 2013; WHO, 2007); e, maior probabilidade de lesões relacionada com a condução comparativamente aos de estatuto alto em jovens suecos (Hanna, Hasselberg, Laflamme, & Moeller, 2010; Hasselberg & Laflamme, 2003, 2008; Zambon & Hasselberg, 2006) – não tendo sido

encontrada relação com o salário da família num dos estudos (Hasselberg & Laflamme, 2003). Adicionalmente, a grande maioria das mortes e ferimentos provocados por acidentes de trânsito (acima de 90%) constatou-se em países cuja situação económica foi considerada baixa ou média (WHO, 2007).

A adesão a uma cultura de condução perigosa, que enfatiza poderes masculinos, foi referida como possivelmente mais atrativa para jovens rapazes da classe trabalhadora marginalizados pela escola regular (Walker, 1998; L. Walker et al., 2000). Neste sentido, um estudo na Malásia indicou que um baixo nível socioeconómico, a incursão em comportamentos de risco e a adesão à masculinidade tradicional prediziam a frequência em corridas de motociclos (Wong, 2011).

Mas, a maior exposição ao risco por parte dos indivíduos que se encontram em contextos menos favorecidos pode, também, relacionar-se com o tipo de veículo a que têm acesso ou com a maior vulnerabilidade enquanto utentes da estrada - mais frequentemente podem constituir peões, ciclistas, motociclistas e passageiros de transportes públicos ou privados (Licaj, Haddak, Pochet, & Chiron, 2012; Pinto, 2006; WHO, 2007). Efetivamente, associado ao baixo estatuto socioeconómico apareceu, além da velocidade acima do limite, a condução de um veículo mais velho e uma maior fadiga (Chen, Senserrick, et al., 2010).

Por outro lado, observou-se que indivíduos com maior rendimento conduziam mais e faziam percursos mais longos do que os indivíduos com rendimentos mais baixos (Gonzalez-Luque & Rodriguez-Artalejo, 2000; Pinto, 2006). A este respeito, importa notar que se encontrou que a quilometragem percorrida (após ter a licença de condução) previa positivamente o número de acidentes, ofensas e violações, mas não os erros (Ozkan & Lajunen, 2005). Adicionalmente, um estudo sueco indicou o seguinte: enquanto as mortes relacionadas com a sinistralidade rodoviária diminuía com o desemprego, as lesões pessoais aumentavam numa base *per capita* com o número de jovens e de carros; e, outros fatores além da maior quilometragem poderiam justificar a taxa de mortalidade mais elevada, como uma maior incursão no risco, derivada, por exemplo, da condução sob efeito de álcool, mais propícia em alturas de *booms* económicos (Kruger, 2013).

Assim, em consonância com o exposto anteriormente no âmbito dos comportamentos de consumo de substâncias, não são observados padrões únicos e lineares em função da classe social no que se refere à incursão em condutas de risco na estrada. Quanto ao grau de escolaridade, não foram encontrados estudos que se

debruçassem especificamente sobre transgressões na condução atendendo a esta dimensão, o que sugere a pertinência da sua contemplação na investigação.

4.7. Síntese

Em suma, no âmbito dos consumos de substâncias psicoativas e das transgressões na condução, os homens, sobretudo jovens, aparecem sobre-representados comparativamente às mulheres (e.g. ANSR, 2011; Balsa et al., 2008; DGS, 2009; 2014). Contudo, o enfoque de género não aparece, ainda, muito disseminado nos estudos e nas políticas no âmbito da saúde (Annandale & Hammarström, 2010; De Visser & McDonnell, 2013; Marques, 2010; Prazeres, 2004b).

A incursão em comportamentos de risco é passível de ser relacionada, mesmo que em grau variável, com “códigos de conduta”⁵⁹ percecionados como tradicionalmente masculinos (Prazeres, 2003). Neste sentido, foi encontrada uma associação entre as práticas mencionadas e a conformidade com normas tradicionais masculinas nos homens, incluindo jovens (e.g. Locke & Mahalik, 2005; Mahalik et al., 2006). Registou-se, também, alguma evidência de que esta relação (entre condutas de risco e valorização de normas consideradas masculinas) é passível de se aplicar às mulheres (e.g. Iwamoto & Smiler, 2013). Esta constatação desafia a sobreposição entre os conceitos de masculinidade e de sexo masculino (e, pela mesma linha de pensamento, entre os conceitos de feminilidade e de sexo feminino). Além disso, tal enfatiza a necessidade de investigar acerca da adesão a construções sociais consideradas no âmbito da masculinidade por parte das mulheres, nomeadamente ao nível dos comportamentos de risco.

Por sua vez, quanto à classe social e ao grau académico, não se constataram padrões únicos sobre quem apresenta mais comportamentos de risco. A este respeito, alguns autores alertam que a tendência para associar o envolvimento em riscos aos grupos sociais marginalizados pode ser devida a um possível efeito de visibilidade e estigma (Griffin et al., 2009; Haywood & Mac an Ghaill, 2013). Tal desafia a ideia de que a(s) masculinidade(s) associada(s) às classes desfavorecidas poderão estar mais facilmente associadas à adoção de práticas de risco, por serem ferramentas rapidamente disponíveis

⁵⁹ Aspas no original (Prazeres, 2003).

na (re)construção do género, na ausência de outros recursos (e.g. De Visser & Smith, 2007).

Tendo em conta a diversidade relatada, importa desenvolver pesquisas situadas, que tenham em conta realidades sociais específicas. Foi neste enquadramento que surgiu a pertinência de explorar a adoção de comportamentos de risco por parte de jovens do Norte de Portugal. Com este intuito, foi elaborado um estudo que procurou analisar as relações entre o sexo, a conformidade com as normas masculinas, a classe social e o grau de escolaridade ao nível de três comportamentos de risco (consumo de álcool, consumo de cannabis e transgressões na condução) em jovens de ambos os sexos, privilegiando um enfoque de género e interseccional.

II. Estudos empíricos

Perspetiva de género e interseccional na análise de comportamentos de risco

Segundo a revisão da literatura realizada, os jovens do sexo masculino estão associados a maior probabilidade de consequências negativas para a saúde devido a comportamentos de risco, em comparação com as jovens (e.g. DGS, 2009, 2014). A este respeito, tem sido sugerida uma ligação entre as práticas de risco e as construções sociais de género, particularmente no que se refere a uma versão de masculinidade tradicional (e.g. Courtenay, 2000). Por sua vez, têm sido encontrados diferentes resultados no que concerne à classe social e ao grau de escolaridade neste âmbito (e.g. De Vogli, Gnesotto, Goldstein, Andersen, & Cornia, 2005; Holstein et al., 2009).

Assim, o objetivo principal desta tese é contribuir para o aumento do conhecimento acerca das relações entre as dimensões sócio-identitárias sexo, classe social, grau de escolaridade frequentado⁶⁰, conformidade com as normas masculinas e comportamento de risco. Para tal, procurámos guiar-nos teórica e metodologicamente por uma perspetiva da interseccionalidade (e.g. Bowleg, 2008; E. Cole, 2009; Crenshaw, 1994; McCall, 2005), recorrendo a uma abordagem intercategorial (McCall, 2005). Neste sentido, no capítulo que se segue, serão apresentados os objetivos, as opções metodológicas, as análises efetuadas e os resultados obtidos.

Mais concretamente, serão descritos três estudos: o primeiro corresponde à avaliação de propriedades psicométricas de uma versão reduzida do *Conformity to Masculine Norms Inventory* (CMNI; Mahalik, Locke, et al., 2003); o segundo à avaliação de propriedades psicométricas de uma medida que avalia as transgressões na condução; e, o terceiro contempla a análise das possíveis relações entre o sexo, a classe social, o grau de escolaridade, a conformidade com as normas masculinas e três tipos de comportamentos de risco – consumo de álcool, consumo de drogas e transgressões na condução –, em jovens adultos.

⁶⁰ Ao longo do texto utilizaremos a expressão “grau de escolaridade” e nas tabelas/figuras o termo “escolaridade”, como forma de simplificar a leitura, mas, quando falarmos acerca dos participantes incluídos nesta investigação, estaremos a referir-nos ao grau de escolaridade frequentado.

5.1. Enquadramento teórico e metodológico

Perante a necessidade de uma perspetiva de género e interseccional na saúde (Annandale & Hammarström, 2010; De Visser & McDonnell, 2013; Marques, 2010; Prazeres, 2004b), e, mais particularmente, no entendimento de comportamentos de risco, como o consumo de substâncias psicoativas (álcool e drogas) e transgressões na condução, surgiu a pertinência de desenvolver esta investigação. Mais concretamente, no seguimento da revisão da literatura realizada, foi salientada a importância de analisar as relações entre a incursão nestas práticas e as construções sociais no domínio da masculinidade, o sexo, a classe social e o grau de escolaridade, em jovens adultos portugueses. Tal é especialmente relevante quando a literatura sugere que não há uma associação clara entre masculinidade, classe social, grau de escolaridade e incursão em comportamentos de risco (e.g. De Vogli et al., 2005; Holstein et al., 2009).

De modo a explorar pontos de comparação entre dimensões/grupos sociais, optámos por avaliar uma amostra elevada de participantes, utilizando uma metodologia quantitativa. Além disso, uma metodologia deste tipo pode permitir estabelecer mais facilmente comparações com outros estudos que se debruçam sobre a saúde, incluindo os relatórios oficiais.

Um enfoque de género poderá contribuir para o entendimento de como o que é considerado feminino ou masculino representa uma construção social (Nogueira, 2001b). Tal poderá (des)naturalizar as diferenças (Nogueira, 2001b) e diminuir o seu impacto (Gender and Health Group, 1999 as cited in Prazeres, 2004b), o que é prioritário perante a noção de inevitabilidade e/ou naturalidade da menor esperança de vida dos homens (Amâncio, 1999; Courtenay, 2000; Marques, 2007).

Dado que a literatura consultada tem sugerido uma associação entre construções sociais no campo da masculinidade e a incursão em comportamentos de risco (e.g. De Visser & Smith, 2006; Graham & White, 2007; Iwamoto et al., 2011; Kulis et al., 2002; Kulis et al., 2008; Liu & Iwamoto, 2007; Mahalik, Locke, et al., 2003; Mast et al., 2008; O'Neil & Crapser, 2011; Ozkan & Lajunen, 2005; Sanders, 2011; Stover, 2007; Thom, 2003), procurámos avaliar o grau de conformidade com as normas masculinas tradicionais recorrendo ao instrumento de avaliação *Conformity to Masculine Norms Inventory* (CMNI; Mahalik, Locke, et al., 2003).

Seguindo uma perspetiva da interseccionalidade (e.g. Bowleg, 2008; E. Cole, 2009; Crenshaw, 1994; McCall, 2005), incluímos, para além da conformidade com as

normas masculinas, o sexo, a classe social de origem e o grau de escolaridade frequentado nas análises (e.g. E. Cole, 2009; Dubrow, 2008; Friedrich, 1982; Hankivsky, 2011; McCall, 2005; Veenstra, 2011; Warner, 2008). Em particular, utilizámos uma abordagem intercategoriaal, a qual salienta o estabelecimento de pontos de comparação entre diversas dimensões/grupos sociais (McCall, 2005). Neste enquadramento, recorremos ao uso provisório de categorias analíticas, como pontos “âncora”, de forma a retratar as relações estruturais (McCall, 2005). Adicionalmente, avaliámos as intersecções entre as categorias (Dubrow, 2008), o que possibilita a exploração de categorias emergentes (Warner, 2008). Tal permite ir além da comparação entre grupos oprimidos e opressores, contemplando a possibilidade do privilégio e da opressão serem co-constituídos, múltiplos e simultâneos, e evitando a invisibilidade interseccional (Nash, 2008; Purdie-Vaughns & Eibach, 2008).

Como referido na revisão da literatura, as construções sociais no domínio do género não são estáveis, podendo variar consoante a posição ocupada nas diversas dimensões sócio-identitárias (e.g. Connell, 1995; Courtenay, 2000; Nogueira, 2011). Por este motivo, atendemos às possíveis interações entre as dimensões sócio-identitárias sexo, classe social de origem, grau de escolaridade frequentado e a conformidade com as normas masculinas tradicionais. Assim, é possível ir além do foco nas variáveis geralmente chamadas de demográficas (como o sexo, o grau de escolaridade e a classe ou estatuto socioeconómico), o que pode reforçar a ideia de que a formação de identidades sociais é contextual e um processo (Warner, 2008). Para tal, contemplámos o género não apenas no enquadramento ou na discussão dos resultados, o que foi notado como algo frequente (Cuéllar-Flores, Sánchez-López, & Dresch, 2011), mas também nas análises efetuadas.

Mais especificamente, a inclusão do sexo e do constructo conformidade com as normas masculinas nas análises pode contribuir para clarificar os conceitos de sexo e de género, e a forma como interagem ao nível das práticas de risco para a saúde, o que tem sido identificado como necessário (Amâncio, 2003; Annandale & Hammarström, 2010; Hammarström & Annandale, 2012; Marques, 2007). Para tal, avaliámos este constructo no âmbito da masculinidade em ambos os sexos, e não só no sexo masculino, como é mais frequentemente observado (Good et al., 2008; Hamilton & Mahalik, 2009; Liu & Iwamoto, 2007; Mahalik, Levi-Minzi, et al., 2007; Peralta, 2007). Esta opção permitiu observar se a relação entre a conformidade com as normas masculinas e a tomada de riscos se constatava apenas num sexo, em ambos ou em nenhum. Adicionalmente, favoreceu o atendimento à possível variabilidade na conformidade com as normas

masculinas, quer entre sexos, quer dentro de cada um. Isto contrasta com a simples abordagem das diferenças sexuais (Addis & Mahalik, 2003) e reforça o pressuposto de que a compreensão da masculinidade pode não se restringir ao sexo masculino, combatendo o essencialismo que pode decorrer quando se corresponde um determinado género (aqui no sentido de feminino e masculino) a um dos sexos (Hearn & Collinson, 1994; Parent & Smiler, 2012; Spence & Helmreich, 1978).

A saliência do sexo prende-se não apenas com as diferenças biológicas potencialmente condicionadoras (por exemplo, os indivíduos do sexo masculino, em geral, poderão evidenciar maior tolerância física ao álcool até atingirem o estado de embriaguez comparativamente aos do sexo feminino), mas também com as desigualdades (quer sociais, quer ao nível da saúde) sustentadas em seu nome (Gender and Health Group, 1999 as cited in Prazeres, 2004b). Neste sentido, interessa entender como o sexo e o género interagem no campo da saúde (Hammarström & Annandale, 2012).

Tendo em conta o apresentado até ao momento, formulámos os objetivos desta investigação.

5.2. Objetivos

O desenvolvimento desta tese foi guiado pela seguinte questão de investigação: “Em que medida o consumo de álcool e de substâncias psicoativas ilícitas e as transgressões na condução por parte de jovens adultos estão associadas a interações entre o sexo, a classe social de origem, o grau de escolaridade e a conformidade com as normas masculinas tradicionais?”.

Seguindo uma perspetiva da interseccionalidade, tivemos como objetivo avaliar a presença de interações entre o sexo, a classe social, o grau de escolaridade e a conformidade com as normas masculinas ao nível dos comportamentos de risco alvo. Neste sentido, procurámos analisar possíveis efeitos de moderação, isto é, se a associação entre, por exemplo, uma dimensão social e um comportamento diferiria (em termos de direcção e/ou intensidade) ao longo dos grupos/níveis que compõem as outras dimensões presentes no termo de interacção (Dubrow, 2008). Tal permitiu explorar as associações entre a conformidade com as normas masculinas e os comportamentos de risco nos vários grupos formados em função do sexo, da classe social de origem e do grau de escolaridade.

Adicionalmente, tivémos como objectivo analisar se a conformidade com as normas masculinas explicaria ou não, pelo menos em parte, as possíveis associações entre

as outras dimensões sócio-identitárias - sexo, classe social e grau de escolaridade - e os comportamentos de risco. Neste sentido, procurámos avaliar se a conformidade com as normas masculinas poderia ou não constituir um mediador entre as dimensões sócio-identitárias referidas e os comportamentos alvo, isto é, se se registaria um efeito de mediação (ver Hayes, 2013). Especificamente, tal permitiu explorar se as diferenças tipicamente encontradas em função do sexo no que se refere à incursão em comportamentos de risco se deveriam, pelo menos em parte, a uma maior conformidade com as normas masculinas por parte dos jovens do sexo masculino.

A respeito destes objetivos, importa salientar o seu carácter exploratório, sem a pretensão de testar hipóteses estabelecidas à partida. Embora, com base na literatura, se possam antecipar índices mais elevados de conformidade com as normas masculinas e de práticas de risco nos jovens do sexo masculino comparativamente às jovens, não são reconhecidos padrões claros acerca do impacto da classe social e do grau de escolaridade nestes índices.

De forma a conseguir responder aos objetivos propostos, recorreremos a alguns instrumentos de avaliação que correspondem a escalas de autorresposta, constituídas por diversos itens, medidos em formato Likert, cujas pontuações foram adicionadas e assumidas como refletindo constructos. Dadas estas características, considerámos importante a análise de propriedades psicométricas dos mesmos: um refere-se a uma versão reduzida com 22 itens do *Conformity to Masculine Norms Inventory* (CMNI; Mahalik, Locke, et al., 2003); o outro diz respeito a um índice de transgressões cometidas durante a condução rodoviária, criado por nós com base noutros já existentes.

Assim, com o intuito de facilitar a leitura, apresentamos a metodologia e os resultados desta investigação ao longo de três estudos. Os dois primeiros correspondem à avaliação de propriedades psicométricas dos instrumentos mencionados. O terceiro estudo contempla as análises das possíveis relações entre o sexo, a classe social de origem, o grau de escolaridade, a conformidade com as normas masculinas e os comportamentos de risco alvo (consumo de álcool, consumo de substâncias psicoativas ilícitas e transgressões na condução).

5.3. Estudo 1 - Inventário sobre a conformidade com as normas masculinas: Adaptação portuguesa da versão com 22 Itens

Como referido no capítulo II, com o intuito de obter uma medida que permitisse avaliar a conformidade com as normas masculinas, Mahalik e colaboradores (2003) desenvolveram o *Conformity to Masculine Norms Inventory* (CMNI), o qual traduzimos por Inventário da Conformidade com as Normas Masculinas. Este constitui uma escala de autorrelato e revela uma abordagem multidimensional, incluindo uma lista não exaustiva de normas masculinas encontradas na cultura dominante dos Estados Unidos (Mahalik, Locke, et al., 2003), que parecem ir ao encontro dos constructos associados à ideologia da masculinidade tradicional. Mais concretamente, o CMNI é composto por 94 itens que avaliam 11 normas masculinas: Ganhar (*Winning*); Controlo emocional (*Emotional control*); Tomada de riscos (*Risk-taking*); Violência (*Violence*); Poder sobre as mulheres (*Power of women*); Dominância (*Dominance*); *Playboy*; Auto-suficiência (*Self-reliance*); Desdém por homossexuais (*Disdain for homosexuals*); Procura de estatuto (*Pursuit of status*); e, Primazia do trabalho (*Primacy of work*). Adicionalmente, os autores consideram uma pontuação total – soma de todos os itens – como um índice global de conformidade com as normas masculinas.

No estudo original (Mahalik, Locke, et al., 2003), realizado com uma amostra de universitários estado-unidenses (cuja média de idades foi de 20 anos), o mesmo inventário apresentou características psicométricas satisfatórias. Quanto à validade convergente, a pontuação total apareceu correlacionada com o total das medidas *Brannon Masculinity Scale-Short Form* (Brannon & Juni, 1984), *Gender Role Conflict Scale* (O’Neil et al., 1986) e *Masculine Gender Role Stress Scale* (Eisler & Skidmore, 1987), e a maioria das subescalas desenvolvidas para avaliar características similares mostraram relações significativas. No que diz respeito à validade concorrente, as pontuações do inventário associaram-se a dominância social, desejo de ser mais musculado, atitudes negativas face à procura de ajuda, *stress* psicológico e agressividade. Relativamente à análise da validade discriminante, os homens pontuaram significativamente mais do que as mulheres na pontuação total e em nove das onze subescalas (sendo as exceções a “Primazia do trabalho” e a “Procura de Estatuto”). Adicionalmente, foi observada uma diferença significativa na pontuação total entre os homens que responderam afirmativamente e os que responderam negativamente a questões relacionadas com comportamentos de risco (se estiveram envolvidos numa situação violenta nos últimos 12

meses; se tiveram problemas com a lei; e, se, pelo menos uma vez na vida, estiveram alcoolizados ao ponto de não se lembrarem do que fizeram enquanto consumiam). Por último, foram encontrados níveis de fidelidade aceitáveis na amostra de homens avaliada (alfas de Cronbach entre .72 e .91 relativamente às subescalas e de .94 quanto à pontuação total; estimativas de teste-reteste para um período de 2 a 3 semanas com média de .76 no que diz respeito às subescalas e de .95 quanto ao total da escala).

O inventário em foco trata-se de um instrumento similar às medidas *Brannon Masculinity Scale* (Brannon & Juni, 1984), *Male Role Norms Scale* e *Male Role Norms Inventory* (Levant et al., 1992), com o acréscimo de possibilitar a avaliação de um maior número de normas, refletindo a assunção de que a saliência de cada uma pode variar entre indivíduos e contextos. Além disso, apesar de se constatar uma relação entre os constructos “conformidade com as normas masculinas” e “endosso à ideologia da masculinidade tradicional”, avaliado pelo *Male Role Norms Inventory-Revised* (Levant et al., 2007), existem algumas diferenças (Levant, 2011). Enquanto este último visa medir a internalização dos sistemas de crenças culturais e atitudes relativamente à masculinidade e ao papel dos homens, o CMNI tem como intuito avaliar a conformidade individual a essas normas (Levant, 2011). Esta diferença é relevante, uma vez que o indivíduo pode endossar certa norma como o esperado nos homens, acreditando que deveria conformar-se de acordo com esta, mas não sendo capaz de, ele próprio, conformar-se com estas expectativas (Levant, 2011).

Comparativamente a outras medidas existentes no domínio da masculinidade, salientam-se dois pontos. Primeiro, no que diz respeito às medidas clássicas de masculinidade/feminilidade, como por exemplo, a de Bem (1974) e a de Spence e colaboradores (1974), alguns dados indicam que avaliam traços instrumentais ou expressivos da personalidade e não os “papéis sexuais”⁶¹ em si mesmos (Auster & Ohm, 2000; Taylor & Hall, 1982; Woodhill & Samuels, 2003 as cited in Cuéllar-Flores et al., 2011). Segundo, outras medidas, como a *Gender Role Conflict Scale* (O’Neil et al., 1986) e a *Masculine Gender Role Stress Scale* (Eisler & Skidmore, 1987), focam a patologia que pode estar associada à adesão a uma versão de masculinidade em vez da conformidade/não conformidade com as normas de género masculinas *per se*. Esta distinção é importante dado que a conformidade com as normas masculinas pode estar

⁶¹ Aspas acrescentadas por nós; Tradução nossa da expressão *papeles sexuales* (Cuéllar-Flores et al., 2011).

relacionada com benefícios e a não conformidade com custos (Mahalik, Locke, et al., 2003).

Efetivamente, no âmbito do modelo de Mahalik (2000), que precedeu o desenvolvimento do CMNI, tanto a conformidade como a não conformidade com as normas masculinas podem significar benefícios ou custos. Por exemplo, a conformidade pode ser vantajosa para os homens em situações de aceitação pelo grupo e de ganho de gratificações sociais ou financeiras (Mahalik, Talmadge, et al., 2005). Utilizando o inventário em foco, foi observado que a conformidade estava associada a alguns benefícios: a) Maior tentativa de *coping* face à depressão em homens universitários (Mahalik & Rochlen, 2006); b) Maior vontade de possuir musculatura física numa amostra de homens universitários futebolistas, o que pode ser vantajoso em contextos atléticos (Steinfeldt, Gilchrist, Halterman, Gomory, & Steinfeldt, 2011); c) Relação positiva entre as normas “Primazia do trabalho”, “Controlo emocional” e “Procura de estatuto” e a capacidade de gestão da raiva e do *stress* em homens universitários (Levant, 2011); d) Relação positiva entre a norma “Procura de Estatuto” e o progresso da recuperação em homens com várias lesões (Good et al., 2006; Schopp, Good, Mazurek, Barker, & Stucky, 2007 as cited in Wong, Owen, & Shea, 2012).

Por outro lado, também se registaram efeitos negativos associados à conformidade com normas masculinas recorrendo à medida em foco: a) Mais comportamentos de risco em homens universitários e menos de promoção da saúde em homens (Mahalik et al., 2006; Mahalik, Levi-Minzi, et al., 2007); b) Maior consumo de substâncias e *binge drinking* em homens (Liu & Iwamoto, 2007); c) Maior adesão a mitos sobre violação e a comportamento sexual agressivo em homens universitários (Locke & Mahalik, 2005); d) Menor satisfação nas relações íntimas em estudantes universitários (Burn & Ward, 2005); e) Mais atitudes negativas face à procura de ajuda psicológica profissional em homens universitários (Mahalik, Locke, et al., 2003) e em homens provenientes de ambientes rurais (Good et al., 2006); f) Pior saúde mental em homens universitários (Mahalik, Locke, et al., 2003).

O descrito até ao momento centrou-se no CMNI com 94 itens e 11 subescalas (Mahalik, Locke, et al., 2003), mas existem, também, versões reduzidas do instrumento. Duas delas foram construídas pelos investigadores mediante a soma de um número fixo de itens de cada subescala – selecionando aqueles com maior saturação em cada uma no estudo original (Mahalik, Locke, et al., 2003) –, de modo a obterem uma pontuação total abreviada, que assumem como avaliadora de uma conformidade global. Mais

concretamente, foi construída uma versão que contém um item de cada subescala (*Conformity to Masculine Norms Inventory* – 11, CMNI – 11; e.g. Mahalik, Burns, & Syzdek, 2007) e uma versão que possui dois itens de cada uma (*Conformity to Masculine Norms Inventory* – 22, CMNI – 22; e.g. Burns & Mahalik, 2008; Hamilton & Mahalik, 2009; Rochlen, McKelley, Suizzo, & Scaringi, 2008). Esta segunda foi a medida escolhida na presente investigação, uma vez que permite ultrapassar o tempo e esforço exigidos no preenchimento do elevado número de itens da versão longa, o que pode ser restritivo em estudos que pretendem avaliar múltiplos constructos, como foi o caso. Adicionalmente, nos estudos encontrados, a versão com 22 itens tem sido utilizada com maior frequência do que aquela com 11 itens.

Utilizando o CMNI-11, foi constatado que a conformidade com as normas masculinas predizia os comportamentos de saúde para além do explicado por variáveis sociodemográficas, como a educação ou o salário, numa amostra de homens de diversas idades (Mahalik et al., 2007a). Recorrendo ao CMNI-22, foi observado que a conformidade com as normas masculinas: constituía um preditor do ajustamento ao papel de pais por parte de homens que ficavam em casa (Rochlen et al., 2008); interagia com a qualidade do funcionamento sexual de homens na predição do funcionamento social e da saúde mental, seguidamente ao tratamento de cancro na próstata (Burns & Mahalik, 2008); e se relacionava com comportamentos de risco para a saúde em homens gays (Hamilton & Mahalik, 2009).

Apesar de as versões reduzidas do inventário em causa terem sido utilizadas em estudos publicados (referidos anteriormente), a única análise das propriedades psicométricas (por nós conhecida até à data dos mesmos) resumiu-se ao cálculo do alfa de Cronbach, com amostras constituídas exclusivamente por homens. Mais recentemente, o estudo de Owen (2011) avaliou a estrutura fatorial da versão com 22 itens, no qual foi testado o ajustamento de um modelo onde se considerou apenas uma pontuação global (um fator) ligada a esses itens. Em termos de resultados, foi constatado um ajustamento relativamente pobre. A este respeito, importa sublinhar que o mesmo recorreu a uma amostra clínica estado-unidense e que aplicou uma versão reduzida do CMNI com 55 itens, de onde retirou os resultados relativamente aos 22 itens alvo. Embora a utilização de uma medida com mais itens do que os inseridos na análise constitua um procedimento comum na testagem de medidas reduzidas (Sabourin, Valois, & Lussier, 2005 as cited in Owen, 2011), o mesmo autor reconhece que é necessária alguma cautela na interpretação das análises e recomenda a aplicação da versão com apenas 22 itens em estudos futuros.

Comparativamente, na corrente investigação, foi utilizada uma amostra recrutada maioritariamente em contextos académicos e foi administrada a versão com apenas 22 itens.

Adicionalmente, apesar de Owen (2011) ter incluído homens e mulheres na sua amostra, não analisou a estrutura fatorial da versão com 22 itens em função do sexo (após a constatação de um ajustamento pobre). Porém, testou a invariância da estrutura fatorial entre os sexos utilizando a versão de 55 itens, constatando a presença da mesma (Owen, 2011). Outro estudo que avaliou a invariância entre homens e mulheres, recorrendo a uma versão do CMNI com 46 itens, corresponde ao de Parent e Smiler (2012), no qual se constatou a presença de invariância configural e invariância métrica parcial, e ausência de invariância escalar (havendo diferenças ao nível das pontuações entre os sexos). Anteriormente, Smiler (2006) tinha também incluído homens e mulheres na avaliação da validade convergente (relação com sexismo) e divergente (relação com traços típicos de género) da versão original com 94 itens. Estes estudos permitem, portanto, fornecer mais informações acerca das propriedades psicométricas do CMNI quando administrado a mulheres, o que é relevante perante a existência de estudos que só incluíram homens (e.g. Cuéllar-Flores et al., 2011) ou que calcularam apenas as diferenças entre os sexos em termos de pontuações médias (e.g. Mahalik, Locke, et al., 2003). Efetivamente, o aumento do conhecimento sobre a conformidade com as normas masculinas nas mulheres é referido como necessário (Parent & Smiler, 2012; Smiler, 2006).

A análise de constructos no domínio da masculinidade apenas com homens falha na contemplação da distinção entre sexo e género (Owen, 2011). Embora se possa antecipar uma maior pontuação por parte dos homens em qualquer escala que meça um constructo no âmbito das masculinidades (e.g. Levant et al., 2007; Mahalik, Locke, et al., 2003), por ser uma construção social no domínio do género associada a este sexo, as normas masculinas podem influenciar e ser sustentadas por homens e mulheres (Mahalik, Locke, et al., 2003; Owen, 2011; Parent & Smiler, 2012; Smiler, 2006; Spence & Helmreich, 1978). Ambos podem encenar a masculinidade e a feminilidade (Bem, 1974; Spence & Helmreich, 1978). Mais concretamente, ambos podem conformar-se quer com normas consideradas masculinas, quer com normas consideradas femininas (Owen, Stratton, & Rodolfa, 2007; Zamarripa, Wampold, & Gregory, 2003 as cited in Owen, 2011). Contudo, reconhecemos que tal não significa necessariamente que ambos os sexos interpretem e respondam aos itens de forma semelhante (principalmente por estarmos a

avaliar um constructo no campo do género). Por isso, consideramos importante analisar as propriedades psicométricas do instrumento tendo em atenção cada um dos sexos.

A relevância de avaliar as propriedades psicométricas do instrumento alvo é, ainda, salientada no contexto português, dado que não conhecemos nenhum estudo nacional sobre a validação ou adaptação de uma medida no âmbito da masculinidade. Como já mencionado, optámos pela versão reduzida (com 22 itens) por considerarmos de mais fácil utilização na investigação e na prática. Em Espanha foi adaptado o inventário original com 94 itens, recorrendo a uma amostra constituída por homens (ver Cuéllar-Flores et al., 2011).

No presente estudo pretendemos avaliar algumas propriedades psicométricas do Inventário sobre a Conformidade com as Normas Masculinas com 22 itens, no contexto de uma amostra portuguesa de jovens adultos de ambos os sexos. Para tal procedemos a algumas análises: fiabilidade através do cálculo de coeficientes de consistência interna - dado que o inventário tem sido utilizado considerando apenas uma pontuação total, incluímos os 22 itens em simultâneo; validade de constructo mediante a avaliação da estrutura do instrumento; e validade diferencial através da testagem de diferenças entre as pontuações totais dos dois sexos. Embora a adesão a normas masculinas não seja exclusiva do sexo masculino, antecipamos que uma medida no âmbito da masculinidade diferencie os sexos em termos de pontuações, com média superior no grupo do sexo masculino.

Metodologia

Participantes

No presente estudo recorremos a uma amostra de conveniência constituída por 1614 participantes. A idade variava entre os 18 e os 57 anos ($M = 20.99$, $DP = 4.13$). Quanto ao sexo dos mesmos, 735 eram participantes do sexo masculino, 876 eram participantes do sexo feminino e 3 não indicaram o sexo. No que concerne à situação académica, 859 eram estudantes do Ensino Superior (351 participantes do sexo masculino, 506 participantes do sexo feminino e 2 que não indicaram o sexo), 739 eram estudantes do Ensino Secundário (375 do sexo masculino, 363 do sexo feminino e 1 que não indicou o sexo), 9 eram estudantes do Ensino Básico dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (2 participantes do sexo masculino e 7 participantes do sexo

feminino), e 7 não eram estudantes (todos do sexo masculino; 3 tinham concluído o nono ano do ensino básico e 4 o sexto ano do ensino básico).

Instrumentos

Nos questionários administrados foram solicitadas as informações sobre: a idade, o sexo e a nacionalidade (ver Apêndice, questões 1, 2 e 3). O grau de escolaridade e tipo de ensino foram registados por nós, no momento da administração dos instrumentos.

Com o intuito de avaliar a conformidade com as normas masculinas, utilizámos uma versão reduzida do Inventário da Conformidade com as Normas Masculinas (*Conformity to Masculinity Norms Inventory*, CMNI; Mahalik, Locke, et al., 2003). A versão longa é composta por 94 itens (escritos na primeira pessoa) que avaliam 11 normas masculinas (fatores) e uma pontuação total. No presente estudo, utilizámos a versão reduzida com 22 itens. A mesma foi construída adicionando dois itens de cada fator da versão longa, tendo sido escolhidos aqueles que apresentaram maior saturação no estudo original (Mahalik, Locke, et al., 2003). Assim, esta versão reduzida contém itens de todas as normas avaliadas pela versão longa: i. Ganhar (ex: “Na maioria das vezes, perder não me incomoda” – item invertido); ii. Controlo emocional (ex: “Eu gosto de falar sobre os meus sentimentos” – item invertido); iii. Tomada de riscos (ex: “No geral, eu não gosto de situações arriscadas” – item invertido); iv. Violência (ex: “Eu acredito que a violência nunca é justificável” – item invertido); v. Dominância (ex: “Certifico-me que as pessoas fazem o que eu digo”); vi. *Playboy* (ex: “Eu iria sentir-me bem se fizesse sexo com muitas pessoas diferentes”); vii. Auto-suficiência (ex: “Eu nunca peço ajuda”); viii. Primazia do trabalho (“O meu trabalho/estudo é a parte mais importante da minha vida” – os itens originais da subescala não apresentam a palavra “estudo”, mas acrescentámos nesta investigação por se considerar pertinente quando se avaliam estudantes); ix. Poder sobre as mulheres (ex: “Eu adoro quando as mulheres estão sob a responsabilidade dos homens”); x. Desdém por homossexuais (ex: “Seria horrível se alguém pensasse que eu sou gay/lésbica”); xi. Procura de estatuto (ex: “Eu detestaria ser importante” – item invertido).

Os itens são avaliados com uma escala Likert de 4 pontos: “Discordo fortemente” (0 pontos), “Discordo” (1 ponto), “Concordo” (2 pontos) e “Concordo fortemente” (3 pontos). As pontuações dos 22 itens são somadas formando uma pontuação total (ver Apêndice, questão 4 – por respeito ao solicitado pelo autor James Mahalik, foram

propositadamente suprimidas as duas últimas questões do instrumento, relativas às subescalas “Ganhar” e “Auto-suficiência”). É assumido que quanto mais elevada a pontuação, maior a conformidade com as normas masculinas tradicionais contempladas.

Foi encontrada uma correlação elevada ($r=.92$) entre a pontuação da versão reduzida e a pontuação total da versão longa numa amostra estado-unidense (Burns & Mahalik, 2008). Quanto aos coeficientes de consistência interna, foram observados os seguintes valores de alfa de Cronbach em estudos anteriores: .65 numa amostra com pais homens que ficaram em casa (Rochlen et al., 2008); .70 numa amostra de homens com cancro da próstata (Burns & Mahalik, 2008); .73 numa amostra com homens gays (Hamilton & Mahalik, 2009); e, .67 numa amostra clínica constituída por participantes de ambos os sexos, com alfa de .72 no grupo dos homens e de .65 no grupo das mulheres (Owen, 2011).

Procedimento

Adaptação do instrumento para a língua portuguesa

Na adaptação do instrumento à língua portuguesa procurámos cumprir algumas diretrizes da Comissão Internacional de Testes (ITC; ver Hambleton, 2005), nomeadamente no que diz respeito aos seguintes passos: i) Tradução do instrumento para o novo idioma por dois tradutores bilingues, obtendo-se duas versões; ii) Síntese das versões traduzidas por juízes (*experts* na área de estudo) e autores; iii) Avaliação da síntese por *experts*; iv) Avaliação pelo público-alvo, aplicando o instrumento a um grupo de 60 participantes com características semelhantes aos incluídos no presente estudo (em termos de idade, sexo e situação académica). Como resultado deste processo, foram levadas a cabo pequenas mudanças, de forma a adaptar a medida às idiosincrasias da cultura portuguesa e, particularmente, às características da amostra, obtendo-se a versão final.

Administração do instrumento

Na administração da versão final do inventário, na fase de avaliação das suas propriedades psicométricas, foram contactadas escolas, universidades e associações de jovens. Posteriormente, dirigimo-nos ao local, enunciámos os objetivos do estudo,

informámos acerca do anonimato e confidencialidade das respostas, e aplicámos os instrumentos aos sujeitos voluntários. Finalmente fornecemos um contacto para que os participantes pudessem colocar perguntas posteriores sobre o estudo. No tratamento dos dados foram utilizados os *softwares IBM SPSS Statistics 20* e o *IBM SPSS Amos 20*.

Resultados

Antes de se proceder às análises estatísticas foram removidos 5 participantes: 2 por terem respondido a menos de 80% dos itens do inventário (1 do sexo masculino estudante universitário e 1 mulher estudante EFA⁶²); e 3 por não terem indicado o sexo (2 estudantes universitários e 1 estudante dos cursos EFA do secundário), uma vez que se pretendeu analisar as propriedades do inventário em função desta variável.

Inicialmente, calculámos a média (*M*) e o desvio padrão (*DP*) de cada item em ambos os sexos. Os resultados indicaram que, no geral, os jovens do sexo masculino apresentaram médias superiores comparativamente às jovens⁶³, com a exceção dos itens referentes às normas “Procura de Estatuto” e “Primazia do trabalho”. Os resultados são apresentados na Tabela 1 (os nomes atribuídos aos itens pretendem refletir a norma à qual pertencem na versão longa do inventário e a ordem em que surgem).

Em segundo lugar, analisámos a consistência interna da medida calculando o alfa de Cronbach (Cronbach, 1951). De forma geral, um instrumento é classificado como tendo fiabilidade apropriada quando o alfa é no mínimo .70 em investigação preliminar ou fundamental (Kaplan & Saccuzzo, 1982; Nunnally, 1978), como é o caso. No entanto, um alfa de .60 pode também ser considerado aceitável (Murphy & Davidshofer, 1988), particularmente nalguns cenários de investigação das ciências sociais, desde que a interpretação dos resultados obtidos com o instrumento seja realizada com precaução e à luz do contexto de computação do índice (DeVellis, 1991). Adicionalmente, acerca da análise dos coeficientes de consistência interna, alguns autores defendem que em situações de multidimensionalidade é mais adequado utilizar o teta em vez do alfa de Cronbach (Ferketich, 1990; Helms, Henze, Sass, & Mifsud, 2006). Tendo em conta que a versão reduzida em foco foi construída adicionando itens que saturaram em diferentes fatores no estudo original (Mahalik, Locke, et al., 2003), e que tem sido utilizada uma

⁶² Cursos de Educação e Formação de Adultos.

⁶³ Utilizamos a expressão “jovens”, dado que a maioria das idades localizava-se entre os 18 e os 30 anos.

pontuação total, considerámos pertinente a análise do teta. O seu cálculo foi realizado como descrito por Ferketich (1990), recorrendo aos valores próprios mais elevados obtidos numa análise de componentes principais. Assim, considerando os 22 itens, no grupo do sexo masculino foi obtido um alfa de Cronbach igual a .70 e um teta igual a .74 (valor próprio=3.42). No grupo do sexo feminino, foi obtido um alfa de Cronbach igual a .59 e um teta igual a .64 (valor próprio=2.55).

Também foram observados os valores de alfa quando cada item foi removido individualmente e as correlações entre cada item e o total. No que diz respeito às correlações de cada item com o total, os itens da “Primazia do trabalho” apresentaram valores muito próximos de zero, sendo um deles negativo no grupo dos jovens do sexo masculino. Outros itens também evidenciaram correlações com o total inferiores ao valor de corte comumente aceite de $|\cdot 20|$ (Green, Lissitz, & Mulaik, 1977), nomeadamente: um dos itens das subescalas originais “Procura de estatuto”, “Controlo emocional”, “Tomada de risco” e “Dominância” nos jovens do sexo masculino; um dos itens das subescalas originais “Procura de estatuto”, “Desdém por homossexuais”, “Auto-suficiência” e “Dominância”, e ambos os itens das subescalas originais “Poder sobre as mulheres” e “Controlo emocional” nas jovens. Relativamente ao valor de alfa quando retirado cada item, os da subescala original “Primazia do trabalho” foram os únicos a provocar um aumento em cada um dos sexos. Estes valores são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1

Médias, desvios padrão, coeficientes de correlação com o total dos itens e alfa quando cada item é removido – CMNI

Itens	Sexo masculino			Sexo feminino		
	<i>M (DP)</i>	<i>r</i> I-TCor.	α s/ item	<i>M (DP)</i>	<i>r</i> I-TCor.	α s/ item
Estatuto1	1.80 (0.71)	.23	.69	1.82 (0.66)	.19	.58
Estatuto2	1.41 (0.69)	.16	.70	1.42 (0.72)	.22	.58
Ganhar1	1.66 (0.84)	.27	.69	1.48 (0.75)	.27	.57
Ganhar2	1.28 (0.70)	.36	.68	1.02 (0.63)	.29	.57
Emoções1	1.49 (0.74)	.18	.70	1.35 (0.74)	.19	.58
Emoções2	1.48 (0.68)	.21	.69	1.33 (0.69)	.16	.59
Desdém1	1.93 (0.96)	.22	.70	1.30 (0.92)	.16	.59
Desdém2	1.68 (0.89)	.29	.69	1.13 (0.81)	.21	.58
Playboy1	1.38 (0.92)	.48	.67	0.34 (0.56)	.21	.58
Playboy2	1.11 (0.83)	.48	.67	0.34 (0.56)	.25	.58
Risco1	1.46 (0.77)	.17	.70	1.25 (0.72)	.21	.58
Risco2	1.61 (0.72)	.23	.69	1.30 (0.74)	.21	.58
Violência1	1.41 (0.84)	.31	.69	0.89 (0.78)	.22	.58
Violência2	1.09 (0.87)	.35	.68	0.75 (0.86)	.20	.58
PoderM1	1.19 (0.81)	.41	.68	0.48 (0.69)	.11	.59
PoderM2	0.49 (0.62)	.29	.69	0.22 (0.48)	.19	.58
Autosuf1	0.92 (0.61)	.26	.69	0.78 (0.57)	.25	.58
Autosuf2	1.27 (0.71)	.22	.69	1.09 (0.71)	.14	.59
Domin1	1.57 (0.64)	.17	.70	1.42 (0.64)	.19	.58
Domin2	1.66 (0.74)	.36	.68	1.35 (0.72)	.31	.57
Trabalho1	1.71 (0.70)	-.03	.71	1.81 (0.72)	.05	.60
Trabalho2	1.22 (0.72)	.02	.71	1.39 (0.74)	.06	.60

Notas. r_{I-TCor} =Correlação item-total corrigido; α =Alfa; Estatuto=Procura de estatuto; Emoções=Controlo Emocional; Desdém=Desdém por Homossexuais; Risco=Tomada de riscos; PoderM=Poder sobre as mulheres; Autosuf=Auto-suficiência; Domin=Dominância; Trabalho=Primazia do trabalho.

Tendo em conta os resultados obtidos relativamente aos itens sobre a Primazia do trabalho, calculámos os coeficientes de consistência interna sem estes dois itens. Assim, considerando os restantes 20 itens, no grupo do sexo masculino foi obtido um alfa de Cronbach igual a .73 e um teta igual a .74 (valor próprio=3.42). No grupo do sexo feminino, foi obtido um alfa de Cronbach igual a .61 e um teta igual a .64 (valor próprio=2.55). Comparativamente aos coeficientes obtidos com 22 itens, o alfa aumentou e o teta manteve-se igual em ambos os sexos.

Quanto à testagem da estrutura fatorial do inventário, realizámos análises confirmatórias fatoriais, utilizando o método da máxima verossimilhança (MLE) e o método de *bootstrap* com estimativa de 2.000 amostras. Considerámos os seguintes

índices da qualidade do ajustamento: a) Divisão do qui-quadrado pelos graus de liberdade (χ^2/df), com um valor aproximadamente de 1 a indicar um bom ajustamento, igual ou menor a 2 um ajustamento aceitável e menor que 5 um ajustamento sofrível (Marôco, 2010); b) *Comparative fit index* (CFI; Bentler, 1990) e *goodness of fit index* (GFI; Jöreskog & Sörbom, 1982), cujos valores iguais ou maiores a .9 indicam muito bom ajustamento, e menores de .9 até .8 um ajustamento sofrível (Marôco, 2010); e, c) *Root mean square error approximation* (RMSEA; Steiger, 1990) – com intervalos de confiança de 90%, - considerando um valor igual ou menor a .05 como um ajustamento bom, e valores acima de .05 até .10 como um ajustamento sofrível (Marôco, 2010).

Atendendo a que a versão do inventário em foco tem sido utilizada considerando uma pontuação total, testámos um primeiro modelo multi-grupo (inserindo a amostra total mas ajustando a dois grupos – sexo masculino e sexo feminino) que continha um fator global de primeira ordem com trajetórias para todos os itens. Fixámos o peso fatorial de uma das trajetórias para os itens em 1 e todos os erros de medida em 1. Os resultados revelaram que o modelo descrito não apresentou índices de ajustamento aceitáveis. Adicionalmente, testámos o mesmo modelo separadamente para cada sexo e continuámos a obter um ajustamento pobre. Os índices de ajustamento são apresentados na Tabela 2. A respeito dos modelos descritos, importa realçar que nos jovens do sexo masculino todos os coeficientes de trajetória foram significativos ($p<.05$), com as exceções a corresponderem aos dois itens da subescala original “Primazia do trabalho”. Nas jovens todos foram significativos ($p<.05$), com a exceção do item “Poder sobre as mulheres 1”, que foi marginalmente significativo ($p<.10$), e dos itens referentes à “Primazia do Trabalho” que, também, se revelaram não significativos.

Tendo em conta o descrito, testámos um segundo modelo, igual ao anterior, mas sem os itens da “Primazia do trabalho”. Os valores dos índices de ajustamento continuaram a não ser aceitáveis. Os mesmos são apresentados na Tabela 2. Neste caso, nos jovens do sexo masculino todos os coeficientes de trajetória foram significativos ($p<.05$). Nas jovens todos estes coeficientes foram significativos ($p<.05$), com a exceção do item “Poder sobre as mulheres 1”, que foi marginalmente significativo ($p<.10$)

Tabela 2

Índices de ajustamento dos modelos confirmatórios com 1 fator, considerando 22 e 20 itens - CMNI

Modelos	gl	χ^2	χ^2/gl	GFI	CFI	RMSEA (IC90%)
22 itens						
Multi-grupo	418	3831.67	9.17	.82	.33	.071 (.069; .073)
Sexo masculino	209	1729.77	8.28	.83	.42	.100 (.095; .104)
Sexo feminino	209	2099.79	10.05	.82	.24	.102 (.098; .106)
20 itens						
Multi-grupo	340	3482.63	10.24	.83	.35	.076 (.074; .078)
Sexo masculino	170	1570.42	9.24	.83	.44	.106 (.101; .111)
Sexo feminino	170	1912.21	11.25	.82	.26	.108 (.104; .113)

Tendo em conta a forma como a versão reduzida da medida foi construída (juntando itens de diferentes fatores numa só pontuação total), o ajustamento insuficiente dos modelos anteriores com apenas um fator pode ser considerado expectável. Assim, optámos por realizar análises fatoriais exploratórias com o intuito de examinar a distribuição dos itens por fatores. Inserimos os 22 itens iniciais. A fatoriabilidade da matriz de correlações foi considerada assegurada perante o seguinte: determinante diferente de zero (Green, 1976), tendo sido de .023 no sexo masculino e .041 no sexo feminino; Kaiser-Meyer-Olkin (Kaiser, 1974) igual ou superior a .60 (.66 no sexo masculino e .60 no sexo feminino); teste de esfericidade de Bartlett (Bartlett, 1950) estatisticamente significativo ($p < .05$ em ambos os sexos). Na execução das análises fatoriais exploratórias foram seguidas as opções dos autores do estudo original de validação do CMNI (Mahalik, Locke, et al., 2003): método de extracção *principal-axis*; rotações oblíquas (*oblimin*); e retenção dos itens com pesos fatoriais iguais ou acima de |.3|. Os resultados das análises são apresentados na Tabela 3.

Os itens agruparam-se quase todos de acordo com as subescalas originais em ambos os sexos. Uma primeira exceção refere-se ao agrupamento no mesmo fator dos itens “Procura de estatuto1”, “Procura de estatuto2”, “Ganhar1”, “Ganhar2” e “Dominância2”. Contudo, este último item apresentou, também, um peso fatorial próximo no fator onde se encontra o item “Dominância2”, levando a que optássemos por considerá-los juntos (apenas os dois num só fator) nas análises posteriores. Uma segunda exceção disse respeito aos itens “Poder sobre as mulheres” 1 e 2 – enquanto no sexo masculino saturaram em fatores onde se encontravam outros itens, no sexo feminino não apresentaram um peso fatorial igual ou acima de |.3|. Por este motivo, e dado que se

pretendeu chegar a uma medida passível de ser administrada a ambos os sexos, os itens referentes ao “Poder sobre as mulheres” não foram incluídos nas análises seguintes. Assim, foram formadas nove subescalas, com os itens cujos pesos fatoriais se encontram a negrito na Tabela 3.

Tabela 3

Matriz da estrutura com extração principal-axis oblímín, valores próprios e percentagem total de variância explicada - CMNI

Sexo	Itens	Fatores								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
Masculino	Playboy1	.79								
	Playboy2	.78								
	PoderM1	.45					.41			
	Emoções2		.78							
	Emoções1		.77							
	Risco2			-.78						
	Risco1			-.68						
	Estatuto1				.55					
	Ganhar1				.55					
	Estatuto2				.43					
	Domin2				.40					-.34
	Ganhar2				.35					
	Violência2					.75				
	Violência1					.70				
	PoderM2	.35				.35				
	Desdém1						.75			
	Desdém2						.59			
	Autosuf2							.65		
	Autosuf1							.65		
	Trabalho1								.52	-.37
	Trabalho2								.45	
	Domin1									-.45
Feminino	Val. próprios	3.33	1.78	1.69	1.51	1.31	1.28	1.19	1.12	1.07
	% Variância	15.14	8.08	7.68	6.85	5.95	5.81	5.40	5.08	4.86
	Estatuto2	.54								
	Ganhar1	.53								
	Estatuto1	.45								
	Domin2	.45								-.43
	Ganhar2	.36								
	Emoções1		-.83							
	Emoções2		-.83							
	Desdém1			.85						
	Desdém2			.60						
	Playboy2				.77					
	Playboy1				.71					
	Risco2					-.77				
	Risco1					-.69				
	Violência2						-.58			
	Violência1						-.57			
	PoderM2									
	Autosuf1							.66		
	Autosuf2							.57		
	Trabalho1								.55	
	Trabalho2								.47	
	PoderM1									
	Domin1									-.56
	Val. próprios	2.54	1.98	1.73	1.61	1.42	1.26	1.15	1.12	1.09
	% Variância	11.56	9.00	7.86	7.32	6.47	5.75	5.23	5.07	4.94

Notas. Estatuto=Procura de estatuto; Emoções=Controlo Emocional; Desdém=Desdém por Homossexuais; Risco=Tomada de riscos; PoderM=Poder sobre as mulheres; Autosuf=Auto-suficiência; Domin=Dominância; Trabalho=Primazia do trabalho.

Atendendo ao observado, testámos o ajustamento de um modelo com os nove fatores obtidos através de uma análise fatorial confirmatória. Mas, dado que muitos eram constituídos por apenas dois itens, considerámos útil testar a possibilidade de utilizar uma só pontuação total. Deste modo, testámos um modelo multi-grupo em que um fator de segunda ordem estava ligado aos 9 fatores de primeira ordem, e estes aos respetivos itens (de acordo com a análise fatorial exploratória). Fixámos em 1 os seguintes: o peso fatorial de uma das trajetórias entre o fator de segunda ordem e os de primeira ordem; o peso fatorial de uma das trajetórias entre cada fator de primeira ordem e os itens; e todos os erros de medida. Quanto aos resultados, continuámos a constatar ausência de significância positiva ($p < .05$) relativa aos coeficientes de trajetória dos itens da subescala “Primazia do trabalho” em ambos os sexos. Para além disso, nas jovens observámos ausência de significância positiva ($p < .05$) relativamente aos coeficientes de trajetória dos itens relativos ao “Controlo emocional” e à “Auto-suficiência”.

Perante o descrito no parágrafo anterior, testámos primeiro um modelo apenas sem os itens da “Primazia do trabalho” (e respetivo fator de primeira ordem). Neste caso, enquanto no sexo masculino todos os coeficientes de trajetória apresentaram significância positiva ($p < .05$), no sexo feminino continuou a evidenciar-se a ausência da mesma no que se refere aos itens das subescalas “Controlo Emocional” e “Auto-suficiência”.

Assim, optámos testar o ajustamento de um modelo sem os itens das subescalas “Primazia do trabalho”, “Controlo Emocional” e “Auto-suficiência (e respetivos fatores de primeira ordem). Isto é, testámos o ajustamento de um modelo com um fator de segunda ordem (global), seis de primeira ordem (“Procura de estatuto/Ganhar”; “Violência”; “Tomada de riscos”; “Playboy”; “Desdém por homossexuais”; “Dominância”) e respetivos itens (de acordo com a análise fatorial exploratória, o que fez um total de 14 itens). Neste caso, todos os coeficientes de trajetória foram significativamente positivos em ambos os sexos ($p < .05$), com a exceção do relativo ao fator “Desdém por homossexuais” nas jovens, que foi apenas marginalmente significativo ($p < .10$). Todos foram mantidos no modelo e procedemos à análise dos índices de ajustamento – multi-grupo e por sexo. Quanto aos resultados, foram obtidos índices de ajustamento aceitáveis quer quando analisámos o modelo multi-grupo, quer quando analisámos separadamente por sexo. Os mesmos são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4

Índices de ajustamento do modelo confirmatório com 1 fator de segunda ordem, 6 de primeira ordem e 14 itens - CMNI

Modelos	gl	χ^2	χ^2/gl	GFI	CFI	RMSEA (IC90%)
Multi-grupo	142	371.68	2.62	.97	.92	.032 (.028; .036)
Sexo masculino	71	225.40	3.18	.96	.91	.054 (.047; .063)
Sexo feminino	71	146.27	2.06	.98	.95	.035 (.027; .043)

Tendo em conta os resultados obtidos, prosseguimos as análises com o último modelo. Como pretendemos obter uma medida aplicável a ambos os sexos, como já referido, procedemos à análise da invariância do modelo entre os sexos. A invariância do modelo de medida foi avaliada nos dois grupos por comparação do modelo livre com um modelo constrito onde foram fixados os pesos fatoriais. A invariância do modelo estrutural foi avaliada mediante a comparação entre o modelo com coeficientes estruturais livres e o modelo com coeficientes estruturais fixos e iguais nos dois grupos, com a assunção de que os modelos são invariantes quanto aos pesos fatoriais. Normalmente, é utilizado o teste de diferenças do qui-quadrado na comparação dos modelos (Jöreskog & Yang, 1996; Yung & Bentler, 1996), cuja não significância é vista como indicadora de invariância fatorial. No entanto, Cheung e Rensvold (2002) alertam que este teste pode indicar significância estatística no caso de amostras grandes. Uma estratégia alternativa consiste na avaliação da proximidade dos índices CFI (Cheung & Rensvold, 2002; Meade, Johnson, & Braddy, 2008) e RMSEA, e respetivos intervalos de confiança (Quintana & Maxwell, 1999). Os resultados são mostrados na Tabela 5.

Tabela 5

Análise da invariância entre os sexos do modelo com 1 fator de segunda ordem, 6 de primeira ordem e 14 itens - CMNI

Condições	gl	χ^2	Δgl	$\Delta \chi^2$	GFI	CFI	RMSEA(IC90%)
Livre	142	371.68			.97	.92	.032 (.028; .036)
PF	150	386.98	8	15.30	.97	.92	.031 (.028; .035)
PF, CoefE	155	440.89	13	69.21 **	.96	.90	.034 (.030; .038)

Notas. PF=Pesos fatoriais; CoefE=Coeficientes Estruturais.

** $p < .001$.

Atendendo aos valores obtidos, o modelo de medida apareceu como invariante, mas não o modelo estrutural. Porém, dado que não se procura utilizar as pontuações das

subescalas (principalmente pelo facto da maioria ser composta por dois itens apenas), mas antes uma pontuação total, considerámos que não é prioritária uma invariância ao nível do modelo estrutural. Assim, tendo em conta que o modelo com 14 itens e um fator global de segunda ordem apresentou índices de ajustamento aceitáveis em ambos os sexos, continuámos com as análises.

Foram examinados os pesos fatoriais estandardizados (λ) e a proporção de variância explicada (R^2) por sexo. Os mesmos são apresentados na Tabela 6. Observámos que as diferenças entre os sexos nos pesos fatoriais estandardizados foram, no geral, pequenas (e.g.<.30), detetando-se uma diferença maior no fator “*Playboy*”. A maioria dos pesos fatoriais estandardizados foi superior a .40, um valor de corte comum (Kline, 1998). A maioria dos valores de variância explicada esteve acima de .20, um valor considerado marginal, mas aceitável (Kline, 1998).

Tabela 6

Pesos fatoriais estandardizados e proporções de variância no modelo com 1 fator de segunda ordem, 6 de primeira ordem e 14 itens - CMNI

Fatores 1ª ordem	Itens	Sexo masculino		Sexo feminino	
		λ	R^2	λ	R^2
Estatuto e Ganhar		.67	.46	.68	.46
	Estatuto1	.46	.21	.46	.21
	Estatuto2	.36	.13	.53	.28
	Ganhar1	.53	.29	.51	.26
	Ganhar2	.46	.21	.37	.14
Dominância		.74	.55	.69	.47
	Domin1	.30	.09	.31	.10
	Domin2	.68	.46	.89	.79
Desdém		.32	.10	.17	.03
	Desdém1	.55	.30	.53	.28
	Desdém2	.81	.65	.93	.86
Playboy		.69	.48	.31	.10
	Playboy1	.81	.65	.79	.63
	Playboy2	.80	.64	.68	.46
Risco		.35	.12	.42	.18
	Risco1	.56	.31	.64	.41
	Risco2	.90	.79	.77	.59
Violência		.43	.19	.41	.17
	Violência1	.70	.49	.47	.22
	Violência2	.77	.59	.67	.45

Notas. Estatuto=Procura de estatuto; Domin=Dominância; Desdém=Desdém por Homossexuais; Risco=Tomada de riscos.

Quanto aos valores abaixo do ponto de corte descritos (em relação aos pesos fatoriais estandardizados e às variâncias explicadas), considerámos pertinente manter os itens, tendo em conta que o modelo apresentou índices de ajustamento aceitáveis e que as trajetórias se apresentaram significativas. Assim, calculámos os coeficientes de consistência interna considerando os 14 itens em simultâneo. Obtivemos os seguintes valores de alfa de Cronbach e de teta: .68 e .70 (valor próprio=2.87) no grupo do sexo masculino; e, .61 e .63 (valor próprio=2.42) no grupo do sexo feminino.

Por último, com o intuito de avaliar a validade diferencial do instrumento foi testada a existência de uma diferença significativa entre os sexos ao nível da pontuação total. Antes de se proceder ao teste *t* de diferenças de média, avaliámos a homogeneidade de variâncias e a distribuição próxima do normal em ambos os grupos. No entanto, não se comprovou nenhum dos pressupostos (teste de Levene $p < .001$; testes de Shapiro-Wilk e de Kolmogorov-Smirnov $p < .05$). Assim, optámos por conduzir o teste *t* e o teste não paramétrico Mann-Whitney de modo a verificar se se encontravam os mesmos resultados em termos de significância. Ambos os testes apontaram para uma diferença significativa entre os grupos: $t(1607) = -23.145$, $p < .001$; Mann-Whitney Test $p < .001$). Os jovens do sexo masculino ($M = 21.05$; $DP = 4.93$) pontuaram mais do que as jovens ($M = 15.83$; $DP = 4.11$). Estes resultados sugeriram validade diferencial da medida.

Em suma, os resultados obtidos levaram-nos a propor uma versão portuguesa do Inventário sobre a Conformidade com as Normas Masculinas constituída por 14 itens, em vez dos 22 da versão estado-unidense. Os itens que sugerimos retirar enquadram-se nas subescalas originais “Primazia do Trabalho”, “Poder sobre as mulheres”, “Auto-suficiência” e “Controlo Emocional”.

Discussão

No presente estudo procurámos adaptar uma versão reduzida do CMNI com 22 itens ao contexto de uma amostra portuguesa, constituída por jovens adultos estudantes de ambos os sexos. A este respeito, importa notar que foram recrutados participantes de diferentes graus de escolaridade, nomeadamente secundário e universitário, o que contrasta com o estudo do desenvolvimento do inventário original, com 94 itens (Mahalik, Locke, et al., 2003), cuja amostra foi constituída quase na sua totalidade por alunos universitários, e com o estudo espanhol de adaptação (Cuéllar-Flores et al., 2011), cuja amostra foi constituída totalmente por universitários. Tal ganha relevância quando

se constata que a maior parte dos estudos com foco na ideologia da masculinidade recorreram apenas a estudantes universitários (Smiler, 2006) e que as generalizações baseadas nestes resultados podem ser arriscadas (Graham, 1992; Sue, 1999).

Quanto ao CMNI com 22 itens, este foi construído juntando pares de itens de diferentes subescalas (normas) fatorialmente validadas no desenvolvimento da versão longa (Mahalik, Locke, et al., 2003), e tem sido utilizado considerando apenas uma pontuação total compósita/global (e.g. Burns & Mahalik, 2008; Hamilton & Mahalik, 2009; Rochlen et al., 2008). Assim, apesar de se tratar de um instrumento originalmente multidimensional, avaliámos a adequabilidade de algumas propriedades psicométricas do mesmo considerando um fator global. Contudo, a distribuição de itens por vários fatores pareceu refletir o processo de criação do inventário, e consequentemente, o modelo que está na sua base, o qual expõe várias normas masculinas (Mahalik, 2000). Apenas foi obtido um ajustamento do modelo aceitável quando se incluiu um fator de segunda ordem.

No que diz respeito aos itens que sugerimos retirar, indicámos os itens pertencentes à subescala original “Primazia do trabalho”. Apesar de a valorização do trabalho aparecer como um constructo relevante na literatura sobre masculinidade (Connell, 1995; David & Brannon, 1976; Kimmel, 1993; Morgan, 1992; Novikova et al., 2005), apontámos a remoção destes itens por apresentarem características psicométricas não aceitáveis em ambos os sexos. Acerca destes itens, importa relembrar que foi feita uma modificação comparativamente aos descritos no instrumento original estado-unidense, por considerarmos que tal torná-los-ia mais adequados a uma amostra constituída maioritariamente por estudantes: enquanto nos itens originais aparece a expressão “trabalho”, na presente investigação foi utilizada a expressão “trabalho/estudo”. Adicionalmente, é pertinente salientar que a amostra utilizada inclui sujeitos do ensino secundário, e não apenas universitários, contrastado com a amostra do estudo original estado-unidense, o que pode acarretar uma diferente valorização do trabalho/estudo.

Ainda quanto à subescala “Primazia do trabalho”, importa referir que no estudo original (Mahalik, Locke, et al., 2003) não se encontraram diferenças significativas ao nível da pontuação entre homens e mulheres. Num outro estudo (Smiler, 2006), observaram-se diferenças entre sexos nesta subescala mas apenas em adultos de meia-idade. Assim, caso se pretendesse aplicar o instrumento em foco a sujeitos não estudantes e/ou de outras idades, seria pertinente analisar as características psicométricas destes itens. Adicionalmente, o recrutamento de indivíduos que se movem em diferentes

contextos profissionais poderia contribuir para avaliar se o constructo associado à importância do trabalho constitui ou não uma norma masculina.

Além dos itens referentes à “Primazia do trabalho”, sugerimos, também, a retirada dos itens relativos ao “Poder sobre as mulheres”, “Controlo emocional” e “Auto-suficiência”. Embora estes itens só tenham apresentado propriedades psicométricas não aceitáveis no grupo das jovens, dado pretendemos obter um instrumento passível de ser administrado a ambos os sexos, sugerimos a retirada destes itens. Assim, chegámos a uma versão final do instrumento com 14 itens. Porém, o constatado assinala a dificuldade em construir um instrumento centrado na masculinidade válido para os dois sexos, possivelmente, por estarem em causa representações normativas referentes ao sexo masculino. A este respeito, importa referir que a masculinidade e a feminilidade são construídas de forma dicotómica, como pólos opostos (Amâncio, 2004c; Crawford, 1995; Lorenzi-Cioldi, 1994; Nogueira, 2001c; Schippers, 2007; Smiler, 2004): enquanto aos homens têm sido associados atributos como independência, agressividade e dominância, às mulheres têm sido relacionados atributos como a sensibilidade, emocionalidade e gentileza (Amâncio, 1994, 2004c; Connell, 1995; Dominguez-Folgueras & Castro-Martin, 2008; Marques, 2007; Pleck, 1995; Powell, 1993; Saavedra, 1995; Saavedra et al., 2013).

Particularmente quanto aos itens referentes ao “Poder sobre as mulheres”, num estudo anterior com mulheres (utilizando a versão do inventário com 94 itens), esta subescala apareceu correlacionada positivamente com sexismo e negativamente com traços femininos em alunas universitárias, e negativamente com traços masculinos em participantes com 50 ou mais anos de idade (Smiler, 2006). Adicionalmente, a pontuação nesta subescala nas mulheres foi encontrada como significativamente menor do que nos homens (Mahalik, Locke, et al., 2003; Owen, 2011; Smiler, 2006). Acerca desta norma, podemos especular que a descrição de crenças associadas à subordinação das mulheres (relativamente aos homens) não reflete conformidade com as normas masculinas por parte das jovens. Isto é, a conformidade com uma ideologia da masculinidade por parte destas pode não passar por concordância com perspetivas sexistas ou de subordinação acerca do seu próprio sexo. Neste sentido, o poder sobre as mulheres tem sido associado a sexismo e ao poder patriarcal no âmbito das teorias feministas (e.g., Szymanski, Moffitt, & Carr, 2011 as cited in Wong, Owen, & Shea, 2012).

No que concerne à subescala “Controlo emocional”, foi observado que esta norma apareceu correlacionada negativamente com traços femininos nas mulheres universitárias

num estudo já referido, que utilizou uma versão maior do mesmo instrumento de avaliação (Smiler, 2006). Adicionalmente, tanto se encontrou que os homens pontuavam mais nesta subescala do que as mulheres (Mahalik, Locke, et al., 2003; Smiler, 2006), como a não existência de diferenças significativas entre estes grupos (Owen, 2011). Num estudo português já referido (Laranjeira et al., 2002), no qual foi utilizada a Escala Multicultural da Ideologia de Masculinidade (Doss, 1998), foram notadas diferenças significativas entre os sexos ao nível da “expressão de emoções”, com as jovens a reportar maior expressividade. Sobre a saliência do controlo emocional, podemos falar acerca das expectativas relativas ao comportamento de cada sexo: enquanto se espera que idealmente as mulheres sejam emocionais e empáticas, dos homens é esperado que sejam assertivos, autocentrados, que se controlem e que controlem (Fondas, 1997 as cited in Saavedra & Taveira, 2007).

No que diz respeito à subescala “Auto-suficiência”, esta norma apareceu correlacionada negativamente com traços femininos nas mulheres universitárias (Smiler, 2006). A pontuação média desta subescala foi uma das mais baixas no grupo das mulheres no estudo do desenvolvimento do inventário original (Mahalik, Locke, et al., 2003). Além disso, tanto se constatou que diferenciava homens e mulheres, pontuando mais os primeiros (Mahalik, Locke, et al., 2003; Smiler, 2006), como não (Owen, 2011). Acerca desta norma, podemos referir a noção de que ser identificada como tecnicamente competente pode contradizer a identificação enquanto feminina ou mulher (Saavedra & Taveira, 2007).

Por sua vez, dimensões como a procura de estatuto e a resistência/determinação parecem estar cada vez mais difundidas em ambos os sexos, correspondendo a características desejáveis para qualquer pessoa que assuma um papel ativo na sociedade (Laranjeira et al., 2002). No mesmo sentido, podemos aplicar o referido a normas como dominância e importância de ganhar. Assim, pode compreender-se mais facilmente que estas crenças sejam valorizadas por ambos os sexos.

Quanto à análise de invariância entre os sexos, apenas o modelo de medida foi invariante. Porém, dado que os índices de ajustamento de um modelo com um fator de segunda ordem se mostraram aceitáveis em ambos os sexos e que procurámos obter um instrumento que permitisse utilizar uma pontuação total, e não as subescalas, considerámos adequada a administração do mesmo em ambos os sexos.

No que concerne à análise da consistência interna, os resultados sustentaram a utilização de 14 itens numa pontuação total. Atendendo ao carácter exploratório deste

estudo, considerámos os coeficientes como suficientes, com a salvaguarda de que a interpretação dos resultados deve ser feita com cautela e à luz do contexto de avaliação. A este respeito, importa referir que as escalas multidimensionais apresentam tipicamente valores de alfa de Cronbach menores do que escalas que avaliam separadamente o mesmo constructo, assumindo o mesmo número de itens, dimensões e respondentes comparáveis (Ferketich, 1990).

Por último, foi testada a diferença entre os sexos ao nível da pontuação total, a qual foi significativa, sendo a média superior nos jovens do sexo masculino. Tal parece sugerir o estatuto “masculino” das normas que o instrumento pretende medir, evidenciando validade diferencial e facial do mesmo. Apesar de ambos os sexos poderem aderir a ideologias de masculinidade, os jovens do sexo masculino podem apresentar maior conformidade com os mandatos sociais dirigidos ao seu sexo, de forma a provar a sua masculinidade. Em Portugal, embora se reconheça atualmente maior igualdade entre os sexos, estudos recentes continuam a sugerir a presença de desigualdades de género (Dominguez-Folgueras & Castro-Martin, 2008; Magalhães et al., 2008; Tavora, 2012).

Contudo, os valores das médias do grau de conformidade com as normas masculinas foram intermédios (entre os mínimos e máximos possíveis medidos pela escala CMNI-14) no grupo de participantes do sexo masculino. A este respeito, importa notar que em Portugal não foram encontradas pontuações muito altas em jovens do sexo masculino no que se refere à adesão a constructos no âmbito da masculinidade tradicional avaliados por escalas desenvolvidas noutros países (e.g. Laranjeira, 2004; Martinho, 2004). No contexto nacional, as normas mais valorizadas podem não corresponder às avaliadas pelo instrumento utilizado. Poderão existir outras normas masculinas na cultura dominante portuguesa e noutros grupos culturais não contempladas.

Considerando que as normas avaliadas são passíveis de serem enquadradas numa versão de masculinidade tradicional na cultura ocidental atual, que, por sua vez, tem sido, com alguma frequência, associada à ideologia da masculinidade dominante (Mahalik, Locke, et al., 2003; Pleck, 1995), podemos especular o seguinte: apesar de as normas associadas a uma masculinidade dominante (Mahalik, Locke, et al., 2003; Pleck, 1995) e/ou hegemónica (Connell, 1995) poderem ser aceites, valorizadas e/ou sinónimo de benefícios, levando a que a grande maioria dos homens se posicione, de algum modo, em relação a elas, não significa que todos cumpram na totalidade estes modelos normativos (Rabelo, 2010). Nem sempre é expectável um padrão bem definido e identificável, podendo haver sobreposição com outras formas de masculinidade, como as cúmplices

(Connell & Messerschmidt, 2005). Efetivamente, um estudo português identificou heterogeneidade intra e inter sexos ao nível da construção de feminilidades e masculinidades em/por jovens homens e mulheres (Macedo, 2012).

Quanto aos resultados nas jovens, estas reportaram em média algum grau de conformidade com as normas masculinas avaliadas, apesar de significativamente menos do que os jovens do sexo masculino. Tal reforça a ideia de que as jovens também podem aderir a normas tipicamente associadas a uma masculinidade tradicional (Parent & Smiler, 2012; Smiler, 2006). Assim, sai salientada a importância de avaliar as construções sociais no domínio da masculinidade (e feminilidade) em ambos os sexos, evitando o essencialismo que pode derivar da avaliação da(s) masculinidade(s) apenas no sexo masculino e da(s) feminilidade(s) apenas no sexo feminino.

Relativamente às análises efetuadas, apesar de estas se terem centrado na adequabilidade da estrutura da medida considerando um fator global, seria importante explorar a validade convergente do constructo. Poder-se-iam analisar correlações entre a medida em foco e outras que avaliam constructos no âmbito da masculinidade. Por exemplo, no estudo original (Mahalik, Locke, et al., 2003) foram utilizadas escalas que avaliam atitudes acerca da masculinidade, conflito com o papel de género masculino e *stress* com o papel de género masculino. Contudo, não conhecemos em Portugal, até ao momento, nenhuma adaptada ou validada. No mesmo estudo (Mahalik, Locke, et al., 2003), foi avaliada a validade concorrente da medida mediante a análise de relações com o mal-estar psicológico, atitudes face à procura de ajuda, dominância social, agressão e vontade de ter musculatura. Foi, também, avaliada a fiabilidade do instrumento em termos de tempo, conduzindo um teste-reteste com poucas semanas de intervalo (Mahalik, Locke, et al., 2003). No mesmo sentido, seria importante realizar estas análises em estudos futuros com o inventário no contexto português.

Embora o inventário utilizado possa refletir uma ideologia da masculinidade tida como tradicional e europeia-americana (David & Brannon, 1976; Pleck, 1995), seria, também, relevante, em investigação futura, a criação de um instrumento de medida que se debruce sobre as normas masculinas dominantes em Portugal, analisando o seu impacto em cada um dos sexos. Como sugerido por Levant (2011), a construção de itens poderia ser feita recorrendo previamente a grupos de discussão e/ou a entrevistas. Neste prisma, seria útil desenvolver ou adaptar para o contexto português um instrumento que abarque a possível multidimensionalidade de um modelo de masculinidade tradicional, à semelhança do que permite a longa versão do CMNI (Mahalik, Locke, et al., 2003).

O cálculo de um índice global poderia levar a assumir que conceptualmente os itens refletem um constructo unidimensional da masculinidade, o que contrasta com a multidimensionalidade na definição teórica (Mahalik, Locke, et al., 2003) e com a utilização de subescalas enquanto correspondentes a normas (Cuéllar-Flores et al., 2011; Mahalik, Locke, et al., 2003; Owen, 2011; Parent & Moradi, 2009; Smiler, 2006). Neste sentido, alguns indivíduos podem conformar-se mais com certas normas masculinas do que outros (Mahalik, Locke, et al., 2003). Assim, é necessário cautela na interpretação do que reflete uma pontuação global de conformidade com uma ideologia de masculinidade. Contudo, optámos por considerar apenas uma pontuação compósita total por estar de acordo com a utilização que tem sido feita do inventário com 22 itens, e também porque seria complexo interpretar resultados de escalas com dois itens, nomeadamente em termos de consistência interna.

Na sequência do mencionado quanto aos resultados nas jovens, reconhecemos a importância do desenvolvimento de um instrumento que avalie especificamente a conformidade com as normas masculinas neste grupo. Levant (2011) argumenta que, à semelhança do que se tem conceptualizado em relação aos homens, em termos de múltiplas masculinidades e diferenças na adesão às normas masculinas, a investigação futura deve explorar a dimensionalidade da ideologia da masculinidade nas mulheres separadamente da dos homens. Neste sentido, o autor acrescenta que se poderá desenvolver um instrumento dirigido às mulheres, começando com grupos de discussão e entrevistas, como forma de gerir itens.

Tanto recorrendo ao inventário em foco como a um desenvolvido no contexto português, seria relevante incluir participantes com diferentes características sociodemográficas. Esta opção permitiria avaliar as normas em diferentes grupos e as vantagens e desvantagens associadas. A este propósito, importa relembrar que as normas de género dos grupos com mais poder na sociedade podem afetar as experiências desse grupo, assim como de outros, como os minoritários e/ou os com menos poder (Mahalik, 2000). Adicionalmente, fatores grupais e individuais podem influenciar a forma como os indivíduos se conformam ou não com certas normas de género (Mahalik, 2000; Pleck, 1981).

Apesar das limitações referidas, a utilização de uma versão do CMNI pode acarretar algumas potencialidades. O inventário em análise permite a operacionalização do género, o que pode contribuir para esclarecer as relações entre sexo e género, e o seu possível efeito diferencial, assim como as relações entre o constructo avaliado e outras

variáveis de interesse. Neste sentido, podem explorar-se fatores que promovem a conformidade/não conformidade com as normas masculinas, e os resultados associados, como custos ou benefícios. Tal é particularmente pertinente no contexto português perante os baixos índices de saúde pública no campo dos comportamentos de risco, cuja maior prevalência se regista nos homens, nomeadamente em problemáticas como alcoolismo, cirrose hepática, uso de substâncias, entre outros (DGS, 2009; Matos & Equipa do Projecto Aventura Social).

O inventário em foco pode, também, constituir uma mais-valia comparativamente a outras medidas no âmbito da masculinidade. Relativamente às que se focam em traços da personalidade, a introdução do conceito de norma social na mediação da masculinidade e feminilidade (Mahalik, Locke, et al., 2003; Mahalik, Morray, et al., 2005) pode contribuir para ultrapassar noções essencialistas do género. Considerando a masculinidade e a feminilidade como construídas socialmente, torna-se pouco compatível fixá-las num enquadramento de instrumentalidade-expressividade de traços de personalidade (Auster & Ohm, 2000; Woodhill & Samuels, 2003). Quanto às medidas que se focam na patologia associada à adesão a algumas normas masculinas, os itens do CMNI contemplam a noção de que a conformidade à masculinidade tradicional pode associar-se a benefícios e de que a não conformidade pode associar-se a desvantagens (Mahalik, Talmadge, Locke, & Scott, 2005). Além disso, o instrumento escolhido é recente, podendo contemplar normas valorizadas atualmente na cultura em que é administrado.

Por sua vez, a versão reduzida constitui um instrumento já utilizado em estudos prévios, sendo de mais fácil e rápida administração do que a versão longa (94 itens), o que pode ser particularmente relevante quando outros instrumentos são aplicados no mesmo momento. No presente caso, considerámos que o preenchimento da versão longa juntamente com outros questionários poderia exigir muito tempo e, consequentemente, induzir viés nas respostas fornecidas.

Em suma, o presente estudo teve como objetivo adaptar para o contexto português dos jovens adultos estudantes uma versão reduzida do Inventário sobre a Conformidade com as Normas Masculinas. Esta é constituída originalmente por 22 itens, mas os resultados obtidos com a amostra utilizada sugeriram a remoção dos itens relacionados com “Primazia do trabalho”, “Poder sobre as mulheres”, “Controlo emocional” e “Auto-suficiência”, chegando-se, assim, a uma medida com 14 itens. Os dados forneceram algum suporte inicial acerca da validade do constructo e da consistência interna do

instrumento considerando uma pontuação total. Por fim, considerámos que a mesma é passível de ser aplicada a jovens adultos de ambos os sexos, desde que se tenha em conta o contexto de avaliação na interpretação dos resultados.

5.4. Estudo 2 – Transgressões na condução: Construção de um instrumento de avaliação

No que se refere à avaliação da frequência de transgressões na condução, foi desenvolvido por nós um índice, tendo por base alguns instrumentos, nomeadamente: o *Young Adult Driving Questionnaire* (YADQ; Donovan, Marlatt, & Salzberg, 1983) – já utilizado em estudos portugueses (e.g. Brites, Brardo, & Sousa, 2008); o *Driver Behaviour Questionnaire* (DBQ; Lawton, Parker, Manstead, & Stradling, 1997; Parker et al., 1995; Reason et al., 1990); o *Driving Anger Expression Inventory* (DAX; Deffenbacher, Lynch, Oetting, & Swaim, 2002); o *Dula Dangerous Driving Index* (DDDI; Dula, 2003; Willemsen, Dula, Declercq, & Verhaeghe, 2008); e, ainda, alguns descritos noutros estudos (e.g. Ivers et al., 2009; Iversen, 2004).

A razão principal que nos levou à construção de um instrumento prendeu-se com o intuito de obter um que: avaliasse explicitamente transgressões (e.g. DBQ; Lawton et al., 1997; Parker et al., 1995; Reason et al., 1990); incluísse itens que contemplassem os motivos das transgressões, como o divertimento, a vontade de impressionar os amigos e um avanço mais rápido na estrada (e.g. YADQ; Donovan et al., 1983; Ivers et al., 2009); e, tivesse itens que explorassem a condução sob o efeito de substâncias, como álcool e drogas (e.g. YADQ; Donovan et al., 1983; DDDI; Dula, 2003; Willemsen et al., 2008). Como referido anteriormente, importa distinguir entre transgressões deliberadas e erros ou lapsos ao nível dos comportamentos de condução (Parker et al., 1995; Reason et al., 1990).

Com o objetivo de avaliar algumas propriedades do instrumento, foram realizadas análises que permitissem explorar a validade do constructo. Para tal, levámos a cabo uma validação cruzada: primeiro, realizámos uma Análise Fatorial Exploratória com o intuito de conhecer a estrutura fatorial da medida (seleccionando aleatoriamente um grupo de participantes de entre a amostra inicial); em segundo lugar, efetuámos uma Análise Fatorial Confirmatória de modo a confirmar a estrutura fatorial obtida no passo anterior (considerando os restantes participantes). Adicionalmente, explorámos a consistência interna mediante o cálculo do alfa de Cronbach (Cronbach, 1951).

Com o intuito de analisar se a frequência de transgressões na condução se relacionava com a exposição à ação de conduzir e/ou com a falta de conhecimento formal, foram avaliadas associações com as seguintes variáveis: posse de licença apropriada ao veículo conduzido; quilometragem típica semanal; experiência de condução em anos (sendo a idade controlada); e frequência de condução. Para tal, foram realizadas correlações e uma análise de regressão em que a frequência de transgressões foi considerada a variável critério.

Metodologia

Participantes

No presente estudo recorremos a uma amostra de conveniência constituída por 1108 participantes que indicarem ter conduzido no último ano. A idade variava entre os 18 e os 57 anos ($M = 21.79$, $DP = 4.61$). Quanto ao sexo dos mesmos, 560 eram do sexo masculino, 546 eram do sexo feminino e 2 não indicaram o sexo. No que concerne à situação académica, 661 eram estudantes do ensino superior (289 do sexo masculino, 370 do sexo feminino e 2 que não indicaram o sexo), 434 eram estudantes do ensino secundário (261 do sexo masculino e 173 do sexo feminino), 6 eram estudantes do ensino básico dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (2 do sexo masculino e 4 do sexo feminino), e 7 não eram estudantes (todos do sexo masculino; 3 tinham concluído o nono ano do ensino básico e 4 o sexto ano do ensino básico).

Instrumentos

Nos questionários administrados solicitaram-se as seguintes informações: a idade, o sexo e a nacionalidade (ver Apêndice, questões 1, 2 e 3). O grau de escolaridade e tipo de ensino foram registados por nós, no momento da aplicação dos instrumentos.

A frequência de comportamentos de transgressões na condução foi avaliada somando a resposta a 19 itens (como por exemplo, “*Fez intencionalmente uma ultrapassagem onde ou quando era proibido*”), os quais se seguem à questão “*Pensando na sua condução nos últimos 12 meses, indique a sua melhor ideia acerca de quantas vezes aconteceram as situações seguintes*” (ver Apêndice, questão 9). As opções de resposta foram “Nunca” (0 pontos), “Raramente” (1 ponto), “Algumas vezes” (2 pontos),

“Muitas vezes” (3 pontos) e “Sempre” (4 pontos). Os itens foram desenvolvidos tendo por base outros instrumentos existentes, nomeadamente o *Young Adult Driving Questionnaire* (YADQ; Donovan et al., 1983), o *Driver Behaviour Questionnaire* (DBQ; Reason, Manstead, Stradling, Baxter & Campbell, 1990; Lawton et al., 1997; Parker et al., 1998), o *Driving Anger Expression Inventory* (DAX; Deffenbacher, Lynch, Oetting, & Swaim, 2002), o *Dula Dangerous Driving Index* (DDDI; Willemsen, Dula, Declercq, & Verhaeghe, 2008), assim como outras escalas descritas em estudos (e.g. Ivers et al., 2009; Iversen, 2004).

Adicionalmente, foram avaliadas as variáveis seguintes mediante algumas perguntas (ver Apêndice, questões 5, 6, 7 e 8): i) Posse de licença apropriada ao veículo conduzido - “*Tem carta de condução para o(s) veículo(s) a motor que conduz?*”, tendo como opção de resposta “*Sim*” (1 ponto) e “*Não*” (0 pontos). ii) Tempo de condução em anos - “*Começou a conduzir um veículo a motor na via pública há quanto tempo (independentemente de ter ou não carta de condução)? (Escreva o número de anos ou de meses)*”, tendo as respostas sido convertidas em anos posteriormente; iii) Frequência de condução - “*Nos últimos 12 meses qual a frequência habitual com que conduziu um veículo a motor (carro, carrinha, mota, etc.)?*”, tendo como opções de resposta “*Pelo menos uma vez por semana*” (2 pontos), “*Pelo menos uma vez por mês*” (1 ponto), “*Menos de uma vez por mês*” (0 pontos), *Nunca*; iii); e Quilometragem típica semanal - “*Pensando nos últimos 12 meses, numa semana normal, quantos quilómetros (KM) acha que conduz habitualmente?*”, tendo onze opções de resposta que correspondiam a intervalos de quilometragem - “*100 km ou menos*” (0 pontos), “*101 a 200 km*” (1 ponto), “*201 a 300 km*” (2 pontos), e assim sucessivamente, até “*Mais de 1000 km*” (10 pontos).

Procedimento

Avaliação qualitativa do instrumento

Foi levada a cabo uma avaliação qualitativa dos itens que compõem o instrumento. Para tal, aplicámos o mesmo a um grupo de 60 participantes com características semelhantes aos incluídos no presente estudo (em termos de idade, sexo e situação académica). Como resultado deste procedimento, foram levadas a cabo pequenas mudanças de forma a obter uma versão final mais clara/fácil de interpretar pelos sujeitos.

Administração do instrumento

Na administração da versão final do inventário, na fase de avaliação das propriedades psicométricas do inventário, foram contactadas escolas, universidades e associações de jovens. Posteriormente, dirigimo-nos ao local, enunciámos os objetivos do estudo, informámos acerca do anonimato e confidencialidade das respostas, e aplicámos os instrumentos aos sujeitos voluntários. Finalmente fornecemos um contacto para que os participantes pudessem colocar perguntas posteriores sobre o estudo. No tratamento dos dados foram utilizados os *softwares IBM SPSS Statistics 20* e o *IBM SPSS Amos 20*.

Resultados

Antes das análises estatísticas, foram removidos 6 participantes por terem respondido a menos de 80% do número de itens do inventário.

Na análise das propriedades psicométricas do índice de transgressões na condução insegura começámos por realizar uma Análise Fatorial Exploratória. Para tal, seleccionámos aleatoriamente 350 participantes da amostra inicial. Quanto à fatoriabilidade da matriz de correlações, observámos os seguintes indicadores: o determinante foi diferente de zero (8.511E-005); o valor da medida de adequação da amostragem de Kaiser-Meyer-Olkin (Kaiser, 1974) foi considerado adequado (.94); e, o teste de esfericidade de Bartlett foi estatisticamente significativo ($p < .05$). Na Análise Fatorial Exploratória foram tomadas as seguintes opções: técnica de extração *principal-axis*, uma vez que esta tem em conta a maior variância restante na matriz correlacional residual após cada fator ser extraído; rotações oblíquas (*oblimin*) devido à presumível natureza correlacional dos fatores; e retenção dos itens com pesos fatoriais iguais ou acima de |.3|. Em termos de resultados, os 19 itens apareceram distribuídos por três fatores, como é apresentado na Tabela 7.

Adicionalmente, foi calculado o alfa de Cronbach para cada um dos fatores, tendo sido obtidos valores elevados, designadamente entre .82 e .89. Quanto ao valores do alfa quando cada item foi excluído, observou-se que a remoção do item “*Conduziu enquanto estava sob o efeito de marijuana*” levou a um ligeiro aumento do alfa (de .82 para .86). Contudo, a correlação deste item com o total (do fator) foi de .54, estando acima do valor de corte comumente aceite de |.20| (Green et al., 1977). No que concerne às restantes

correlações entre os itens e os totais, todos os valores foram acima do referido. Tal é apresentado na Tabela 7.

Tabela 7

Matriz da estrutura com extração principal-axis oblimin, valores próprios, percentagem de variância explicada, correlações item-total e alfa – Transgressões na condução

Itens	Fatores			$r_{1-TCor.}$	α s/ item
	1	2	3		
Conduziu a mais de 40km/h acima do limite de velocidade estabelecido por lei.	.73			.60	.88
Passou um entroncamento/cruzamento no momento em que o semáforo muda de amarelo para vermelho.	.71			.59	.88
Fez intencionalmente uma ultrapassagem onde/quando era proibido.	.65			.56	.88
Aproximou-se demasiado à traseira de um carro de forma a forçá-lo a conduzir mais depressa ou a obrigá-lo a encostar para uma faixa de rodagem mais lenta.	.64			.70	.87
Passou um sinal vermelho intencionalmente.	.60			.57	.88
Ultrapassou 2 ou 3 carros de uma vez só, numa estrada em que para ultrapassar precisa de entrar na faixa de rodagem de sentido contrário.	.57			.67	.87
Conduziu a alta velocidade numa zona residencial ou onde existem escolas.	.57			.69	.87
Conduziu tão próximo do veículo da frente que não conseguiria parar o seu veículo de modo seguro se o da frente travasse repentinamente.	.53			.56	.88
Depois de parar num sinal stop, forçou a sua entrada no trânsito sem esperar por uma brecha no trânsito.	.48			.58	.88
Em situações em que o trânsito está lento, foi alternando rapidamente entre as faixas de rodagem para avançar.	.47			.59	.88
Fez intencionalmente inversão de marcha onde era proibido.	.38			.63	.88
Conduziu quando sentiu que estava sob o efeito do álcool.		.91		.76	.65
Conduziu num intervalo de aproximadamente 1 hora depois de ter consumido bebidas alcoólicas.		.80		.72	.69
Conduziu enquanto estava sob o efeito de marijuana.		.57		.54	.86
Conduziu a alta velocidade para impressionar os amigos.			-.62	.68	.80
Conduziu a alta velocidade por divertimento.			-.52	.67	.80
Correu alguns riscos enquanto conduzia no trânsito porque torna a condução mais divertida.	.33		-.44	.64	.80
Conduziu numa curva a alta velocidade.	.33		-.41	.69	.79
Ultrapassou um carro numa curva ou numa subida sem visibilidade.			-.39	.56	.83
Valores próprios	8.39	1.35	1.10		
% Variância	44.15	7.12	5.79		
α	.89	.82	.84		

Notas. $r_{1-TCor.}$ = Correlação item-total corrigido; α = Alfa de Cronbach.

No que concerne a intercorrelações fatoriais, todas se mostraram significativas (fatores 1 e 2: $r=.35$, $p<.01$; fatores 1 e 3: $r=.29$, $p<.01$; fatores 2 e 3: $r=.30$, $p<.01$).

Seguidamente, com os restantes 752 participantes, realizámos uma Análise Fatorial Confirmatória de modo a confirmar a estrutura fatorial encontrada no passo anterior. Testámos, por isso, um modelo com os itens distribuídos por três fatores latentes. Em primeiro lugar, considerámos um modelo com os fatores não correlacionados. Neste procedimento, fixou-se em 1 o peso fatorial de uma das trajetórias entre cada fator de primeira ordem e os respetivos itens, e todos os erros de medida. Em segundo, testámos um modelo com os três fatores ligados a um fator de segunda ordem, o que é apoiado pelas correlações interfatoriais significativas encontradas. Nesta etapa, fixámos em 1 o seguinte: o peso fatorial de uma das trajetórias entre o fator de segunda ordem e os de primeira ordem; o peso fatorial de uma das trajetórias entre cada fator de primeira ordem e os itens; e todos os erros de medida.

Selecionámos o método da estimativa por máxima verossimilhança (MLE) e o método de *bootstrap* com estimativa de 2.000 amostras. Considerámos os seguintes índices da qualidade do ajustamento: a) Divisão do qui-quadrado pelos graus de liberdade (χ^2/df), com um valor aproximadamente de 1 a indicar um bom ajustamento, igual ou menor a 2 um ajustamento aceitável e menor que 5 um ajustamento sofrível (Marôco, 2010); b) *Comparative fit index* (CFI; Bentler, 1990) e *goodness of fit index* (GFI; Jöreskog & Sörbom, 1982), cujos valores iguais ou maiores a .9 indicam muito bom ajustamento, e menores de .9 até .8 um ajustamento sofrível (Marôco, 2010); e, c) *Root mean square error approximation* (RMSEA; Steiger, 1990) – com intervalos de confiança de 90%, - considerando um valor igual ou menor a .05 como um ajustamento bom, e valores acima de .05 até .10 como um ajustamento sofrível (Marôco, 2010).

Em termos de resultados, o modelo com os fatores não correlacionados apresentou um ajustamento pobre. Quanto ao modelo com um fator de segunda ordem, os índices indicaram um ajustamento aceitável (GFI; CFI) ou sofrível (χ^2/gl ; RMSEA). A Tabela 8 apresenta os valores dos índices obtidos.

Tabela 8

Índices de ajustamento dos modelos confirmatórios – Transgressões na condução

Modelo	<i>gl</i>	χ^2	χ^2/gl	GFI	CFI	RMSEA (IC90%)
Fatores não correlacionados	152	1445.64	9.51	.84	.79	.106 (.101; .111)
Segunda ordem	149	578.25	3.88	.92	.93	.062 (.057; .067)

Perante os dados obtidos, optámos por continuar as análises com o modelo de segunda ordem. Neste, os coeficientes tanto das trajetórias entre o fator de segunda ordem e os de primeira ordem, como entre os fatores de primeira ordem e os respetivos itens mostraram-se significativos ($p < .05$). Foram, também, examinados os pesos fatoriais estandardizados (λ) e a proporção de variância explicada (R^2). Todos os pesos fatoriais estandardizados foram superiores a .40, um valor de corte comum (Kline, 1998). Todos os valores de variância explicada estiveram acima de .20, um valor considerado aceitável (Kline, 1998). Os mesmos são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9

Pesos fatoriais estandardizados e proporções de variância no modelo com um fator de segunda ordem – Transgressões na condução

Fatores 1ª		λ	R^2
ordem	Itens		
1		.92	.85
	Conduziu a mais de 40km/h acima do limite de velocidade estabelecido por lei.	.65	.42
	Passou um entroncamento/cruzamento no momento em que o semáforo muda de amarelo para vermelho.	.61	.37
	Fez intencionalmente uma ultrapassagem onde/quando era proibido.	.71	.51
	Aproximou-se demasiado à traseira de um carro de forma a forçá-lo a conduzir mais depressa ou a obrigá-lo a encostar para uma faixa de rodagem mais lenta.	.67	.45
	Passou um sinal vermelho intencionalmente.	.53	.29
	Ultrapassou 2 ou 3 carros de uma vez só, numa estrada em que para ultrapassar precisa de entrar na faixa de rodagem de sentido contrário.	.68	.46
	Conduziu a alta velocidade numa zona residencial ou onde existem escolas.	.68	.46
	Conduziu tão próximo do veículo da frente que não conseguiria parar o seu veículo de modo seguro se o da frente travasse repentinamente.	.54	.29
	Depois de parar num sinal stop, forçou a sua entrada no trânsito sem esperar por uma brecha no trânsito.	.57	.33
	Em situações em que o trânsito está lento, foi alternando rapidamente entre as faixas de rodagem para avançar.	.60	.36
	Fez intencionalmente inversão de marcha onde era proibido.	.57	.32
2		.69	.48
	Conduziu quando sentiu que estava sob o efeito do álcool.	.90	.81
	Conduziu num intervalo de aproximadamente 1 hora depois de ter consumido bebidas alcoólicas.	.88	.78
	Conduziu enquanto estava sob o efeito de marijuana.	.52	.27
3		.90	.80
	Conduziu a alta velocidade para impressionar os amigos.	.70	.49
	Conduziu a alta velocidade por divertimento.	.79	.63
	Correu alguns riscos enquanto conduzia no trânsito porque torna a condução mais divertida.	.72	.52
	Conduziu numa curva a alta velocidade.	.83	.69
	Ultrapassou um carro numa curva ou numa subida sem visibilidade.	.49	.24

Notas. λ =Peso fatorial estandardizado; R^2 =Proporção de variância; Estatuto=Procura de estatuto; Domin=Dominância; Desdém=Desdém por Homossexuais; Risco=Tomada de riscos.

Dada a consideração de um fator de segunda ordem, calculámos o alfa de Cronbach incluindo todos os itens em simultâneo. Obtivemos um valor de .93 no grupo de participantes considerado na Análise Fatorial Exploratória e de .92 no grupo selecionado para a Análise Fatorial Confirmatória. Em ambos os casos, as correlações

com o total corrigido apresentaram valores iguais ou superiores a .40, e não se verificou a subida do alfa quando retirado cada um dos itens.

Em suma, atendendo ao ajustamento aceitável de um modelo com um fator de segunda ordem e ao valor elevado do alfa quando se incluíram todos os itens em simultâneo, considerámos adequada a utilização de uma pontuação total composta pela soma dos 19 itens formulados.

Assim, incluindo toda a amostra, foram realizadas correlações entre a pontuação total referente à frequência das transgressões e as seguintes variáveis: posse ou não de licença de condução; frequência de condução; tempo de condução (em anos); e quilometragem semanal. Mais especificamente quanto à associação com o tempo de condução, controlámos a idade realizando uma análise de correlação parcial. Quanto à relação com as outras variáveis, foi utilizada uma correlação ponto bisserial no caso da licença de condução e correlações de Spearman nos casos da frequência e da quilometragem. Em termos de resultados, observámos que a ausência de licença de condução (em indivíduos que conduziram no último ano) apareceu associada a maior frequência de transgressões ($p < .001$). Adicionalmente, constatámos associações positivas entre a frequência de transgressões e as seguintes: frequência de condução ($p < .001$), quilometragem semanal ($p < .001$) e tempo de condução em anos (embora de forma marginal, $p < .10$). O descrito é apresentado na Tabela 10.

Por último, dado que todas as correlações efetuadas foram significativas, incluímos todas as variáveis em simultâneo, juntamente com a idade, numa análise de regressão linear múltipla, na qual se inseriu a frequência de transgressões na estrada como a variável critério. A respeito desta análise, importa notar que, apesar de a variável quilometragem ser ordinal, contém 11 categorias de resposta, tendo sido, por isso, considerada viável a sua inclusão. Quanto aos resultados, todas as associações se mantiveram significativas ($p < .05$) exceto no caso da quilometragem. O sentido das relações manteve-se igual ao encontrado nas análises correlacionais. A idade apresentou-se negativa e marginalmente associada à frequência das transgressões ($p < .10$). As variáveis incluídas explicaram cerca de 1.3% da variância da frequência das transgressões (R^2 ajustado). Estes resultados podem ser observados na Tabela 10.

Tabela 10

Coeficientes de correlação e de regressão linear referentes às transgressões na condução

Medidas	Transgressões na condução					
	Correlações			Regressão		
	<i>N</i>	<i>r_{pb}</i>	<i>r_{sp}</i>	<i>B</i>	<i>EP</i>	β
Licença	1106	-.18**		-16.66*	5.33	-.11
Frequência	1092		.24**	5.80*	2.70	.07
Quilometragem	1098		.34**	0.60	0.53	.04
Tempo de condução ¹	1075		.06 [†]	1.13*	0.53	.12
Idade	-	-	-	-0.96 [†]	0.51	-.10
Constante	-	-	-	37.24	9.89	
<i>R</i> ² (<i>R</i> ² ajustado)				.018 (.013)		
Modelo				F(5, 1044)=3.84*		
<i>N</i>				1050		

Notas. *r_{pb}*=Correlação ponto bisserial; *r_{sp}*=Correlação de Spearman.

¹Correlação parcial na qual o efeito da idade foi controlado.

[†]*p*<.10; **p*<.05; ***p*<.001.

Após a apresentação dos resultados, segue-se a discussão dos mesmos.

Discussão

No presente estudo foram avaliadas algumas propriedades psicométricas de um instrumento criado por nós, o qual pretendia avaliar a frequência de transgressões (intencionais) cometidas durante a condução. Após a análise da validade do constructo e da consistência interna, sugerimos como adequada a utilização de apenas uma pontuação compósita total composta por 19 itens. Tal pode ser útil quando se pretende simplificar análises que procurem incluir a variável alvo.

Apesar de na Análise Fatorial Exploratória se terem evidenciado três fatores, a presença de correlações intefatoriais significativas, o ajustamento aceitável de um modelo com um fator de segunda ordem (na Análise Fatorial Confirmatória) e uma consistência interna elevada (dada pelo valor de alfa de Cronbach) sustentaram a opção de se utilizar uma pontuação total. Além disso, quanto ao valor do alfa, embora elevado, não o foi de forma extrema para que se ponderasse acerca da redundância dos itens (como poderia ser o caso se acima de .95). Ao nível dos itens, no geral, encontraram-se correlações elevadas com o total, menores valores de alfa se retirados e pesos fatoriais estandardizados e proporção de variância explicada acima do valor de corte comum (Kline, 1998), sugerindo fiabilidade (Marôco, 2010).

No que concerne à avaliação das relações entre a frequência de transgressões e as restantes variáveis, observámos algumas associações significativas. Por exemplo, a ausência de licença/carta apareceu associada a uma maior frequência de transgressões, o que pode ser expectável quando se considera que a ausência de conhecimento formal de algumas regras pode levar a mais violações das mesmas. Por sua vez, os indicadores da exposição à condução - frequência de condução, quilometragem (neste caso apenas ao nível das correlações) e tempo de condução em anos (experiência) - apareceram associados positivamente à frequência de transgressões. Assim, se por um lado, a exposição à condução pode levar à aprendizagem de certos aspetos relacionados com a segurança, pode, por outro lado, significar mais oportunidades de ocorrência de transgressões e/ou aumento de confiança nas capacidades do próprio para a realização das mesmas. O facto de maior experiência não significar menos transgressões nos primeiros anos de carta tem sido evidenciado no contexto português (ANSR, 2011; Barros & Loureiro, 1997; INE, 2011).

Ainda quanto às variáveis em foco, considera-se pertinente a sua inclusão, como forma de controlar o seu efeito, nas análises que contemplem a frequência das transgressões avaliada pelo presente instrumento. Futuramente, seria relevante a avaliação da zona ou altura em que é feita a maior parte da condução, e o objetivo das deslocações (passeio, ida para a escola/trabalho), dado que podem corresponder a diferentes situações de condução (como por exemplo, ao nível da intensidade do tráfego).

No que diz respeito à validação do instrumento alvo, futuramente seria importante avaliar a fiabilidade em termos de tempo (teste-reteste), dando duas ou três semanas de intervalo. Seria, também, relevante explorar a validade convergente comparando as pontuações obtidas com as de outras escalas que se debrucem sobre comportamentos de risco na condução. Neste âmbito, conhecemos uma versão adaptada para português do *Driver Behaviour Questionnaire* (Brites et al., 2008). Com o intuito de explorar a validade concorrente da medida, poderia fazer sentido avaliar o número de multas e acidentes pelos quais os participantes foram responsáveis num determinado período de tempo. Acerca deste ponto, foi encontrado, num outro estudo (Willemsen et al., 2008), que a condução de risco reportada estava associada a um aumento de 50% de risco de acidentes. Adicionalmente, como forma de explorar a validade diferencial do inventário desenvolvido, seria útil recorrer a outras amostras de condutores, nomeadamente forenses (e.g. inibidos de conduzir, sob cassação da carta).

Por último, de forma a conseguir uma maior adaptação do instrumento às questões socioculturais portuguesas, seria profícua a consulta de profissionais na área da sinistralidade rodoviária e a realização de grupos de discussão. Tal teria o intuito de explorar quais os comportamentos de risco nas estradas que se assumem como mais pertinentes de contemplar num inventário deste tipo.

Em suma, os resultados obtidos fornecem algum suporte inicial acerca da validade de um inventário que procura avaliar a frequência de transgressões durante a condução. No que se refere a contributos, a utilização do mesmo pode aprofundar o entendimento dos fatores relacionados com a incursão em transgressões na estrada, o que é essencial em termos de intervenção no âmbito da sinistralidade rodoviária.

5.5. Estudo 3 – Consumo de álcool e de substâncias psicoativas ilícitas, e transgressões na condução em jovens adultos de ambos os sexos: Conformidade com as normas masculinas, classe social e grau de escolaridade

Neste estudo debruçámo-nos sobre as possíveis associações entre a incursão nos comportamentos alvo - consumo de álcool, consumo de drogas e transgressões na condução - e as dimensões sexo, classe social de origem, grau de escolaridade frequentado e conformidade com as normas masculinas, numa amostra de jovens adultos de ambos os sexos.

Seguindo uma perspetiva da interseccionalidade, tivemos como objetivo explorar a presença de interações entre o sexo, a classe social, o grau de escolaridade e a conformidade com as normas masculinas ao nível dos comportamentos de risco alvo. Neste sentido, procurámos analisar possíveis efeitos de moderação, isto é, se a associação entre, por exemplo, uma dimensão social e um comportamento diferiria ou não (em termos de direcção e/ou intensidade) ao longo dos grupos/níveis que compõem as outras dimensões presentes no termo de interacção⁶⁴. Tal prendeu-se com o intuito de explorar se as associações entre a conformidade com as normas masculinas e os comportamentos de risco estariam presentes ou não nos vários grupos formados em função do sexo, da classe social de origem e do grau de escolaridade.

Adicionalmente, tivemos como objectivo analisar se a conformidade com as normas masculinas explicaria ou não, pelo menos em parte, as possíveis associações entre

⁶⁴ Sobre a análise de efeitos de moderação consultámos autores como, por exemplo, Dubrow (2008) e Field (2013).

as outras dimensões sócio-identitárias - sexo, classe social e grau de escolaridade - e os comportamentos de risco. Assim, procurámos avaliar se a conformidade com as normas masculinas poderia ou não constituir um mediador entre as dimensões sócio-identitárias referidas e os comportamentos alvo, isto é, se se registaria um efeito de mediação⁶⁵. Mais concretamente, procurámos avaliar para cada comportamento de risco um modelo como o representado na Figura 1.

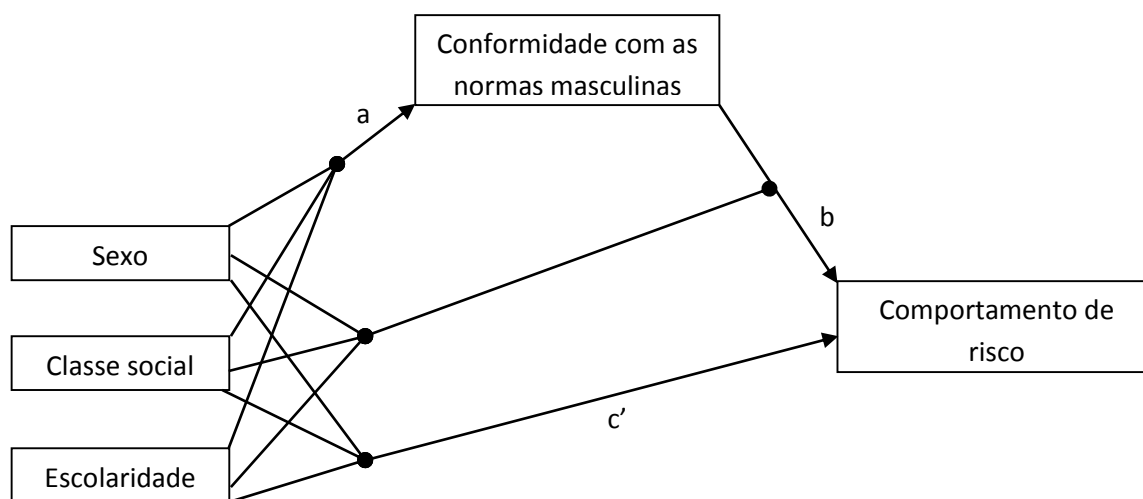


Figura 1. Diagrama conceptual do modelo alvo de análise para cada comportamento de risco.

Na Figura 1, são retratadas as possíveis interações entre as dimensões sócio-identitárias sexo, classe social, grau de escolaridade e conformidade com as normas masculinas (●) ao nível de cada comportamento de risco. Embora a conformidade com as normas masculinas apareça no modelo como possível mediador, considerámos que pode, também, interagir com as outras dimensões⁶⁶. São, também, representados os possíveis efeitos das dimensões sexo, classe social e grau de escolaridade ao nível do comportamento de risco através da conformidade com as normas masculinas, isto é, os efeitos indiretos (a.b). Adicionalmente, são retratados os possíveis efeitos das dimensões sexo, classe e grau de escolaridade ao nível do comportamento de risco não explicados pela conformidade com as normas masculinas, isto é, os efeitos diretos (c').

⁶⁵ Sobre a análise dos efeitos de mediação consultámos autores como, por exemplo, Baron e Kenny (1986), e Hayes (2013).

⁶⁶ Sobre a análise deste tipo de modelos consultámos Hayes (2013).

A respeito do apresentado, importa notar que consideramos o risco como um conceito definido em contextos pautados por padrões de comportamento que podem ser *genderizados* (Charles & Walters, 2008), sem pressupor relações determinísticas, causais nem direcionais (as setas no diagrama traduzem somente o modo como foram introduzidas as variáveis nas análises). Uma vez que recorremos a análises de regressão múltipla, uma técnica que permite explorar e inferir a relação entre variáveis possivelmente explicativas e uma variável critério, utilizaremos esta nomenclatura apenas com o intuito de indicar a forma como foram inseridas as variáveis na análise. Assim, tal não pretende traduzir que umas variáveis constituíam as causas e outras as consequências. Mediante as análises efetuadas tivemos, sim, o objetivo de analisar se possíveis diferenças entre os participantes ao nível da incursão nos comportamentos alvo estavam ou não associadas a distintos graus de conformidade com as normas masculinas, ao sexo, à classe social e ao grau de escolaridade.

Efetivamente, somos da opinião de que os comportamentos de risco podem ser influenciados, mas também influenciar a construção do género (Courtenay, 2000), como referido no capítulo anterior. Por sua vez, as representações simbólicas, como normas ou ideologias de género, podem ser construídas e reconstruir as categorias de diferenciação (Lykke, 2010). Igualmente, concordamos que tanto as posições de classe como as construções sociais de género podem influenciar os/ser influenciadas pelos estilos de vida (Fowler, 2003; Silva, 2009).

Além do referido, os comportamentos de risco podem contribuir para a definição do indivíduo enquanto ser *genderizado* e das convenções sociais de género (Charles & Walters, 2008; Courtenay, 2000), e para a estruturação social das transações da vida quotidiana, reforçando, consequentemente, estruturas mais amplas de poder e desigualdade (Courtenay, 2000; Schrock & Schwalbe, 2009). Mais concretamente, estas práticas podem favorecer a sustentação, a reprodução e a legitimação dos arranjos institucionais que são baseados na categoria sexo (West & Zimmerman, 1987). Assim, consideramos que as condutas avaliadas podem contribuir para “fazer” género, constituindo gestos performativos (West & Zimmerman, 1987), os quais constroem a realidade e traduzem-se em desigualdades (Butler, 1990). Neste sentido, o género pode ser conceptualizado como um conjunto de performances cuja repetição produz a ilusão de que existe uma identidade de género natural e verdadeira (Butler, 1990), pelo que o género não constitui uma entidade pré-existente (Lykke, 2010).

Quanto ao atendimento da interseccionalidade recorrendo a uma abordagem intercategoriaal e a uma metodologia quantitativa, tem sido indicada como adequada a construção de termos de interação mediante o cálculo do produto entre as dimensões de interesse, constituindo modelos multiplicativos (Dubrow, 2008; McCall, 2005). Nestes modelos, é assumido que a associação entre, por exemplo, uma dimensão social e um comportamento pode diferir (em termos de direção ou intensidade) ao longo dos grupos/níveis que compõem as outras dimensões presentes no termo de interação (Dubrow, 2008). Caso difira significativamente, podemos considerar que estamos perante um efeito de interação ou moderação (Dubrow, 2008). Assim, a interseccionalidade é contemplada através da análise do efeito da intersecção entre as dimensões, acima e para além dos efeitos que estas teriam quando consideradas isoladamente nas análises (Dubrow, 2008; McCall, 2005; Warner, 2008). Por outras palavras, este procedimento permite analisar as categorias emergentes para além das mestras (Warner, 2008).

Indo ao encontro da complexidade associada à interseccionalidade (McCall, 2005), os modelos descritos são mais exigentes (em termos de estimação e interpretação dos resultados) do que os modelos que incluem as variáveis em simultâneo mas que não consideram as interações entre elas, denominados, frequentemente, de aditivos (Dubrow, 2008; Warner, 2008). Nestes últimos, apenas são testados os efeitos principais das variáveis e não as intersecções entre si. Segundo a assunção aditiva, o efeito, por exemplo, de uma dimensão sócio-identitária em certo comportamento ou atitude é sempre o mesmo, seja qual for o nível em que o sujeito se encontra nas outras dimensões sócio-identitárias incluídas na análise, enquanto variáveis potencialmente explicativas (Aiken & West, 1991).

Embora alguns académicos considerem que a acumulação de efeitos das dimensões sociais corresponde à assunção aditiva, fundamentando que cada dimensão cria vantagens e desvantagens distintas que se combinam quando se adicionam as dimensões (Weldon, 2006 as cited in Dubrow, 2008), outros argumentam que tal vai contra o princípio central da interseccionalidade, sugerindo antes a explicitação de intersecções (Bowleg, 2008; Dubrow, 2008; Hankivsky, 2011; McCall, 2005; Warner, 2008). Na sua base, o modelo de interseccionalidade não considera as dimensões sociais de identificação isoladamente, pois elas funcionam através das restantes (Hankivsky, 2011). Estas dimensões não são simplesmente adicionadas, sobrepostas ou hierarquicamente estruturadas, onde um modo de diferença é assumido como sendo saliente sobre outro (Hankivsky, 2011). Em vez disso, as interações específicas entre

dimensões criam localizações sociais complexas, que são possivelmente mais centrais à manifestação de experiências do que qualquer eixo de iniquidade considerado individualmente (Hankivsky, 2011). De acordo com o referido, em estudos que pretendem contemplar a interseccionalidade, a multiplicidade deve suplementar a aditividade (Zinn & Dill, 1996).

Tendo em conta o mencionado, recorreremos a modelos multiplicativos, utilizando regressões múltiplas. Nestes, começámos por introduzir todas as interações possíveis entre as dimensões sócio-identitárias, dado que não estabelecemos hipóteses à partida acerca destas. Embora, com base na literatura, se pudessem antecipar índices mais elevados de conformidade com as normas masculinas e de práticas de risco nos jovens do sexo masculino comparativamente às jovens, não se reconhecem padrões claros acerca do impacto da classe social e do grau de escolaridade nestas práticas. Importa, a este respeito, salientar o carácter exploratório deste estudo.

Pelo motivo descrito, na testagem dos modelos multiplicativos seguimos a abordagem *step-down* recomendada por Aiken e West (1991). Este procedimento começa por considerar primeiro os termos de interação de ordem mais elevada (ou seja, os termos de interação constituídos pelos maior número de variáveis), e só quando estes não mostram um contributo significativo na explicação do comportamento (analisando a diferença do valor de variância explicada, isto é, do R^2), é que se parte para a testagem dos termos de ordem imediatamente inferior. Assim, a testagem dos termos de primeira ordem (as variáveis consideradas isoladamente) é realizada em último lugar e apenas quando não são constatados contributos significativos por parte dos termos de interação de ordem superior que os incluem. Neste sentido, Aiken e West (1991) sugerem a inclusão de todos os respetivos termos de ordem inferior relativamente à interação de maior ordem. A este respeito, os autores (1991) esclarecem que a interpretação do efeito de um termo de primeira ordem varia consoante a presença ou ausência dos termos de interação de ordem superior no modelo: na ausência dos termos de interação de ordem superior, o efeito do termo de primeira ordem é incondicional, isto é, não dependente do valor dos restantes termos; na presença de termos de interação, o efeito do termo de primeira ordem passa a condicional, dependendo do(s) valor(es) que a(s) outra(s) variável/eis com a(s) qual(ais) está em interação assume(m).

Acerca do método *step-down*, consideramos que este pode constituir um contributo no domínio da perspetiva da interseccionalidade, particularmente quando se utiliza uma abordagem intercategorial e não se procura testar hipóteses estabelecidas à

partida acerca das interações presentes. Sendo que no início da análise se considera a interação entre o maior número de variáveis, podem sair reforçados alguns pontos: i. Os indivíduos são caracterizados por diversas dimensões sociais em combinação e em simultâneo; ii. A avaliação do efeito das dimensões sociais tomadas isoladamente não deve concorrer com a avaliação do efeito das interações, uma vez que esta última constitui o objetivo da análise; e iii. A influência das dimensões sociais num comportamento ou atitude é condicional às intersecções entre elas.

Por sua vez, como forma de avaliar os possíveis efeitos indiretos das dimensões sócio-identitárias sexo, classe social e grau de escolaridade através da conformidade com as normas masculinas ao nível de cada comportamento de risco, procurámos seguir o sugerido por Hayes (2013). Num primeiro passo, avaliámos as possíveis associações entre as dimensões sexo, classe social e grau de escolaridade (variáveis potencialmente explicativas) e a conformidade com as normas masculinas (variável critério). Num segundo passo, avaliámos as possíveis associações entre as dimensões sexo, classe social, grau de escolaridade e conformidade com as normas masculinas (variáveis potencialmente explicativas) e o comportamento alvo (variável critério). Em terceiro, avaliámos os possíveis efeitos indiretos das dimensões sexo, classe social e grau de escolaridade (variáveis potencialmente explicativas) através da conformidade com as normas masculinas (variável potencialmente mediadora) ao nível do comportamento alvo (variável critério). Na presença de efeitos indiretos, interpretámos que parte da variância do comportamento que originalmente poderia parecer explicada pelas dimensões sexo, classe social e/ou grau de escolaridade seria, sim, explicada pela conformidade com as normas masculinas.

Em todas as análises foi inserida a idade, com o intuito de controlar o seu efeito. Apesar de a amostra ter contado apenas com sujeitos cujas idades variavam entre os 18 e os 30 anos, considerámos que poderiam, também, haver diferenças dentro desta faixa etária ao nível da incursão nos comportamentos de risco. Além disso, o controlo da idade, através da sua inclusão, foi relevante na interpretação dos resultados que envolveram o grau de escolaridade: perante eventuais diferenças entre graus de escolaridade ao nível dos comportamentos de risco, interessou-nos assegurar que estas não se deviam à idade. Adicionalmente, nas análises que se debruçaram sobre os comportamentos de condução, também se controlaram outras variáveis, nomeadamente o tempo de condução em anos e a quilometragem típica semanal.

As análises descritas aplicaram-se a cada comportamento de risco em separado. Contudo, segundo uma perspectiva de estilos de vida, a incursão no risco assume frequentemente um carácter multiplicativo, identificando-se uma associação entre práticas de risco (Lindberg et al., 2000; Matos & Equipa do Projecto Aventura Social, 2008). Seguindo uma perspectiva da interseccionalidade e considerando que os comportamentos de risco constituem práticas sociais, estes podem ser conceptualizados como estando intrinsecamente ligados entre si através das categorias de diferença (como o sexo, a classe social, entre outras) e dos níveis estrutural, representacional e identitário (Winker & Degele, 2011). Assim, no presente estudo, tivemos, também, o objectivo de avaliar possíveis associações entre os comportamentos de risco contemplados (consumo de álcool, consumo de drogas e transgressões na condução), recorrendo a análises de correlação.

Metodologia

Participantes

Uma vez que pretendemos debruçar-nos sobre os comportamentos de risco nos jovens, nomeadamente com idade legal para poderem conduzir, optámos por considerar apenas a faixa etária dos 18 aos 30 anos. Adicionalmente, como não incluámos a etnia nem a zona geográfica nas análises, foram seleccionados apenas indivíduos portugueses que moravam em áreas relativamente próximas, nomeadamente na zona Norte do país. Assim, a amostra inicial foi constituída por 1543 participantes, com uma média de idades de 20.40 ($DP = 2.58$). A Tabela 11 mostra o número de participantes em função do sexo, grau de escolaridade e classe social de origem (avaliada de acordo com o procedimento descrito mais abaixo), e a respetiva percentagem relativamente ao total de participantes ($N=1543$).

Tabela 11

Número e percentagem de participantes em função do sexo, do grau de escolaridade e da classe social

Sexo	Escolaridade	Classe							
		Desfavorecida		Favorecida		Não indicada		Total	
		<i>n</i>	(%)	<i>n</i>	(%)	<i>n</i>	(%)	<i>n</i>	(%)
Feminino									
	Universitário	232	15.04	230	14.91	12	0.78	474	30.72
	Secundário	278	18.02	67	3.34	14	0.91	359	23.27
	Básico	3	0.19	1	0.06	3	0.19	7	0.45
	Total	513	33.25	298	19.31	29	1.88	840	54.44
Masculino									
	Universitário	141	9.14	179	11.60	9	0.58	329	21.32
	Secundário	255	16.53	95	6.16	16	1.04	366	23.72
	Básico	5	0.32	1	0.06	2	0.13	8	0.52
	Total	401	25.99	275	17.82	27	1.75	703	45.56
Total									
	Universitário	373	24.17	409	26.51	21	1.36	803	52.04
	Secundário	533	34.54	162	10.50	30	1.94	725	46.99
	Básico	8	0.52	2	0.13	5	0.32	15	0.97
	Total	914	59.24	573	37.14	56	3.63	1543	100

Instrumentos

Idade, sexo e nacionalidade

Nos questionários administrados solicitaram-se informações sobre a idade, sexo e nacionalidade (ver Apêndice, questões 1, 2 e 3).

Grau de escolaridade

O grau de escolaridade frequentado pelos participantes foi registado por nós no momento da aplicação dos questionários. Embora tenham sido avaliados participantes de três graus de escolaridade, nas análises inferenciais não foi incluído o grupo dos que frequentavam o ensino básico devido ao seu baixo número. Foram, portanto, só incluídos os que frequentavam os ensinos secundário e universitário.

Classe social de origem

De entre as variáveis avaliadas, salientamos a necessidade de descrever as decisões tomadas quanto à classe social, uma vez que, como referido anteriormente, é um conceito de difícil operacionalização, que tem suscitado diferentes abordagens.

Com o objetivo de avaliar a mesma, foi utilizada a versão do Índice de Graffar (Graffar, 1956) adaptada para o contexto nacional por Amaro (2010). Esta contempla os critérios profissão, instrução, origem do rendimento familiar e tipo de habitação, dos quais resultam cinco posições de classe - alta, média alta, média, média baixa e baixa. Numa versão anterior era também abrangida a zona de habitação (Amaro, 1990). O facto de este instrumento permitir avaliar diversos critérios, o que foi descrito como relevante no capítulo III (e.g. Machado et al., 2003; Morgan, 2005; Silva, 2009), constitui uma das razões para a sua escolha. Além disso, possibilita uma forma simples de cotação e classificação (apenas em 5 categorias).

Contudo, este instrumento não inclui, desde logo, um modo de cotação ou tipologia que contemple o agregado familiar ou grupo doméstico, o que no presente caso é pertinente perante a intenção de avaliar a classe social de origem (da família) sem adotar o critério de dominância (consideração de apenas um membro - o que apresenta a classe mais elevada). Por este motivo, no presente estudo optámos por solicitar informações sobre os dois pais/progenitores e incluir ambos (quando existentes/indicados) na atribuição da classe social de origem final⁶⁷.

Assim, foram administradas questões relativas à profissão de cada pai/progenitor (solicitando a situação na mesma e a atividade específica – ver Apêndice, questões 14 e 15) e à instrução de cada pai (grau de escolaridade mais elevado completo - ver Apêndice, questão 13). As questões sobre o tipo de habitação e a zona de habitação foram também aplicadas (ver Apêndice, questões 16 e 17). Mas, posteriormente, uma análise de frequências permitiu constatar que a grande maioria dos participantes escolheu a opção de resposta mais elevada (correspondente ao tipo e zona de habitação com as melhores condições de entre as opções de resposta apresentadas). Assim, por considerarmos que estes indicadores poderiam não diferenciar adequadamente os participantes, os mesmos

⁶⁷ Este procedimento diferiu do critério da “conjugação”, segundo o qual se criam novas categorias com base na ocupação e situação profissional, como descrito por Machado e colaboradores (2003).

foram excluídos da análise, apesar de reconhecermos a sua importância quando se procura contemplar diversos critérios na avaliação das classes sociais.

Na atribuição das classificações de 1 a 5 às profissões enunciadas, contámos com o apoio de um psicólogo de um Centro de Novas Oportunidades (CNO), por considerarmos que teria maior conhecimento sobre o tema. Neste processo, foram tomadas algumas opções na categorização das profissões. No caso específico dos reformados ou desempregados, teve-se em linha de conta a última profissão exercida. No caso dos indivíduos que nunca exerceram qualquer profissão ou trabalho remunerado, foi atribuída a classificação correspondente à classe mais baixa. Quanto a esta última opção, apesar de reconhecermos que a classe mais baixa em termos profissionais pode não corresponder à situação real em termos de recursos materiais, decidimos por esta atribuição por entendermos que o desempenho de uma profissão está associado a determinado estatuto, o que também tem sido associado à definição de classe social, como referido (Silva, 2009). Adicionalmente, pareceu-nos mais coerente considerar os indivíduos nesta situação mais próximos do grupo dos trabalhadores indiferenciados, aos quais é atribuído a classe mais baixa. Por último, sendo que a atribuição da pontuação relativa ao grau de escolaridade concluído se fez de forma independente da profissão, considerámos que tal poderia diminuir o viés na distinção das classes sociais.

Na atribuição da classe social de origem final, elaborámos um cálculo. Primeiro, avaliámos cada pai/progenitor separadamente, aplicando uma pontuação de 1 a 5 (correspondente às cinco posições de classes) ao grau de escolaridade mais elevado concluído e à profissão. Segundo, somámos as pontuações de ambos os progenitores. Terceiro, convertimos estas somas novamente numa escala de 1 a 5. Para tal recorremos ao sistema de codificação que o instrumento explicita com base em quatro, três ou dois indicadores. Isto é, considerámos o seguinte: quatro indicadores quando tínhamos os dois critérios (grau de escolaridade concluído e profissão) dos dois progenitores; três indicadores quando tínhamos dois critérios de um progenitor e um critério do outro; dois indicadores quando tínhamos apenas a informação sobre dois critérios (do mesmo progenitor ou não).

Posteriormente, converteram-se as cinco posições de classe em apenas duas: desfavorecida e favorecida. Em concordância com o referido nos capítulos III e IV, pode dizer-se que, no geral, a literatura parece salientar dois grupos abrangentes, designadamente a classe baixa ou trabalhadora e a classe média/alta (Morgan, 2005). Além disso, a opção de considerar apenas duas classes permitiu uma simplificação das

análises e da interpretação dos resultados (o que foi útil perante a intenção de avaliar interações entre diversas variáveis).

Conformidade com as normas masculinas

Com o intuito de avaliar a conformidade com as normas masculinas utilizou-se a versão reduzida do Inventário da Conformidade com as Normas Masculinas (*Conformity to Masculinity Norms Inventory*, CMNI; Mahalik, Locke, et al., 2003) alvo de análise anteriormente. Adaptada à amostra em estudo, considerou-se a sua utilização com 14 itens e uma pontuação global. Os itens são avaliados com uma escala Likert de 4 pontos: “Discordo fortemente” (0 pontos), “Discordo” (1 ponto), “Concordo” (2 pontos) e “Concordo fortemente” (3 pontos). Foi assumido que quanto mais elevada a pontuação, maior a conformidade com as normas masculinas tradicionais contempladas (ver Apêndice, questão 4 – por respeito ao solicitado pelo autor James Mahalik, foram propositadamente suprimidas as duas últimas questões do instrumento, relativas às subescalas “Ganhar” e “Auto-suficiência”).

Consumo de álcool

Com a intenção de avaliar o consumo de álcool, avaliámos a frequência e a intensidade da ingestão dos seguintes tipos de bebida: cerveja; vinho ou champanhe; bebidas brancas/espirituosas; *shots*; e colocou-se a opção “outra bebida alcoólica” (ver Apêndice, questões 10 e 11). A frequência foi avaliada através da questão “*Tendo em conta os últimos 12 meses, em quantos dias consumiu as seguintes bebidas alcoólicas?*”, tendo como opções de resposta “Nunca ou quase nunca” (1 ponto), “1 a 3 dias por mês” (2 pontos), “1 a 3 dias por semana” (3 pontos) e “4 ou mais dias por semana” (4 pontos). A intensidade foi obtida calculando o produto entre o número típico de copos ingeridos e os graus de álcool habitualmente presentes num copo de cada tipo de bebida. O número de copos foi avaliado colocando a questão “*Num dia típico em que bebe, quantos copos das seguintes bebidas alcoólicas costuma consumir? (Escreva o número de copos)*”. Os graus de álcool considerados presentes em cada copo de bebida foram os seguintes: cerveja (250 ml) - 10g; vinho ou champanhe (150 ml) - 15g; bebidas brancas (50ml) - 20g; *shots* (50ml) - 20g; outra bebida - 15g (considerámos este valor por ser a estimativa intermédia).

De modo a obter um índice relativamente ao consumo de álcool total, optámos por somar os produtos das frequências pelas intensidades de cada tipo de bebida. Contudo, para que o consumo e a frequência tivessem o mesmo peso no cálculo do produto, optámos por standardizar primeiro os valores da frequência e da intensidade. A estes valores standardizados acrescentámos uma constante (10), para que todos os valores ficassem positivos. Por último, procedemos à soma dos produtos dos diferentes tipos de bebida. Dito de forma mais concreta, o consumo de álcool final foi obtido através da seguinte fórmula: $(\text{frequência standardizada cerveja} + 10) \times (\text{intensidade standardizada cerveja} + 10) + (\text{frequência standardizada vinho/champanhe} + 10) \times (\text{intensidade standardizada vinho/champanhe} + 10) + (\text{frequência standardizada brancas} + 10) \times (\text{intensidade standardizada brancas} + 10) + (\text{frequência standardizada shots} + 10) \times (\text{intensidade standardizada shots} + 10) + (\text{frequência standardizada outra bebida} + 10) \times (\text{intensidade standardizada outra bebida} + 10)$.

Consumo de substâncias psicoativas ilícitas

Com o objetivo de avaliar o consumo de substâncias psicoativas ilícitas, questionámos acerca das frequências do consumo de cannabis (haxixe, erva, marijuana, ganza) e de outra(s) substância(s) utilizada(s) como droga (*“Escreva qual/quais”*- até 4 substâncias). A questão realizada foi *“Tendo em conta os últimos 12 meses, em quantos dias consumiu os seguintes produtos?”*, tendo como opções de resposta “Nunca ou quase nunca” (0 pontos), “1 a 3 dias por mês” (1 ponto), “1 a 3 dias por semana” (2 pontos) e “4 ou mais dias por semana” (3 pontos). Na opção “Outra(s) substância(s) utilizada(s) como droga” o não preenchimento foi codificado como 0 pontos (ver Apêndice, questão 12).

Transgressões na condução

Com o objetivo de avaliar a frequência de transgressões durante a condução, foi utilizado o índice anteriormente descrito, considerando uma pontuação total (ver Apêndice, questão 9). Esta derivou da soma de 19 itens que descrevem transgressões, os quais se seguem à questão *“Pensando na sua condução nos últimos 12 meses, indique a sua melhor ideia acerca de quantas vezes aconteceram as situações seguintes”*. As

opções de resposta foram “Nunca” (0 pontos), “Raramente” (1 ponto), “Algumas vezes” (2 pontos), “Muitas vezes” (3 pontos) e “Sempre” (4 pontos).

Adicionalmente, foram avaliadas outras variáveis relacionadas com a condução mediante algumas perguntas (ver Apêndice, questões 5, 6, 7 e 8): i) Posse de licença apropriada ao veículo conduzido - *“Tem carta de condução para o(s) veículo(s) a motor que conduz?”*, tendo como opção de resposta “Sim” (1 ponto) e “Não” (0 pontos). ii) Tempo de condução em anos - *“Começou a conduzir um veículo a motor na via pública há quanto tempo (independentemente de ter ou não carta de condução)? (Escreva o número de anos ou de meses)”*, tendo as respostas sido convertidas em anos posteriormente; iii) Frequência de condução - *“Nos últimos 12 meses qual a frequência habitual com que conduziu um veículo a motor (carro, carrinha, mota, etc.)?”*, tendo como opções de resposta “Pelo menos uma vez por semana” (2 pontos), “Pelo menos uma vez por mês” (1 ponto), “Menos de uma vez por mês” (0 pontos); iii); e Quilometragem típica semanal - *“Pensando nos últimos 12 meses, numa semana normal, quantos quilómetros (KM) acha que conduz habitualmente?”*, tendo onze opções de resposta que correspondiam a intervalos de quilometragem - “100 km ou menos” (0 pontos), “101 a 200 km” (1 ponto), “201 a 300 km” (2 pontos), e assim sucessivamente até “Mais de 1000 km” (10 pontos).

Procedimento

Administração dos instrumentos

Com o intuito de administrar os instrumentos, contactámos escolas, universidades e associações de jovens. Dirigimo-nos ao local, enunciámos os objetivos do estudo, informámos acerca do anonimato e confidencialidade dos questionários, e aplicámos os mesmos aos sujeitos voluntários. Finalmente, fornecemos um contacto para que os participantes pudessem colocar perguntas posteriores sobre o estudo.

Análises realizadas

Nesta secção, cingir-nos-emos à descrição da estatística inferencial (ou seja, não nos debruçaremos sobre a estatística descritiva).

Quanto à avaliação do modelo retratado na Figura 1, dado que, no geral, as análises realizadas foram comuns aos diferentes comportamentos contemplados - consumo de álcool, consumo de droga e transgressões na condução - descrevê-las-emos tendo como ponto de referência o realizado no âmbito de um só comportamento.

Considerando a amostra de participantes utilizada no estudo de cada comportamento, o primeiro passo consistiu na avaliação das possíveis associações entre a) as dimensões sexo, classe social e grau de escolaridade e b) a conformidade com as normas masculinas. Recorrendo a uma análise de regressão, começámos por incluir como variáveis potencialmente explicativas os termos de primeira ordem sexo, classe social e grau de escolaridade, e todos os possíveis termos de interação de ordem superior (sexo*classe; sexo*escolaridade; classe*escolaridade; sexo*classe*escolaridade⁶⁸). Enquanto variáveis potencialmente explicativas foram, também, incluídas a idade (nas análises de todos os comportamentos de risco contemplados) e o tempo de condução em anos e a quilometragem semanal típica (somente na análise das transgressões na condução). A conformidade com as normas masculinas foi inserida na regressão como variável critério. Seguidamente, em concordância com a abordagem *step-down* recomendada por Aiken e West (1991), partindo do termo de interação de maior ordem presente na análise, retemos os termos cujo contributo para a explicação do comportamento foi pelo menos marginalmente significativo (ΔR^2 , $p < .10$). Para tal, utilizámos o *software IBM SPSS Statistics 20*.

Posteriormente, com o intuito de interpretar os possíveis termos de interação significativos retidos, isto é, de perceber onde reside a interação, recorreremos à macro para o *software SPSS* intitulada *Process* do autor Hayes (2012)⁶⁹, considerando 5000 amostras para *bootstrap bias-corrected* (intervalos de confiança de 95%). As restantes variáveis significativas que não se encontravam incluídas no termo de interação em análise foram inseridas como co-variáveis. Na avaliação de interações que envolviam somente variáveis categoriais (como é o caso do sexo, da classe e do grau de escolaridade), foi calculado o efeito de uma categoria nos diferentes grupos da(s) outra(s). Na avaliação das interações que envolviam variáveis categóricas e intervalares (como é o caso da conformidade com as normas masculinas), foram calculados os efeitos em cinco níveis da variável intercalar – percentis 10, 25, 50, 75 e 90.

⁶⁸ O * significa o cálculo de um produto.

⁶⁹ Os vários modelos possíveis de serem incluídos nesta macro aparecem descritos por Hayes (2013).

Um outro passo consistiu na avaliação das possíveis associações entre a) as dimensões sexo, classe social, grau de escolaridade e conformidade com as normas masculinas, e b) o comportamento alvo. Recorrendo a uma análise de regressão, começámos por incluir como variáveis potencialmente explicativas os termos de primeira ordem sexo, classe social, grau de escolaridade e conformidade com as normas masculinas, e todos os possíveis termos de interação de ordem superior (sexo*classe; sexo*escolaridade; classe*escolaridade; conformidade*sexo; conformidade*classe; conformidade*escolaridade; sexo*classe*escolaridade; conformidade*sexo*classe; conformidade*sexo*escolaridade;conformidade*classe*escolaridade; conformidade*sexo*classe*escolaridade). Enquanto variáveis potencialmente explicativas foram, também, incluídas a idade, nas análises de todos os comportamentos de risco contemplados, e o tempo de condução em anos e a quilometragem semanal típica, na análise das transgressões na condução. O comportamento alvo foi inserido na regressão como variável critério. De seguida, foi tomado o mesmo procedimento referente à abordagem *step-down* (Aiken & West, 1991). Para tal, utilizámos o *software IBM SPSS Statistics 20*.

Posteriormente, com o propósito de explorar as possíveis interações retidas no passo descrito no parágrafo anterior, recorreremos à macro *Process* do autor Hayes (2012), seguindo o procedimento já enunciado.

Seguidamente, de modo a explorar os possíveis efeitos indiretos das dimensões sexo, classe social e/ou grau de escolaridade (através da conformidade com as normas masculinas) ao nível do comportamento alvo, elaborámos modelos com base nos resultados anteriores e introduzimos os mesmos nos *softwares IBM SPSS Amos 20 e no Mplus* (versão 6.12; Muthén & Muthén, 1998-2011).

Por último, com o intuito de avaliar potenciais associações entre os comportamentos contemplados (consumo de álcool, consumo de drogas e transgressões na condução), recorreremos a análises de correlação. Para tal, utilizámos o *software IBM SPSS Statistics 20*.

Resultados

Consumo de álcool

Antes de apresentar os resultados referentes ao consumo total de álcool, consideramos pertinente indicar algumas medidas descritas para cada tipo de bebida, nomeadamente mínimos, máximos, médias e desvios padrão, considerando o total da amostra. Tal é mostrado na Tabela 12. Quanto às médias de frequência de consumo, em ordem decrescente foi encontrado o seguinte: bebidas brancas, cerveja, vinho/champanhe, *shots* e outra bebida. Relativamente às médias do número de copos, a ordem decrescente foi: cerveja, bebidas brancas, *shots*, vinho/champanhe e outra bebida.

Tabela 12

Valores mínimos e máximos, médias e desvios padrão referentes à frequência de consumo e ao número de copos para cada tipo de bebida

Medida	Bebida	N	Mínimo	Máximo	M	DP
Frequência	Cerveja	1498	0	4	1.42	1.39
	Vinho/champanhe	1499	0	4	1.11	1.14
	Bebidas brancas	1505	0	4	1.55	1.18
	<i>Shots</i>	1492	0	4	1.06	1.17
	Outra bebida	1532	0	4	0.62	1.05
Número	Cerveja	1495	0	50	2.00	3.21
	Vinho/ champanhe	1487	0	30	1.15	1.89
	Bebidas brancas	1489	0	30	1.81	2.14
	<i>Shots</i>	1475	0	25	1.18	1.91
	Outra bebida	1509	0	14	0.50	1.29

Seguidamente, são apresentadas as médias e os desvios padrão relativos ao índice de consumo total de álcool. No cálculo deste índice só foram incluídos 1448 participantes, dado ter sido o número de sujeitos que não apresentaram *missing values* nas perguntas sobre o consumo de álcool. Adicionalmente, importa esclarecer o seguinte: como referido anteriormente, no cálculo do índice de consumo de álcool foram adicionadas constantes com o intuito de evitar qualquer valor negativo; tal fez com que os participantes que não consumiram qualquer bebida nos últimos 12 meses ficassem com um valor acima de zero (424.33); por este motivo, optámos por subtrair este valor a todos os sujeitos, fazendo

com que aqueles que não consumiram passassem a apresentar um valor igual a zero (de modo a facilitar a interpretação dos resultados). A Tabela 13 mostra as médias e os desvios padrão do consumo total em função do sexo, da classe social de origem e do grau de escolaridade.

Considerando a amostra incluída na avaliação do consumo de álcool, são, também, apresentados na Tabela 13 os valores das médias e dos desvios padrão relativos à conformidade com as normas masculinas, igualmente em função do sexo, da classe social de origem e do grau de escolaridade. Neste caso, só foram incluídos os sujeitos que responderam a pelo menos 80% do número de itens do inventário original (com 22 itens).

Tabela 13

Médias e desvios padrão referentes ao consumo total de álcool e à conformidade com as normas masculinas em função do sexo, da classe social e do grau de escolaridade

Sexo	Classe	Escolaridade	Álcool			Conformidade normas masculinas		
			<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Feminino	Desfavorecida	Básico	1	0		1	13.00	
		Secundário	264	49.18	49.26	264	15.08	4.33
		Universitário	225	54.07	48.09	225	15.82	3.73
		Total	490	51.32	48.74	490	15.42	4.08
	Favorecida	Secundário	60	67.68	57.18	60	15.98	4.07
		Universitário	216	72.91	58.55	216	16.26	4.16
		Total	276	71.77	58.19	276	16.20	4.13
	Não indicada	Básico	3	8.57	14.84	3	21.03	5.02
		Secundário	13	48.61	66.89	13	17.90	4.34
		Universitário	7	98.84	81.50	7	16.00	4.47
		Total	23	58.68	72.03	23	17.73	4.53
	Total	Básico	4	6.43	12.86	4	19.03	5.74
		Secundário	337	52.45	51.81	337	15.35	4.32
		Universitário	448	63.85	54.80	448	16.03	3.95
		Total	789	58.69	53.80	789	15.76	4.13
Masculino	Desfavorecida	Básico	4	22.69	19.99	4	16.00	2.94
		Secundário	238	101.04	73.62	238	20.96	4.72
		Universitário	135	90.53	61.45	135	20.57	4.23
		Total	377	96.44	69.63	377	20.77	4.56
	Favorecida	Secundário	90	114.29	92.72	90	21.94	5.72
		Universitário	168	104.34	78.70	167	21.40	5.52
		Total	258	107.81	83.81	257	21.59	5.59
	Não indicada	Básico	1	255.19		1	21.00	
		Secundário	14	94.11	71.01	14	21.86	5.13
		Universitário	9	80.24	40.13	9	19.11	3.95
		Total	24	95.62	67.90	24	20.79	4.70
	Total	Básico	5	69.19	105.41	5	17.00	3.39
		Secundário	342	104.24	79.00	342	21.25	5.02
		Universitário	312	97.67	71.06	311	20.97	4.97
		Total	659	100.86	75.54	658	21.09	5.00
Total	Desfavorecida	Básico	5	18.15	20.06	5	15.40	2.88
		Secundário	502	73.76	67.15	502	17.87	5.39
		Universitário	360	67.74	56.26	360	17.60	4.55
		Total	867	70.94	62.83	867	17.74	5.04
	Favorecida	Secundário	150	95.65	83.40	150	19.56	5.89
		Universitário	384	86.66	69.77	383	18.50	5.43
		Total	534	89.18	73.88	533	18.80	5.58
	Não indicada	Básico	4	70.22	123.90	4	21.03	4.10
		Secundário	27	72.20	71.57	27	19.95	5.09
		Universitário	16	88.38	60.06	16	17.75	4.34
		Total	47	77.54	71.66	47	19.29	4.82
	Total	Básico	9	41.29	81.92	9	17.90	4.39
		Secundário	679	78.54	71.70	679	18.33	5.54
		Universitário	760	77.74	64.15	759	18.06	5.02
		Total	1448	77.88	67.92	1447	18.18	5.27

Dado o número reduzido de participantes do ensino básico, nas análises referentes à estatística inferencial considerámos apenas os sujeitos que frequentavam os ensinos secundário e universitário. Procedemos, também, à remoção de *outliers* (16 participantes) e à centração da pontuação da conformidade com as normas masculinas (subtraindo a média total do valor de cada participante), com o intuito de facilitar a interpretação dos resultados na análise de regressão.

Seguindo o procedimento descrito anteriormente, o primeiro passo consistiu na execução de uma análise de regressão linear na qual foi inserida a conformidade com as normas masculinas enquanto variável critério. Como variáveis potencialmente explicativas foram incluídas as dimensões sexo, classe social e grau de escolaridade, juntamente com todas as interações possíveis entre elas, e a idade. Nesta análise foram retidos os termos mostrados na Tabela 14. Juntos, estes explicaram cerca de 27% da variância da conformidade com as normas masculinas (R^2 ajustado). Adicionalmente, os resultados sugeriram o seguinte: uma associação negativa entre a idade e a conformidade com as normas masculinas ($p<.05$); um índice mais elevado de conformidade com as normas masculinas na classe favorecida comparativamente à classe desfavorecida ($p<.05$); e, a presença de uma interação marginalmente significativa entre o sexo e o grau de escolaridade ao nível da conformidade com as normas masculinas ($p<.10$), a qual é explorada seguidamente.

Tabela 14

Coefficientes do modelo de regressão linear com a variável critério conformidade com as normas masculinas - amostra utilizada na análise do consumo de álcool

Medidas	<i>B</i>	<i>EP</i>	β
Constante	17.67	1.05	
Idade	-0.13	0.05	-.06*
Sexo	5.85	0.35	.56**
Classe	0.62	0.26	.06*
Escolaridade	0.71	0.34	.07*
Sexo*Escolaridade	-0.87	0.49	-.07 [†]
R^2 (R^2 ajustado)	.268 (.266)		
Modelo	F(5, 1373)=100.73**		
<i>N</i>	1379		

Notas. Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1.

[†] $p<.10$; * $p<.05$; ** $p<.001$.

Na análise dos efeitos de interação entre o sexo e o grau de escolaridade (Sexo*Escolaridade), foram incluídas como co-variáveis a idade e a classe social. Os resultados são apresentados na Tabela 15. Estes sugeriram o seguinte: os jovens do sexo masculino indicaram maior conformidade com as normas masculinas do que as jovens em ambos os graus de escolaridade ($p<.001$); adicionalmente, enquanto entre os jovens do sexo masculino não se registaram diferenças significativas no grau de conformidade com as normas masculinas em função do grau de escolaridade, entre as jovens as universitárias reportaram significativamente maior conformidade com estas normas do que as alunas do secundário ($p<.05$).

Tabela 15

Efeitos de moderação no modelo de regressão linear com a variável critério conformidade com as normas masculinas - amostra utilizada na análise do consumo de álcool

Medida	Moderador	Efeito	EP	IC Bias-corrected Bootstrap 95%	
				Inferior	Superior
Sexo	Escolaridade				
	Secundário	5.85**	0.35	5.16	6.55
	Universidade	4.98**	0.34	4.31	5.65
Escolaridade	Sexo				
	Feminino	0.71*	0.34	0.04	1.38
	Masculino	-0.16	0.38	-0.91	0.58

Notas. Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1.

* $p<.05$; ** $p<.001$.

Em sintonia com o procedimento descrito anteriormente, como forma de avaliar os efeitos diretos das variáveis potencialmente explicativas, o próximo passo consistiu na execução de uma análise de regressão linear com o consumo de álcool enquanto variável critério. Como variáveis potencialmente explicativas foram incluídas as dimensões sexo, classe social, grau de escolaridade e conformidade com as normas masculinas, juntamente com todas as interações possíveis entre elas, e a idade.

Nesta análise foram retidos os termos mostrados na Tabela 16. Juntos, estes explicaram cerca de 16% da variância do consumo de álcool (R^2 ajustado). No que diz respeito à interpretação dos resultados, pôde dizer-se o seguinte: a idade apareceu associada negativamente ao consumo ($p<.05$); registaram-se efeitos de moderação entre

a conformidade e o sexo (de forma marginalmente significativa, $p<.10$), e entre o sexo e a classe ($p<.05$), os quais serão explorados seguidamente.

Tabela 16

Coefficientes do modelo de regressão linear com a variável critério consumo de álcool

Medidas	B	EP	β
Constante	55.99	14.99	
Idade	-1.97	0.62	-.08*
Sexo	27.85	4.27	.23**
Classe	17.89	4.23	.14**
Sexo*Classe	-16.53	6.26	-.10*
Conformidade	2.28	0.49	.20**
Sexo*Conformidade	1.18	0.67	.07 [†]
R^2 (R^2 ajustado)	.160 (.156)		
Modelo	F(6, 1372)=43.49**		
N	1379		

Notas. Conformidade=Conformidade com as normas masculinas.

Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1.

[†] $p<.10$; * $p<.05$; ** $p<.001$.

Na análise da intersecção entre o sexo e a classe (Sexo*Classe) foram incluídas como co-variáveis a idade, a conformidade com as normas masculinas e a interação entre o sexo e a conformidade com as normas masculinas (Sexo*Conformidade). Os resultados são apresentados na Tabela 17. Estes sugeriram o seguinte: os jovens do sexo masculino indicaram consumir mais álcool do que as jovens em ambas as classes sociais ($p<.001$ e $p<.05$); adicionalmente, enquanto entre os primeiros não se registaram diferenças significativas no consumo em função da classe, entre as jovens da classe favorecida reportaram significativamente maior consumo comparativamente às jovens da classe desfavorecida ($p<.001$).

Na análise da interação entre o sexo e a conformidade com as normas masculinas (Sexo*Conformidade) foram incluídas como co-variáveis a idade, a classe social e a interação entre o sexo e a classe (Sexo*Classe). Os resultados são igualmente apresentados na Tabela 17. Estes sugeriram o seguinte: os jovens do sexo masculino reportaram maior consumo do que as jovens em todos os níveis de conformidade com as normas masculinas considerados ($p<.001$ e $p<.05$); e, níveis mais elevados de conformidade apareceram associados a maior consumo em ambos os sexos ($p<.001$).

Assim, com o intuito de perceber melhor a interação marginalmente significativa encontrada, recorremos ao gráfico da Figura 2.

Tabela 17

Efeitos de moderação no modelo de regressão linear com a variável critério consumo de álcool

Medida	Moderador	Efeito	EP	IC Bias-corrected Bootstrap 95%	
				Inferior	Superior
Sexo	Classe				
	Desfavorecida	27.85**	4.27	19.47	36.24
	Favorecida	11.33*	5.23	1.06	21.59
Classe	Sexo				
	Feminino	17.89**	4.23	9.59	26.19
	Masculino	1.36	4.61	-7.68	10.40
Sexo	Conformidade				
	12 (10º percentil)	20.54*	5.84	9.07	32.00
	14 (25º percentil)	22.90**	5.01	13.06	32.75
	18 (50º percentil)	27.85**	4.27	19.35	36.11
	21 (75º percentil)	31.19**	4.75	21.88	40.51
	25 (90º percentil)	35.93**	6.41	23.36	48.49
Conformidade	Sexo				
	Feminino	2.28**	0.49	1.31	3.24
	Masculino	3.46**	0.46	2.56	4.36

Notas. Conformidade=Conformidade com as normas masculinas.

Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1.

* $p < .05$; ** $p < .001$.

Na Figura 2 é representado o índice de consumo de álcool em função do sexo e dos percentis referentes à conformidade com as normas masculinas, controlando os efeitos da idade, da classe social e da interação entre o sexo e a classe social (Sexo*Classe). A visualização da mesma sugere que apesar de um maior grau de conformidade ter aparecido associado a um maior consumo em ambos os sexos, esta associação foi mais acentuada nos jovens do sexo masculino (isto é, à medida que o grau de conformidade aumentava em ambos os sexos, o consumo aumentava mais rapidamente nos jovens do sexo masculino do que nas jovens).

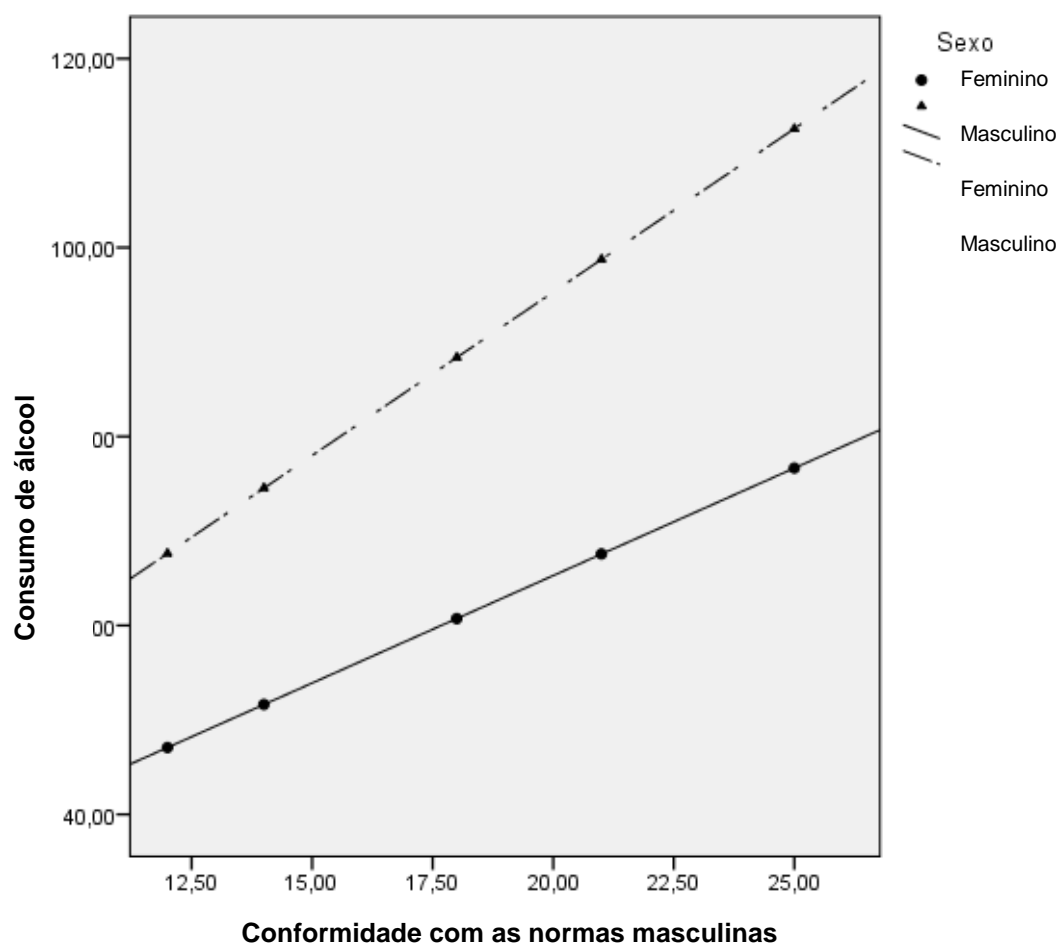


Figura 2. Consumo de álcool em função do sexo e da conformidade com as normas masculinas.

A última análise consistiu na avaliação dos possíveis efeitos indiretos através da conformidade com as normas masculinas ao nível do consumo de álcool. Tendo em conta os resultados encontrados nas regressões anteriores, inserimos no *software IBM SPSS Amos 20* o modelo representado na Figura 3. Nesta, são, também, mostradas as estimativas estandardizadas.

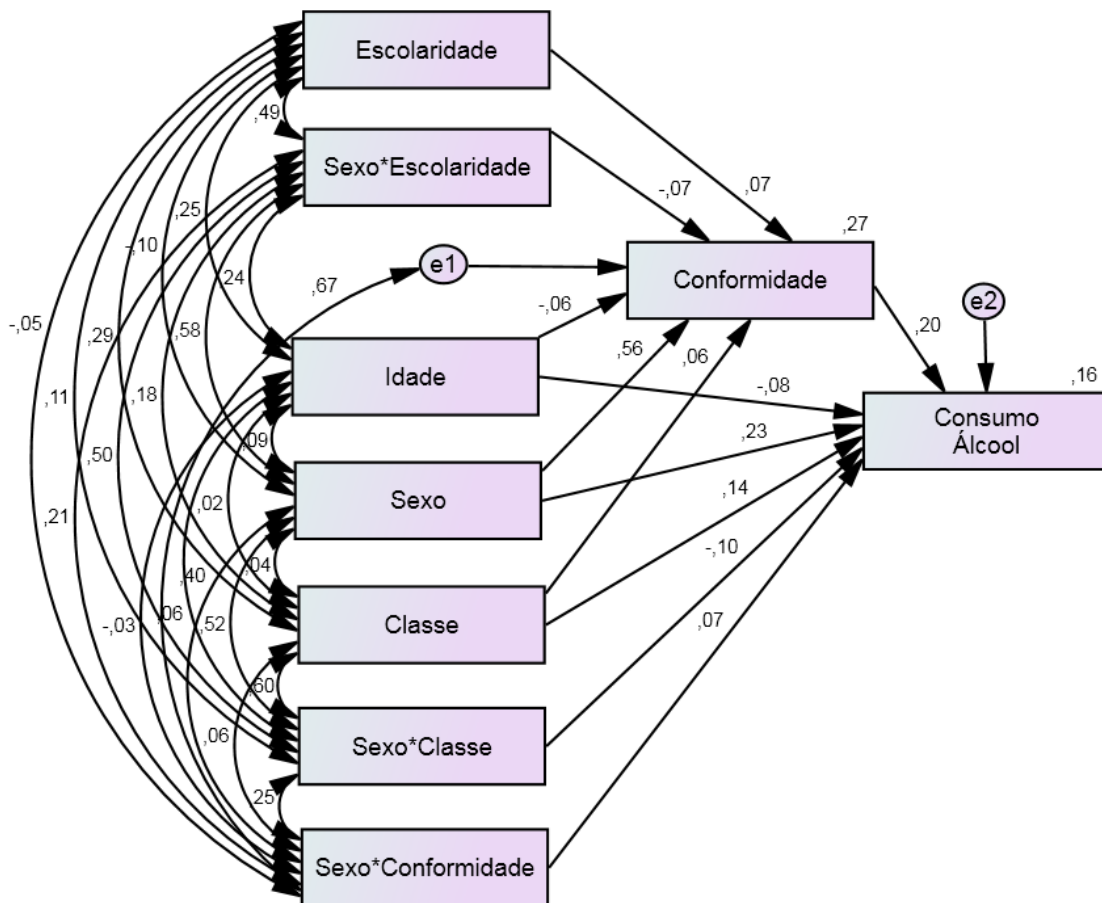


Figura 3. Modelo condicional referente ao consumo de álcool.

Utilizando o mesmo *software*, avaliámos os possíveis efeitos indiretos das dimensões grau de escolaridade, idade, sexo e classe social através da conformidade com as normas masculinas ao nível do consumo de álcool. Os mesmos foram explorados considerando os distintos níveis dos moderadores que constituíam as interações presentes no modelo (Sexo*Escolaridade; Sexo*Conformidade). Os resultados são mostrados na Tabela 18. Como se pode observar, a idade, o sexo e a classe social apresentaram um efeito indireto em qualquer dos níveis do moderador ($p < .001$ e $p < .05$). Por sua vez, o grau de escolaridade apenas evidenciou um efeito indireto no grupo das jovens ($p < .05$).

Tabela 18

Efeitos indiretos através da conformidade com as normas masculinas ao nível do consumo de álcool

Medida	Moderador	Efeito indireto	EP <i>Bootstrap</i>	IC <i>Bias-corrected</i> <i>Bootstrap</i> 95%	
				Inferior	Superior
Idade	Sexo				
	Feminino	-0.29*	0.15	-0.57	-0.09
	Masculino	-0.45*	0.21	-0.82	-0.14
Sexo	Escolaridade				
	Secundário	13.31**	2.72	9.06	17.93
	Universitário	11.33**	2.32	7.77	15.42
Escolaridade	Sexo				
	Feminino	1.62*	0.82	0.48	3.19
	Masculino	-0.56	1.46	-2.98	1.78
Classe	Sexo				
	Feminino	1.41*	0.68	0.45	2.68
	Masculino	2.14*	1.01	0.63	3.97

Notas. Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1.

* $p < .05$; ** $p < .001$.

Em suma, ao nível da conformidade com as normas masculinas foi encontrado um efeito da idade (com o aumento desta pareceu registar-se uma menor adesão), um efeito da classe social (os participantes da classe favorecida pontuaram mais do que os da classe desfavorecida) e um efeito de interação entre o sexo e o grau de escolaridade. A exploração desta interação apontou para o seguinte: os jovens do sexo masculino conformavam-se mais com estas normas do que as jovens em qualquer um dos graus de escolaridade; e, dentro de cada sexo, só se encontraram diferenças entre as jovens, tendo as universitárias reportado um maior grau de conformidade com as normas masculinas do que as alunas do ensino secundário.

No que se refere aos efeitos diretos ao nível do consumo de álcool, foi encontrado um efeito da idade (com os mais novos a consumir mais) e um efeito de interação entre o sexo e a classe social. A análise deste último indicou o seguinte: os jovens do sexo masculino reportaram maior consumo do que as jovens em ambas as classes sociais; e, dentro de cada sexo, só foram encontradas diferenças entre as jovens, com as da classe favorecida a consumirem significativamente mais do que as da classe desfavorecida.

Adicionalmente, foi detetada uma interação entre o sexo e a conformidade com as normas masculinas ao nível do consumo de álcool. Mediante a exploração da mesma, foi constatado que um maior grau de conformidade com as normas masculinas apareceu associado a um maior consumo em ambos os sexos, embora esta associação tenha sido mais acentuada nos jovens do sexo masculino.

Quanto à observação de efeitos indiretos ao nível do consumo de álcool, tal apontou que parte dos efeitos da idade (em ambos os sexos), do sexo (em ambos os graus de escolaridade), da classe social (em ambos os sexos) e do grau de escolaridade (apenas nas jovens) foi explicada pelo grau de conformidade com as normas masculinas. Mais concretamente, um maior consumo por parte dos participantes mais novos (comparativamente aos mais velhos), dos jovens do sexo masculino (comparativamente às jovens), dos participantes da classe favorecida (comparativamente os da classe desfavorecida) e das jovens universitárias (comparativamente às jovens alunas do ensino secundário) pôde dever-se, em parte, a uma maior conformidade com as normas masculinas.

Consumo de substâncias psicoativas ilícitas

No que concerne ao consumo de substâncias psicoativas (para além do álcool), na Tabela 19 são apresentados os valores mínimos e máximos, bem como as médias, os desvios padrão e o número de participantes que respondeu. A este respeito, importa lembrar que apenas a substância cannabis foi especificada no questionário, tendo as restantes sido indicadas pelos participantes.

Tabela 19

Valores mínimos e máximos, médias e desvios padrão referentes à frequência de consumo de cada substância psicoativa

Substância	<i>N</i>	Mínimo	Máximo	<i>M</i>	<i>DP</i>
Cannabis	1497	0	3	0.32	0.76
Sálvia	2	1	1	1.00	0.00
Tabaco	5	2	3	2.80	0.45
Cafeína	5	0	3	2.00	1.41
Cocaína	13	0	3	1.92	1.19
Anfetaminas/Speeds	4	0	1	0.75	0.50
Metanfetaminas	9	0	3	0.78	0.97
Heroína	5	2	3	2.80	0.45
<i>Ecstasy</i>	1			1	
LSD	5	0	3	1.00	1.41
Cogumelos mágicos	1			0	

Notas. O valor zero corresponde à categoria de resposta “Nunca ou quase nunca”.

Dado o reduzido número de participantes que apontou outras substâncias para além da cannabis (como apresentado na Tabela 19), optámos por prosseguir as análises centrando-nos apenas nesta última. Adicionalmente, tendo em conta que a grande maioria dos participantes selecionou a mesma categoria de resposta quanto ao consumo de cannabis (1219 responderam nunca ou quase nunca; 141 um a três dias por mês; 69 um a três dias por semana; e 68 quatro ou mais dias por semana), considerámos pertinente recodificar esta variável em duas categorias de resposta: “nunca/quase nunca consumi” e “consumi pelo menos uma vez por mês”. Assim, obtivemos dois grupos, cujo número de participantes é apresentado na Tabela 20 em função do sexo, da classe social e do grau de escolaridade.

Considerando os grupos definidos no âmbito da avaliação do consumo de cannabis, são, também, apresentados na Tabela 20 os valores das médias e dos desvios padrão relativos à conformidade com as normas masculinas, igualmente em função do sexo, da classe social de origem e do grau de escolaridade. Neste caso, só foram incluídos os sujeitos que responderam a pelo menos 80% do número de itens do inventário original (com 22 itens).

Tabela 20

Nº participantes em função do consumo de cannabis, sexo, classe e grau de escolaridade, e médias e desvios padrão relativos à conformidade com as normas masculinas

Sexo	Classe	Escolaridade	Cannabis		Conformidade normas masculinas					
			Nunca/Quase nunca	>1/mês	Nunca/Quase nunca			>1/mês		
			<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Feminino										
	Desfavorecida	Básico	1		1	13.00				
		Secundário	248	20	248	14.95	4.31	20	16.90	4.43
		Universitário	210	17	210	15.83	3.75	17	15.95	3.36
		Total	459	37	459	15.35	4.08	37	16.46	3.95
	Favorecida	Secundário	55	11	55	16.23	4.50	11	16.00	3.90
		Universitário	191	35	191	16.23	4.00	35	16.44	4.27
		Total	246	46	246	16.23	4.10	46	16.34	4.15
	Não indicada	Básico	3		3	21.03	5.02			
		Secundário	10	2	10	17.47	3.94	2	22.50	4.95
		Universitário	8	2	8	15.63	3.74	2	16.88	5.83
		Total	21	4	21	17.28	4.20	4	19.69	5.48
	Total	Básico	4		4	19.03	5.74			
		Secundário	313	33	313	15.26	4.36	33	16.94	4.40
		Universitário	409	54	409	16.01	3.86	54	16.30	3.98
		Total	726	87	726	15.70	4.12	87	16.54	4.13
Masculino										
	Desfavorecida	Básico	2	3	2	14.50	2.12	3	17.67	2.52
		Secundário	186	63	186	20.46	4.66	63	22.80	4.14
		Universitário	110	27	110	20.16	4.33	27	21.93	3.62
		Total	298	93	298	20.31	4.55	93	22.38	4.03
	Favorecida	Secundário	58	32	58	20.78	5.54	32	24.64	5.01
		Universitário	119	59	119	20.54	5.06	58	23.09	5.82
		Total	177	91	177	20.62	5.20	90	23.65	5.57
	Não indicada	Básico		2				2	23.50	3.54
		Secundário	10	4	10	19.70	4.40	4	27.25	1.26
		Universitário	8	1	8	19.38	4.14	1	17.00	
		Total	18	7	18	19.56	4.16	7	24.71	4.19
	Total	Básico	2	5	2	14.50	2.12	5	20.00	4.06
		Secundário	254	99	254	20.50	4.85	99	23.58	4.49
		Universitário	237	87	237	20.32	4.69	86	22.66	5.23
		Total	493	191	493	20.39	4.78	190	23.07	4.85
Total										
	Desfavorecida	Básico	3	3	3	14.00	1.73	3	17.67	2.52
		Secundário	434	83	434	17.31	5.23	83	21.38	4.89
		Universitário	320	44	320	17.32	4.46	44	19.62	4.56
		Total	757	130	757	17.30	4.91	130	20.70	4.81
	Favorecida	Secundário	113	43	113	18.56	5.53	43	22.43	6.06
		Universitário	310	94	310	17.88	4.90	93	20.59	6.18
		Total	423	137	423	18.07	5.08	136	21.17	6.18
	Não indicada	Básico	3	2	3	21.03	5.02	2	23.50	3.54
		Secundário	20	6	20	18.58	4.22	6	25.67	3.44
		Universitário	16	3	16	17.50	4.27	3	16.92	4.12
		Total	39	11	39	18.33	4.28	11	22.89	5.10
	Total	Básico	6	5	6	17.52	5.11	5	20.00	4.06
		Secundário	567	132	567	17.61	5.28	132	21.92	5.30
		Universitário	646	141	646	17.59	4.67	140	20.21	5.69
		Total	1219	278	1219	17.60	4.96	277	21.02	5.54

Na realização das análises de estatística inferencial, considerámos apenas os sujeitos que frequentavam os ensinos secundário e universitário, dado o reduzido número daqueles que estavam no ensino básico. Também procedemos à centração da pontuação da conformidade com as normas masculinas.

Seguindo o procedimento descrito anteriormente, o primeiro passo consistiu na execução de uma análise de regressão linear na qual foi inserida a conformidade com as normas masculinas enquanto variável critério. Como variáveis potencialmente explicativas foram incluídas as dimensões sexo, classe social e grau de escolaridade, juntamente com todas as interações possíveis entre elas, e a idade. Nesta análise foram retidos os termos mostrados na Tabela 21. Juntos, estes explicaram cerca de 27% da variância da conformidade com as normas masculinas (R^2 ajustado). Adicionalmente, os resultados sugeriram o seguinte: uma associação negativa entre a idade e a conformidade com as normas masculinas ($p<.05$); maior reportação de conformidade com as normas masculinas na classe favorecida comparativamente à desfavorecida ($p<.05$); e, a presença de uma interação entre o sexo e a escolaridade (Sexo*Escolaridade, $p<.05$), a qual será explorada seguidamente.

Tabela 21

Coefficientes do modelo de regressão linear com a variável critério conformidade com as normas masculinas – amostra utilizada na análise do consumo de cannabis

Medidas	<i>B</i>	<i>EP</i>	β
Constante	17.62	1.00	
Idade	-0.13	0.05	-.06*
Sexo	6.00	0.35	.57**
Classe	0.75	0.26	.07*
Escolaridade	0.64	0.34	.06 [†]
Sexo*Escolaridade	-0.978	0.48	-.08*
R^2 (R^2 ajustado)	.277 (.274)		
Modelo	F(5, 1434)=109.82**		
<i>N</i>	1440		

Notas. Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1.

[†] $p<.10$; * $p<.05$; ** $p<.001$.

No que concerne à análise da interação entre o sexo e o grau de escolaridade (Sexo*Escolaridade) ao nível da conformidade com as normas masculinas, a classe social e a idade foram incluídas como co-variáveis. Os resultados são apresentados na Tabela 22. Em termos de interpretação, estes sugeriram o seguinte: os jovens do sexo masculino

indicaram maior conformidade com as normas masculinas do que as jovens em ambos os graus de escolaridade ($p<.001$); enquanto nos jovens do sexo masculino não foram encontradas diferenças na conformidade com as normas masculinas em função do grau de escolaridade, entre as jovens, as universitárias reportaram maior conformidade com as normas masculinas do que as alunas do ensino secundário, de um modo marginalmente significativo ($p<.10$).

Tabela 22

Efeitos de moderação no modelo de regressão linear com a variável critério conformidade com as normas masculinas - amostra utilizada na análise do consumo de cannabis

Medida	Moderador	Efeito	EP	IC Bias-corrected Bootstrap 95%	
				Inferior	Superior
Sexo	Escolaridade				
	Secundário	6.00**	0.35	5.32	6.68
	Universidade	5.02**	0.33	4.37	5.68
Escolaridade	Sexo				
	Feminino	0.64 [†]	0.34	-0.02	1.30
	Masculino	-0.34	0.37	-1.07	0.39

Notas. Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1.

[†] $p<.10$; ** $p<.001$.

Em sintonia com o procedimento descrito anteriormente, como forma de avaliar os efeitos diretos das variáveis potencialmente explicativas, o próximo passo consistiu na execução de uma análise de regressão logística com o consumo de cannabis enquanto variável critério. Como variáveis potencialmente explicativas foram incluídas as dimensões sexo, classe social, grau de escolaridade e conformidade com as normas masculinas, juntamente com todas as interações possíveis entre elas, e a idade.

Nesta análise foram retidos os termos mostrados na Tabela 23. Juntos, estes explicaram cerca de 14% da variância da probabilidade de se estar no grupo que consumiu pelo menos uma vez por mês em vez de no que nunca/quase nunca consumiu (R^2 ajustado). Adicionalmente, constatou-se uma interação entre o sexo e a conformidade com as normas masculinas (Sexo*Conformidade, $p<.05$), a qual será explorada mais em baixo. Observou-se, também, um efeito da classe ($p<.001$), o qual sugeriu haver uma

maior probabilidade de os participantes da classe favorecida se encontrarem no grupo que consumiu pelo menos uma vez por mês, comparativamente aos da classe desfavorecida.

Tabela 23

Coeficientes do modelo de regressão logística com a variável critério consumo de cannabis

Medidas	B	EP	Wald	Odds ratio	IC Odds Ratio 95%	
					Inferior	Superior
Constante	-3.00	0.48	38.99	0.05		
Sexo	0.71**	0.18	16.45	2.03	1.44	2.86
Classe	0.58**	0.14	16.15	1.78	1.35	2.37
Conformidade	0.04	0.03	1.70	1.04	0.98	1.10
Sexo*Conformidade	0.07*	0.03	4.28	1.07	1.00	1.15
Nagelkerke R^2				.136		
Modelo				$X^2 (4)= 125.92^{**}$		
N				1440		

Notas. Conformidade=Conformidade com as normas masculinas.

Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1; Nunca/quase nunca consumi=0; Consumi pelo menos uma vez por mês=1.

* $p<.05$; ** $p<.001$.

No que concerne à análise da interação entre o sexo e a conformidade com as normas masculinas (Sexo*Conformidade), foi incluída a classe social como co-variável. Os resultados são apresentados na Tabela 24. Estes sugeriram uma maior probabilidade de os jovens do sexo masculino estarem no grupo que consumiu pelo menos uma vez por mês, comparativamente às jovens, quando o índice de conformidade com as normas masculinas se situava nos quatro percentis mais elevados ($p<.10$ e $p<.001$), não havendo diferenças entre sexos quando este índice correspondia ao percentil mais baixo. Adicionalmente, os resultados sugeriram que os jovens do sexo masculino com maior conformidade relativamente às normas masculinas apresentavam maior probabilidade de estarem no grupo que consumiu pelo menos uma vez por mês do que no grupo que nunca/quase nunca consumiu, comparando com os jovens do sexo masculino que indicaram menor conformidade. Entre as jovens, não foram detetadas diferenças a este nível em função do índice de conformidade com as normas masculinas.

Tabela 24

Efeitos de moderação no modelo de regressão logística com a variável critério consumo de cannabis

Medida	Moderador	Efeito	EP	IC 95%	
				Inferior	Superior
Sexo	Conformidade				
	12 (10º percentil)	0.27	0.27	-0.26	0.80
	14.19 (25º percentil)	0.42 [†]	0.22	0.01	0.86
	18 (50º percentil)	0.71**	0.18	0.35	1.03
	22 (75º percentil)	0.97**	0.22	0.55	1.40
	25 (90º percentil)	1.19**	0.29	0.61	1.76
Conformidade	Sexo				
	Feminino	0.04	0.03	-0.02	0.09
	Masculino	0.11**	0.02	0.07	0.14

Notas. Conformidade=Conformidade com as normas masculinas.

Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1; Nunca/quase nunca consumi=0; Consumi pelo menos uma vez por mês=1.

[†] $p < .10$; ** $p < .001$.

O referido anteriormente pode ser melhor entendido recorrendo à visualização do gráfico representado na Figura 4, onde é representada a probabilidade de estar no grupo que consumiu cannabis pelo menos uma vez por mês comparativamente a nunca/quase nunca ter consumido, em função do sexo e dos percentis referentes à conformidade com as normas masculinas, controlando o efeito da classe social. Como se pode observar, os jovens do sexo masculino com maior grau de conformidade com as normas masculinas apresentaram maior probabilidade de estar no grupo que consumiu cannabis pelo menos uma vez por mês do que no grupo que nunca/quase nunca consumiu. Nas jovens, apesar de também se visualizar esta associação (de forma menos acentuada), a mesma não foi estatisticamente significativa.

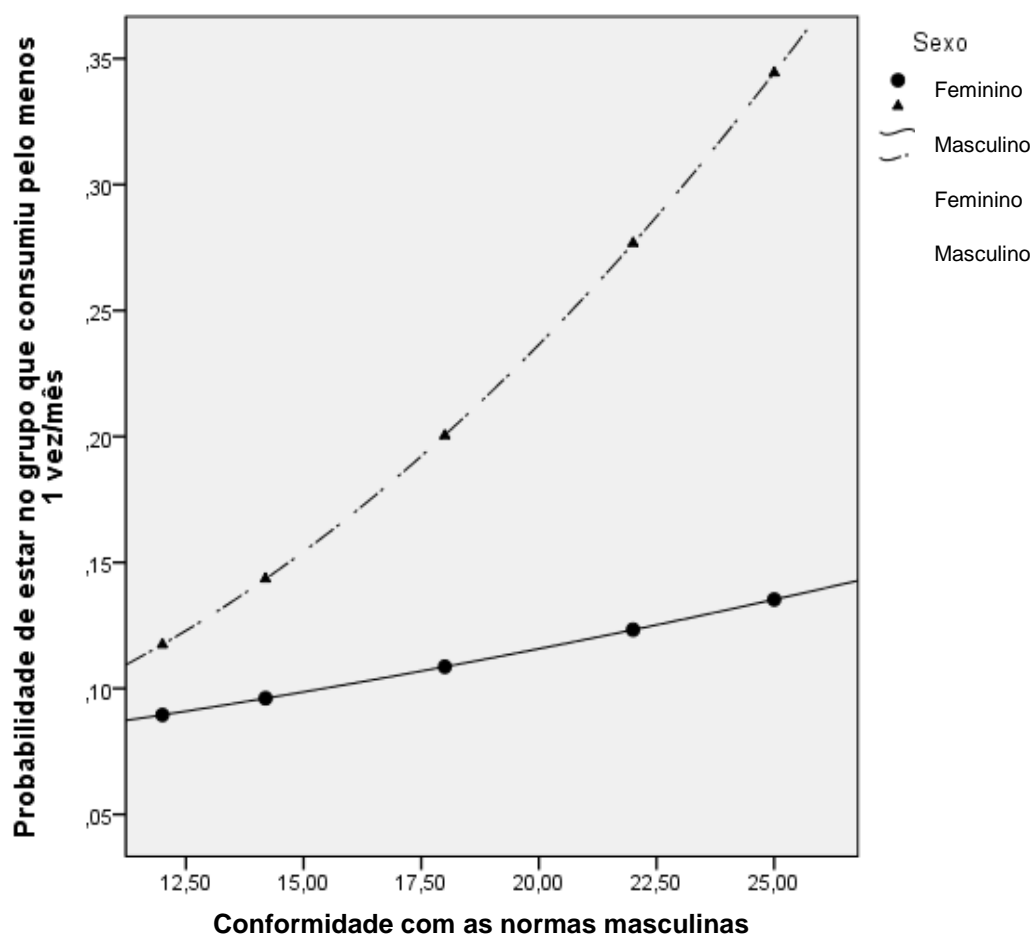


Figura 4. Consumo de cannabis em função do sexo e da conformidade com as normas masculinas.

A última análise consistiu na avaliação dos possíveis efeitos indiretos através da conformidade com as normas masculinas ao nível do consumo de cannabis. Tendo em conta os resultados encontrados nas regressões anteriores, testámos o modelo representado na Figura 5.

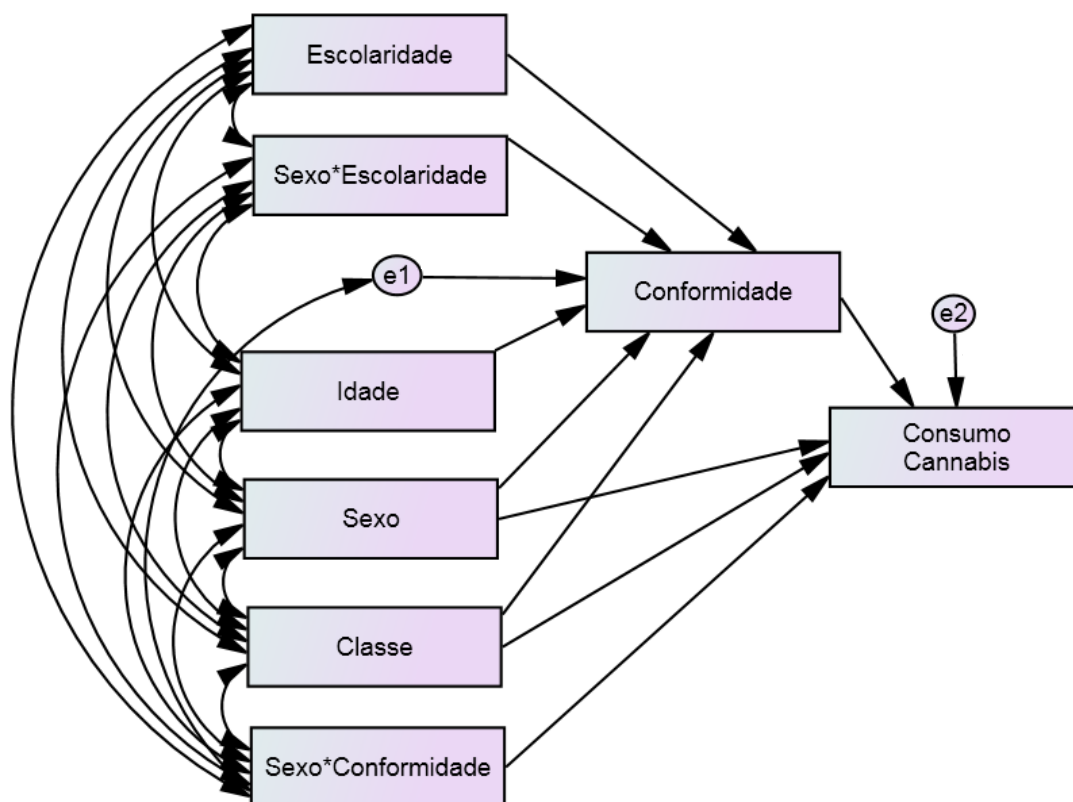


Figura 5. Modelo condicional referente ao consumo de cannabis.

Recorrendo ao *software Mplus* (versão 6.12; Muthén & Muthén, 1998-2011), avaliámos os possíveis efeitos indiretos das dimensões grau de escolaridade, idade, sexo e classe social através da conformidade com as normas masculinas ao nível do consumo de cannabis. Os mesmos foram explorados considerando os distintos níveis dos moderadores que constituíam as interações presentes no modelo (Sexo*Escolaridade; Sexo*Conformidade). Os resultados são mostrados na Tabela 25. Como se pode observar, o sexo evidenciou um efeito indireto em ambos os graus de escolaridade ($p < .001$). A idade e a classe social apresentaram um efeito indireto apenas no grupo dos jovens do sexo masculino ($p < .05$). O grau de escolaridade não evidenciou um efeito indireto em qualquer um dos sexos ($p > .10$).

Tabela 25

Efeitos indiretos através da conformidade com as normas masculinas ao nível do consumo de cannabis

Medidas	Moderador	Efeito indireto	EP	IC 95%	
				Inferior	Superior
Idade	Sexo				
	Feminino	-0.01	0.00	-0.01	0.00
	Masculino	-0.01*	0.01	-0.03	-0.00 ⁷⁰
Sexo	Escolaridade				
	Secundário	0.64**	0.12	0.41	0.87
	Universidade	0.54**	0.15	0.34	0.74
Escolaridade	Sexo				
	Feminino	0.02	0.02	-0.03	0.07
	Masculino	-0.04	0.04	-0.12	0.05
Classe	Sexo				
	Feminino	0.03	0.02	-0.02	0.07
	Masculino	0.08*	0.03	0.02	0.14

Notas. Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1; Nunca/quase nunca consumi=0; Consumi pelo menos uma vez por mês=1.

* $p < .05$; ** $p < .001$.

Em suma, ao nível da conformidade com as normas masculinas foi encontrado um efeito da idade (com o aumento desta foi registada uma menor adesão), um efeito da classe social (os participantes da classe favorecida pontuaram mais do que os da classe desfavorecida) e um efeito de interação entre o sexo e o grau de escolaridade. A exploração desta interação apontou para o seguinte: os jovens do sexo masculino conformavam-se mais com estas normas do que as jovens em qualquer um dos graus de escolaridade; e, dentro de cada sexo, só se encontraram diferenças entre as jovens, com universitárias a reportarem maior conformidade com as normas masculinas do que as alunas do ensino secundário. Tal foi semelhante ao constatado nas análises sobre o consumo de álcool, o que é expectável dado que a amostra de participantes inicial foi a mesma.

No que se refere aos efeitos diretos ao nível do consumo de cannabis, foi encontrado um efeito da classe social (maior probabilidade de os participantes da classe

⁷⁰ Arredondando a três casas decimais o valor foi de -0.002.

favorecida estarem no grupo que consumiu mais comparativamente aos participantes da classe desfavorecida) e um efeito de interação entre o sexo e a conformidade com as normas masculinas. A exploração desta interação apontou para o seguinte: um maior grau de conformidade apareceu associado a uma maior probabilidade de ter consumido pelo menos uma vez por mês apenas nos jovens do sexo masculino (embora seja possível visualizar também uma associação neste sentido nas jovens, a mesma não apareceu como significativa). Além disso, para o mesmo grau de conformidade com as normas masculinas, os jovens do sexo masculino evidenciavam maior probabilidade de consumo (25º, 50º, 75º e 90º percentis) do que as jovens, com uma exceção - quando o grau de conformidade correspondia ao mais baixo de entre os considerados (10º percentil), não havia uma diferença significativa entre os sexos.

Contrapondo com o observado anteriormente, no âmbito do consumo de álcool foi evidenciado um efeito direto da idade e da interação entre o sexo e a classe social. De modo similar, foi identificada uma interação entre o sexo e a conformidade com as normas masculinas. Mas, foram notadas diferenças entre sexos em todos os percentis relativos à conformidade com as normas masculinas (também com os jovens do sexo masculino a reportar mais). Além disso, foi reconhecida uma associação positiva entre a conformidade com estas normas e o consumo de álcool em ambos os sexos (embora de forma menos acentuada nas jovens), e não apenas no sexo masculino.

Quanto à observação de efeitos indiretos ao nível do consumo de cannabis, tal apontou que parte dos efeitos da idade (apenas no sexo masculino), do sexo (em ambos os graus de escolaridade) e da classe social (apenas no sexo masculino) foi explicada pelo grau de conformidade com as normas masculinas. Mais concretamente, um maior consumo pelos jovens mais novos do sexo masculino (comparativamente aos mais velhos do mesmo sexo), pelos jovens do sexo masculino (comparativamente às jovens) e pelos jovens da classe favorecida do sexo masculino (comparativamente aos da classe desfavorecida do mesmo sexo) pôde dever-se, em parte, a uma maior conformidade com as normas masculinas.

Igualmente, no âmbito do consumo de álcool foram registados efeitos indiretos do sexo, da idade e da classe social. Porém, quanto a estas duas últimas dimensões, os efeitos indiretos foram identificados em ambos os sexos e não apenas no sexo masculino. Além disso, ao nível do consumo de álcool foi reconhecido um efeito indireto do grau da escolaridade no grupo das jovens, enquanto na análise sobre o consumo de cannabis não foi notado um efeito indireto do grau de escolaridade em qualquer um dos sexos.

Transgressões na condução

Na análise das transgressões na condução considerámos apenas os participantes que conduziram no último ano, tipicamente uma vez por semana ou mais, que possuíam licença/carta de condução e que responderam a pelo menos 80% dos itens que compunham o índice de avaliação das transgressões (foram retirados 2 participantes de entre aqueles que conduziram no último ano).

Na Tabela 26 são mostradas as médias e os desvios padrão relativos às transgressões na condução em função do sexo, da classe social e do grau de escolaridade. Considerando a amostra incluída na avaliação das transgressões alvo, são, também, apresentados os valores das médias e dos desvios padrão relativos à conformidade com as normas masculinas, igualmente em função do sexo, da classe social e do grau de escolaridade.

Tabela 26

Médias e desvios padrão referentes às transgressões na condução e à conformidade com as normas masculinas em função do sexo, da classe social e do grau de escolaridade

Sexo	Classe	Escolaridade	Transgressões condução			Conformidade normas masculinas		
			<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Feminino	Desfavorecida	Básico	1	1.00		1	13.00	
		Secundário	95	15.17	56.94	95	14.56	4.04
		Universitário	141	9.75	7.50	141	15.52	3.47
		Total	237	11.89	36.50	237	15.12	3.73
	Favorecida	Secundário	20	11.05	8.67	20	16.47	4.85
		Universitário	120	12.30	9.52	120	16.26	4.30
		Total	140	12.12	9.38	140	16.29	4.36
	Não indicada	Secundário	4	20.00	14.17	4	19.80	4.32
		Universitário	4	12.50	4.93	4	13.69	4.36
		Total	8	16.25	10.61	8	16.74	5.18
	Total	Básico	1	1.00		1	13.00	
		Secundário	119	14.64	51.02	119	15.06	4.31
		Universitário	265	10.95	8.52	265	15.83	3.89
		Total	385	12.06	29.21	385	15.58	4.03
Masculino	Desfavorecida	Básico	2	8.50	3.54	2	14.50	2.12
		Secundário	140	18.03	11.06	140	21.17	4.88
		Universitário	109	17.87	9.93	109	20.37	3.56
		Total	251	17.88	10.55	251	20.77	4.39
	Favorecida	Secundário	41	32.98	84.89	41	22.06	5.01
		Universitário	123	20.70	11.25	122	21.45	4.99
		Total	164	23.77	43.49	163	21.61	4.98
	Não indicada	Básico	1	19.00		1	21.00	
		Secundário	3	22.67	2.52	3	20.00	2.65
		Universitário	9	20.44	14.81	9	19.11	3.95
		Total	13	20.85	12.19	13	19.46	3.45
	Total	Básico	3	12.00	6.56	3	16.67	4.04
		Secundário	184	21.43	41.31	184	21.35	4.88
		Universitário	241	19.41	10.86	240	20.87	4.39
		Total	428	20.23	28.28	427	21.05	4.62
Total	Desfavorecida	Básico	3	6.00	5.00	3	14.00	1.73
		Secundário	235	16.87	37.11	235	18.50	5.60
		Universitário	250	13.29	9.52	250	17.64	4.25
		Total	488	14.97	26.68	488	18.03	4.96
	Favorecida	Secundário	61	25.79	70.26	61	20.23	5.58
		Universitário	243	16.55	11.23	242	18.88	5.33
		Total	304	18.41	33.04	303	19.15	5.40
	Não indicada	Básico	1	19.00		1	21.00	
		Secundário	7	21.14	10.22	7	19.88	3.42
		Universitário	13	18.00	12.92	13	17.44	4.69
		Total	21	19.10	11.56	21	18.43	4.29
	Total	Básico	4	9.25	7.68	4	15.75	3.77
		Secundário	303	18.77	45.42	303	18.88	5.58
		Universitário	506	14.98	10.58	505	18.23	4.84
		Total	813	16.36	28.99	812	18.46	5.13

No âmbito das análises relativas à estatística inferencial, considerámos apenas os sujeitos que frequentavam os ensinos secundário e universitário, dado o reduzido número daqueles que estavam no ensino básico. Adicionalmente, procedemos à remoção de *outliers* (4 participantes) e à centração da pontuação da conformidade com as normas masculinas.

Nestas análises, foram também introduzidas como variáveis potencialmente explicativas a quilometragem percorrida semanal e o tempo de condução em anos, de modo a controlar o seu efeito ao nível das transgressões. Tal parece-nos particularmente pertinente quando se procura avaliar o efeito da classe social, dado que as diferenças entre os participantes em termos de quilometragem e de tempo de condução podem, eventualmente, relacionar-se com os seus recursos económicos (por exemplo, através da disponibilidade financeira para ter carta, carro e respetiva manutenção, e combustível).

Seguindo o procedimento descrito, o primeiro passo consistiu na execução de uma análise de regressão linear na qual foi inserida a conformidade com as normas masculinas enquanto variável critério. Como variáveis potencialmente explicativas foram incluídas as dimensões sexo, classe social e grau de escolaridade, juntamente com todas as interações possíveis entre elas, a idade, o tempo de condução em anos e a quilometragem típica semanal. Nesta análise foram retidos os termos mostrados na Tabela 27. Juntos, estes explicaram cerca de 31% da variância da conformidade com as normas masculinas (R^2 ajustado). Em termos de resultados, foi identificada uma interação entre o sexo e a escolaridade (Sexo*Escolaridade, $p<.10$), explorada mais em baixo. Também foi reconhecido o efeito da classe ($p<.05$), o qual indicou que os participantes da classe favorecida reportaram maior conformidade com as normas masculinas do que os da classe desfavorecida. Além disso, encontrou-se um efeito da idade ($p<.001$), cuja associação com a conformidade com as normas masculinas apareceu como negativa. Por último, constatou-se um efeito significativo do tempo de condução ($p<.05$), cuja associação com a conformidade com as normas masculinas apareceu como positiva.

Tabela 27

Coefficientes do modelo de regressão linear com a variável critério conformidade com as normas masculinas – amostra utilizada na análise das transgressões na condução

Medidas	B	EP	β
Constante	21.02	1.81	
Tempo condução	0.28	0.09	.16*
Idade	-0.34	0.09	-.18**
Sexo	6.07	0.52	.59**
Classe	0.91	0.33	.09*
Escolaridade	0.78	0.49	.07
Sexo*Escolaridade	-1.22	0.65	-.11 [†]
$R^2(R^2 \text{ ajustado})$.313 (.307)		
Modelo	F(6, 759)=57.53**		
N	766		

Notas. Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1.

[†] $p < .10$; * $p < .05$; ** $p < .001$.

No que concerne à análise da interação entre o sexo e o grau de escolaridade (Sexo*Escolaridade) ao nível da conformidade com as normas masculinas, a classe, a idade e o tempo de condução foram incluídos como co-variáveis. Os resultados são apresentados na Tabela 28. Em termos de interpretação, estes resultados sugeriram o seguinte: os jovens do sexo masculino indicaram maior conformidade com as normas masculinas do que as jovens em ambos os graus de escolaridade; e, não se registaram diferenças significativas entre as jovens nem entre os jovens do sexo masculino em função do grau de escolaridade ao nível da conformidade. No entanto, quando a escolaridade é inserida como variável independente (VI) e o sexo como moderador, os sentidos dos efeitos (positivo no sexo feminino e negativo no sexo masculino) indicaram que no grupo das jovens, as universitárias reportaram maior conformidade com as normas masculinas do que as alunas do ensino secundário, enquanto no grupo dos jovens do sexo masculino, pareceram ser os alunos do ensino secundário a indicar um maior grau de adesão a essas normas. Mas, como referido, estas diferenças dentro de cada sexo não se mostraram significativas.

Tabela 28

Efeitos de moderação no modelo de regressão linear com a variável critério conformidade com as normas masculinas - amostra utilizada na análise das transgressões na condução

Medida	Moderador	Efeito	EP	IC Bias-corrected Bootstrap 95%	
				Inferior	Superior
Sexo	Escolaridade				
	Secundário	6.07 **	0.52	5.05	7.10
	Universidade	4.86**	0.40	4.07	5.64
Escolaridade	Sexo				
	Feminino	0.78	0.49	-0.19	1.75
	Masculino	-0.44	0.45	-1.33	0.45

Notas. Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1.

** $p < .001$.

Em sintonia com o procedimento descrito anteriormente, como forma de avaliar os efeitos diretos das variáveis potencialmente explicativas, o próximo passo consistiu na execução de uma análise de regressão linear com as transgressões na condução enquanto variável critério. Como variáveis potencialmente explicativas foram incluídas as dimensões sexo, classe social, grau de escolaridade e conformidade com as normas masculinas, juntamente com todas as interações possíveis entre elas, a idade, o tempo de condução e a quilometragem semanal típica.

Nesta análise foram retidos os termos mostrados na Tabela 29. Juntos, estes explicaram cerca de 32% da variância do consumo de álcool (R^2 ajustado). Em termos de resultados, foram constatados efeitos do tempo de condução ($p < .001$) e da quilometragem ($p < .001$), cujas associações com as transgressões foram positivas, o que sugeriu que uma maior exposição ao ato de conduzir levava ao cometimento de mais transgressões. Adicionalmente, foi identificado um efeito da idade ($p < .10$), a qual apresentou uma associação negativa com as transgressões. Foi, também, reconhecido um efeito do sexo ($p < .001$), com os jovens do sexo masculino a reportarem mais transgressões do que as jovens. Como não foi observada uma interação entre o sexo e a conformidade com as normas masculinas, podemos sugerir que a associação positiva entre a conformidade com estas normas e as transgressões na condução ocorreu em ambos os sexos. Por último, foi encontrado um efeito de interação entre a classe social, o grau de escolaridade e a

conformidade com as normas masculinas (Classe*Escolaridade*Conformidade, $p<.05$), a qual será explorada seguidamente.

Tabela 29

Coefficientes do modelo de regressão linear com a variável critério transgressões na condução

Medidas	B	EP	β
Constante	1.22	4.10	
Quilometragem	0.77	0.12	.19**
Tempo condução	0.61	0.17	.17**
Idade	-0.33	0.18	-.09 [†]
Sexo	2.93	0.74	.15**
Classe	0.43	1.26	.02
Escolaridade	-0.36	0.79	-.02
Classe*Escolaridade	2.04	1.48	.09
Conformidade	0.75	0.11	.38**
Classe*Conformidade	-0.26	0.22	-.09
Escolaridade*Conformidade	-0.32	0.16	-.12*
Classe*Escolaridade*Conformidade	0.68	0.27	.20*
$R^2(R^2 \text{ ajustado})$.329 (.319)		
Modelo	F(11, 754)=33.62**		
N	766		

Notas. Conformidade=Conformidade com as normas masculinas.

Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1.

[†] $p<.10$; * $p<.05$; ** $p<.001$.

No que concerne à análise da interação entre a classe social, o grau de escolaridade e a conformidade com as normas masculinas (Classe*Escolaridade*Conformidade) ao nível das transgressões na condução, foram incluídas como co-variáveis o sexo, a idade, o tempo de condução e a quilometragem. Os resultados são apresentados na Tabela 30. Mediante a observação da mesma, podemos começar por constatar que comumente a todas as classes e graus de escolaridade, um nível mais elevado de conformidade com as normas masculinas apareceu associado a um nível mais elevado de transgressões na condução (dentro de cada sexo). Adicionalmente, os resultados indicaram que quando os graus de conformidade correspondiam aos percentis mais baixos não foram notadas diferenças entre os participantes em função da classe nem do grau escolaridade (dentro de cada sexo). No entanto, nas situações em que os graus de conformidade correspondiam a percentis mais elevados, já foram detetadas diferenças em função destas dimensões, isto é, da classe social e do grau de escolaridade (dentro de cada sexo).

Mais especificamente, quando aos graus de conformidade com as normas masculinas correspondiam aos percentis 50 ($p<.05$), 75 ($p<.001$) e 90 ($p<.001$), os universitários da classe favorecida indicaram mais transgressões do que os universitários da classe desfavorecida. No caso em que os graus de conformidade com as normas masculinas correspondiam aos percentis 75 ($p<.05$) e 90 ($p<.05$), os universitários da classe favorecida reportaram mais transgressões do que os alunos do secundário da mesma classe. Isto é, quando os graus de conformidade com as normas masculinas eram mais elevados, os universitários da classe favorecida transgrediam mais do que os alunos do secundário da mesma classe e do que os seus colegas universitários da classe desfavorecida. Adicionalmente, na situação em que o grau de conformidade com as normas masculinas correspondia ao percentil 90 ($p<.10$), os alunos do secundário da classe desfavorecida transgrediam mais do que os universitários da mesma classe.

Tabela 30

Efeitos de moderação no modelo de regressão linear com a variável critério transgressões na condução

Medida	Moderador 1	Moderador 2	Efeito	EP	IC Bias-corrected	
					Bootstrap 95%	
					Inferior	Superior
Classe	Escolaridade	Conformidade				
	Secundário	12 (10º percentil)	2.12	2.09	-1.99	6.23
	Secundário	15 (25º percentil)	1.34	1.61	-1.81	4.49
	Secundário	18 (50º percentil)	0.56	1.28	-1.96	3.08
	Secundário	22 (75º percentil)	-0.48	1.33	-3.10	2.13
	Secundário	25 (90º percentil)	-1.27	1.70	-4.61	2.08
	Universidade	12 (10º percentil)	-0.22	1.25	-2.68	2.24
	Universidade	15 (25º percentil)	1.05	0.92	-0.74	2.85
	Universidade	18 (50º percentil)	2.32*	0.76	0.82	3.82
	Universidade	22 (75º percentil)	4.02**	0.99	2.06	5.97
	Universidade	25 (90º percentil)	5.29**	1.36	2.61	7.96
Escolaridade	Classe	Conformidade				
	Desfavorecida	12 (10º percentil)	1.66	1.24	-0.76	4.09
	Desfavorecida	15 (25º percentil)	0.71	0.92	-1.09	2.51
	Desfavorecida	18 (50º percentil)	-0.24	0.79	-1.78	1.30
	Desfavorecida	22 (75º percentil)	-1.50	1.02	-3.50	0.50
	Desfavorecida	25 (90º percentil)	-2.45 [†]	1.37	-5.15	0.25
	Favorecida	12 (10º percentil)	-0.68	2.12	-4.83	3.48
	Favorecida	15 (25º percentil)	0.43	1.62	-2.75	3.60
	Favorecida	18 (50º percentil)	1.53	1.29	-1.00	4.06
	Favorecida	22 (75º percentil)	3.00*	1.34	0.37	5.62
	Favorecida	25 (90º percentil)	4.10*	1.71	0.74	7.46
Conformidade	Classe	Escolaridade				
	Desfavorecida	Secundário	0.75**	0.11	0.55	0.96
	Desfavorecida	Universidade	0.44*	0.13	0.17	0.70
	Favorecida	Secundário	0.49*	0.20	0.10	0.89
	Favorecida	Universidade	0.86**	0.11	0.65	1.08

Notas. Conformidade=Conformidade com as normas masculinas.

Codificação: Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1.

[†] $p < .10$; * $p < .05$; ** $p < .001$.

Com o intuito de facilitar a interpretação desta interação com três variáveis, recorreremos à visualização do gráfico representado na Figura 6. Neste é assinalado o índice de transgressões na condução em função da classe social, do grau de escolaridade e dos percentis referentes à conformidade com as normas masculinas, controlando os efeitos do

sexo, da idade, do tempo de condução e da quilometragem. Como se pode observar, quando o grau de conformidade correspondia aos percentis mais elevados, os universitários da classe favorecida reportavam mais transgressões, seguidos pelos alunos do ensino secundário da classe desfavorecida.

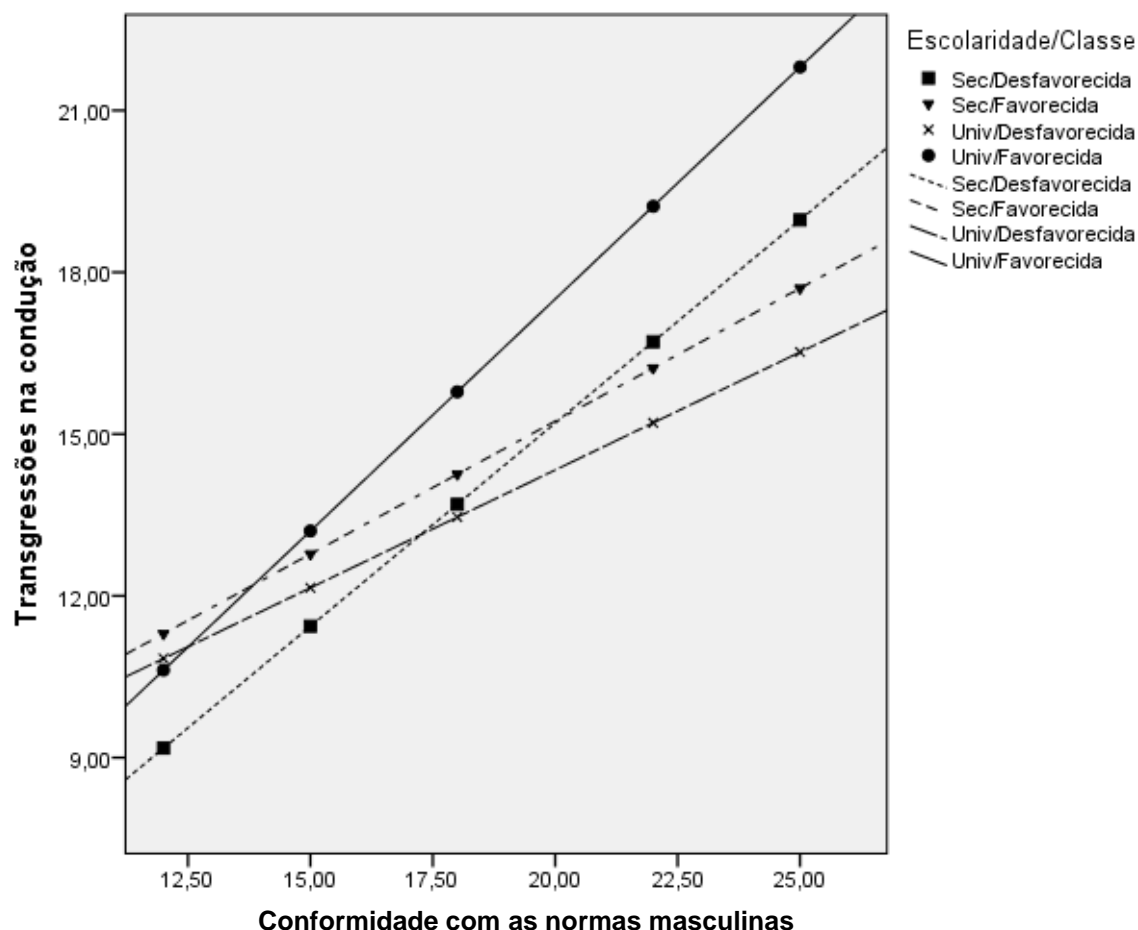


Figura 6. Transgressões na condução em função da classe social, do grau de escolaridade e da conformidade com as normas masculinas.

A última análise consistiu na avaliação dos possíveis efeitos indiretos através da conformidade com as normas masculinas ao nível das transgressões na condução. Tendo em conta os resultados encontrados nas regressões anteriores, inserimos no *software IBM SPSS Amos 20* o modelo representado na Figura 7. Nesta, são, também, mostradas as estimativas estandardizadas.

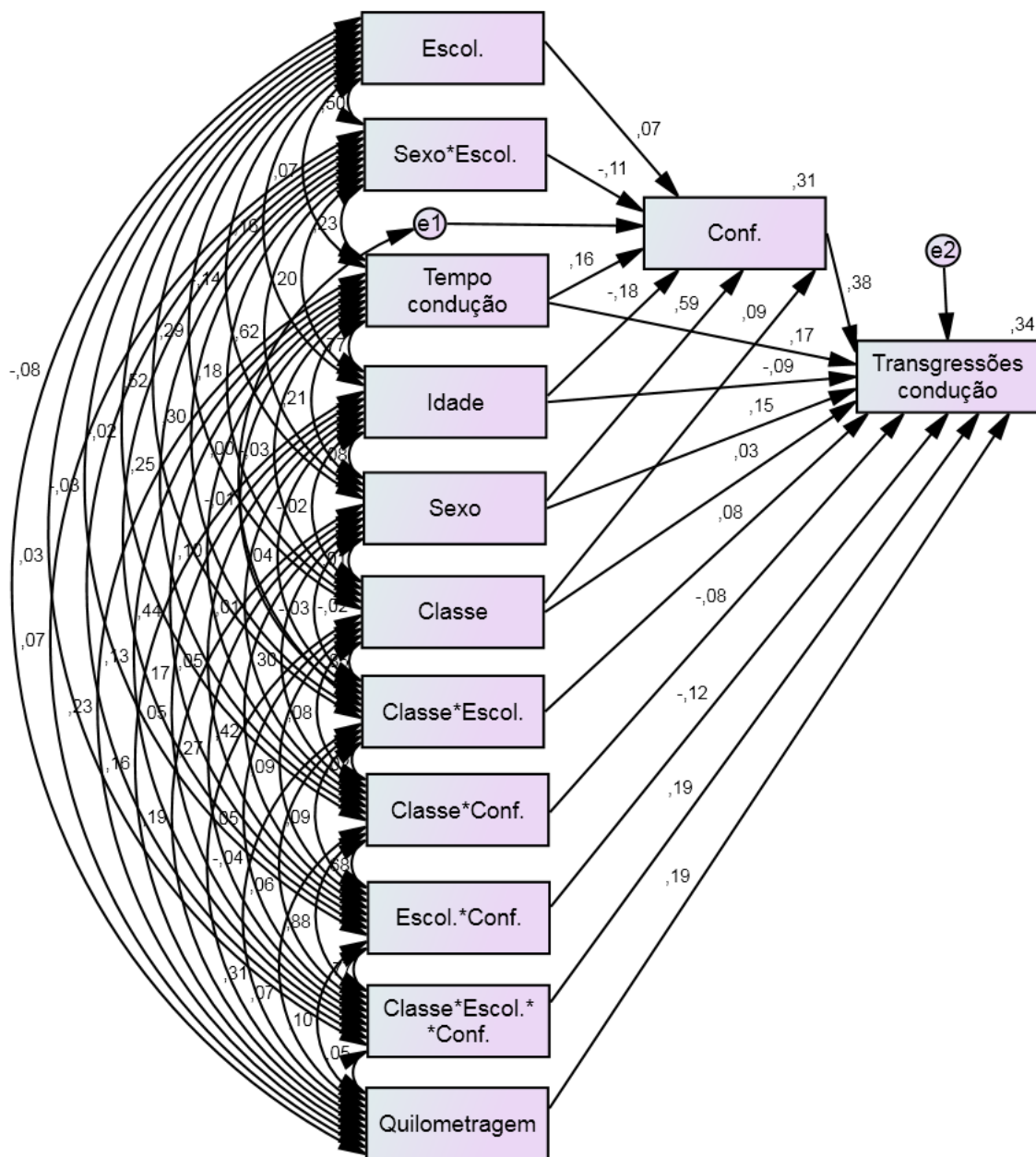


Figura 7. Modelo condicional referente às transgressões na condução.

Utilizando o mesmo *software*, avaliámos os possíveis efeitos indiretos das dimensões grau de escolaridade, idade, sexo e classe social, e da variável tempo de condução através da conformidade com as normas masculinas ao nível das transgressões na condução. Os mesmos foram explorados considerando os distintos níveis dos moderadores que constituíam as interações presentes no modelo (Sexo*Escolaridade; Classe*Escolaridade*Conformidade). Os resultados são mostrados na Tabela 31. Como se pode observar, as variáveis apresentaram um efeito indireto ao nível das transgressões através da conformidade com as normas masculinas em quase todos os níveis dos

moderadores ($^{\dagger}p<.10$; $*p<.05$; $p<.001$), com duas exceções: o efeito do sexo no caso em que se considera o grupo dos alunos do secundário da classe favorecida (o qual tem um reduzido número de participantes, designadamente 20 do sexo feminino e 41 do sexo masculino); e o efeito do grau de escolaridade quando se considera a classe desfavorecida.

Tabela 31

Efeitos indiretos através da conformidade com as normas masculinas ao nível das transgressões na condução

Medidas	Moderador 1	Moderador 2	Efeito indireto	EP Bootstrap	IC Bias-corrected Bootstrap 95%	
					Inferior	Superior
Tempo	Escolaridade	Classe				
	Secundário	Desfavorecida	0.21*	0.07	0.10	0.34
	Secundário	Favorecida	0.12 [†]	0.08	0.01	0.28
	Universidade	Desfavorecida	0.12*	0.06	0.06	.024
	Universidade	Favorecida	0.30*	0.08	0.13	0.38
Idade	Escolaridade	Classe				
	Secundário	Desfavorecida	-0.26*	0.08	-0.39	-0.13
	Secundário	Favorecida	-0.15 [†]	0.10	-0.33	-0.01
	Universidade	Desfavorecida	-0.15*	0.07	-0.29	-0.07
	Universidade	Favorecida	-0.30**	0.09	-0.46	-0.17
Sexo	Escolaridade	Classe				
	Secundário	Desfavorecida	4.56*	0.71	3.40	5.81
	Secundário	Favorecida	2.63	1.55	-0.11	4.50
	Universidade	Desfavorecida	2.14*	0.71	0.97	3.30
	Universidade	Favorecida	4.21**	0.63	3.20	5.29
Classe	Escolaridade					
	Secundário		0.68*	0.28	0.31	1.23
	Universidade		0.40*	0.19	0.16	0.87
Escolaridade	Classe					
	Desfavorecida		0.56	0.36	-0.02	1.12
	Favorecida		0.34 [†]	0.30	0.18	1.04

Notas. Codificação: Sexo feminino=0, Sexo masculino=1; Desfavorecida=0, Favorecida=1; Secundário=0, Universidade=1.

[†] $p<.10$; * $p<.05$; ** $p<.001$.

Em suma, ao nível da conformidade com as normas masculinas foi encontrado um efeito do tempo de condução (associação positiva), um efeito da idade (associação negativa), um efeito da classe social (os participantes da classe favorecida pontuaram mais do que os da classe desfavorecida) e um efeito de interação entre o sexo e o grau de escolaridade. A exploração desta interação apontou para o seguinte: os jovens do sexo masculino reportaram maior conformidade com as normas masculinas do que as jovens, como constatado no âmbito dos consumos de álcool e de cannabis, cuja amostra de participantes inicial foi a mesma; porém, apesar de, no grupo das jovens, as universitárias terem reportado maior conformidade com as normas masculinas do que as alunas do ensino secundário, à semelhança do notado nas análises sobre os outros comportamentos referidos, no campo das transgressões na condução esta diferença já não apareceu como significativa.

No que se refere aos efeitos diretos ao nível das transgressões na condução, foi encontrado um efeito da quilometragem (os que conduziam mais reportaram um nível mais elevado de transgressões), um efeito do tempo de condução (os que conduziam há mais tempo indicaram um nível mais elevado de transgressões), um efeito da idade (associação negativa), um efeito do sexo (os jovens do sexo masculino assinalaram mais transgressões do que as jovens) e um efeito de interação entre a classe social, o grau de escolaridade e a conformidade com as normas masculinas. A exploração desta interação apontou para o seguinte: os universitários da classe favorecida reportaram mais transgressões quando os graus de conformidade com as normas masculinas eram mais elevados, não havendo diferenças em função da classe nem do grau de escolaridade quando os graus de conformidade com as normas masculinas eram mais reduzidos (dentro de cada sexo); a presença de uma associação positiva entre a conformidade com as normas masculinas e as transgressões na condução em todos os grupos de participantes (definidos em função da classe social e do grau de escolaridade). Adicionalmente, tendo em conta que não foi detetada uma interação entre o sexo e a conformidade com as normas masculinas, a associação positiva entre este último constructo e as transgressões pareceu ocorrer em ambos os sexos.

Em sintonia com o encontrado no âmbito dos consumos de álcool e cannabis, foi encontrado um efeito direto do sexo ao nível das transgressões na condução (com os jovens do sexo masculino a reportarem maior incursão em comportamentos de risco do que as jovens). Igualmente, foi detetada uma associação positiva entre a conformidade com as normas masculinas e a incursão em comportamentos de risco nos jovens do sexo

masculino. Mais especificamente, comparando com o observado nas análises sobre o consumo de álcool, podemos dizer o seguinte: em concordância, foi detetada uma associação positiva entre conformidade com as normas masculinas e a incursão em comportamentos de risco em ambos os sexos; além disso, também foi detetado um efeito direto da idade (com os mais novos a reportarem maior incursão nestes comportamentos de risco); no entanto, o efeito direto da interação entre o sexo e a classe social ao nível do consumo de álcool não foi detetada no âmbito das transgressões na condução. Particularmente no que se refere ao consumo de cannabis, pode ser dito que: ao invés do encontrado neste último comportamento, a idade teve um efeito direto significativo ao nível das transgressões da condução; e, enquanto a associação positiva entre o consumo de cannabis e a conformidade com as normas masculinas foi estatisticamente significativa apenas nos homens, nas transgressões na condução foi em ambos os sexos.

Quanto à observação de efeitos indiretos ao nível das transgressões na condução, tal apontou que parte dos efeitos da idade, do sexo, da classe social, do grau de escolaridade e do tempo de condução foi explicada pelo grau de conformidade com as normas masculinas. Mais concretamente, uma maior incursão em transgressões pelos mais novos (comparativamente aos mais velhos), pelos jovens do sexo masculino (comparativamente às jovens), pelos participantes da classe favorecida (comparativamente aos da classe desfavorecida) e pelos participantes universitários da classe favorecida (comparativamente aos participantes que frequentavam o ensino secundário da mesma classe social) pôde dever-se, pelo menos em parte, a uma maior conformidade com as normas masculinas.

Acerca dos resultados relatados no parágrafo anterior, importa explicitar que os efeitos indiretos do tempo de condução e da idade foram detetados em ambos os graus de escolaridade e em ambas as classes, e que o efeito indireto da classe foi identificado em ambos os graus de escolaridade. Relativamente ao efeito indireto do sexo, este foi observado nos universitários em ambas as classes e nos alunos do ensino secundário apenas na classe desfavorecida. A este respeito, é pertinente lembrar que o grupo de alunos do secundário da classe favorecida era reduzido. Por sua vez, o efeito do grau de escolaridade foi apenas encontrado na classe favorecida.

À semelhança dos resultados observados no âmbito dos comportamentos de consumo, a conformidade com as normas masculinas pareceu explicar parte dos efeitos indiretos da idade, do sexo e da classe social ao nível das transgressões na condução. Além disso, como notado em particular nas análises sobre o consumo de álcool, a

conformidade com as normas alvo também pareceu explicar parte do efeito da escolaridade ao nível das transgressões ao volante.

Relações entre os comportamentos de risco

Com o intuito de avaliarmos as relações entre o consumo de álcool, o consumo de cannabis e as transgressões na condução recorreremos a análises de correlação. Na análise das associações entre as transgressões na condução e os restantes comportamentos recorreremos a correlações parciais, controlando os efeitos das variáveis frequência de condução, posse de carta, quilometragem semanal e tempo de condução em anos. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 32. Como se pode observar, foram encontradas correlações positivas entre os três comportamentos ($p > .05$ e $p > .001$).

Tabela 32

Coefficientes de correlação entre o consumo de álcool, o consumo de cannabis e as transgressões na condução

Medidas	Consumo cannabis		Transgressões condução ¹		
	<i>N</i>	<i>r_{pb}</i>	<i>gl</i>	<i>r_p</i>	<i>r_{pb}</i>
Consumo álcool	1486	.41**	922	.15**	
Consumo cannabis ²	-	-	922		.09*

Notas. *r_{pb}*=Correlação ponto bisserial; *r_p*=Correlação de Pearson.

¹Correlação parcial na qual foram controlados os efeitos das variáveis frequência de condução, posse de carta, quilometragem semanal e tempo de condução em anos.

²Codificação: Nunca/quase nunca consumi=0; Consumi pelo menos uma vez por mês=1.

* $p < .05$; ** $p < .001$.

As constatações descritas serão aprofundadas na discussão dos resultados.

Discussão

Neste estudo procurámos analisar se o grau de conformidade com as normas masculinas constituía ou não um mediador da relação entre as dimensões definidas a partir do sexo, da classe social e do grau de escolaridade frequentado⁷¹, e os comportamentos referentes ao consumo de álcool, consumo de cannabis e transgressões na condução

⁷¹ Quando falarmos acerca dos participantes e dos resultados desta investigação, estaremos a referir-nos ao grau de escolaridade frequentado, mas, ao longo do texto, utilizaremos a expressão “grau de escolaridade” como forma de simplificar a leitura.

Adicionalmente, pretendemos avaliar se o sexo, a classe, o grau de escolaridade e o grau de conformidade com as normas masculinas interagem entre si ao nível da incursão nesses mesmos comportamentos. Na exploração de respostas a estes objetivos, guiámo-nos por uma perspetiva interseccional, particularmente intercategorial, uma vez que nos debruçámos sobre o estudo de relações entre dimensões/grupos sociais (McCall, 2005).

Iniciaremos a discussão dos resultados pela análise da relação entre a conformidade com as normas masculinas e a incursão nas práticas de risco avaliadas. Em segundo lugar, exploraremos os efeitos das dimensões sexo, classe social e grau de escolaridade encontrados ao nível dos comportamentos de risco, salientando o papel da conformidade com as normas masculinas na explicação destas relações. No final, procuraremos explicitar quais pensamos ser as limitações e contribuições deste estudo.

Conformidade com as normas masculinas

Os resultados indicaram que nos jovens do sexo masculino o grau de conformidade com as normas masculinas estava associado positivamente aos três comportamentos de risco avaliados. Tal reforça as observações de outras pesquisas sobre a associação entre a construção da masculinidade e o consumo de álcool e de drogas e as transgressões na condução, designadamente em homens adultos e jovens (e.g. De Visser & Smith, 2006; Graham & White, 2007; Iwamoto et al., 2011; Kulis et al., 2002; Kulis et al., 2008; Liu & Iwamoto, 2007; Mahalik, Locke, et al., 2003; Mast et al., 2008; O'Neil & Crapser, 2011; Ozkan & Lajunen, 2005; Sanders, 2011; Stover, 2007; Thom, 2003).

Nas jovens foi também identificada uma relação entre a conformidade com as normas masculinas e os comportamentos referentes ao consumo de álcool (embora de forma menos acentuada do que nos jovens do sexo masculino) e às transgressões na condução. Esta constatação foi ao encontro do observado noutros estudos que se debruçaram sobre a relação entre constructos no âmbito da masculinidade e comportamentos de risco nas mulheres (Emslie et al., 2002; Haines et al., 2009; Iwamoto & Smiler, 2013; Lumsden, 2010; Williams & Ricciardelli, 2003).

A sociabilidade entre ambos os sexos, comum nos grupos de jovens das sociedades ocidentais, pode levar a que as mulheres sejam cúmplices com um ideal de masculinidade (Amâncio, 2004a), principalmente quando este é mais valorizado do que outras masculinidades e feminilidades (Amâncio, 2004c; Connell, 2000; Prazeres, 2004b), num cenário pautado por assimetria simbólica (Amâncio, 1994). Tal pode

incentivar a procura de um estatuto mediante a demonstração de masculinidade (Amâncio, 1994; Haines et al., 2009; Page & Singer, 2010). Efetivamente, embora o incumprimento das expectativas dirigidas a cada sexo possa acarretar sanções (Connell, 1995; Louro, 2000; McCallum, 1998; Prazeres, 2003), as jovens aparentam, atualmente, ainda que mais condicionadas, opções semelhantes às dos jovens do sexo masculino no que se refere a práticas de sociabilidade e a estilos de vida (Guerreiro & Abrantes, 2005).

Tendo em conta que os comportamentos de risco em jovens de ambos os sexos podem estar relacionados com a procura de prestígio associado à demonstração de masculinidade, nomeadamente de uma versão tradicional, estas práticas podem ser conceptualizadas, seguindo uma perspetiva feminista, como ferramentas na (re)construção do género e na estruturação e aquisição de poder a um nível micro (Addis & Mahalik, 2003; Clatterbaugh, 1997; Courtenay, 2000; De Visser et al., 2009; Hearn et al., 2012; Lee, 2010). Neste sentido, pode dizer-se que estas práticas são (re)produtoras de significados, o que vai ao encontro de uma perspetiva construcionista social (Addis & Mahalik, 2003; Courtenay, 2000).

Assumindo que o constructo avaliado pelo Inventário sobre a Conformidade com as Normas Masculinas se enquadra numa versão de masculinidade apelidada de tradicional (Mahalik, Locke, et al., 2003), definida com base em características como coragem, autoconfiança, valentia, resistência, entre outras (e.g. Kimmel & Messner, 1989 [2001]; O'Neil & Crapser, 2011; Sousa Filho et al., 2012; Swain, 2006), os resultados sustentam a ideia de que a conformidade com esta construção social se pode traduzir em práticas de risco para a saúde (Courtenay, 2000). Igualmente, o observado reforça a noção de que a sujeição a “códigos de conduta”⁷² tradicionalmente percecionados como masculinos se relaciona, mesmo que em grau variável, com riscos acrescidos para a saúde (Prazeres, 2003).

Adicionalmente, as correlações significativas e positivas encontradas entre os três comportamentos de risco avaliados sugerem o carácter multiplicativo deste tipo de práticas (Lindberg et al., 2000; McCallum, 1998; Michael & Ben-Zur, 2007) e o potencial explicativo dos estilos de vida (Courtenay, 1998; Dawson, Schneider, Fletcher & Bryden, 2007; Lonnquist, Weiss & Larsen, 1992; Tashiro, 2002; WHO, 2000 as cited in Aparicio-García et al., 2011). Tal é passível de se ligar com o já referido anteriormente: a masculinidade é construída mediante práticas que exigem esforço, vivificação, vigilância

⁷² Aspas no original (Prazeres, 2003).

e provas constantes (Badinter, 1997; Connell, 1990a; Hearn, 2004; Vale de Almeida, 1995), ainda que constitua um ideal inatingível (Sabo, 1989 [2001]).

Sexo

No geral, os resultados obtidos evidenciaram que os jovens do sexo masculino reportaram maior incursão nos comportamentos de risco avaliados comparativamente às jovens, indo ao encontro dos dados existentes sobre os comportamentos de saúde avaliados (e.g. Balsa et al., 2013; DGS, 2014; INE, 2011; WHO, 2014). Tal pode relacionar-se com a maior aceitação e/ou valorização dos comportamentos de consumo e de transgressões na condução no sexo masculino (Batty et al., 2012; Conroy & De Visser, 2013; De Visser & McDonnell, 2012; Engstrom, 2012; Graham & White, 2007; O'Connor & Kelly, 2006; Thomas & Butcher, 2003; Walker et al., 2000).

Esta diferença entre os sexos ao nível das práticas de risco foi parcialmente explicada pelo maior grau de conformidade com as normas masculinas por parte dos jovens do sexo masculino comparativamente às jovens. Em reforço desta conclusão, foi observado que quando o grau de conformidade era mais baixo (correspondendo ao valor do 10º percentil), não se registaram diferenças significativas entre os sexos ao nível do consumo de cannabis. Neste sentido, outros estudos indicaram que as normas masculinas forneciam maior especificidade do que o sexo isolado na explicação de comportamentos no âmbito do consumo de substâncias psicoativas e da condução, contrariando a ideia de que o fator de risco (neste campo) é ser-se do sexo masculino (Iwamoto & Smiler, 2013; Ozkan & Lajunen, 2005; Peralta et al., 2010).

Quanto à constatação de que os jovens do sexo masculino apresentaram significativamente maior grau de conformidade com as normas masculinas do que as jovens, consideramos que tal era expectável atendendo à noção de que, potencialmente, os primeiros interiorizarão mais as normas que definem a sua identidade de género (Laranjeira, 2004; Owen, 2011; Parent & Smiler, 2012; Smiler, 2006). Apesar de, em Portugal, se reconhecer atualmente maior igualdade entre os sexos, estudos recentes continuam a sugerir a presença de estereótipos de género (Dominguez-Folgueras & Castro-Martin, 2008; Magalhães et al., 2008; Marques, 2007; Saavedra et al., 2013; Tavora, 2012), os quais podem influenciar os comportamentos.

Relativamente ao facto de o grau de conformidade com as normas masculinas ter explicado apenas parcialmente as diferenças entre os sexos, importa atender à

possibilidade de outros fatores não contemplados no presente estudo contribuírem para estas diferenças. Por exemplo, ainda se constata mais sanções sociais negativas relativas ao consumo de álcool e substâncias psicoativas ilícitas pelas mulheres (Griffin et al., 2009; Jakobsson et al., 2008; Lee, 2010; Lyons & Willott, 2008; Peralta, 2008; Thom, 2003), e uma relação negativa entre a adesão a uma feminilidade tradicional e a adoção de práticas de risco (Cullen, 2011; Griffin et al., 2009; Ozkan & Lajunen, 2005). Adicionalmente, podem ser relevantes fatores como, por exemplo: uma maior percepção de controlo e capacidade/competência na realização destas práticas de risco nos homens (Elander et al., 1993; Gabriel Molina et al., 2013; Martinho, 2004; Parker et al., 1995); a influência dos pares na exibição de comportamentos considerados masculinos por parte dos rapazes (Iwamoto & Smiler, 2013; Pereira, 2009; Sherriff, 2007); o acesso diferenciado a substâncias e/ou a um veículo; e, as diferenças ao nível do poder de compra (para além do abrangido pela avaliação da classe social de origem efetuada).

Assim, “ser-se” do sexo masculino parece não explicar, por si só, as diferenças ao nível dos estilos de vida não saudáveis (De Visser & McDonnell, 2013). Com efeito, as diferenças encontradas entre sexos ao nível das práticas de risco, nomeadamente em função da classe social de origem, evidenciam, na nossa análise, diversidade de experiências dentro de cada sexo. Além disso, reforçam a pertinência e a necessidade de atenção sistemática à interseccionalidade, em lugar de uma explicação linear que tenha somente em conta os efeitos da adesão à masculinidade tradicional.

Classe social

No geral, os participantes da classe favorecida reportaram mais comportamentos de risco do que os da classe desfavorecida dentro de cada sexo (só houve uma exceção, nomeadamente ao nível do efeito direto da classe no consumo de álcool, onde apenas se encontraram diferenças entre as jovens). Isto é, dentro de cada sexo foram os indivíduos da classe favorecida a reportar mais condutas de risco, e dentro de cada classe social foram os jovens do sexo masculino a evidenciar mais condutas de risco. Estes resultados corroboram os de outras investigações, as quais indicaram que estes comportamentos eram mais identificados nas classes média/alta comparativamente às mais baixas, dentro de cada sexo, nomeadamente no que concerne ao consumo de álcool (Aekplakorn et al., 2008; Almeida-Filho et al., 2005; Almeida-Filho et al., 2004; Batty et al., 2012; Bloomfield, Gmel, et al., 2006; Diala et al., 2004; Giskes et al., 2011; Hale & Viner, 2013;

Locatelli et al., 2012), ao consumo de cannabis (Beck et al., 2010; Hanson & Chen, 2007; Humensky, 2010; Patrick et al., 2012; Pratta & Santos, 2007) e às transgressões na condução (Kruger, 2013).

Parte das diferenças entre as classes sociais ao nível das condutas de risco foram explicadas pelo maior grau de conformidade com as normas masculinas na classe favorecida comparativamente à desfavorecida, dentro de cada sexo (isto é, os jovens do sexo masculino reportaram maior conformidade e maior incursão em práticas de risco do que as jovens independentemente da classe). Além disso, foi encontrado um efeito de interação entre a classe social, o grau de escolaridade e a conformidade com as normas masculinas ao nível das transgressões na condução, o que ocorreu em ambos os sexos. Neste caso, foi constatado que quando o grau de conformidade com as normas masculinas era mais elevado, os participantes universitários da classe favorecida reportavam mais transgressões do que os do secundário da mesma classe e de que os seus colegas de ensino da classe mais baixa.

Estes resultados poderão estar relacionados com efeitos da visibilidade e do estigma. Considerando que as normas (de género) podem ser mantidas por reforço ou punição das respostas sociais (Locksley & Colten, 1979 as cited in Mahalik, Morray, et al., 2005), e que as tentativas de viver de acordo com um certo modelo de masculinidade podem ser mais estigmatizadas quando partem de grupos sociais marginalizados (Schipper, 2007), é possível especular que tal contribua para uma menor incursão em situações de risco nas classes mais baixas.

Efetivamente, tem sido reconhecido que apesar de o consumo de substâncias (álcool e drogas) ocorrer em todos os estatutos socioeconómicos, este parece ter maior visibilidade nos grupos desfavorecidos, periferizados e marginalizados (Fernandes & Carvalho, 2004; Griffin et al., 2009; Gutierrez & Shoemaker, 2008; Holstein et al., 2009). Este fenómeno pode estar ligado aos contextos onde ocorrem as condutas (Holt & Griffin, 2005 as cited in Griffin et al., 2009), assim como às maiores taxas de morbilidade e mortalidade nos grupos mais desfavorecidos atribuídas ao consumo de substâncias psicoativas e a acidentes rodoviários (Galea & Vlahov, 2002; Hanna et al., 2010; Hasselberg & Laflamme, 2003, 2008; WHO, 2007; Zambon & Hasselberg, 2006). No caso da condução, tal é passível de se relacionar com os veículos a que têm acesso (Licaj et al., 2012; Pinto, 2006; WHO, 2007), com as condições das estradas que utilizam ou, ainda, com o cansaço físico (Chen, Senserrick, et al., 2010).

Pode haver um efeito de estigma, que emerge numa cultura que encara como desviante o comportamento dos mais desfavorecidos. (Griffin et al., 2009; Haywood & Mac an Ghaill, 2013). Aplicando o notado por Holter (2005) – apesar do autor não se referir especificamente a práticas de saúde/risco –, os problemas gerados no topo da hierarquia ou da estrutura de poder são passíveis de ser ampliados ou mais negativamente encarados nos níveis mais abaixo, o que também pode ser atribuível, pelo menos em parte, a um efeito de reportação. Tal pode contribuir para a associação encontrada na literatura entre práticas de risco e estatuto socioeconómicos mais baixos, especialmente nos jovens do sexo masculino.

Focando-se no consumo de álcool, Griffin e colaboradores (2009) alertam que num cenário pautado por uma ordem social neoliberal e pós-feminista (Skeggs, 2004), as demonstrações públicas de consumo por parte dos jovens são constituídas, nos discursos governamentais, como atos volitivos irresponsáveis, distantes da racionalidade, autocontrolo e moderação que definem a subjetividade neoliberal (O'Malley & Valverde, 2004), associada à classe média (Savage, 2003). Neste sentido, Griffin e colaboradores (2009) argumentam que enquanto o consumo excessivo, dentro de limites, pode ser tolerado nos homens das classes média/alta, as demonstrações públicas por parte dos jovens do sexo masculino das classes trabalhadoras, e especialmente das mulheres brancas da classe trabalhadora, são frequentemente constituídos como o epítome do excesso irresponsável (Skeggs, 2004).

Concretizando, Griffin e colaboradores (2009) referem que a representação da mulher que incorre em *binge drinking* é associada à classe trabalhadora, à etnia branca e à orientação do desejo heterossexual. No presente estudo, as jovens da classe desfavorecida apresentaram menor grau de conformidade com as normas masculinas e menor incursão nas condutas avaliadas, comparativamente aos jovens do sexo masculino de ambas as classes e às jovens da classe favorecida. Tal pode ser relacionado com a posição que ocupam na matriz interseccional. Isto é, as desvantagens de uma eventual maior visibilidade do seu envolvimento em situações de risco, e consequente marginalização, por serem oriundas da classe desfavorecida (Fernandes & Carvalho, 2004; Griffin et al., 2009; Holstein et al., 2009), poderiam acumular com as desvantagens de uma potencial desaprovação derivada da demonstração de condutas consideradas tipicamente masculinas (Peterson, 2010 as cited in Saavedra et al., 2013). Nesta análise, importa ter em conta que a interpretação e experiências das relações de classe não são necessariamente as mesmas para ambos os sexos, uma vez que a categoria classe parece

ser construída em interação com diferentes posições de feminilidade e masculinidade (Christensen & Larsen, 2008).

Quanto ao grupo dos jovens do sexo masculino, as constatações do nosso estudo não suportaram a associação entre versões de masculinidade tradicional das classes trabalhadoras e a adoção de comportamentos de risco nos homens, nomeadamente consumo de álcool (De Visser & Smith, 2007; Gough & Edwards, 1998), consumo de drogas (Nasir et al., 2011) e condução perigosa (Walker, 1998; Walker et al., 2000; Wong, 2011). Esta associação tem sido baseada na noção de que os homens da classe baixa, na ausência de recursos/poder que permitam emular o comportamento *genderizado* ligado aos homens dominantes ou atingir um ideal de masculinidade, poderiam recorrer a formas de negociar e demonstrar poder mais facilmente acessíveis (Courtenay, 2000; Holter, 2005; Kimmel & Messner, 1989 [2001]), como práticas que envolvam capacidade física, coragem ou risco (Coles, 2009; Connell, 1995; Courtenay, 2000; De Visser & McDonnell, 2012; Haywood & Mac an Ghail, 2013; Lee, 2010; Morgan, 2005), denotando, de algum modo, uma conformidade com o modelo de virilidade (Kimmel & Messner, 1989 [2001]). Assim, os resultados encontrados são importantes perante o alerta de Schippers (2007), nomeadamente acerca da exclusão dos grupos subordinados (com base na “raça” e na classe) da possibilidade de serem mulheres e homens “reais”⁷³ fornecer um racional para a sua subordinação (social, política e económica) e para a legitimação dos privilégios dos indivíduos brancos e que se encontram em classes sociais elevadas.

Os resultados que obtivemos apoiam a relação positiva entre a classe social e a adesão a normas de género consideradas mais tradicionais nos homens (Nillissen & Young, 2007; Ojeda et al., 2008) e ao tipo de contrato de “*breadwinner*” masculino (Christensen & Larsen, 2008; Glucksmann, 2000; Holter, 2005; Skeggs, 1997). Por sua vez, estes resultados contrariam os identificados por Vasconcelos (1998 as cited in Prazeres, 2004b) no contexto português, nomeadamente sobre a passagem de posições e atitudes mais tradicionais para mais modernas - no que se refere a um duplo padrão sexual e a um duplo padrão social - à medida que se avança no eixo do socialmente desfavorecido para o favorecido.

Em termos de comportamentos de risco, as nossas constatações não correspondem ao referido por outros autores (Coles, 2009; De Visser & McDonnell, 2012; Morgan,

⁷³ Aspas no original (Schippers, 2007).

2005; Tolson, 1977 [1983]; Willott & Lyons, 2012), designadamente sobre os homens das classes mais elevadas negociarem, potencialmente, a sua masculinidade mediante formas alternativas aos comportamentos de risco, devido à maior acessibilidade a oportunidades/recursos para mostrar competência noutros domínios considerados masculinos (por exemplo, pautados pela autoridade/controlo, racionalidade, individualidade e procura de sucesso). Isto não significa que não utilizem, efetivamente, estes e/ou outros recursos na negociação, mas apenas que, no presente estudo, a maior incursão em condutas de risco na classe favorecida (dentro de cada sexo) pareceu relacionar-se com uma maior conformidade com as normas masculinas tradicionais.

Por sua vez, embora os jovens do sexo masculino da classe desfavorecida tenham evidenciado, neste estudo, uma menor conformidade com as normas masculinas do que os jovens do sexo masculino da classe favorecida, reportaram maior grau de conformidade do que as jovens de qualquer uma das classes. A este respeito, é pertinente lembrar que, caso as normas avaliadas façam parte de uma ideologia de masculinidade valorizada, é possível que todos os homens se posicionem em relação às mesmas (Connell & Messerschmidt, 2005). A aceitação de alguns elementos associados ao ideal masculino é passível de ocorrer mesmo que se seja marginalizado face à globalidade desse padrão (Hearn, 2004). No mesmo sentido, o conteúdo qualitativo idealizado relativo à masculinidade e à feminilidade pode ser reforçado tanto nos grupos socialmente dominantes como nos grupos socialmente subordinados (Schippers, 2007), e, na linha do debatido nesta tese, em ambos os sexos.

Quanto às jovens da classe favorecida, as mesmas reportaram, no geral, mais conformidade com as normas masculinas e maior incursão em práticas de risco do que as da classe desfavorecida, o que é passível de se relacionar com os contextos em que se movem. Considerando que as primeiras parecem ter maior probabilidade de frequentar e concluir estudos superiores (Guerreiro & Abrantes, 2005; Machado et al., 2003), podemos supor que aspirarão a carreiras em áreas e/ou cargos em posições elevadas ou de liderança, ainda maioritariamente ocupadas por homens (Nogueira, 2009). Tal pode levar a que procurem estatuto exibindo um maior grau de conformidade relativamente às normas potencialmente dominantes nestes contextos. No mesmo sentido, a identificação como feminina ou como mulher é passível de contradizer a identificação como tecnicamente competente, levando à adoção de atitudes e comportamentos percebidos como masculinos (Saavedra et al., 2013).

Os resultados obtidos nesta tese indicaram, também, um efeito direto da classe social ao nível das condutas de risco, isto é, não explicado pelo grau de conformidade com as normas masculinas. Tal pode refletir a influência de outros fatores, como um acesso distinto a recursos financeiros (não se avaliou se os participantes tinham alguma fonte de rendimento próprio), que, por sua vez, pode ou não ser moldado por construções sociais no âmbito do género. Efetivamente, a incursão nos comportamentos avaliados pode exigir alguma disponibilidade financeira, como, por exemplo, nos casos da compra de substâncias psicoativas e do acesso a veículos que permitam velocidades mais elevadas, entre outros. A este respeito, importa esclarecer que não enfatizamos a possibilidade de as diferenças entre classes sociais ao nível das transgressões ao volante se deverem a diferenças na frequência da condução e na distância percorrida, uma vez que procurámos controlar estas variáveis nas análises efetuadas.

Em suma, em ambos os sexos, constatou-se uma maior incursão em práticas de risco por parte da classe favorecida, que foi em parte explicada pela maior conformidade com as normas masculinas, comparativamente à classe desfavorecida. Tal reforça a importância de atender ao género e à classe social na compreensão do envolvimento em situações de risco.

Grau de escolaridade

No que concerne ao grau de escolaridade, identificámos que enquanto nos jovens do sexo masculino não se observaram diferenças em função desta dimensão, as jovens universitárias apresentaram maior grau de conformidade com as normas masculinas do que as alunas do ensino secundário. Esta constatação pode estar ligada à noção de que o contexto universitário parece privilegiar uma definição de masculinidade associada ao jovem branco, heterossexual, viril, forte, duro, confiante, respeitado e competitivo por posições de poder (Peralta & Cruz, 2006 as cited in Engstrom, 2012). Assim, no geral, os resultados não refletiram o possível conflito referido na literatura entre o trabalho académico (aqui associado à frequência do ensino superior), potencialmente percebido como mais feminino, e o desempenho de uma masculinidade tradicional, construída em oposição ao que é considerado feminino (Archer et al., 2001; Jackson & Dempster, 2009; Phoenix & Frosh, 2001; Pleck, 1995; Reed, 2011).

Quanto aos resultados encontrados relativamente aos jovens do sexo masculino, estes contrastam com outros referidos na literatura (Archer et al., 2001; Reed, 2011),

designadamente sobre a possibilidade de os alunos de estatuto socioeconómico baixo poderem evidenciar mais facilmente versões de masculinidade pautadas por atributos hipermasculinos (capacidade física, resistência e perícia mecânica) e/ou perceções acerca do ensino pós-secundário como efeminado, de modo a combater a emasculinização derivada da não obtenção de poder e privilégio, dentro e fora da escola. Além disso, os resultados não suportaram a noção de que o ambiente universitário favoreceria uma maior flexibilidade quanto à subscrição das normas de género por parte dos jovens do sexo masculino (Calvo-Salguero et al., 2008; Crawshaw, 2009; Petersen, 2003; White, McKee et al., 2011 as cited in De Visser & McDonnell, 2013), pois o modelo de masculinidade tradicional apareceu como transversal aos dois graus de escolaridade.

Particularmente quanto às jovens, podemos supor algo semelhante ao dito anteriormente sobre a classe social. Apesar do maior acesso das mulheres portuguesas a níveis mais elevados de escolaridade (Amâncio, 2004c; Monteiro, 2013), as universidades e outras instituições superiores podem, ainda, ter um papel na manutenção de discursos que levam à invisibilidade das mulheres e das feminilidades, como por exemplo, através da utilização do plural no masculino e da forma como os cursos são lecionados (Saavedra et al., 2013), do menor *feedback* prestado aos estudantes do sexo feminino pelos professores (Valenziano, 2009) e da ênfase no pensamento linear e racional, ainda associado à masculinidade (Berila, 2011). Além disso, parecem haver áreas de conhecimento encaradas como mais femininas, como é o caso das letras, das ciências sociais e do ensino, e outras como mais masculinas, como as tecnologias e engenharias⁷⁴ (ver Saavedra et al., 2013; Saavedra & Taveira, 2007). Tal pode levar as jovens a emular comportamentos que considerem valorizados nestes contextos, nomeadamente os associados à masculinidade tradicional.

Adicionalmente, os resultados evidenciaram que, enquanto nos jovens do sexo masculino não se notou um efeito indireto do grau de escolaridade ao nível dos comportamentos de risco, nas jovens o mesmo foi observado no âmbito do consumo de álcool. Tal sugeriu que um maior consumo por parte das universitárias comparativamente às alunas do ensino secundário poderia relacionar-se parcialmente com uma maior conformidade com as normas masculinas por parte das primeiras.

⁷⁴ Embora o presente estudo tenha contado com a participação de estudantes de diversos cursos, estes não foram registados. Tal será aprofundado na secção destinada aos estudos futuros.

Em suma, enquanto nos jovens do sexo masculino o modelo de masculinidade tradicional apareceu como transversal aos dois graus de escolaridade, nas jovens a adesão a esse ideal pareceu mais associada àquelas que frequentam o ensino superior. Assim, tendo em conta que a conformidade com as normas masculinas se mostrou um fator relevante na compreensão do envolvimento em práticas de risco, a consideração do grau de escolaridade nas análises continua a ser relevante na compreensão deste fenómeno, pelo menos no grupo das jovens.

Por fim, importa ter em conta que pode haver variabilidade dentro de cada sexo, classe social ou grau de escolaridade, tanto quanto à conformidade com as normas masculinas tradicionais (Weis, 2006), como à adoção de práticas de risco para a saúde (Courtenay, 2000). Embora as construções sociais no domínio das masculinidades possam relacionar-se com as diferenças de classe e/ou de grau de escolaridade, tal não configura, necessariamente, uma inevitabilidade (Morgan, 2005; Phoenix & Frosh, 2001), sendo pertinente atentar ao risco de estereotipia (Morgan, 1992 as cited in Edley & Wetherell, 1995). Efetivamente, os resultados dos diversos estudos consultados e citados, de entre os quais muitos não decorreram em Portugal, sugerem a possível presença de fatores socioculturais específicos aos contextos.

Limitações

Este estudo apresenta algumas limitações que consideramos relevante debater.

Uma delas diz respeito à consideração do constructo conformidade com as normas masculinas como mediador das dimensões sócio identitárias - sexo, classe social e grau de escolaridade -, e, ao mesmo tempo, passível de ser moderado pelas mesmas dimensões. Dito de modo mais concreto, na análise de mediação, realizámos uma regressão em que as dimensões sexo, classe social e grau de escolaridade (e idade) foram introduzidas como variáveis potencialmente explicativas, e a conformidade com as normas masculinas enquanto variável critério. Por sua vez, na análise de moderação, este constructo e as dimensões sexo, classe social e grau de escolaridade foram consideradas em simultâneo e em intersecção como variáveis potencialmente explicativas, e cada comportamento de risco como variável critério. Assim, enquanto para a realização da análise de mediação, a conformidade com as normas masculinas pareceu localizada entre as dimensões – sexo, classe social e grau de escolaridade – e o comportamento de risco (como pode ser sugerido pelo diagrama da Figura 1), na análise de moderação apareceu contemplada ao mesmo

nível das restantes dimensões socio-identitárias (sexo, classe social e grau de escolaridade). Embora existam autores que reconhecem a possibilidade de um modelo deste tipo (James & Brett, 1984; Judd & Kenny, 1981; Preacher, Rucker, & Hayes, 2007), somos da opinião de que o mesmo levanta algumas questões conceptuais (Hayes, 2013), principalmente no presente estudo, devido ao modo como posicionámos o constructo conformidade com as normas masculinas face às dimensões sexo, classe social e grau de escolaridade.

Contudo, considerámos pertinente avaliar se os potenciais efeitos do sexo, da classe social e do grau de escolaridade ao nível dos comportamentos de risco eram ou não explicados, pelo menos em parte, pela conformidade com as normas masculinas, o que pode ser explorado com recurso à análise de mediação. Como suporte a este procedimento, podemos dizer que os processos de construção do género estão associados a relações de poder assimétricas, quer em função do sexo biológico, quer de dimensões como a classe social, idade, etnia, entre outras (Holter, 2005; Skeggs, 1997). Kimmel e Messner (1989 [2001]) explicam que a masculinidade é construída diferentemente pela cultura de classe, “raça” e etnia, e idade, influenciando-se mutuamente. Neste sentido, as masculinidades coletivas podem ser concebidas como resultando das localizações estruturais partilhadas pelos homens (Hearn, 1987). Mais particularmente, Andrew Tolson (1977 [1983]) encara as diferenças de classe como uma das bases da variação dos estilos de masculinidade.

Por sua vez, também nos pareceu fazer sentido incluir a conformidade com as normas masculinas ao mesmo nível do sexo, da classe social e do grau de escolaridade, como feito na análise de moderação entre estas variáveis (todas foram consideradas em possível interação). Somos da opinião de que esta análise é importante, uma vez que o efeito da conformidade com as normas masculinas ao nível dos comportamentos de risco poderia não ser o mesmo para todos os grupos sociais considerados (em função do sexo, da classe e do grau de escolaridade), como foi notado. A este respeito, é pertinente lembrar que não podemos supor que os homens e as mulheres são *genderizados* da mesma forma (Holter, 2005).

Particularmente no que concerne à inclusão do sexo enquanto variável potencialmente explicativa, ao mesmo nível da conformidade com as normas masculinas, importa mencionar que o primeiro conceito também obedece a processos de construção social, sendo a materialidade do mesmo construída através da repetição ritualizada de normas (Butler, 1993). Igualmente, o significado da diferença sexual pode ser encarado

como um produto de negociação social, num contexto pautado por um sistema prévio de significados (Nogueira, 2001c). Para Fausto-Sterling (2000), os sinais e funções corporais com que definimos homens ou mulheres vêm já emaranhados com ideias acerca do género. Neste sentido, o género pode sobredeterminar a percepção do conceito de sexo (Lykke, 2010; Marques, 2007).

Relativamente à consideração da classe social e da conformidade com as normas masculinas enquanto variáveis potencialmente explicativas, é pertinente referir que as masculinidades podem, também, ser expressas através das posições sociais de classe (Edley & Wetherell, 1995), assim como estas últimas podem ser envolvidas na definição do significado das masculinidades (Coles, 2009). Além disso, as relações estruturais de poder geram e são suportadas por representações simbólicas, enquanto ideologias ou normas de justificação, as quais são baseadas na naturalização e/ou nas avaliações diferenciais das categorias sexo, classe social, etnia, entre outras (Harding, 1986). Podemos falar, portanto, na construção recíproca de diferentes estruturas de poder (Christensen & Larsen, 2008; Crenshaw, 1994). Consideramos, por isso, que se adequa a ideia de que a posição da classe social (entre outras dimensões) tanto constrange como capacita certos modos de ação social *genderizada*, sem os determinar à partida (Messerschmidt, 1993).

Uma outra limitação que consideramos pertinente refere-se à complexidade das análises realizadas e da interpretação dos resultados. Em concordância, vários autores alertam acerca da complexidade das análises orientadas por uma ótica interseccional (Bowleg, 2008; Hancock, 2007; McCall, 2005). Por este motivo, optámos por reter apenas os termos significativos nas análises de regressão. Contudo, esta opção pode ser questionável, como refere Hayes (2013), uma vez que os resultados ficam muito circunscritos à amostra utilizada, não traduzindo um modelo conceptual prévio que se pretende testar. Por outro lado, alguns autores defendem que este procedimento é adequado em estudos com objetivos exploratórios (Aron & Aron, 1999; B. H. Cohen, 2001 as cited in Petrocelli, 2003), como foi o caso. No âmbito da nossa investigação, guiada por perspetivas que reconhecem visões parciais e situadas dos fenómenos sociais, e que visam diminuir a marginalização de certos grupos sociais, considerámos relevante não estabelecer hipóteses *a priori*, nem aspirar à generalização dos resultados. Além disso, à exceção da literatura indicar mais comportamentos de risco nos homens do que nas mulheres, bem como uma associação entre uma masculinidade tradicional e a tomada

de riscos, não se identificou uma tendência clara em termos de classe social e grau de escolaridade, o que pode suscitar interesses futuros.

Outra possível limitação diz respeito ao agrupamento dos indivíduos em função de alguns critérios e categorias, na linha do referido no capítulo 1. Os mesmos podem não se encarar como grupo (Morgan, 2005; Silva, 2009) e a própria ideia de “grupo” pode homogeneizá-los, contribuindo potencialmente para a manutenção de desigualdades. Valorizamos, por isso, o alerta de Connell (2005) sobre o perigo de colapsar a masculinidade em tipologias de carácter, perante, por exemplo, a noção de que os indivíduos construirão masculinidades diferentemente por pertencerem a classes distintas. A este respeito, importa lembrar, por exemplo, que na avaliação da classe social de origem não tivemos em conta a possibilidade de haver outro tipo de recursos culturais e materiais (por exemplo, os participantes podem ter outros rendimentos, o que não foi perguntado). Porém, a diversidade derivada da interação entre divisões sociais e da complexidade das circunstâncias materiais precisa de ser balanceada, dando atenção a padrões e regularidades (Edley & Wetherell, 1995). Além disso, como referido no capítulo I, as categorias foram utilizadas estrategicamente e num sentido provisório (Nogueira, 2013), com o intuito de facilitar uma análise guiada por uma abordagem intercategoriaal (McCall, 2005), e posteriormente, a ação política com vista à obtenção de melhor qualidade de vida ao nível da saúde.

Sobre a atribuição da classe social de origem neste estudo, reconhecemos a complexidade do procedimento realizado. Porém, o mesmo constituiu a forma que nos pareceu mais adequada quando se procura avaliar a classe social do país/progenitores e não se recorre a uma grelha de análise que permita, desde logo, utilizar o critério de “conjugação” (ver Machado et al., 2003). Também acerca da avaliação da classe social, importa lembrar que optámos por excluir as questões relativas ao tipo e zona de habitação, uma vez que os participantes escolheram maioritariamente as mesmas opções de resposta, o que pode estar relacionado com desejabilidade social. Contudo, reconhecemos a importância destas questões quando se procura contemplar diversos critérios na avaliação das classes sociais (ver Silva, 2009).

A possibilidade dos resultados obtidos serem influenciados pela distribuição dos participantes através dos diferentes grupos formados, nomeadamente em função da classe e do grau de escolaridade, pode ser encarada como uma outra limitação. De acordo com o referido, a proporção de jovens que frequenta a universidade pode ser maior na classe favorecida, em comparação com aquela que frequenta o ensino secundário (Machado et

al., 2003). Assim, estas duas variáveis – classe social de origem e grau de escolaridade – poderão estar correlacionadas. Contudo, nas análises de regressão, tivemos o cuidado de avaliar o cumprimento do pressuposto da multicolinearidade, o qual indica que as variáveis não estão altamente correlacionadas (ver Field, 2013).

Por fim, um outro ponto que importa debater debruça-se sobre as práticas consideradas de risco. Embora o consumo de substâncias psicoativas ilícitas e as transgressões na condução possam ser mais facilmente encarados como tomada de riscos, o mesmo não é tão claro relativamente ao consumo de álcool, nomeadamente quando ingerido de forma moderada. No entanto, não separámos os participantes com base num limiar de consumo considerado moderado, incluindo-os a todos, independentemente do nível de ingestão declarado. Também certas manobras na condução podem ter outras intenções que não a vivência do risco, como urgências, por exemplo. Assim, o enquadramento destas condutas no termo mais amplo de “comportamentos de risco” pode ser assumido como uma convenção ou assunção, justificada pelo intuito de facilitar a fluidez e o entendimento da descrição do estudo.

Potenciais contribuições

Neste estudo procurámos abordar a interseccionalidade a vários níveis - estruturas sociais geradoras de desigualdades, representações simbólicas e/ou e construções identitárias, e práticas (Harding, 1986) - mediante a observação de dimensões socio-identitárias, como o sexo, a classe social e o grau de escolaridade, de um constructo no domínio do género e de comportamentos de risco. Tal é relevante num cenário em que a interseccionalidade não tem aparecido frequentemente contemplada, incluindo no da saúde (McCall, 2005). Adicionalmente, a inclusão de outras dimensões sócio-identitárias, como a classe social e o grau de escolaridade, pode favorecer o evitamento da essencialização e da dicotomização sexuais (Harris III & Barone, 2011; Nogueira, 2001c; Sloop, 2005), e a clarificação dos processos de diferenciação entre sexos ao nível da posição social que ocupam (Amâncio, 1992).

Quanto aos possíveis contributos acerca das análises estatísticas efetuadas, ao optarmos por calcular o produto entre as variáveis de interesse como forma de representar interações, considerámos que favorecemos a substituição de modelos aditivos por multiplicativos. A este respeito, importa lembrar a noção da identidade como multiplicativa e não aditiva (Wing, 1990), e que numa abordagem interseccional não se

pressupõe explorar a soma de categorias (Bowleg, 2008).

Começámos por analisar as categorias emergentes (interações) antes das categorias mestras (sexo, classe social, grau de escolaridade e conformidade com as normas masculinas), mas tivemos em conta a possibilidade de que cada categoria mestra ser, ainda, significativa. A este respeito, assumimos que cada uma pode ter origem em localizações históricas e culturais distintas (Yuval-Davis, 2006 as cited in Warner, 2008), mas não pressupusemos, de início, que uma categoria mestra constitui uma forma válida de representação da experiência dos participantes (Warner, 2008), diferindo, por isso, dos modelos aditivos (Bowleg, 2008). Salientámos, antes, que categorias emergentes (que ocorrem quando as categorias mestras se intersectam), até então desconhecidas, podem marcar clivagens sociais (Hancock, 2007; Warner, 2008). Assim, no nosso entendimento, a metodologia pela qual optámos nas análises realizadas pode contribuir para lidar com a complexidade da perspectiva da interseccionalidade, nomeadamente da abordagem intercategoriaal (McCall, 2005).

Por fim, os resultados obtidos salientaram a prioridade de contemplar na análise da incursão em comportamentos de risco outras dimensões sócio-identitárias para além do sexo, nomeadamente constructos no domínio do género, tendo este estudo focado a conformidade com as normas masculinas, a classe social e o grau de escolaridade. Em suma, este estudo enfatizou a necessidade de uma perspectiva de género e interseccional na pesquisa sobre as práticas de risco para a saúde em jovens de ambos os sexos, particularmente no que se refere ao consumo de álcool, consumo de cannabis e transgressões na condução.

5.6. Síntese

No presente capítulo empírico descrevemos e discutimos três estudos: dois dirigidos à avaliação de algumas propriedades psicométricas de instrumentos de medida, os quais pretendíamos utilizar no terceiro estudo, centrado na análise de relações entre sexo, classe social, grau de escolaridade, conformidade com as normas masculinas e três comportamentos de risco (consumo de álcool, consumo de cannabis e transgressões na condução).

Mais concretamente, no primeiro, debruçámo-nos sobre uma versão reduzida do *Conformity to Masculine Norms Inventory* (CMNI; Mahalik, Locke, et al., 2003), chegando a um instrumento final com 14 itens, passível, na nossa avaliação, de ser

aplicado a jovens de ambos os sexos, o que é, também, considerado pertinente por outros autores (Parent & Smiler, 2012; Smiler, 2006). Nesta análise sobressaiu a pouca adequação, em termos psicométricos, dos itens relativos à “Primazia do trabalho” em ambos os sexos, uma vez que tal contrastou com a saliência que este tema tem recebido na literatura sobre masculinidade (Connell, 1995; David & Brannon, 1976; Kimmel, 1993; Morgan, 1992; Novikova et al., 2005).

No segundo estudo, explorámos algumas propriedades psicométricas de uma medida desenvolvida com o propósito de avaliar transgressões intencionais na condução. Como resultado, obtivemos um instrumento com 19 itens.

No terceiro estudo, avaliámos as relações entre as dimensões socio-identitárias sexo, classe social de origem, grau de escolaridade, conformidade com as normas masculinas e três comportamentos de risco – consumo de álcool, consumo de cannabis e transgressões na condução. Os resultados realçaram a importância de incluir constructos no domínio do género - que, no presente caso, correspondeu à conformidade com as normas masculinas -, e outras dimensões socio-identitárias para além do sexo, como a classe social, na análise das práticas referidas. Em suma, foi salientada a importância de adotar uma perspetiva de género e interseccional no âmbito dos comportamentos que podem interferir com a saúde e bem-estar de jovens.

Conclusões

Esta tese salientou a importância da adoção de uma perspetiva de género e interseccional na análise da incursão em práticas de risco em jovens. Tal é especialmente relevante em Portugal, considerando a resistência dos estereótipos tradicionais de género e a maior atenção às determinações da socialização na investigação sociológica *mainstream* com jovens, cuja conceptualização tende a ser confundida com a “realidade”⁷⁵ do género (Pereira, 2009), sem um aprofundamento sobre o impacto de fatores sociais. Por sua vez, os jovens e as jovens são, frequentemente, encarados como saudáveis e o envolvimento em situações arriscadas como supostamente natural (Goodman & Huang, 2002; O’Neil & Crapser, 2011; Prazeres, 2003). O referido pode minimizar a perceção de risco, num cenário em que é necessária mais informação sobre as necessidades de saúde desta faixa etária (Prazeres, 2003).

Os estudos nacionais sobre a saúde dos rapazes e dos homens, particularmente os que valorizam uma perspetiva de género e a interseccionalidade, não têm merecido muito investimento, o que reforça o não questionamento da masculinidade e a sua relação com as localizações sociais de classe. Assim, a inclusão nesta investigação de jovens de ambos os sexos, de distintas classes sociais e a frequentar diferentes graus de escolaridade contrariou a associação entre os estudos de género e as jovens/mulheres, e/ou entre uma abordagem interseccional e os grupos sociais marginalizados.

Os resultados obtidos evidenciaram que a maior incursão por parte dos jovens do sexo masculino, comparativamente às jovens, nos comportamentos de risco avaliados (consumo de álcool, consumo de cannabis e transgressões na condução) foi, em parte, explicada pelo maior grau de conformidade com as normas masculinas consideradas tradicionais dos primeiros. Estas observações reforçam a ideia de que as taxas mais elevadas de mortalidade e morbilidade por causas externas e/ou evitáveis nos jovens do sexo masculino estarão relacionadas com construções sociais que se inscrevem no domínio do género.

⁷⁵ Aspas no original (Pereira, 2009).

A simples descrição de diferenças em função do sexo, uma tendência frequente nas Ciências Sociais, incluindo na Psicologia (Weatherall, 2002), constitui uma forma enviesada e insuficiente de analisar o envolvimento em comportamentos de risco. Esta deixa por clarificar o impacto dos fatores sociais, com o risco de minimizar o carácter político das relações de género. Neste sentido, a presente tese contraria o modelo de análise dicotómico baseada no dimorfismo orgânico e, consequentemente, a noção de inevitabilidade e/ou naturalidade da menor esperança de vida dos homens, uma vez que pretendeu questionar e complexificar esses posicionamentos e leituras.

Mostrámos que a conformidade com as normas masculinas tradicionais estava positivamente associada a mais práticas de risco em jovens do sexo masculino e do sexo feminino (no âmbito do consumo de álcool e das transgressões na condução). Esta constatação foi possível devido à avaliação de um constructo no domínio da masculinidade em ambos os sexos. Tal permitiu contemplar a variabilidade na conformidade com as normas masculinas entre sexos e dentro de cada sexo, o que contrasta com a mera abordagem das diferenças sexuais. Além disso, esta opção metodológica desafia o essencialismo derivado da análise da masculinidade apenas nos homens e da feminilidade apenas nas mulheres, o que é comum em muitos estudos, incluindo entre os que procuram recorrer a uma perspetiva de género. Com efeito, procurámos contrariar a ideia de que o género ocorre naturalmente em cada sexo e, de modo relacionado, a interdependência entre o corpo, o sexo e o género. Julgamos, por isso, que esta opção pode contribuir para clarificar a distinção entre estes conceitos e para sublinhar as implicações conceptuais e epistemológicas do seu uso.

Genericamente, os participantes da classe favorecida reportaram maior incursão nos comportamentos de risco avaliados, comparativamente aos da classe desfavorecida, o que foi constatado dentro de cada sexo. Estas diferenças podem dever-se aos distintos recursos financeiros disponíveis para o envolvimento em práticas de consumo e condução insegura, assim como a outros fatores. Mas, o grau de conformidade com as normas masculinas explicou, também, parte desse efeito. Adicionalmente, as jovens universitárias reportaram maior grau de conformidade com estas normas do que as alunas do ensino secundário. Deste modo, reforçámos a pertinência de atenção sistemática à interseccionalidade, em lugar de uma explicação linear que tenha somente em conta os efeitos da adesão à masculinidade tradicional.

Estes resultados e a sua discussão favorecem, também, o reconhecimento da diversidade das experiências de vida quer entre jovens do sexo masculino, quer entre

jovens do sexo feminino, ultrapassando-se a o foco tradicional nas diferenças baseadas no sexo ou no género (associado ao sexo). Efetivamente, considerando que as definições e respostas ao risco estão enquadradas num certo contexto, o seu estudo não pode deixar de considerar jovens do sexo masculino e do sexo feminino enquanto grupos sociais heterogéneos. Neste prisma, a noção de interseccionalidade poderá contribuir para ultrapassar a perceção do comportamento *genderizado* como fruto da natureza ou da socialização anterior, salientando, antes, a ideia de “fazer género” (West & Zimmerman, 1987).

O exposto não pretende desviar a atenção das iniquidades sociais entre os sexos mas, antes, sugerir que, para compreender o sexo e o género, é necessário atender às complexidades e diversidade das identidades, ao papel das instituições e às questões de poder. Como afirma João Oliveira (2010), é preciso “hifenizar”⁷⁶ o género com questões de “raça”, sexualidades, classe social, e outros sistemas, de modo a possibilitar a análise e a praxis a partir de pontos multifacetados. Neste sentido, a atenção às classes sociais e à localização sócio-histórica pode contribuir para teorias de género e teorias feministas mais amplas.

Porém, reconhecemos que a orientação pela ótica da interseccionalidade não evita totalmente o perigo de “falarmos pelos outros”, como debatido por Alcoff (1991-1992). Tal pode ser exacerbado quando se recorre à aplicação de questionários (como técnica de recolha de dados) e à utilização de categorias definidas previamente, mesmo que de forma estratégica e provisória. Mais especificamente, Alcoff (1991-1992) chama a atenção para o facto de certas localizações privilegiadas serem discursivamente perigosas, principalmente quando se fala em nome de pessoas menos privilegiadas, podendo resultar no reforço da opressão deste grupo. Aconselha, por isso, que nos perguntemos sobre o quanto as produções teóricas e investigativas promovem o *empowerment* das pessoas oprimidas.

Pensamos que a perspetiva que orienta esta tese pode promover a igualdade e a justiça. A teorização sobre o género e os modelos interseccionais assumem, muitas vezes, uma ligação entre o conhecimento dos sistemas opressivos e o ativismo social para os desafiar (Weber & Parra-Medina, 2003). Em particular, somos da opinião de que a inclusão de diversos grupos/dimensões sociais (como a classe social e o grau de escolaridade) potenciou o questionamento dos que usufruem mais facilmente de estatutos

⁷⁶Aspas nossas.

normativos, contrariando a ideia de que os grupos desfavorecidos constituem o efeito a ser explicado. No mesmo sentido, a exploração das possíveis intersecções entre as dimensões sócio-identitárias contempladas, juntamente com um constructo no domínio do género, contribuiu para atender à variabilidade intra e intergrupar, e contrariar a dicotomização das pessoas em função do sexo. Além disso, procurámos contextualizar as opções tomadas na localização sócio-histórica nacional e evitar generalizações excessivas dos resultados para além da amostra contemplada. Assumimos, por isso, uma visão parcial e situada, seguindo as perspetivas pós-modernista e feministas.

Os resultados obtidos poderão informar a ação política reivindicativa de melhores condições de vida, importante para os grupos sociais oprimidos. Neste sentido, procurámos interpretar os resultados atendendo ao acesso diferenciado ao poder. Mais concretamente, falámos acerca da possibilidade de adesão a uma certa forma de masculinidade tradicional e de a incursão em comportamentos de risco estar, mesmo que em grau variável, associada a benefícios (como a obtenção de estatuto) e/ou a sanções sociais (como o estigma, por exemplo). Discutir estas ideias é importante, uma vez que o envolvimento em situações de risco pode ter implicações para a saúde e bem-estar das pessoas. Por sua vez, os comportamentos de risco podem favorecer a sustentação, a reprodução e a legitimação dos arranjos institucionais que são baseados na categoria sexo, assim como as estruturas mais amplas de poder e desigualdade. Assim, este debate pode desafiar os discursos, incluindo os científicos, os quais naturalizam os comportamentos e legitimam desigualdades.

Defendemos a pertinência de não colocarmos a responsabilidade pela mudança atitudinal e comportamental somente nos indivíduos, mas, sim, na ação coletiva. Idealmente, consideramos que a mudança pode ocorrer a vários níveis, desde o mais amplo ao individual. Neste sentido, importa que os constructos no campo do género não sejam conceptualizados enquanto um dado explicativo em si mesmos. Como alertado por Connell e Messerschmidt (2005), baseando-se em McMahon (1993), e por Engstrom (2012), o comportamento dos homens é, por vezes, reificado no conceito de masculinidade que, depois, num argumento circular, se torna a explicação (e a desculpa) desse comportamento. Deste modo, consideramos que os conceitos no domínio da masculinidade devem constituir uma plataforma para uma análise que inclua um foco macro social e político, atendendo às instituições e influências estruturais.

O exposto pode, também, contribuir para diminuir a tendência para responsabilizar os homens quando se fala em desigualdades, ainda que não pretendamos

sustentar a ideia de que os homens são vítimas, expressa, muitas vezes, nas afirmações acerca da crise na saúde dos homens ou dos homens em risco, como alertam Annandale e Hammarström (2010). Efetivamente, alguns autores referem-se a uma crise da masculinidade como resultado do facto de os rapazes estarem a rejeitar valores masculinos tradicionais sem terem alternativas que os assistam a chegar à idade adulta (Peake, 1994 as cited in McCallum, 1998). Contudo, esta visão é passível de trazer algumas ideias questionáveis, como a de que os homens estão a passar por um período difícil, cuja solução poderia passar pelo retorno a uma masculinidade tradicional, o que, como constatámos, pode ter implicações negativas para os jovens de ambos os sexos.

Na nossa interpretação, a avaliação da conformidade com as normas masculinas tradicionais que realizámos refletiu, apenas, a valorização de certas normas contextuais no momento da avaliação e não um traço estável ou fixo. Neste sentido, concordamos que o género deve ser entendido não como uma propriedade nos indivíduos, mas, sim, como uma construção social. Porém, apesar de as construções sociais no âmbito da masculinidade não serem fixas nem iguais às do passado, não significa que deixem de existir (Badinter, 1997).

A respeito do ponto anterior, uma das limitações da presente tese corresponde à avaliação de normas dominantes encontradas na cultura contemporânea norte-americana, as quais podem não ter o mesmo impacto em Portugal. Por este motivo, seria pertinente, no futuro, aprofundar as potenciais normas dominantes de género no contexto nacional. Pela mesma razão, procurámos não posicionar, na interpretação dos resultados, o constructo conformidade com as normas masculinas face aos conceitos de ideologia da masculinidade dominante (Pleck, 1995) e de masculinidade hegemónica (Connell, 1995), que, como referido no capítulo II, têm aparecido, por vezes, como sobrepostos. Por um lado, reconhecemos que o constructo avaliado pelo instrumento *Conformity to Masculine Norms Inventory* (Mahalik, Locke, et al., 2003) e referente a uma masculinidade dominante, identificada nos Estados Unidos num certo momento, pode não corresponder à forma de masculinidade mais valorizada no contexto e momentos em que ocorreu o presente estudo. Efetivamente, como já referido, a pontuação média obtida referente ao mesmo constructo localizou-se, no grupo dos jovens do sexo masculino, perto dos valores intermédios que a escala permite (entre o mínimo e o máximo).

Mas, por outro lado, alguns estudos portugueses que contemplam o tema das masculinidades (e.g. Barbosa, 2004; Laranjeira, 2004; Magalhães et al., 2008; Marques, 2007; Martinho, 2004; Prazeres, 2004a) parecem, no nosso entender, constatar a presença

de construções sociais no domínio do género que são passíveis de corresponder, pelo menos em parte, às definições comumente aplicadas a uma versão de masculinidade tradicional, como por exemplo, a auto-suficiência, o controlo, a confiança e a resistência (David & Brannon, 1976; Levant, 2011; Mahalik, Locke, et al., 2003; Pleck, 1995). No mesmo sentido, os elementos principais da masculinidade associados ao patriarcado ainda parecem persistir em Portugal. Adicionalmente, as dinâmicas de formação de masculinidades têm tomado forma dentro do contexto marcado pelo capitalismo ocidental e pela globalização (Mirandé, 1997; Shire, 1994 as cited in Haywood & Mac an Ghaill, 2003). Como esclarecem Connell e Messerschmidt (2005), as construções da masculinidade hegemónica regionais e locais são moldadas pela articulação destes sistemas de género com processos globais.

Assim, consideramos que a presente tese não contrasta com a produção teórica assente sobre o conceito de masculinidade hegemónica, uma versão da masculinidade ideal que serve de padrão de comparação às outras masculinidades e as subordina, tal como às feminilidades (Connell, 1995), podendo constituir um contributo para a análise da flexibilidade da masculinidade hegemónica no campo da saúde. Julgamos que o foco não só no sexo e/ou na masculinidade, mas também noutras dimensões sócio-identitárias (como a classe social, o grau de escolaridade e a idade) e nas práticas dos indivíduos (neste caso, de risco) poderá potenciar a procura do entendimento de como é constituída e mantida a hegemonia. Isto porque, há um atendimento quer à construção social de formas particulares de masculinidade (e.g. Connell, 1995), quer à construção social dos sistemas de diferenciação e das práticas dos indivíduos (Hearn, 2004).

No que concerne à recolha de dados efetuada nesta investigação, importa notar que, apesar de termos sublinhado o anonimato das respostas, para acautelar possíveis enviesamentos, é possível que algumas delas tenham sido marcadas por desejabilidade social. A este respeito, é pertinente lembrar que foram solicitadas informações sobre comportamentos de risco, alguns deles ilegais. Por sua vez, algumas respostas podem ter sido ampliadas, possivelmente, como forma de (re)construir o género, ou seja, de evidenciar a adesão a certas construções sociais no domínio do género. Além disso, na avaliação dos comportamentos foram solicitadas estimativas acerca de comportamentos precisos, o que pode constituir uma fonte potencial de erro ou de fragilidade dos dados obtidos. Assim, futuramente, poderia ser útil desenvolver estudos que recorram à observação de comportamentos, ainda que tal acarrete uma revisão da orientação metodológica, bem como dos instrumentos e dos recursos a mobilizar.

A aplicação de questionários, enquanto técnica de recolha de informação, não permite enfatizar a construção discursiva de identidades, comparativamente, por exemplo, às entrevistas ou aos grupos focais. Estas duas últimas técnicas podem contribuir para aceder às complexidades da experiência múltipla, diminuindo a possibilidade de “falarmos pelos outros” e a invisibilidade de certos grupos sociais. Porém, uma metodologia quantitativa é útil na inclusão de uma grande amostra de participantes e na exploração de pontos de comparação entre dimensões/grupos sociais (como numa abordagem interseccional intercategorial), o que foi o caso. Adicionalmente, uma metodologia deste tipo pode permitir estabelecer mais facilmente comparações com outros estudos que se debruçam sobre a saúde, incluindo os relatórios oficiais. Assim, futuramente e para aprofundamento, seria pertinente a conjugação de métodos quantitativos com qualitativos na análise da adoção de condutas de risco, mantendo uma perspetiva de género e interseccional.

Recorrendo a uma metodologia quantitativa existem outras opções de análise. Por exemplo, Winker e Degele (2011) apresentaram uma análise que partiu das práticas sociais, considerando as mesmas como as dimensões comparativas do seu estudo, tendo explorado, apenas posteriormente, como é que as categorias de diferenciação (por exemplo, sexo e etnia) apareciam acumuladas nestas práticas sociais. Na presente investigação poderia seguir-se este procedimento, por exemplo, introduzindo as práticas de risco numa análise de *clusters* e avaliando os diferentes perfis de participantes que surgissem, isto é, caracterizando posteriormente os grupos de participantes que se formavam em função das categorias sexo, classe social e/ou grau de escolaridade. Contudo, nesta investigação, tivemos o objetivo de comparar grupos sociais definidos, desde logo, em função destas categorias/dimensões sócio-identitárias, seguindo uma abordagem intercategorial, no âmbito da interseccionalidade.

Se tivéssemos avaliado separadamente as normas que constituem o constructo avaliado pelo *Conformity to Masculine Norms Inventory* (Mahalik, Locke, et al., 2003), e não só uma pontuação total, poder-se-ia realizar um procedimento similar ao realizado no estudo de Wong, Owen e Shea (2012). Estes autores propuseram que a ligação entre a conformidade com as normas masculinas e os resultados psicológicos (*stress* psicológico) variava em função do tipo de normas e dos grupos de homens. Para tal, avaliaram a presença de classes latentes (subgrupos de homens) com relações diferentes entre a conformidade com as várias normas masculinas e o *stress* psicológico, recorrendo, também, a análises de regressão.

Na continuação do nosso estudo, seria fundamental desenvolver investigações que procurassem explorar constructos no domínio do género culturalmente adaptados e validados. Ou, no caso de recorrermos ao mesmo instrumento de medida, seria importante, como discutimos no estudo 1, analisar associações entre as diferentes normas contempladas pelas versões maiores do *Conformity to Masculine Norms Inventory* (Mahalik, Locke, et al., 2003) e os comportamentos de risco, de modo a obter um entendimento mais aprofundado acerca da incursão nestas práticas. De facto, há estudos que indicam que algumas normas avaliadas por este instrumento apareceram relacionadas com um maior consumo de substâncias, enquanto outras normas apareceram associadas a uma menor incursão neste tipo de comportamento (Iwamoto et al., 2011; Liu & Iwamoto, 2007; Locke & Mahalik, 2005; Sánchez-López et al., 2012; Sánchez-López et al., 2013). Tal reforça a ideia de masculinidade como complexa, fluida, e não monolítica.

Poderia ser igualmente importante a avaliação de outros constructos no domínio do género ao nível das condutas de risco para a saúde. Apesar de nos termos referido a masculinidades e feminilidades, focámo-nos nas diferenças entre os participantes contemplando apenas uma versão. Tendo em conta que, de um modo lato, a masculinidade tem sido associada a comportamentos de risco para a saúde e a feminilidade a comportamentos protetores da mesma (Courtenay, 2000; Tsirigotis et al., 2013), seria pertinente o aprofundamento das possíveis negociações de género ao nível das práticas de risco, conjugando essa dupla perspetiva.

Dado que as ideias dominantes numa sociedade acerca da masculinidade e da feminilidade são, geralmente, as da classe dominante, como a média/alta (Holmes, 2009; Mahalik, Locke, et al., 2003; Skeggs, 1997), seria relevante a análise futura de constructos no âmbito da feminilidade, designadamente em função da classe social. Tal poderia esclarecer como se conjugam diferentes versões de masculinidade e de feminilidade, e outras no domínio do género, em diversas classes e em ambos os sexos. Adicionalmente, esta opção contribuiria para aprofundar os resultados de um estudo português que evidenciou heterogeneidade intra e inter sexos ao nível da construção de feminilidades e masculinidades em/por jovens de ambos os sexos (Macedo, 2012).

Reconhecemos que nesta tese não enfatizámos a possibilidade de existirem partes na vida dos jovens de ambos os sexos não relacionadas, pelo menos diretamente, com construções sociais no domínio do género. No que concerne às variáveis contempladas no presente estudo, embora tenhamos avaliado a conformidade com determinadas normas tidas como masculinas em ambos os sexos, reconhecemos a possibilidade de haver outros

fatores envolvidos na adoção de comportamentos de risco, os quais podem enquadrar-se no domínio do género ou não. Efetivamente, os efeitos diretos do sexo e da classe social ao nível dos comportamentos de risco encontrados nesta pesquisa sugerem a influência de outros fatores relacionados com estas dimensões, para além da conformidade com as normas masculinas. Interessa, pois, evitar a sobregeneralização acerca dos fatores relacionados com as práticas de risco. Estas não têm de ser relacionadas ou interpretadas linear e diretamente como indicadores de uma masculinidade tradicional. Por isso, importaria conhecer as perceções dos participantes acerca destes comportamentos.

Na linha do mencionado sobre o perigo de falar pelos outros, é relevante, também, questionar a associação entre os constructos enquadrados no âmbito da masculinidade e a adoção de práticas de risco por mulheres. Em concordância com o refletido por Noble (2006 as cited in Haywood & Mac an Ghail, 2013), a noção de masculinidades das mulheres tende à reinscrição de uma significação *genderizada* existente, embora sob novas estratégias representacionais. Assim, a classificação de condutas como “masculinas” e “femininas” comporta o risco de reificar os binarismos de género. A este respeito, concordamos com a necessidade de haver um espaço conceptual entre masculinidade, feminilidade e género, não tendo que se reduzir masculinidade e feminilidade a género, nem vice-versa (Butler, 2004). Mas, por outro lado, os conceitos “masculino” e “feminino” permitem atender à diferenciação e hierarquização entre pessoas em função destas categorias (mais/menos masculinos/masculinas ou femininos/femininas). Adicionalmente, consideramos que a avaliação de construções sociais tipicamente atribuídas ao âmbito da masculinidade em ambos os sexos, como no presente estudo, potencia a ideia de que as construções da masculinidade não residem nos corpos nem correspondem a um sexo biológico.

Mais especificamente, perante o resultado de que as mulheres também se conformam com as normas consideradas masculinas, principalmente as que frequentam o meio universitário (comparativamente às que estudam no ensino secundário), e que este constructo também aparece associado positivamente à incursão em comportamentos de risco neste sexo, seria útil uma linha de pesquisa futura sobre este foco. Tal parece-nos merecer especial atenção, principalmente atendendo ao seguinte: a demonstração de características consideradas tipicamente como masculinas por parte das mulheres pode levar a que tenham que enfrentar desaprovação por parte de colegas ou superiores (Peterson, 2010 as cited in Saavedra et al., 2013); e, a perceção de que existem contextos académicos/profissionais mais femininos e mais masculinos pode ter impacto nas

tomadas de decisão relacionadas com a carreira (Saavedra et al., 2013; Saavedra & Taveira, 2007). Com efeito, estudos portugueses revelaram que algumas mulheres (e também alguns homens) assumiam a existência de uma especificidade feminina e associavam as mulheres com alto estatuto a um modo de ser masculino (Amâncio, 1994; Marques, 2007).

Parecem haver áreas de conhecimento encaradas como mais femininas, como é o caso das letras, das ciências sociais e do ensino, e outras como mais masculinas, como as tecnologias e engenharias (ver Saavedra et al., 2013; Saavedra & Taveira, 2007). Assim, no futuro, seria importante explorar a relação entre graus de escolaridade, áreas de conhecimento, contextos escolares e construções sociais no domínio do género recorrendo a amostras constituídas por mulheres. Embora o presente estudo tenha contado com a participação de estudantes de diversos cursos, estes não foram considerados para efeitos de análise, afigurando-se, por isso, pertinente analisar futuramente o grau de conformidade com as normas masculinas em função da ligação a cursos de diferentes áreas de conhecimento. Importaria, também, explorar se os contextos universitários e/ou os frequentados por classes mais favorecidas são percecionados ou não como “masculinos”, e se o constructo avaliado pela versão do *Conformity to Masculine Normas Inventory* (Mahalik, Locke, et al., 2003) é interpretado como refletindo normas masculinas por mulheres e por homens.

Em concordância com o referido, é relevante considerar os contextos em que ocorrem as atividades *genderizadas*, o que sai reforçado perante a variação entre países no que concerne à relação entre masculinidade e condutas de saúde (Aparicio-García et al., 2011; Mahalik et al., 2006). Por exemplo, em Portugal, os consumidores de substâncias psicoativas parecem ter mais hábitos de recreação noturna (Lomba et al., 2009), incluindo os jovens (Simões et al., 2006). A este respeito, é pertinente sublinhar que os investigadores têm mudado de um foco que encara os indivíduos do sexo masculino como não incorrendo em comportamentos saudáveis para outro que enquadra estas condutas como moldadas pelo contexto (Calasanti et al., 2013). Neste sentido, recorrendo uma metodologia quantitativa, Smiler (2004) sugere que a avaliação empírica da fixidez/estabilidade da masculinidade poderia ser atingida pedindo aos participantes que completassem medidas de ideologia para cada “papel” (como *breadwinner*, empregado) ou contexto (escola, família, trabalho).

Futuramente seria, também, relevante incluir participantes caracterizados por outras dimensões sócio-identitárias, com outras situações vocacionais/profissionais,

idades, etnias, nacionalidades e zonas habitacionais, entre outras. Isto porque, tanto a adesão a construções no domínio do género como as práticas de saúde/risco são passíveis de variar consoante estes fatores (Borrell et al., 2004; Brown, 2010; De Visser & McDonnell, 2013; Dong et al., 2012; Nasir et al., 2011; Santana et al., 2004).

No que concerne ao grau de escolaridade, embora não se tenha observado um efeito direto nos comportamentos de risco, a análise desta dimensão continua a ser pertinente em estudos futuros, dado que as generalizações podem reforçar ou negar os problemas daqueles que se encontram num determinado grau ou tipo de ensino. Além disso, o sexo e a classe social de origem podem condicionar o acesso a certos graus de escolaridade, como o universitário (Machado et al., 2003). Assim, podem haver diferenças ao nível da adesão a construções de género e/ou ao nível da saúde ditadas não pelo grau de escolaridade somente, mas porque este se liga, também, a trajetórias escolares/de vida e à estratificação social.

Em análises futuras, importaria, também, avaliar a intenção de continuar a estudar por parte dos alunos do ensino secundário. Num estudo americano (O'Malley & Johnston, 2002), foi observado um menor consumo nos alunos que estavam no ensino secundário e que planeavam seguir o ensino superior, comparativamente aos que não o pretendiam fazer. Num outro estudo (De Visser & McDonnell, 2012), os universitários do sexo masculino viam os seus padrões de consumo de álcool como temporários, fazendo parte de uma “cultura universitária” e de “estilos de vida estudantis”, e reconheciam mudanças nos recursos utilizados para a demonstração da masculinidade, designadamente das capacidades físicas na juventude para as capacidades profissionais e económicas na fase adulta.

Sobre a avaliação da classe social na presente tese, optámos por concentrar num mesmo índice diferentes indicadores, como a profissão e o grau de escolaridade dos pais. Contudo, Moss (1997 as cited in Pickett & Pearl, 2001) notou que este tipo de opção pode obscurecer o efeito de cada um dos indicadores. Assim, no futuro, poderia ser útil analisar o efeito de cada um deles separadamente. Também poderia ser benéfico considerar uma classe média nas análises, em vez de apenas duas, quando a complexidade das análises não constituir uma limitação. Por exemplo, num estudo com adolescentes norte-americanos, a relação entre o grau de escolaridade dos pais e o consumo de marijuana apresentava um formato de U invertido em adolescentes não brancos, enquanto a relação entre este grau académico e o consumo de cocaína mostrava uma relação inversa fraca em adolescentes brancos não hispânicos (Goodman & Huang, 2002).

Igualmente no que concerne à avaliação da classe social, Crompton (2003) chama a atenção para as diferentes “estruturas de classe” entre homens e mulheres, cuja análise se perde quando o mesmo esquema é aplicado a ambos. A autora explica que a mesma ocupação (ou situação de “classe”) pode estar associada a oportunidades de vida muito diferentes consoante o sexo das pessoas. Perante o exposto, futuramente poderia ser útil utilizar grelhas de análise de classes sociais que tenham em conta o sexo dos sujeitos alvo de avaliação, como é o caso da tipologia ACM, de Almeida, Costa e Machado (ver Costa et al., 1990; Machado et al., 2003).

Ainda em termos de variáveis incluídas na investigação, seria importante atender a outros fatores que a literatura coloca em evidência no que diz respeito à incursão em comportamento de risco por parte dos jovens. Tem sido enfatizado o papel da família, do grupo de pares e da escola (Reis et al., 2013), nomeadamente em Portugal (Simões et al., 2006). Por exemplo, a literatura indica que os jovens que têm mais dificuldades nos contextos familiar, escolar e de pares apresentam mais frequentemente sintomas de mal-estar psicológico, que, por sua vez, constituem um dos fatores determinantes do consumo de substâncias (Reiff, Simantov, Schlen, & Klein, 2000; Whalen, Jamner, Henker, & Delfino, 2001 as cited in Simões et al., 2006).

Quanto a possíveis contributos da presente tese para a intervenção, consideramos que uma perspetiva de género e interseccional, como defendemos, pode favorecer o desenvolvimento de políticas de igualdade que tenham em conta a diversidade e pluralidade de experiências. O conhecimento daí resultante é importante no planeamento de intervenções mais direccionadas por perspetivas sócio-estruturais e adequadas às necessidades dos jovens em função da sua pertença identitária, evitando a transmissão de informação padronizada e definida *a priori* (Matos & Equipa do Projecto Aventura Social, 2008; Nogueira, 2001c). Neste sentido, o estabelecimento de ligações entre os comportamentos de risco, as construções sociais no domínio do género e as circunstâncias sociais e económicas afigura-se importante para o desenvolvimento de políticas e intervenções aos níveis locais e estatais. Em sintonia com os resultados obtidos, a identificação do papel das práticas de risco na (re)construção do género pode contribuir para a sua mudança.

A importância do referido é sublinhada quando se constata que muitas intervenções destinadas à diminuição dos comportamentos de risco parecem ignorar, frequentemente, as condições materiais, sociais e psicológicas nas quais as práticas estão envolvidas (Sen et al., 2007). Após quase 40 anos de políticas para a igualdade entre os

sexos em Portugal, estas são predominantemente focadas em ações destinadas a mulheres (Rêgo, 2012). Além disso, identifica-se, ainda, uma ausência de perspectivas pós-estruturalistas de género em contextos sociais não académicos, onde se incluem os discursos sociais sobre o quotidiano (Saavedra et al., 2013).

Embora o reconhecimento de que os jovens do sexo masculino têm pior saúde possa ameaçar o seu poder e levar ao suporte do *status quo* e à manutenção desta problemática, pode, também, favorecer o seu bem-estar (Courtenay, 2000). Neste sentido, a análise e a compreensão das associações entre práticas e construções sociais num determinado contexto social, histórico e cultural podem facilitar a identificação de pontos-chave mediante os quais esta relação pode ser quebrada (Barbosa, 2004). Embora a atual ordem de género possa estar enraizada, os fenómenos sociais relacionados com o género são passíveis de mudança, sejam relacionados com comportamentos individuais ou com processos mais amplos da estratificação social (Barbosa, 2004; Snow, 2007 as cited in Sen et al., 2007).

Ao nível da intervenção, é possível pensar nalgumas medidas: apoio à reflexão sobre a masculinidade (enquanto ideal normativo) e o modo como esta molda/orienta os comportamentos dos jovens; ênfase na perspectiva de género enquanto performance; promoção da consciencialização de diversas/novas formas de construir o género, para além dos modelos comumente oferecidos, que envolvam práticas mais saudáveis; exploração do significado associado a comportamentos de risco específicos; e, apoio à compreensão de como as práticas dos agentes educativos podem contribuir para sustentar ou mudar discursos dominantes sobre género e saúde. Neste sentido, consideramos que a tese apresentada pode ser encarada como um contributo para a consecução desses objetivos.

Bibliografia

Bibliografia

- Abraham, J. (2008). Back to the future on gender and anti-school boys: A response to Jeffrey Smith. *Gender and Education*, 20(1), 89-94.
- Abrantes, P. (2013). Socialization and inequality: A biographical approach to the working class in Portugal. *Current Sociology*, 61(7), 984-1002.
- Adams, R., & Savran, D. (2002). Introduction. In R. Adams & D. Savran (Eds.), *The masculinity studies reader*. Malden: Blackwell.
- Addis, M. E., & Mahalik, J. R. (2003). Men, masculinity, and the contexts of help seeking. *American Psychologist*, 58(1), 5-14.
- Addis, M. E., Mansfield, A. K., & Syzdek, M. R. (2010). Is “masculinity” a problem?: Framing the effects of gendered social learning in men. *Psychology of Men & Masculinity*, 11(2), 77-90.
- Adler, N. E., & Ostrove, J. M. (2006). Socioeconomic status and health: What we know and what we don't. *Annals New York Academy of Sciences*, 896(3-15).
- Aekplakorn, W., Hogan, M. C., Tiptaradol, S., Wibulpolprasert, S., Punyaratabandhu, P., & Lim, S. S. (2008). Tobacco and hazardous or harmful alcohol use in Thailand: Joint prevalence and associations with socioeconomic factors. *Addictive Behaviors*, 33(4), 503-514. doi: 10.1016/j.addbeh.2007.10.010
- Agante, D. (2009). *Comportamentos relacionados com o consumo de bebidas alcoólicas durante as festas académica nos estudantes do ensino superior*. (Tese de Mestrado), Saúde Pública, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Aiken, L. S., & West, S. G. (1991). *Multiple regression: Testing and interpreting interactions*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.
- Alcoff, L. (1991-1992). The Problem of Speaking for Others. *Cultural Critique*, 20, 5-32.
- Almeida-Filho, N., Lessa, I., Magalhães, L., Araújo, M. J., Aquino, E., James, S. A., & Kawachi, I. (2005). Social inequality and alcohol consumption-abuse in Bahia, Brazil: Interactions of gender, ethnicity and social class. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 40, 214-222.

- Almeida-Filho, N., Lessa, I., Magalhães, L., Araújo, M. J., Aquino, E., Kawachi, I., & James, S. A. (2004). Alcohol drinking patterns by gender, ethnicity, and social class in Bahia, Brazil. *Revista de Saúde Pública*, 38(1), 45-54.
- Almeida, J. (1998). *Mulher e educação: Apaixão pelo possível*. São Paulo: UNESP.
- Alves, L., Azevedo, A., Silva, S., & Barros, H. (2012). Socioeconomic inequalities in the prevalence of nine established cardiovascular risk factors in a Southern European population. *PLoS ONE*, 7(5). doi: 10.1371/journal.pone.0037158
- Amâncio, L. (1992). As assimetrias nas representações do género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-21.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (1999). *Sexo e Género: Para uma teoria psicossociológica da relação de dominação entre os sexos. Lição de síntese para efeitos de provas de agregação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa.
- Amâncio, L. (2001). O género na psicologia. Uma história de desencontros e rupturas. *Psicologia*, XV(1), 9-25.
- Amâncio, L. (2003). O género nos discursos das ciências sociais. *Análise Social*, xxxviii(168), 687-714.
- Amâncio, L. (2004a). Conclusão. In L. Amâncio (Ed.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Amâncio, L. (2004b). Introdução. In L. Amâncio (Ed.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Amâncio, L. (2004c). A(s) masculinidade(s) em que-estão. In L. Amâncio (Ed.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Amaro, F. (1990). Escala de Graffar. In A. M. B. Costa, F. R. Leitão, J. Santos, J. V. Pinto & M. N. Fino (Eds.), *Currículos funcionais*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Amaro, F. (2010). *A Classificação das famílias segundo a escala de Graffar*. Lisboa: Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso.
- Andersen, A., Holstein, B. E., & Due, P. (2008). Large-scale alcohol use and socioeconomic position of origin: Longitudinal study from ages 15 to 19 years. *Scandinavian Journal of Public Health*, 36(3), 326-329. doi: 10.1177/1403494807086975

- Annandale, E., & Hammarström, A. (2010). Constructing the 'gender-specific body': A critical discourse analysis of publications in the field of gender-specific medicine. *Health, 15*(6), 571–587.
- Aparicio-García, M. E., Sanz-Blasco, R., & Ramos-Cejudo, J. (2011). Relaciones entre masculinidad y conductas de salud en estudiantes universitarios españoles. *Revista iberoamericana de diagnóstico y evaluación psicológica, 31*(1), 59 -71.
- Archer, L., Pratt, S. D., & Phillips, D. (2001). Working-class men's constructions of masculinity and negotiations of (non)participation in higher education. *Gender and Education, 13*(4), 431-449.
- Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist, 55*(5), 469-480.
- Atkinson, M., Kirton, A. W., & Sumnall, H. R. (2012). The gendering of alcohol in consumer magazines: An analysis of male and female targeted publications. *Journal of Gender Studies, 21*(4), 365-386. doi: 10.1080/09589236.2012.681180
- Auster, C. J., & Ohm, S. C. (2000). Masculinity and femininity in contemporary American society: A reevaluation using the Bem Sex-Role Inventory. *Sex-Roles, 43*(7/8), 499-528.
- Autoridade Nacional Segurança Rodoviária (2011). *Ano de 2010: Sinistralidade Rodoviária*. Lisboa: Autoridade Nacional Segurança Rodoviária.
- Azzarito, L., & Solomon, M. A. (2005). A reconceptualization of physical education: The intersection of gender/race/social class. *Sport, Education and Society, 10*(1), 25-47.
- Bachman, J. G., Staff, J., O'Malley, P. M., & Freedman-Doan, P. (2013). Adolescent work intensity, school performance, and substance use: Links vary by race/ethnicity and socioeconomic status. *Developmental Psychology, 49*(11), 2125-2134. doi: 10.1037/a0031464
- Bachoo, S., Bhagwanjee, A., & Govender, K. (2013). The influence of anger, impulsivity, sensation seeking and driver attitudes on risky driving behaviour among post-graduate university students in Durban, South Africa. *Accident Analysis and Prevention, 55*, 67-76. doi: 10.1016/j.aap.2013.02.021
- Badinter, E. (1997). *XY: A Identidade Masculina*. Lisboa: Edições ASA.
- Balsa, C., Vital, C., & Urbano, C. (2013). *III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2012*. Lisboa: SICAD, IP.

- Balsa, C., Vital, C., Urbano, C., Barbio, L., & Pascueiro, L. (2008). *II Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoactivas na População Geral - Portugal 2007*. Lisboa: CEOS/FCSH/UNL.
- Barbosa, C. (2004). Violência escolar e a construção social de masculinidades. In L. Amâncio (Ed.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 1173-1182.
- Barrett, M., & Phillips, A. (1992). *Destabilizing theory: Contemporary feminist debates*. Cambridge: Polity Press.
- Barros, A. M., & Loureiro, C. C. (1997). Determinantes dos comportamentos de transgressão na condução rodoviária. *Revista Portuguesa de Educação*, 10(1), 165-174.
- Bartlett, M. S. (1950). Tests of significance in factor analysis. *British Journal of Psychology*, 3, 77-85.
- Batty, G. D., Bhaskar, A., Emslie, C., Benzeval, M., Der, G., Lewars, H., & Hunt, K. (2012). Association of life course socioeconomic disadvantage with future problem drinking and heavy drinking: Gender differentials in the west of Scotland. *International Journal of Public Health*, 57(1), 119-126. doi: 10.1007/s00038-011-0270-8
- Batty, G. D., Lewars, H., Emslie, C., Benzeval, M., & Hunt, K. (2008). Problem drinking and exceeding guidelines for 'sensible' alcohol consumption in Scottish men: Associations with life course socioeconomic disadvantage in a population-based cohort study. *BMC Public Health*, 8. doi: 10.1186/1471-2458-8-302
- Baucom, D. H. (1976). Independent masculinity and femininity scales on the California Psychological Inventory. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 44, 876.
- Baum, S. (1999). An aggregate level analysis of the socioeconomic correlates of drink driving offenders. *Accident Analysis and Prevention*, 31(3), 213-220. doi: 10.1016/s0001-4575(98)00066-9
- Beck, F., Legleye, S., Maillochon, F., & Peretti, G. d. (2010). Executive women under the influence? Gender, social status and drug use. *M S-Medecine Sciences*, 26(1), 95-97. doi: 10.1051/medsci/201026195

- Beckley, A. L. (2008). Race, masculinity, and boot camp failure. *Crime Law and Social Change*, 49(4), 303-314. doi: 10.1007/s10611-008-9105-9
- Bem, S. (1974). The measurement of psychological androgyny. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 42, 155–162.
- Bem, S. (1981). Gender schema theory: A cognitive account of sex-typing. *Psychological Review*, 88, 354–364.
- Bem, S. (1993). *The lenses of gender: Transforming the debate on sexual inequality*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Bentler, P. M. (1990). Comparative fit indexes in structural models. *Psychological Bulletin*, 107(2), 238-246.
- Benton, S. L., Downey, R. G., Glider, P. J., & Benton, S. A. (2008). College students' norm perception predicts reported use of protective behavioral strategies for alcohol consumption. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, 69(6), 859-865.
- Berila, B. (2011). Queer masculinities in higher education. In J. A. Laker & T. Davis (Eds.), *Masculinity in higher education. Theoretical and Practical Considerations*. New York, NY: Taylor & Francis.
- Bernardes, S. (2008). *Sobre a contextualidade dos enviesamentos de sexo nos julgamentos sobre dor*. (Tese de Doutoramento), Psicologia Social e Organizacional, ISCTE, Lisboa, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/2603>
- Berzins, J. I., Welling, M. A., & Wetter, R. E. (1978). A new measurement of psychological androgyny based on the Personality Research Form. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 46, 126-138.
- Blazina, C., & Watkins, C. E. J. (1996). Masculine gender role conflict: Effect on men's psychological well-being, chemical substance usage, and attitudes toward helpseeking. *Journal of Counseling Psychology*, 43, 461–465.
- Bloomfield, K., Gmel, G., & Wilsnack, S. (2006). Introduction to special issue 'Gender, Culture and Alcohol Problems: A Multi-National Study'. *Alcohol and Alcoholism*, 41, i3-i7. doi: 10.1093/alcalc/agl070
- Bloomfield, K., Grittner, U., Kramer, S., & Gmel, G. (2006). Social inequalities in alcohol consumption and alcohol-related problems in the study countries of the EU concerted action 'Gender, Culture and Alcohol Problems: a Multi-National Study'. *Alcohol & Alcoholism*, 41, i26-i36.

- Bohan, J. S. (1997). Regarding gender: Essentialism, constructionism, and feminist psychology. In M. M. Gergen & S. N. Davis (Eds.), *Toward a new psychology of gender* (pp. 31–48). New York, NY: Routledge.
- Borrell, C., & Artazcoz, L. (2008). The inequalities of gender in health: Challenges for the future. *Revista Española de Salud Pública*, 82(3), 245-249.
- Borrell, C., Domínguez-Berjón, F., Pasarín, M. I., Ferrando, J., Rohlf, I., & Nebot, M. (2000). Social inequalities in health related behaviours in Barcelona. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 54(1), 24-30.
- Borrell, C., García-Calvente, M. d. M., & Martí-Boscà, J. V. (2004). Informe SESPAS 2004. La salud pública en España desde la perspectiva de género y clase social. *Gaceta Sanitaria*, 18, 2-6.
- Botticello, A. L. (2009). School contextual influences on the risk for adolescent alcohol misuse. *American Journal of Community Psychology*, 43(1-2), 85-97. doi: 10.1007/s10464-008-9226-4
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1998 [1999]). *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta.
- Bourke, J. (1996). *Dismembering the male: Men's bodies, Britain and the Great War*. London: Reaktion Books.
- Bowleg, L. (2008). When Black + Lesbian + Woman ≠ Black Lesbian Woman: The methodological challenges of qualitative and quantitative intersectionality research. *Sex Roles*, 59, 312-325.
- Brannon, R. (1976). The male sex role: Our culture's blueprint for manhood and what it's done for us lately. In D. David & R. Brannon (Eds.), *The forty-nine percent majority: The male sex role* (pp. 1–48). Reading, MA: Addison-Wesley.
- Brannon, R., & Juni, S. (1984). A scale for measuring attitudes toward masculinity. *JSAS Catalog Psychological Documents*, 14, 6-7.
- Brites, J., Brardo, E., & Sousa, C. (2008). *Estudo das características psicométricas do Driver Behavior Questionnaire (DBQ) na população portuguesa*. Comunicação apresentada na XIII Conferência Internacional, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Brown, R. A. (2010). Crystal methamphetamine use among American Indian and white youth in Appalachia: Social context, masculinity, and desistance. *Addiction Research & Theory*, 18(3), 250-269. doi: 10.3109/16066350902802319

- Burn, S. M., & Ward, A. Z. (2005). Men's conformity to traditional masculinity and relationship satisfaction. *Psychology of Men & Masculinity*, 6, 254–263.
- Burns, S. M., & Mahalik, J. R. (2008). Sexual functioning as a moderator of the relationship between masculinity and men's adjustment following treatment for prostate cancer. *American Journal of Men's Health*, 2(1), 6-16.
- Burr, V. (1995). *An introduction to social constructionism*. London: Routledge.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York, NY: Routledge.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"*. New York, NY: Routledge.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. New York, NY: Routledge.
- Bye, L. M. (2009). 'How to be a rural man': Young men's performances and negotiations of rural masculinities. *Journal of Rural Studies*, 25(3), 278-288. doi: 10.1016/j.jrurstud.2009.03.002
- Calasanti, T., Ojala, I. P. a. H., & King, N. (2013). Men, bodily control, and health behaviors: The importance of age. *Health Psychology*, 32(1), 15–23.
- Calvo-Salguero, A., Garcia-Martinez, J. M. A., & Monteoliva, A. (2008). Differences between and within genders in gender role orientation according to age and level of education. *Sex Roles*, 58(7-8), 535-548. doi: 10.1007/s11199-007-9354-6
- Camilloni, L., Farchi, S., Chini, F., Rossi, P. G., Borgia, P., & Guasticchi, G. (2013). How socioeconomic status influences road traffic injuries and home injuries in Rome. *International Journal of Injury Control and Safety Promotion*, 20(2), 134-143. doi: 10.1080/17457300.2012.692695
- Campbell, H. (2000). The glass phallus: Pub(lic) masculinity and drinking in rural New Zealand. *Rural Sociology*, 65(4), 562-581.
- Campbell, J., Rondon, J., Galway, K., & Leavey, G. (2013). Meeting the needs of vulnerable young men: A study of service provider views. *Children & Society*, 27(1), 60-71. doi: 10.1111/j.1099-0860.2011.00372.x
- Canann, J. (1996). Drinking, fighting and working class masculinities. In M. M. a. Ghaili (Ed.), *Understanding masculinities* (pp. 114-125). Buckingham: Open University Press.
- Capraro, R. L. (2000). Why college men drink: Alcohol, adventure, and the paradox of masculinity. *Journal of American College Health*, 48(6), 307-315.

- Caria, M. P., Faggiano, F., Bellocco, R., & Galanti, M. R. (2011). The influence of socioeconomic environment on the effectiveness of alcohol prevention among European students: A cluster randomized controlled trial. *BMC Public Health*, 11, 312. doi: 10.1186/1471-2458-11-312
- Carrigan, T., Connell, R. W., & Lee, J. (1985). Hard and heavy: Toward a new sociology of masculinity. In M. Kaufman (Ed.), *Beyond patriarchy: Essays by men on pleasure, power, and change* (pp. 139-192). New York, NY: Oxford University Press.
- Charles, N., & Walters, V. (2008). 'Men are leavers alone and women are worriers': Gender differences in discourses of health. *Health Risk & Society*, 10(2), 117-132. doi: 10.1080/13698570802160954
- Chen, H. Y., Ivers, R. Q., Martiniuk, A. L. C., Boufous, S., Senserrick, T., Woodward, M., . . . Norton, R. (2010). Socioeconomic status and risk of car crash injury, independent of place of residence and driving exposure: Results from the DRIVE Study. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 64(11). doi: 10.1136/jech.2009.091496
- Chen, H. Y., Senserrick, T., Martiniuk, A. L. C., Ivers, R. Q., Boufous, S., Chang, H. Y., & Norton, R. (2010). Fatal crash trends for Australian young drivers 1997-2007: Geographic and socioeconomic differentials. *Journal of Safety Research*, 41(2), 123-128. doi: 10.1016/j.jsr.2009.12.006
- Cheung, G. W., & Rensvold, R. B. (2002). Evaluating goodness-of-fit indexes for testing measurement invariance. *Structural Equation Modeling*, 9, 233-255.
- Christensen, A. D., & Larsen, J. E. (2008). Gender, class, and family: Men and gender equality in a Danish context. *Social Politics*, 15(1), 53-78. doi: 10.1093/sp/jxn004
- Cialdini, R. B., & Trost, M. R. (1999). Social influence: Social norms, conformity, and compliance. In D. Gilbert, S. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (Vol. 2, pp. 151-192). Boston: McGraw-Hill.
- Clatterbaugh, K. (1997). *Contemporary Perspectives on masculinity: Men, women and politics in modern society*. Boulder, CO: Westview Press.
- Cochran, S. V. (2010). Emergence and development of the psychology of men and masculinity. In J. C. Chrisler & D. R. McCreary (Eds.), *Handbook of gender research in psychology* (pp. 2001-2012). New York, NY: Springer.

- Coelho, B. (2008). De Johnny Guitar à incerteza implícita no novo. A vida de todos os dias como compasso da mudança das relações de género na família. *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/ISCTE e-working paper n° 44/2008*.
- Cole, B. A. (2009). Gender, narratives and intersectionality: Can personal experience approaches to research contribute to “undoing gender”? *International Review of Education*, 55, 561–578.
- Cole, E. R. (2008). Coalitions as a model for intersectionality: From practice to theory. *Sex Roles*, 59(5-6), 443-453.
- Cole, E. R. (2009). Intersectionality and research in psychology. *American Psychologist*, 64(3), 170-180.
- Coles, T. (2009). Negotiating the field of masculinity the production and reproduction of multiple dominant masculinities. *Men and Masculinities*, 12(1), 30-44. doi: 10.1177/1097184x07309502
- Collins, P. H. (1990). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York, NY: Routledge.
- Collins, P. H. (1998). The tie that binds: race, gender, and US violence. *Ethnic and Racial Studies*, 21(5), 917-938.
- Commission on Macroeconomics and Health (2001). *Macroeconomics and Health: Investing in health for economic development*. Geneva: World Health Organization.
- Connell, R. W. (1977). *Ruling class, ruling culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Connell, R. W. (1987). *Gender and Power: Society, the person, and sexual politics*. Stanford: Stanford University Press.
- Connell, R. W. (1989). Cool guys, swots and wimps: The interplay of masculinity and education. *Oxford Review of Education*, 15(3), 291-303.
- Connell, R. W. (1990a). Como teorizar o patriarcado. *Educação e Realidade*, 16(2), 85-93.
- Connell, R. W. (1990b). The state, gender, and sexual politics: Theory and appraisal. *Theory and Society*, 19(5), 507-544.
- Connell, R. W. (1995). *Masculinities*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W. (2000). *The men and the boys*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Connell, R. W. (2002). *Gender*. Cambridge: Polity Press.

- Connell, R. W. (2005). Globalization, imperialism, and masculinities. In S. Kimmel, J. Hearn & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of studies on men and masculinities* (pp. 79-89). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Connell, R. W., Hearn, J., & Kimmel, M. S. (2005). Introduction. In M. S. Kimmel, J. Hearn & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of studies on men and masculinities* (pp. 2001-2012). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & Society*, 19(6), 829-859. doi: 10.1177/0891243205278639
- Conroy, D., & de Visser, R. (2013). 'Man up!': Discursive constructions of non-drinkers among UK undergraduates. *Journal of Health Psychology*, 18(11), 1432-1444. doi: 10.1177/1359105312463586
- Costa, A. F., Machado, F. L., & Almeida, J. F. (1990). Estudantes e amigos: Trajetórias de classe e redes de sociabilidade. *Análise Social*, XXV(105-106), 193-221.
- Courtenay, W. H. (2000). Constructions of masculinity and their influence on men's well-being: A theory of gender and health. *Social Science & Medicine*, 50(10), 1385-1401.
- Crawford, M. (1995). *Talking difference: On gender and language*. London: SAGE Publications.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 139-167.
- Crenshaw, K. (1994). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In M. A. Fineman & R. Mykitiuk (Eds.), *The public nature of private violence* (pp. 93-118). New York, NY: Routledge.
- Crompton, R. (2003). Class and gender beyhond the "cultural turn". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, 9-24.
- Cronbach, L. J. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16, 297-334.
- Cuéllar-Flores, I., Sánchez-López, M. P., & Dresch, V. (2011). El Inventario de Conformidad con las Normas de Género Masculinas (CMNI) en la población Española. *Anales de psicología*, 27(1), 170-178.
- Cullen, F. (2011). 'The only time I feel girly is when I go out': Drinking stories, teenage girls , and respectable femininities. *International Journal of Adolescence and Youth*, 16, 119-138.

- Dalley-Trim, L. (2007). 'The boys' present ... Hegemonic masculinity: A performance of multiple acts. *Gender and Education*, 19(2), 199-217. doi: 10.1080/09540250601166027
- Davey, J. D., Davies, A., French, N., Williams, C. K., & Lang, C. P. (2005). Drug driving from a user's perspective. *Drugs: Education, Prevention and Policy*, 12(1), 61-70.
- David, D. S., & Brannon, R. (1976). *The forty-nine percent majority: The male sex role*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Davis, K. (2008). Intersectionality as buzzword: A Sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, 9(1), 67-85.
- De Visser, R. O., & McDonnell, E. J. (2012). 'That's OK. He's a guy': A mixed-methods study of gender double-standards for alcohol use. *Psychology & Health*, 27(5), 618-639. doi: 10.1080/08870446.2011.617444
- De Visser, R. O., & McDonnell, E. J. (2013). "Man points": Masculine capital and young men's health. *Health Psychology*, 32(1), 5-14.
- De Visser, R. O., & Smith, J. A. (2006). Mister in-between - A case study of, masculine identity and health-related behaviour. *Journal of Health Psychology*, 11(5), 685-695. doi: 10.1177/1359105306066624
- De Visser, R. O., & Smith, J. A. (2007). Alcohol consumption and masculine identity among young men. *Psychology & Health*, 22(5), 595-614. doi: 10.1080/14768320600941772
- De Visser, R. O., Smith, J. A., & McDonnell, E. J. (2009). 'That's not masculine': Masculine capital and health-related behaviour. *Journal of Health Psychology*, 14(7), 1047-1058. doi: 10.1177/1359105309342299
- De Vogli, R., Gnesotto, R., Goldstein, M., Andersen, R., & Cornia, G. A. (2005). The lack of social gradient of health behaviors and psychosocial factors in Northern Italy. *Sozial-Und Praventivmedizin*, 50(4), 197-205. doi: 10.1007/s00038-004-4025-2
- Deffenbacher, J. L., Lynch, R. S., Oetting, E. R., & Swaim, R. C. (2002). The Driving Anger Expression Inventory: A measure of how people express their anger on the road. *Behaviour Research and Therapy*, 40, 717-737.
- DeFrancisco, V. P., & Palczewski, C. H. (2007). *Communicating gender diversity. A critical approach*. London: Sage Publications.

- Dempster, S. (2011). I drink, therefore I'm man: Gender discourses, alcohol and the construction of British undergraduate masculinities. *Gender and Education*, 23(5), 635-653. doi: 10.1080/09540253.2010.527824
- DeVellis, R. F. (1991). *Scale development: Theory and applications*. Newbury Park, CA: SAGE Publications.
- Diala, C. C., Muntaner, C., & Walrath, C. (2004). Gender, occupational, and socioeconomic correlates of alcohol and drug abuse among US rural, metropolitan, and urban residents. *American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 30(2), 409-428. doi: 10.1081/ada-120037385
- Diamond, L. M., & Butterworth, M. (2008). Questioning gender and sexual identity: Dynamic links over time. *Sex Roles*, 59(5-6), 365-376.
- Dietz, M. G. (2003). Current controversies in feminist theory. *Annual Review of Political Science*, 6, 399-431.
- Dillabough, J. A. (2004). Class, culture and the 'predicaments of masculine domination': Encountering Pierre Bourdieu. *British Journal of Sociology of Education*, 25(4), 489-506. doi: 10.1080/0142569042000236970
- Direcção-Geral da Saúde (2004). *Cadernos da Direcção-Geral da Saúde, Nº 3*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Direcção-Geral da Saúde (2004). *Programa nacional de intervenção integrada sobre determinantes de saúde relacionados com os estilos de vida*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Direcção-Geral da Saúde (2009). *Risco de Morrer em Portugal - 2006*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Direcção-Geral da Saúde (2014). *Risco de Morrer em Portugal - 2012*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Dodd, R., & Munck, L. (2002). *Dying for change: Poor people's experience of health and ill-health*. Geneva: World Health Organization and World Bank.
- Doku, D., Koivusilta, L., & Rimpela, A. (2012). Socioeconomic differences in alcohol and drug use among Ghanaian adolescents. *Addictive Behaviors*, 37(3), 357-360. doi: 10.1016/j.addbeh.2011.11.020
- Dolan, A. (2007). 'That's just the cesspool where they dump all the trash': Exploring working class men's perceptions and experiences of social capital and health. *Health*, 11(4), 475-495. doi: 10.1177/1363459307080869

- Dominguez-Folgueras, M., & Castro-Martin, T. (2008). Women's changing socioeconomic position and union formation in Spain and Portugal. *Demographic Research*, 19, 1513-1549.
- Donaldson, M. (1993). What is hegemonic masculinity? *Theory and Society*, 22(5), 643-657.
- Dong, X., Simon, M. A., & Evans, D. A. (2012). Prevalence of self-neglect across gender, race, and socioeconomic status: Findings from the Chicago Health and Aging Project. *Gerontology*, 58(3), 258-268. doi: 10.1159/000334256
- Donovan, D. M., Marlatt, G. A., & Salzberg, P. M. (1983). Drinking behavior, personality factors, and high-risk driving: A review and theoretical formulation. *Journal of Studies on Alcohol*, 44, 395-428.
- Doss, B. D., & Hopkins, J. R. (1998). The Multicultural Masculinity Ideology Scale: Validation from three cultural perspectives. *Sex Roles*, 38(9-10), 719-741.
- Dottolo, A. L., & Stewart, A. J. (2008). "Don't ever forget now, you're a black man in America": Intersections of race, class and gender in encounters with the police. *Sex Roles*, 59(5-6), 350-364. doi: 10.1007/s11199-007-9387-x
- Dragun, A., Russo, A., & Rumboldt, M. (2006). Socioeconomic stress and drug consumption: Unemployment as an adverse health factor in Croatia. *Croatian Medical Journal*, 47(5), 685-692.
- Dubrow, J. K. (2008). How can we account for intersectionality in quantitative analysis of survey data? Empirical illustration of central and eastern Europe. *ASK: Society, Research, Methods* 17, 85-102.
- Dula, C. (2003). *Validity and reability assessment of a dangerous driving self-report measure* (Tese de Doutoramento), Psychology, Virginia Polytechnic Institute and State University, United States of America. Retirado de <http://scholar.lib.vt.edu/theses/available/etd-04032003-171656/unrestricted/Dissertation2.pdf>
- Eagly, A. (1987). *Sex differences in social behavior: A social role interpretation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Eagly, A., Beall, A., & Sternberg, R. (2004). *The Psychology of Gender*. New York, NY: Guilford Press.
- Edley, N., & Wetherell, M. (1995). *Men in perspective: Practice, power, and identity*. New York, NY: Prentice Hall/Harvester Wheatsheaf.

- Eisler, R. M., & Skidmore, J. R. (1987). Masculine gender role stress: Scale development and component factors in the appraisal of stressful situations. *Behavior Modification*, 11, 123–136.
- Elander, J., West, R., & French, D. (1993). Behavioural correlates of individual differences in road-traffic crash risk: An examination of methods and findings. *Psychological Bulletin*, 113, 279-294.
- Emslie, C., & Hunt, K. (2008). The weaker sex? Exploring lay understandings of gender differences in life expectancy: A qualitative study. *Social Science & Medicine*, 67(5), 808-816. doi: 10.1016/j.socscimed.2008.05.009
- Emslie, C., Hunt, K., & Lyons, A. (2012). Older and wiser? Men's and women's accounts of drinking in early mid-life. *Sociology of Health & Illness*, 34(4), 481-496. doi: 10.1111/j.1467-9566.2011.01424.x
- Emslie, C., Hunt, K., & Lyons, A. (2013). The role of alcohol in forging and maintaining friendships amongst Scottish men in midlife. *Health Psychology*, 32(1), 33-41. doi: 10.1037/a0029874
- Emslie, C., Hunt, K., & MacIntyre, S. (2002). How similar are the smoking and drinking habits of men and women in non-manual jobs? *European Journal of Public Health*, 12(1), 22-28.
- Engstrom, C. L. (2012). “Yes ..., but I was drunk”: Alcohol references and the (re)production of masculinity on a college campus. *Communication Quarterly*, 60(3), 403-423.
- Eribon, D. (1999). *Réflexions sur la question gay*. Paris: Fayard.
- Erskine, S., Maheswaran, R., Pearson, T., & Gleeson, D. (2010). Socioeconomic deprivation, urban-rural location and alcohol-related mortality in England and Wales. *Bmc Public Health*, 10. doi: 10.1186/1471-2458-10-99
- Estanque, E. (1997). As classes sociais na sociedade portuguesa: Um estudo apoiado no modelo de Erik Olin Wright. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 93-126.
- Estanque, E. (2009). Diferenças sociais de classe e conflitualidade social. In M. Lages & A. T. Matos (Eds.), *Portugal Intercultural: Razão e Projecto* (pp. 123-176). Lisboa: CEPCEP-Universidade Católica Portuguesa e Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural.
- Estanque, E., & Mendes, J. M. (1997). *Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo*. Porto: Edições Afrontamento.

- Evans-Whipp, T. J., Plenty, S. M., Toumbourou, J. W., Olsson, C., Rowland, B., & Hemphill, S. A. (2013). Adolescent exposure to drink driving as a predictor of young adults' drink driving. *Accident Analysis and Prevention*, 51, 185-191. doi: 10.1016/j.aap.2012.11.016
- Evans, L. (1991). *Traffic Safety and the Driver*. New York, NY: Van Nostrand Reinhold.
- Farmer, S., & Hanratty, B. (2012). The relationship between subjective wellbeing, low income and substance use among schoolchildren in the north west of England: a cross-sectional study. *Journal of Public Health*, 34(4), 512-522. doi: 10.1093/pubmed/fds022
- Fausto-Sterling, A. (2000). *Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality*. New York, NY: Basic Books.
- Ferketich, S. (1990). Focus on psychometrics: Internal consistency estimates of reliability. *Research in Nursing*, 13, 437-440.
- Fernandes, L., & Carvalho, M. d. C. (2004). *Consumos Problemáticos de Drogas em Populações Ocultas*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Field, A. (2013). *Discovering Statistics using IBM SPSS Statistics*. London: SAGE Publications Ltd.
- Finch, K. A., Ramo, D. E., Delucchi, K. L., Liu, H., & Prochaska, J. J. (2013). Subjective social status and substance use severity in a young adult sample. *Psychology of Addictive Behaviors*, 27(3), 901-908. doi: 10.1037/a0032900
- Fine, M., & Kuriloff, P. (2006). Forging and performing masculine identities within social spaces: Boys and men negotiating the crucible of dominant cultural representations at the intersection of class, race, ethnicity, and sexuality. *Men and Masculinities*, 8(3), 257-261. doi: 10.1177/1097184x05282066
- Fletcher, A., Bonell, C., & Rhodes, T. (2009). New counter-school cultures: Female students' drug use at a high-achieving secondary school. *British Journal of Sociology of Education*, 30(5), 549-562. doi: 10.1080/01425690903101049
- Foucault, M. (1975 [2006]). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes Editora.
- Fowler, B. (2003). Reading Pierre Bourdieu's masculine domination: Notes towards an intersectional analysis of gender, culture and class. *Cultural Studies*, 17(3-4), 468-494. doi: 10.1080/0950238032000083908
- Francis, B. (2010). Re/theorising gender: Female masculinity and male femininity in the classroom? *Gender and Education*, 22(5), 477-490.

- Franco, I. (2010). *A representação mediática do novo masculino: As revistas masculinas e o fenómeno da metrosssexualidade: Um estudo de caso da Men's Health*. (Tese de Mestrado), Comunicação Social, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/3035>
- Fraser, N., & Nicholson, J. L. (1992). Crítica social sin filosofía: Un encuentro entre el feminismo y el posmodernismo. In J. L. Nicholson (Ed.), *Feminismo/Posmodernismo* (pp. 7-29). Buenos Aires: Feminaria Editora.
- Freira, S., Silva, L. P. d., Malveiro, F., Santos, M. C., Santos, S., Colaço, C., & Salinas, P. (2007). Factores de risco social, comportamental e biológico de gravidez na adolescência: estudo de caso-controlo. *Acta Pediátrica Portuguesa* 2007:38(6), 38(6), 241-245.
- Friedrich, R. J. (1982). In defense of multiplicative terms in multiple regression equations. *American Journal of Political Science*, 26(4), 797-833.
- Frosh, S., Phoenix, A., & Pattman, R. (2002). *Young masculinities: Understanding boys in contemporary society*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Frydenberg, E. (1997). *Adolescent coping: Theoretical and research perspectives*. London: Routledge.
- Gabriel Molina, J., Sanmartin, J., & Keskinen, E. (2013). Driver training interests of a Spanish sample of young drivers and its relationship with their self-assessment skills concerning risky driving behavior. *Accident Analysis and Prevention*, 52, 118-124. doi: 10.1016/j.aap.2012.12.035
- Galdas, P. M., Cheater, F., & Marshall, P. (2005). Men and health help-seeking behaviour: Literature review. *Journal of Advanced Nursing*, 49(6), 616-623.
- Galea, S., & Vlahov, D. (2002). Social determinants and the health of drug users: Socioeconomic status, homelessness, and incarceration. *Public Health Reports*, 117(3), S135-S145.
- Gardiner, J. K. (2002). Theorizing age with gender: Bly's boys, feminism, and maturity masculinity. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity studies & feminist theory. New directions* (pp. 90-118). New York, NY: Columbia University Press.
- Gardiner, J. K. (2005). Men, masculinities, and feminist theory. In M. S. Kimmel, J. Hearn & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of Studies on Men and Masculinities* (pp. 35-50). Thousand Oaks: Sage Publications.

- Gauffin, K., Vinnerljung, B., Fridell, M., Hesse, M., & Hjern, A. (2013). Childhood socio-economic status, school failure and drug abuse: A Swedish national cohort study. *Addiction*, 108(8), 1441-1449. doi: 10.1111/add.12169
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Gergen, K. J. (1994a). Exploring the postmodern: Perils or potentials? *American Psychologist*, 49(5), 412-416.
- Gergen, K. J. (1994b). *Realities and relationships: Soundings in social construction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gergen, K. J. (1999). Agency. Social constructionism and relational action. *Theory and Psychology*, 19(1), 113-115.
- Giddens, A. (1979 [2000]). *Dualidade e estrutura*. Oeiras: Celta.
- Gilbert, L. A., & Scher, M. (1999). *Gender and sex in counseling and psychotherapy*. Needham Heights, MA: Allyn & Bacon.
- Giskes, K., Turrell, G., Bentley, R., & Kavanagh, A. (2011). Individual and household-level socioeconomic position is associated with harmful alcohol consumption behaviours among adults. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, 35(3), 270-277. doi: 10.1111/j.1753-6405.2011.00683.x
- Giupponi, G., Bizzarri, J., Pycha, R., Innamorati, M., Lester, D., Conca, A., . . . Pompili, M. (2010). Socioeconomic risk factors and depressive symptoms in alcohol use disorders among male suicides in south Tirol, Italy. *Journal of Addictive Diseases*, 29(4), 466-474. doi: 10.1080/10550887.2010.509272
- Glucksmann, M. (2000). *Cottons and casuals: The gendered organisation of labour in time and space*. New York, NY: Routledge.
- Goffman, E. (1959 [1993]). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Gomes, M. C., Ávila, P., Sebastião, J., & Costa, A. F. (2002). *Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: Comparações diacrónicas e internacionais*. Actas do 4º Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos. Retirado de http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462de53172c7d_1.PDF
- Gonzalez-Luque, J. C., & Rodriguez-Artalejo, F. (2000). The relationship of different socioeconomic variables and alcohol consumption with nighttime fatal traffic

- crashes in Spain: 1978-1993. *European Journal of Epidemiology*, 16(10), 955-961. doi: 10.1023/a:1011008521081
- Good, G. E., Schopp, L. H., ThWHOon, D., Hathaway, S. L., Mazurek, M. O., & Sanford-Martens, T. C. (2008). Men with serious injuries: Relations among masculinity, age, and alcohol use. *Rehabilitation Psychology*, 53, 39–45.
- Good, G. E., Schopp, L. H., ThWHOon, D., Hathaway, S. L., Sanford-Martens, T., Mazurek, M. O., & Mintz, L. B. (2006). Masculine roles and rehabilitation outcomes among men recovering from serious injuries. *Psychology of Men & Masculinity*, 7, 165–176.
- Goodman, E., & Huang, B. (2002). Socioeconomic status, depressive symptWHO, and adolescent substance use. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 156(5), 448-453.
- Gordon, D. M., Hawes, S. W., Reid, A. E., Callands, T. A., Magriples, U., Divney, A., . . . Kershaw, T. (2013). The many faces of manhood: Examining masculine norms and health behaviors of young fathers across race. *American Journal of Men's Health*, 7(5), 394-401. doi: 10.1177/1557988313476540
- Gotsens, M., Marí-Dell'Olmo, M., Martínez-Beneito, M. Á., Pérez, K., Pasarín, M. I., Dapontef, A., . . . Borrell, C. (2011). Socio-economic inequalities in mortality due to injuries in small areas of ten cities in Spain (MEDEA Project). *Accident Analysis & Prevention*, 43(5), 1802–1810.
- Gough, B. (2013). The psychology of men's health: Maximizing masculine capital. *Health Psychology*, 32(1), 1-4. doi: 10.1037/a0030424
- Gough, B., & Edwards, G. (1998). The beer talking: four lads, a carry out and the reproduction of masculinities. *Sociological Review*, 46(3), 409-435. doi: 10.1111/1467-954x.00125
- Graffar, M. (1956). Une méthode de classification sociale d'echantillons de population. *Courrier*, VI(8), 455-459.
- Graham, H. M., & White, R. D. (2007). Young people, dangerous driving and car culture. *Youth Studies Australia*, 26(3), 28-35.
- Graham, S. (1992). Most of the subjects were white and middle class: Trends in published research on African Americans in selected APA journals, 1970–1989. *American Psychologist*, 47(5), 629–639.
- Green, P. E. (1976). *Mathematical tools for applied multivariate analysis*. New York, NY: Academic Press.

- Green, S. B., Lissitz, R. W., & Mulaik, S. A. (1977). Limitations of coefficient alpha as an index of unidimensionality. *Educational and Psychological Measurement*, 37, 827–838.
- Griffin, C., Bengry-Howell, A., Hackley, C., Mistral, W., & Szmigin, I. (2009). 'Every time I do it I absolutely annihilate myself': Loss of (self-)consciousness and loss of memory in young people's drinking narratives. *Sociology-the Journal of the British Sociological Association*, 43(3), 457-476. doi: 10.1177/0038038509103201
- Griffin, C., Szmigin, I., Bengry-Howell, A., Hackley, C., & Mistral, W. (2013). Inhabiting the contradictions: Hypersexual femininity and the culture of intoxication among young women in the UK. *Feminism Psychology*, 23(2), 184-206.
- Guerreiro, M. d. D., & Abrantes, P. (2005). Como tornar-se adulto: Processos de transição na modernidade avançada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(58), 157-212.
- Gupta, G. R. (2000). Gender, sexuality, and HIV/AIDS: The what, the why, and the how. *Canadian HIV/AIDS Policy & Law Review*, 5(4), 86-93.
- Gutierrez, F. C., & Shoemaker, D. J. (2008). Self-reported delinquency of high school students in Metro Manila: Gender and social class. *Youth & Society*, 40(1), 55-85. doi: 10.1177/0044118x07309986
- Gutmann, M. C. (1996). *Meaning of Macho: Being a man in Mexico City*. Berkeley: University of California Press.
- Haines, R. J., Johnson, J. L., Carter, C. I., & Arora, K. (2009). "I couldn't say, I'm not a girl": Adolescents talk about gender and marijuana use. *Social Science & Medicine*, 68(11), 2029-2036. doi: 10.1016/j.socscimed.2009.03.003
- Hale, D. R., & Viner, R. M. (2013). Risk behaviour and gender, socioeconomic status and ethnicity: Exploring a key component of health inequity in adolescence. *Journal of Adolescent Health*, 52(2), S97-S98.
- Hambleton, R. K. (2005). Issues, designs and technical guidelines for adapting tests into multiple languages and cultures. In R. K. Hambleton, P. F. Merenda & C. D. Spielberger (Eds.), *Adapting psychological and educational tests for cross-cultural assessment*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

- Hamilton, C. J., & Mahalik, J. R. (2009). Minority stress, masculinity, and social norms predicting gay men's health risk behaviors. *Journal of Counseling Psychology*, 56(1), 132-141.
- Hamilton, L. (2007). Trading on heterosexuality: College women's gender strategies and homophobia. *Gender & Society*, 21(2), 145-172.
- Hammarström, A., & Annandale, E. (2012). A conceptual muddle: An empirical analysis of the use of 'sex' and 'gender' in 'gender-specific medicine' journals. *PLoS ONE*, 7(4), 1-8.
- Hammer, J. H., Vogel, D. L., & Heimerdinger-Edwards, S. R. (2013). Men's help seeking: Examination of differences across community size, education, and income. *Psychology of Men & Masculinity*, 14(1), 65-75.
- Hancock, A. (2007). Intersectionality as a normative and empirical paradigm. *Politics and gender*, 3, 248-253.
- Hancock, A. (2007). When multiplication doesn't equal quick addition: Examining intersectionality as a research paradigm. *Perspectives on Politics*, 5(1), 63-79.
- Hankivsky, O. (Ed.). (2011). *Health Inequities in Canada: Intersectional Frameworks and Practices*. Toronto: UBC Press.
- Hankivsky, O., Reid, C., Cormier, R., Varcoe, C., Clark, N., Benoit, C., & Brotman, S. (2010). Exploring the promises of intersectionality for advancing women's health research. *International Journal for Equity in Health*, 9(5), 1-15.
- Hanna, C. L., Hasselberg, M., Laflamme, L., & Moeller, J. (2010). Road traffic crash circumstances and consequences among young unlicensed drivers: A Swedish cohort study on socioeconomic disparities. *BMC Public Health*, 10. doi: 10.1186/1471-2458-10-14
- Hanson, M. D., & Chen, E. (2007). Socioeconomic status and substance use behaviors in adolescents - The role of family resources versus family social status. *Journal of Health Psychology*, 12(1), 32-35. doi: 10.1177/1359105306069073
- Haraway, D. (1990). A manifesto for cyborgs: Science, technology and socialist feminism in the 1980's. In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism* (pp. 190-233). New York, NY: Routledge.
- Harding, S. G. (1986). *The science question in feminism*. Ithaca, NI: Cornell University Press.

- Harding, S. G. (1994). Is science multicultural? Challenges, resources, opportunities, uncertainties. *Configurations: A Journal of Literature, Science, and Technology*, 2, 301-330.
- Hare-Mustin, R., & Marecek, J. (1990). *Making a difference: Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Hare-Mustin, R., & Marecek, J. (1994). Asking the right questions: Feminist psychology and sex differences. *Feminism and Psychology*, 4, 531-537.
- Harper, S. R., Wardell, C. C., & McGuire, K. M. (2011). Man of multiple identities: Complex individuality and individual intersectionality among college men. In J. A. Laker & T. Davis (Eds.), *Masculinity in higher education. Theoretical and practical considerations*. New York, NY: Taylor & Francis.
- Harris III, F., & Barone, R. P. (2011). The Situation of Men, and Situating Men in Higher Education: A Conversation about Crisis, Myth, and Reality about College Students Who Are Men. In J. A. Laker & T. Davis (Eds.), *Masculinity in higher education. Theoretical and Practical Considerations*. Nova Iorque, NI: Taylor & Francis.
- Harrison, W. C. (2005). The shadow and the substance. The sex/gender debate. In K. Davis, M. Evans & J. Lorber (Eds.), *Handbook of gender women's studies*. London: Sage Publications.
- Hasselberg, M., & Laflamme, L. (2003). Socioeconomic background and road traffic injuries: A study of young car drivers in Sweden. *Traffic Injury Prevention*, 4(3), 249-254. doi: 10.1080/15389580309882
- Hasselberg, M., & Laflamme, L. (2008). Road traffic injuries among young car drivers by country of origin and socioeconomic position. *International Journal of Public Health*, 53(1), 40-45. doi: 10.1007/s00038-007-6083-0
- Hatfield, J., & Fernandes, R. (2009). The role of risk-propensity in the risky driving of younger drivers. *Accident Analysis & Prevention*, 41, 225-235.
- Hayes, A. F. (2012). PROCESS: A versatile computational tool for observed variable mediation, moderation, and conditional process modeling [White paper]. Retirado de <http://www.afhayes.com/public/process2012.pdf>
- Hayes, A. F. (2013). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach*. New York, NY: The Guilford Press.
- Haywood, C., & Mac an Ghaill, M. (2003). *Men and Masculinities*. Buckingham: Open University Press.

- Haywood, C., & Mac an Ghaill, M. (2013). *Education and masculinities: Social, cultural and global transformations*. New York, NY: Routledge.
- Hearn, J. (1987). *The Gender of oppression*. Brighton: Wheatsheaf Books Limited.
- Hearn, J. (1989). Reviewing men and masculinities - or mostly boys' own papers. *Theory, Culture & Society*, 6, 665-689.
- Hearn, J. (2004). From hegemonic masculinity to the hegemony of men. *Feminist Theory*, 5(1), 49-72.
- Hearn, J. (2007). Masculinity/masculinities. In M. Flood, J. Gardiner, B. Pease & K. Pringle (Eds.), *International encyclopedia of men and masculinities*. London: Routledge.
- Hearn, J., & Collinson, D. L. (1994). Theorizing unities and differences between men and between masculinities. In H. Brod & M. Kaufman (Eds.), *Theorizing Masculinities* (pp. 97-118). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Hearn, J., Nordberg, M., Andersson, K., Balkmar, D., Gottzén, L., Klinth, R., . . . Sandberg, L. (2012). Hegemonic masculinity and beyond: 40 years of research in Sweden. *Men and Masculinities*, 15(1), 31-55.
- Helms, J. E., Henze, K. T., Sass, T. L., & Mifsud, V. A. (2006). Treating Cronbach's alpha reliability coefficients as data in counseling research. *The counseling psychologist*, 34(5), 630-660.
- Hemmingsson, T., Lundberg, I., & Diderichsen, F. (1999). The roles of social class of origin, achieved social class and intergenerational social mobility in explaining social-class inequalities in alcoholism among young men. *Social Science & Medicine*, 49(8), 1051-1059. doi: 10.1016/s0277-9536(99)00191-4
- Hemmingsson, T., Lundberg, I., Diderichsen, F., & Allebeck, P. (1998). Explanations of social class differences in alcoholism among young men. *Social Science & Medicine*, 47(10), 1399-1405. doi: 10.1016/s0277-9536(98)00258-5
- Hennessey, R. (2003). Class. In M. Eagleton (Ed.), *A Concise Companion to Feminist Theory* (pp. 53-72). Oxford: Blackwell Publishing.
- Henry, K. L., Oetting, E. R., & Slater, M. D. (2009). The role of attachment to family, school, and peers in adolescents' use of alcohol: A longitudinal study of within-person and between-persons effects. *Journal of Counseling Psychology*, 56(4), 564-572. doi: 10.1037/a0017041
- Hensing, G., & Spak, F. (2009). Lack of leadership confidence relates to problem drinking in women: Gender identity, heavy episodic drinking and alcohol use disorders in

- Swedish women. *Alcohol and Alcoholism*, 44(6), 626-633. doi: 10.1093/alcalc/agg072
- Higgins, S. T., & Chilcoat, H. D. (2009). Women and smoking: An interdisciplinary examination of socioeconomic influences. *Drug and alcohol dependence*, 104, S1-S5.
- Holmes, M. (2009). *Gender and everyday life*. New York, NY: Routledge.
- Holstein, B. E., Currie, C., Boyce, W., Damsgaard, M. T., Gobina, I., Kökönyei, G., . . . Due, P. (2009). Socio-economic inequality in multiple health complaints among adolescents: International comparative study in 37 countries. *International Journal of Public Health*, 54, 260-270.
- Holter, O. G. (2005). Social theories for researching men and masculinities. In M. S. Kimmel, J. Hearn & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of studies on men and masculinities* (pp. 15-34). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- hooks, b. (1984). *Feminist theory: From margin to center*. Boston: South End Press.
- Hosking, J., Ameratunga, S., Exeter, D., Stewart, J., & Bell, A. (2013). Ethnic, socioeconomic and geographical inequalities in road traffic injury rates in the Auckland region. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, 37(2), 162-167. doi: 10.1111/1753-6405.12034
- Howard, J. A., & Hollander, J. (1997). *Gendered situations, gendered selves: A gender lens on social psychology*. London: Sage Publications.
- Humensky, J. L. (2010). Are adolescents with high socioeconomic status more likely to engage in alcohol and illicit drug use in early adulthood? *Substance Abuse Treatment Prevention and Policy*, 5. doi: 10.1186/1747-597x-5-19
- Hyde, J. S. (2005). The gender similarities hypothesis. *American Psychologist*, 60, 581-592.
- Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. (2011a). *Plano nacional para a redução dos problemas ligados ao álcool 2010-2012*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.
- Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. (2011b). *Relatório anual 2010: A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.
- Instituto Nacional de Estatística I.P., INE (2011). *Estatísticas dos Transportes 2010*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

- Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P & Instituto Nacional de Estatística, I.P (2009). *Inquérito Nacional de Saúde 2005/2006*. Lisboa: INE, I.P./INSA,I.P.
- Ivers, R., Senserrick, T., Boufous, S., Stevenson, M., Chen, H., Woodward, M., & Norton, R. (2009). Novice drivers' risky driving behavior, risk perception, and crash risk: Findings from the DRIVE study. *American Journal of Public Health, 99*(9), 1638–1644.
- Iversen, H. (2004). Risk-taking attitudes and risky driving behaviour. *Transportation Research Part F, 7*(3), 135-150.
- Iwamoto, D. K., Cheng, A., Lee, C. S., Takamatsu, S., & Gordon, D. (2011). "Man-ing" up and getting drunk: The role of masculine norms, alcohol intoxication and alcohol-related problems among college men. *Addictive Behaviors, 36*(9), 906-911. doi: 10.1016/j.addbeh.2011.04.005
- Iwamoto, D. K., & Smiler, A. P. (2013). Alcohol makes you macho and helps you make friends: The role of masculine norms and peer pressure in adolescent boys' and girls' alcohol use. *Substance Use & Misuse, 48*(5), 371-378. doi: 10.3109/10826084.2013.765479
- Jacklin, C. N., & MacCoby, E. E. (1974). *The psychology of sex differences*. Stanford: Stanford University Press.
- Jackson, C., & Dempster, S. (2009). 'I sat back on my computer ... with a bottle of whisky next to me': Constructing 'cool' masculinity through 'effortless' achievement in secondary and higher education. *Journal of Gender Studies, 18*(4), 341-356. doi: 10.1080/09589230903260019
- Jakobsson, A., Hensing, G., & Spak, F. (2008). The role of gendered conceptions in treatment seeking for alcohol problems. *Scandinavian Journal of Caring Sciences, 22*(2), 196-202.
- James, L. R., & Brett, J. M. (1984). Mediators, moderators, and tests for mediation. *Journal of Applied Psychology, 69*, 307-321.
- Januário, S. (2013). *Género e media: Estereótipos das masculinidades na publicidade das revistas masculinas em Portugal* (Tese de Doutoramento), Ciências da Comunicação, Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/10957>
- Jöreskog, K. G., & Sörbom, D. (1982). Recent developments in structural equation modeling. *Journal of Marketing Research, 19*, 404–416.

- Jöreskog, K. G., & Yang, F. (1996). Nonlinear structural equation models: The Kenny-Judd model with interaction effects. In G. A. Marcoulides & R. E. Schumacker (Eds.), *Advanced structural equation modeling: Issues and techniques* (pp. 57-88). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Joutsenniemi, K., Martelin, T., Kestila, L., Martikainen, P., Pirkola, S., & Koskinen, S. (2007). Living arrangements, heavy drinking and alcohol dependence. *Alcohol and Alcoholism*, 42(5), 480-491. doi: 10.1093/alcalc/agm011
- Judd, C. M., & Kenny, D. A. (1981). Process analysis: Estimating mediation in treatment evaluations. *Evaluation Review*, 5, 602-619.
- Kaiser, H. F. (1974). An index of factorial simplicity. *Psychometrika*, 39, 31-36.
- Kaplan, R., & Saccuzzo, D. (1982). *Psychological testing: Principles, applications and issues*. Monterey, CA: Brooks/Cole Publishing Company.
- Karriker-Jaffe, K. J. (2011). Areas of disadvantage: A systematic review of effects of area-level socioeconomic status on substance use outcomes. *Drug and Alcohol Review*, 30(1), 84-95. doi: 10.1111/j.1465-3362.2010.00191.x
- Kehily, M. J. (2002). *Sexuality, gender and schooling: Shifting agendas in social learning*. London: Routledge Falmer.
- Kilmartin, C. (2001). *Sexual assault in context: Teaching college men about gender*. Holmes Beach, FL: Learning Publications.
- Kim, H.-J., & Ruger, J. P. (2010). Socioeconomic disparities in behavioral risk factors and health outcomes by gender in the Republic of Korea. *Bmc Public Health*, 10. doi: 10.1186/1471-2458-10-195
- Kimmel, M. S. (1993). What do men want? *Harvard Business Review*, 71(6), 50-63.
- Kimmel, M. S. (1994). Masculinity as homophobia. Fear, shame, and silence in the construction of gender identity. In I. H. Brod & M. Kaufman (Eds.), *Theorizing masculinities* (pp. 119-141). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Kimmel, M. S. (1995). *Manhood in America: A cultural history*. Nova Iorque: Free Press.
- Kimmel, M. S. (2000). *The gendered society*. Oxford: Oxford University Press.
- Kimmel, M. S., & Davis, T. (2011). Mapping guyland in college. In J. A. Laker & T. Davis (Eds.), *Masculinity in higher education. Theoretical and practical considerations*. New York, NY: Taylor & Francis.
- Kimmel, M. S., & Messner, M. A. (1989 [2001]). *Men's lives*. Boston: Allyn & Bacon.
- Kitzinger, C. (1994). Should psychologists study sex differences? *Feminism and Psychology*, 4(4), 501-546.

- Kline, R. B. (1998). *Principles and practice of structural equation modeling*. New York: Guilford Press.
- Knapp, G.-A. (2005). Race, class, gender: Reclaiming baggage in fast travelling theories. *European Journal of Women's Studies*, 12(3), 249–265.
- Kopp, M. S., Skrabski, A., Laszlo, K. D., & Janszky, I. (2011). Gender patterns of socioeconomic differences in premature mortality: Follow-up of the Hungarian epidemiological panel. *International Journal of Behavioral Medicine*, 18(1), 22–34. doi: 10.1007/s12529-010-9126-5
- Krahe, B. (2005). Predictors of women's aggressive driving behavior. *Aggressive Behavior*, 31(6), 537–546. doi: 10.1002/ab.20070
- Krahe, B., & Fenske, I. (2002). Predicting aggressive driving behavior: The role of macho personality, age, and power of car. *Aggressive Behavior*, 28(1), 21–29. doi: 10.1002/ab.90003
- Kreager, D. A., & Haynie, D. L. (2011). Dangerous liaisons? Dating and drinking diffusion in adolescent peer networks. *American Sociological Review*, 76(5), 737–763. doi: 10.1177/0003122411416934
- Kruger, N. A. (2013). Fatal connections-socioeconomic determinants of road accident risk and drunk driving in Sweden. *Journal of Safety Research*, 46, 59–65. doi: 10.1016/j.jsr.2013.04.001
- Kuendig, H., Plant, M. L., Plant, M. A., Kuntsche, S., Miller, P., Gmel, G., . . . Knibbe, R. (2008). Beyond drinking: Differential effects of demographic and socioeconomic factors on alcohol-related adverse consequences across European countries. *European Addiction Research*, 14(3), 150–160. doi: 10.1159/000130419
- Kulis, S., Marsiglia, F. F., & Hecht, M. L. (2002). Gender labels and gender identity as predictors of drug use among ethnically diverse middle school students. *Youth and Society*, 33(3), 442–475.
- Kulis, S., Marsiglia, F. F., Lingard, E. C., Nieri, T., & Nagoshi, J. (2008). Gender identity and substance use among students in two high schools in Monterrey, Mexico. *Drug and Alcohol Dependence*, 95(3), 258–268. doi: 10.1016/j.drugalcdep.2008.01.019
- Kuntsche, S., Gmel, G., Knibbe, R. A., Kuendig, H., Bloomfield, K., Kramer, S., & Grittner, U. (2006). Gender and cultural differences in the association between

- family roles, social stratification, and alcohol use: A european cross-cultural analysis. *Alcohol and Alcoholism*, 41, i37-i46.
- Laapotti, S., Keskinen, E., & Rajalin, S. (2003). Comparison of young male and female drivers' attitude and self-reported traffic behaviour in Finland in 1978 and 2001. *Journal of Safety Research*, 34(5), 579–587.
- LaFontana, K. M., & Cillessen, A. H. (2009). Developmental changes in the priority of perceived status in childhood and adolescence. *Social Development*, 19, 130-147.
- Lages, M. F. (2007). Os comportamentos de risco dos jovens Portugueses e a sua mortalidade. [Les comportements à risque des jeunes portugais et la mortalité correspondante Risk behaviours and mortality among young Portuguese]. *Análise Social*(183), 395-418.
- Laker, J. A., & Davis, T. (2011). Introduction. In J. A. Laker & T. Davis (Eds.), *Masculinity in higher education. Theoretical and Practical Considerations*. New York, NY: Taylor & Francis.
- Laranjeira, A. R. (2004). Não és homem não és nada: Masculinidade e comportamentos de risco. In L. Amâncio (Ed.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Laranjeira, A. R., Amâncio, L., & Prazeres, V. (2002). Género e comportamentos de risco: O corpo e a mente no masculino. In *Actas do Colóquio Internacional "Família, género e sexualidade nas sociedades contemporâneas"* (pp.385-400). Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Lash, S. J., Copenhaver, M. M., & Eisler, R. M. (1998). Masculine gender role stress and substance abuse among substance dependent males. *Journal of Gender, Culture, and Health*, 3(3), 183-191.
- Lawton, R., Parker, D., Manstead, A. S. R., & Stradling, S. G. (1997). The role of affect in predicting social behaviors: The case of road traffic violations. *Journal of Applied Social Psychology*, 27, 1258–1276.
- Lee, C. (2010). Gender, health, and health behaviors. In J. C. Chrisler & D. R. McCreary (Eds.), *Handbook of gender research in psychology* (Vol. 2, pp. 471-493). New York, NY: Springer.
- Lee, C., & Owens, R. G. (2002). Issues for a psychology of men's health. *Journal of Health Psychology*, 7(3), 209-217.
- Lee, S. J., Sudore, R. L., Williams, B. A., Lindquist, K., Chen, H. L., & Covinsky, K. E. (2009). Functional limitations, socioeconomic status, and all-cause mortality in

- moderate alcohol drinkers. *Journal of the American Geriatrics Society*, 57(6), 955-962. doi: 10.1111/j.1532-5415.2009.02184.x
- Lejckova, P., Mravcik, V., & Radimecky, J. (2007). Regional comparison of drug use in the Czech Republic in 2002: Situation analysis in wider demographic and socioeconomic contexts. *Journal of Drug Issues*, 37(1), 133-153.
- Lenney, E. (1991). Sex roles: The measurement of masculinity, femininity, and androgyny. In J. P. Robinson, P. R. Shaver & L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of Personality and Social Psychological Attitudes* (pp. 573–660). San Diego, CA: Academic Press.
- Levant, R. F. (2011). Research in the psychology of men and masculinity using the gender role strain paradigm as a framework. *American Psychologist*, 66(8), 765-776.
- Levant, R. F., Hirsch, L., Celentano, E., Cozza, T., Hill, S., MacEachern, M., . . . Schnedeker, J. (1992). The male role: An investigation of contemporary norms. *Journal of Mental Health Counseling*, 14, 325–337.
- Levant, R. F., & Pollack, W. s. (1995). *A new psychology of men*. New York, NY: Basic Books.
- Levant, R. F., Smalley, K. B., Aupont, M., House, A. T., Richmond, K., & Noronha, D. (2007). Initial validation of the Male Role Norms Inventory-Revised (MRNI-R). *The Journal of Men's Studies*, 15(1), 83-100.
- Levant, R. F., Wimer, D. J., & Williams, C. M. (2011). An evaluation of the Health Behavior Inventory-20 (HBI-20) and its relationships to masculinity and attitudes towards seeking psychological help among college men. *Psychology of Men & Masculinity*, 12(1), 26-41. doi: 10.1037/a0021014
- Lewis, I., Watson, B., & Tay, R. (2007). Examining the effectiveness of physical threats in road safety advertising: The role of the third-person effect, gender, and age. *Transportation Research Part F-Traffic Psychology and Behaviour*, 10(1), 48-60. doi: 10.1016/j.trf.2006.05.001
- Licaj, I., Haddak, M., Pochet, P., & Chiron, M. (2012). Individual and contextual socioeconomic disadvantages and car driving between 16 and 24 years of age: a multilevel study in the Rhone Departement (France). *Journal of Transport Geography*, 22, 19-27. doi: 10.1016/j.jtrangeo.2011.11.018
- Lightfoot, C. (1997). *The culture of adolescent risk-taking*. New York, NY: Guilford Press.

- Lindberg, L. D., Boggess, S., Porter, L., & Williams, S. (2000). Teen risk-taking: A statistical portrait. Washington, D.C.: Urban Institute.
- Liu, W. M., & Iwamoto, D. K. (2007). Conformity to masculine norms, Asian values, coping strategies, peer group influences, and substance use among Asian American men. *Psychology of Men & Masculinity*, 8, 25-39.
- Liu, Y., Wang, M., Tynjala, J., Villberg, J., Lv, Y., & Kannas, L. (2013). Socioeconomic inequalities in alcohol use of adolescents: the differences between China and Finland. *International Journal of Public Health*, 58(2), 177-185. doi: 10.1007/s00038-012-0432-3
- Locatelli, D., Sanchez, Z., Opaleye, E., Carlini, C., & Noto, A. (2012). Socioeconomic influences on alcohol use patterns among private school students in São Paulo. *Revista Brasileira De Psiquiatria*, 34(2), 193-200.
- Locke, B. D., & Mahalik, J. R. (2005). Examining masculinity norms, problem drinking, and athletic involvement as predictors of sexual aggression in college men. *Journal of Counseling Psychology*, 52(3), 279-283. doi: 10.1037/0022-0167.52.3.279
- Lomba, L., Apostolo, J., & Mendes, F. (2009). Drugs and alcohol consumption and sexual behaviours in night recreational settings in Portugal. *Adicciones*, 21(4), 309-325.
- Lopes, C., Andreozzi, V. L., & Ramos, E. (2007). Modelling over week patterns of alcohol consumption. *Alcohol and Alcoholism*, 43(2), 215-222.
- Lopez, B., Schwartz, S. J., Prado, G., Huang, S., Rothe, E. M., Wang, W., & Pantin, H. (2008). Correlates of early alcohol and drug use in hispanic adolescents: Examining the role of ADHD with comorbid conduct disorder, family, school, and peers. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 37(4), 820-832. doi: 10.1080/15374410802359676
- Lorenzi-Cioldi, F. (1994). *Les androgynes*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lott, B. (1990). Dual natures or learned behavior. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Louro, G., Porto, . (2000). *Currículo, Género e Sexualidade*. Porto: Porto Editora.
- Lucas, L., & Hoff, T. (2008). Formas sutis de dominação hierarquizada: Corpo e feminilização da pobreza. *ex æquo*, 17, 133-154.

- Lumsden, K. (2010). Gendered performances in a male-dominated subculture: 'Girl racers', car modification and the quest for masculinity. *Sociological Research Online*, 15(3). doi: 10.5153/sro.2123
- Luthar, S. S., & D'Avanzo, K. (1999). Contextual factors in substance use: A study of suburban and inner-city adolescents. *Development and Psychopathology*, 11(4), 845-867. doi: 10.1017/s0954579499002357
- Lykke, N. (2010). *Feminist studies: A guide to intersectional theory, methodology and writing*. New York: Routledge.
- Lyons, A. C., Dalton, S. I., & Hoy, A. (2006). 'Hardcore drinking' portrayals of alcohol consumption in young women's and men's magazines. *Journal of Health Psychology*, 11(2), 223-232. doi: 10.1177/1359105306061183
- Lyons, A. C., & Willott, S. A. (2008). Alcohol consumption, gender identities and women's changing social positions. *Sex Roles*, 59(9-10), 694-712. doi: 10.1007/s11199-008-9475-6
- Mac an Ghail, M. (1994). *The making of men: Masculinities, sexualities and schooling*. Buckingham: Open University Press.
- Macedo, E. (2012). (Re)constructing femininities and masculinities: North Portuguese students speak about their lives, desires and dreams. *Educação, Sociedade & Culturas*, 35, 67-88.
- Machado, F. L., Costa, A. F., Mauritti, R., Martins, S. C., Casanova, J. L., & Almeida, J. F. (2003). Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 45-80.
- Machado, V., Teixeira, C., Rodrigues, N., & Felício, M. M. (2011). Mortalidade Evitável: Uma análise evolutiva na região Norte de Portugal. In Administração Regional da Saúde do Norte, I. P. (Ed.). Porto: Departamento de Saúde Pública da ARSN, I.P.
- Magalhães, S., Saavedra, L., & Nogueira, C. (2008). Viver a adolescência no masculino: O desafio da construção da sexualidade. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1, 153-162.
- Mahalik, J. R. (2000). *A model of masculine gender role conformity*. Comunicação apresentada no Symposium—Masculine gender role conformity: Examining theory, research, and practice - 108th Annual Convention of the American Psychological Association, Washington DC, United States of America.

- Mahalik, J. R., Burns, S. M., & Syzdek, M. (2007). Masculinity and perceived normative health behaviors as predictors of men's health behaviors. *Social Science & Medicine*, 64(11), 2201-2209. doi: 10.1016/j.socscimed.2007.02.035
- Mahalik, J. R., Good, G. E., & Englar-Carlson, M. (2003). Masculinity scripts, presenting concerns, and help seeking: Implications for practice and training. *Professional Psychology-Research and Practice*, 34(2), 123-131. doi: 10.1037/0735-7028.34.2.123
- Mahalik, J. R., Lagan, H. D., & Morrison, J. A. (2006). Health behaviors and masculinity in Kenyan and U.S. male college students. *Psychology of Men & Masculinity*, 7, 191-202.
- Mahalik, J. R., Levi-Minzi, M., & Walker, G. (2007). Masculinity and health behaviors in Australian men. *Psychology of Men & Masculinity*, 8(4), 240-249.
- Mahalik, J. R., Locke, B. D., Ludlow, L. H., Diemer, M. A., Gottfried, M., Scott, R. P., & Freitas, G. (2003). Development of the Conformity to Masculine Norms Inventory. *Psychology of Men & Masculinity*, 4(1), 3-25.
- Mahalik, J. R., Morray, E. B., Coonerty-Femiano, A., Ludlow, L. H., Slattery, S. M., & Smiler, A. (2005). Development of the Conformity to Feminine Norms Inventory. *Sex Roles*, 52, 417-435.
- Mahalik, J. R., & Rochlen, A. B. (2006). Men's likely responses to clinical depression: What are they and do masculinity norms predict them? *Sex Roles*, 55, 659-667.
- Mahalik, J. R., Talmadge, W., Locke, B., & Scott, R. (2005). Using the Conformity to Masculine Norms Inventory to work with men in a clinical setting. *Journal of Clinical Psychology*, 61, 661-674.
- Makela, P., Keskimaki, I. T., & Koskinen, S. (2003). What underlies the high alcohol related mortality of the disadvantaged: High morbidity or poor survival? *Journal of Epidemiology and Community Health*, 57(12), 981-986. doi: 10.1136/jech.57.12.981
- Maki, N. E., & Martikainen, P. T. (2008). The effects of education, social class and income on non-alcohol- and alcohol-associated suicide mortality: A register-based study of Finnish men aged 25-64. *European Journal of Population-Revue Europeenne de Demographie*, 24(4), 385-404. doi: 10.1007/s10680-007-9147-1
- Mann, R. E., Stoduto, G., Ialomiteanu, A., Asbridge, M., Smart, R. G., & Wickens, C. M. (2010). Self-reported collision risk associated with cannabis use and driving after

- cannabis use among Ontario adults. *Traffic Injury Prevention*, 11(2), 115-122.
doi: 10.1080/15389580903536704
- Marcell, A. V., Ford, C. A., Pleck, J. H., & Sonenstein, F. L. (2007). Masculine beliefs, parental communication, and male adolescents' health care use. *Pediatrics*, 119(4), E966-E975. doi: 10.1542/peds.2006-1683
- Mari-Dell'Olmo, M., Gotsens, M., Serral, G., Martinez-Beneito, M. A., Rodriguez-Sanz, M., Puigpinos, R., . . . Grp, M. (2009). Socioeconomic inequalities in mortality from traffic injuries, drugs, AIDS and suicide in young people from 3 cities in Spain. MEDEA Project. *Gaceta Sanitaria*, 23, 84-84.
- Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais : Fundamentos teóricos, software & aplicações*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Marques, A. M. (2007). *Profissões masculinas: Discursos e resistências* (Tese de Doutoramento não publicada), Psicologia Social e Organizacional, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal.
- Marques, A. M. (2010). Género e saúde: Uma relação ainda oculta. In M. N. Strey, C. Nogueira & M. R. Azambuja (Eds.), *Género & saúde: Diálogos ibero-brasileiros* (pp. 35-58). Porto Alegre: EdPUCRS.
- Marques, A. M., & Amâncio, L. (2004). Medicina e masculinidade: Da predominância numérica à dominação simbólica. In J. Vala, M. Garrido & P. Alcobia (Eds.), *Percursos da investigação em psicologia social e organizacional* (pp. 201-220). Lisboa: Edições Colibri.
- Martinho, T. (2004). Viver jovem, morrer depressa: Masculinidade e condução de risco. In L. Amâncio (Ed.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Martins, A. S. A. (2012). *As representações sociais do homem na publicidade*. (Tese de Mestrado), Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações Públicas, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.6/1566>
- Martins, S. C., Mauritti, R., & Costa, A. F. (2005). *Condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Superior.
- Mast, M. S., Sieverding, M., Esslen, M., Graber, K., & Jaencke, L. (2008). Masculinity causes speeding in young men. *Accident Analysis and Prevention*, 40(2), 840-842. doi: 10.1016/j.aap.2007.09.028

- Matos, M. G. (2002). O uso de substâncias ilícitas nos adolescentes Portugueses: Modelo compreensivo. *Toxicodependências* 8(3), 37-46.
- Matos, M. G., & Equipa do Projecto Aventura Social (2008). *Consumo de substâncias : Estilo de vida? À procura de um estilo?* Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P..
- Mayberry, M. L., Espelage, D. L., & Koenig, B. (2009). Multilevel modeling of direct effects and interactions of peers, parents, school, and community influences on adolescent substance use. *Journal of Youth and Adolescence*, 38(8), 1038-1049. doi: 10.1007/s10964-009-9425-9
- McCall, L. (2005). The complexity of intersectionality. *Signs*, 30(3), 1771-1800.
- McCallum, T. (1998). *Drug use by young people: A gender approach*. Sydney: Health Education Unit, University of Sydney.
- McGee, Z. T. (1992). Social-class differences in parental and peer influence on adolescent drug-use. *Deviant Behavior*, 13(4), 349-372.
- Meade, A. W., Johnson, E. C., & Braddy, P. W. (2008). Power and sensitivity of alternative fit indices in tests of measurement invariance. *Journal of Applied Psychology*, 93, 568–592.
- Melchior, M., Choquet, M., Le Strat, Y., Hassler, C., & Gorwood, P. (2011). Parental alcohol dependence, socioeconomic disadvantage and alcohol and cannabis dependence among young adults in the community. *European Psychiatry*, 26(1), 13-17. doi: 10.1016/j.eurpsy.2009.12.011
- Mendelson, T., Kubzansky, L. D., Datta, G. D., & Buka, S. L. (2008). Relation of female gender and low socioeconomic status to internalizing symptWHO among adolescents: A case of double jeopardy? *Social Science & Medicine*, 66(6), 1284-1296. doi: 10.1016/j.socscimed.2007.11.033
- Mendes, R. V. (2007). *A parentalidade experimentada no masculino: As vivências da paternidade*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/ISCTE e-working paper n° 22/2007.
- Messerschmidt, J. W. (1993). *Masculinities and crime: Critique and reconceptualization of theory*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Michael, K., & Ben-Zur, H. (2007). Risk-taking adolescents: Associations with social and affective factors. *Journal of Adolescence*, 30, 17-31.

- Miguez, H. A., & Magri, R. (1993). Patterns of drug abuse among youngsters of upper social class. [Patrones del uso de drogas en jovenes de clase alta.]. *Acta psiquiatrica y psicologica de America latina*, 39(4), 294-300.
- Mills, M. (2001). *Challenging violence in schools: An issue of masculinities*. Buckingham: Open University Press.
- Miyoshi, Y., & Katsuno, S. (2012). [Gender differences in the association between substance abuse and lifestyles among high school students in Japan: Findings from the 2009 Japanese School Survey Project on Alcohol and Other Drugs]. *Nihon Arukoru Yakubutsu Igakkai zasshi [Japanese Journal of Alcohol Studies & Drug Dependence]*, 47(5), 211-233.
- Moller-Leimkuhler, A. M., Schwarz, R., Burtscheidt, W., & Gaebel, W. (2002). Alcohol dependence and gender-role orientation. *European Psychiatry*, 17(1), 1-8.
- Monteiro, R. F. B. L. (2013). Desafios e tendências das políticas de igualdade de mulheres e homens em Portugal. [Challenges and Trends of Gender Equality Policies in Portugal]. *Revista Estudos Feministas*, 21(2), 535-552. doi: 10.1590/s0104-026x2013000200006
- Moreira, S. G. M. (2013). *Intimidades masculinas: Representações da intimidade*. (Tese de Mestrado), Sociologia: Especialização em Políticas e Desenvolvimento Social, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/28246>
- Morgan, D. (1992). *Discovering Men*. London: Routledge.
- Morgan, D. (2005). Class and Masculinity. In M. S. Kimmel, J. Hearn & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of studies on men and masculinities*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Morris, E. W. (2008). "Rednecks," "rutters", and 'rithemetic social class, masculinity, and schooling in a rural context. *Gender & Society*, 22(6), 728-751. doi: 10.1177/0891243208325163
- Morrongiello, B. A., & Hogg, K. (2004). Mothers' reactions to children misbehaving in ways to that can lead to injury: Implications for gender differences in children's risk taking and injuries. *Sex Roles*, 50, 103–118.
- Mulia, N., & Karriker-Jaffe, K. J. (2012). Interactive influences of neighborhood and individual socioeconomic status on alcohol consumption and problems. *Alcohol and Alcoholism*, 47(2), 178-186. doi: 10.1093/alcalc/agr168

- Mullen, K., Watson, J., Swift, J., & Black, D. (2007). Young men, masculinity and alcohol. *Drugs-Education Prevention and Policy*, 14(2), 151-165. doi: 10.1080/09687630600997816
- Muntaner, C., Li, Y., Ng, E., Benach, J., & Chung, H. (2011). Work or place? Assessing the concurrent effects of work place exploitation and area-of-residence economic inequality on individual health. *International Journal of Health Services*, 41(1), 27-50. doi: 10.2190/HS.41.1.c
- Murphy, K. R., & Davidshofer, C. O. (1988). *Psychological testing: Principles and applications*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Muthén, L. K., & Muthén, B. O. (1998-2011). *MPLUS [Computer Software]*. Los Angeles, CA: Muthén & Muthén.
- Muza, G. M., Bettiol, H., Muccillo, G., & Barbieri, M. A. (1997). Consumo de substâncias psicoativas por adolescentes escolares de Ribeirão Preto, SP (Brasil). II - Distribuição do consumo por classes sociais. *Revista de Saúde Pública*, 31(2), 163-170.
- Nash, J. C. (2008). Re-thinking intersectionality. *Feminist review*, 89, 1-15.
- Nasir, S., Rosenthal, D., & Moore, T. (2011). The social context of controlled drug use amongst young people in a slum area in Makassar, Indonesia. *International Journal of Drug Policy*, 22(6), 463-470. doi: 10.1016/j.drugpo.2011.10.006
- Naslindh-Ylispangar, A., Sihvonen, M., & Kekki, P. (2008). Health, utilisation of health services, 'core' information, and reasons for non-participation: A triangulation study amongst non-respondents. *Journal of Clinical Nursing*, 17(22), 2972-2978. doi: 10.1111/j.1365-2702.2008.02442.x
- Neto, C., Fraga, S., & Ramos, E. (2012). Illicit substances use by Portuguese adolescents. *Revista de Saúde Pública*, 46(5), 808-815.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Metodologias feministas na psicologia social crítica: A ciência ao serviço da mudança social. *Exaequo*, 11, 123-138.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2005). Metodologias feministas: A reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 408-412.
- Nillissen, B., & Young, C. (2007). Masculinity and femininity: Do sex, race, and social class matter? *UW-L Journal of Undergraduate Research X*.
- Nogueira, C. (2001a). Construcionismo social, discurso e género. *Psicologia XV*, 1, 43-65.

- Nogueira, C. (2001b). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do género. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 137-154.
- Nogueira, C. (2001c). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: Perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, C. (2004). Ter ou fazer o género. O dilema das opções metodológicas na psicologia social. In N. Guareschi (Ed.), *Estratégias de invenção do presente: A psicologia social no contemporâneo* (pp. 249-284). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Nogueira, C. (2009). Women in positions of power in Portugal: Contradictory positions and discourses. *Journal of Women Politics & Policy*, 30(1), 70–88.
- Nogueira, C. (2011). Introdução à teoria da interseccionalidade nos estudos de género. In S. Neves (Ed.), *Género e ciências sociais* (pp. 67-78). Castelo da Maia: Edições ISMAI.
- Nogueira, C. (2013). A teoria da interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: Condições de produção de "novas possibilidades" no projeto de uma psicologia feminista crítica. In A. L. C. Brizola, A. V. Zanella & M. Gesser (Eds.), *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos* (pp. 227-248). Florianópolis: Editora ABRAPSO.
- Nogueira, C., Neves, S., & Barbosa, C. (2005). Fundamentos construcionistas sociais e críticos para o estudo do género. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 195-120.
- Novikova, I., Pringle, K., Hearn, J., Meuller, U., Oleksy, E., Lattu, E., . . . Ventimiglia, C. (2005). Men, masculinities and Europe. In M. S. Kimmel, J. Hearn & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of studies on men and masculinities*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory*. New York, NY: McGraw-Hill Inc.
- Nye, R. A. (2005). Locating masculinity: Some recent work on men. *Signs*, 30(3), 1937-1962.
- O'Malley, P. M., & Johnston, L. D. (2002). Epidemiology of alcohol and other drug use among American college students. *Journal of Studies on Alcohol. Supplement*, 14, 23-39.
- O'Neil, J. M., & Crapser, B. (2011). Using the psychology of men and gender role conflict theory to promote comprehensive service delivery for college men: A call to action. In J. A. Laker & T. Davis (Eds.), *Masculinity in higher education. Theoretical and Practical Considerations*. New York, NY: Taylor & Francis.

- O'Connor, C., & Kelly, K. (2006). Auto theft and youth culture: A nexus of masculinities, femininities and car culture. *Journal of Youth Studies*, 9(3), 247-267.
- O'Neil, J. M., Helms, B., Gable, R., David, L., & Wrightsman, L. (1986). Gender Role Conflict Scale: College men's fear of femininity. *Sex Roles*, 14, 335-350.
- Oakley, A. (1972). *Sex, Gender and Society*. London: Temple Smith.
- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (2010). *Relatório anual 2010: A evolução do fenómeno da droga na Europa*. Lisboa: Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.
- Ojeda, L., Rosales, R., & Good, G. E. (2008). Socioeconomic status and cultural predictors of male role attitudes among Mexican American men: "Son mas machos". *Psychology of Men & Masculinity*, 9(3), 133-138. doi: 10.1037/1524-9220.9.3.133
- Oliveira, J. M. d. (2010). Os feminismos habitam espaços hifenizados – A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *Ex aequo*, 22, 25-39.
- Owen, J. (2011). Assessing the factor structures of the 55- and 22-item versions of the Conformity to Masculine Norms Inventory. *American Journal of Men's Health*, 5(2), 118-128.
- Ozkan, T., & Lajunen, T. (2005). Why are there sex differences in risky driving? The relationship between sex and gender-role on aggressive driving, traffic offences, and accident involvement among young Turkish drivers. *Aggressive Behavior*, 31(6), 547-558. doi: 10.1002/ab.20062
- Page, J. B., & Singer, M. (2010). *Comprehending drug use: Ethnographic research at the social margins*. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press.
- Paljarvi, T., Suominen, S., Car, J., & Koskenvuo, M. (2013). Socioeconomic disadvantage and indicators of risky alcohol-drinking patterns. *Alcohol and Alcoholism*, 48(2), 207-214. doi: 10.1093/alcalc/ags129
- Parent, M. C., & Moradi, B. (2009). Confirmatory factor analysis of the Conformity to Masculine Norms Inventory and development of the Conformity to Masculine Norms Inventory-46. *Psychology of Men & Masculinity*, 10(3), 175-189.
- Parent, M. C., & Smiler, A. P. (2012). Metric invariance of the Conformity to Masculine Norms Inventory-46 among women and men. *Psychology of Men & Masculinity*, 14(3), 324-328.
- Parker, D., Reason, J. T., Manstead, A. S. R., & Stradling, S. G. (1995). Driving errors, driving violations and accident involvement. *Ergonomics*, 38, 1036-1048.

- Patrick, M. E., Wightman, P., Schoeni, R. F., & Schulenberg, J. E. (2012). Socioeconomic status and substance use among young adults: A comparison across constructs and drugs. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, 73(5), 772-782.
- Peralta, R. L. (2007). College alcohol use and the embodiment of hegemonic masculinity among European American men. *Sex Roles*, 56, 741-756.
- Peralta, R. L. (2008). "Alcohol allows you to not be yourself": Toward a structured understanding of alcohol use and gender difference among gay, lesbian, and heterosexual youth. *Journal of Drug Issues*, 38(2), 373-399.
- Peralta, R. L., Steele, J. L., Nofziger, S., & Rickles, M. (2010). The impact of gender on binge drinking behavior among US college students attending a midwestern university: An analysis of two gender measures. *Feminist Criminology*, 5(4), 355-379. doi: 10.1177/1557085110386363
- Pereira, M. d. M. (2009). Fazendo gênero na escola: Uma análise performativa da negociação do gênero entre jovens. [Faire le genre à l'école: Une analyse performative de la négociation du genre entre les jeunes. Doing Gender in School: A performative analysis of gender negotiation among young people]. *Ex aequo*(20), 113-127.
- Perelman, J., Fernandes, A., & Mateus, C. (2012). Gender disparities in health and healthcare: Results from the Portuguese National Health Interview Survey. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(12), 2339-2348.
- Petersen, A. (2003). Research on men and masculinities: Some implications of recent theory for future work. *Men & Masculinities*, 6(1), 54-69.
- Petrocelli, J. V. (2003). Hierarchical multiple regression in counseling research: Common problems and possible remedies. *Measurement and evaluation in counseling and development*, 36, 9-22.
- Phillips, S. P. (2011). Including gender in public health research *Public Health Reports*, 126, 16–21.
- Phoenix, A., & Frosh, S. (2001). Positioned by "hegemonic" masculinities: A study of London boys' narratives of identity. *Australian Psychologist*, 36(1), 27-35.
- Pickett, K. E., & Pearl, M. (2001). Multilevel analyses of neighbourhood socioeconomic context and health outcomes: a critical review. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 55, 111-122.
- Pilkington, H. (2007). Beyond 'peer pressure': Rethinking drug use and 'youth culture'. *International Journal of Drug Policy*, 18, 213–224.

- Pinto, C. C. G. (2006). *Autorepresentação e heterorepresentação dos condutores de veículos automóveis ligeiros: Contributo para a compreensão da guerra civil rodoviária em Portugal*. Lisboa: ISCSP.
- Pitel, L. y., Geckova, A. M., Reijneveld, S. A., & van Dijk, J. P. (2013). Socioeconomic differences in adolescent health-related behavior differ by gender. *Journal of Epidemiology*, 23(3), 211-218. doi: 10.2188/jea.JE20120133
- Plant, M. L. (2008). The role of alcohol in women's lives: A review of issues and responses. *Journal of Substance Use*, 13(3), 155–191.
- Plasencia, A., & Borrell, C. (2001). Reducing socioeconomic inequalities in road traffic injuries: Time for a policy agenda. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 55(12), 853-854. doi: 10.1136/jech.55.12.853
- Pleck, J. H. (1981). *The myth of masculinity*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Pleck, J. H. (1987). The theory of male sex-role identity: Its rise and fall, 1936 to the present. In I. H. Brod (Ed.), *The making of masculinities: The new men's studies* (pp. 21–38). Boston: Allen & Unwin.
- Pleck, J. H. (1995). The gender role strain paradigm: An update. In R. F. Levant & W. S. Pollack (Eds.), *A new psychology of men* (pp. 11–32). New York, NY: Basic Books.
- Pleck, J. H., & O'Donnell, L. N. (2001). Gender attitudes and health risk behaviors in urban African American and Latino early adolescents. *Maternal and child health journal*, 5(4), 265-272. doi: 10.1023/a:1013084923217
- Pleck, J. H., Sonenstein, F. L., & Ku, L. C. (1994a). Attitudes toward male roles: A discriminant validity analysis. *Sex Roles*, 30, 481–501.
- Pleck, J. H., Sonenstein, F. L., & Ku, L. C. (1994b). Problem behaviors and masculinity ideology in adolescent males. In R. D. Ketterlinus & M. E. Lamb (Eds.), *Adolescent problem behaviors: Issues and research* (pp. 165–186). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Powell, G. N. (1993). *Women and men in management*. Newbury Park, CA.
- Pratta, E. M., & Santos, M. A. (2007). Adolescence and the consumption of psychoactive substances: The impact of the socioeconomic status. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15, 806-811. doi: 10.1590/s0104-11692007000700015
- Prazeres, V. (2003). *Saúde juvenil no masculino. Género e saúde sexual e reprodutiva*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.

- Prazeres, V. (2004a). Alguns custos da masculinidade no domínio da saúde e perspectivas de futuro. In *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia "Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção"* (pp. 140-142). Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Prazeres, V. (2004b). Tratar da vida, tratar do corpo: Masculinidades e políticas de saúde. In L. Amâncio (Ed.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Prazeres, V., Laranjeira, A. R., & Oliveira, V. (2005). *Saúde dos jovens em Portugal: Elementos de caracterização*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Preacher, K. J., Rucker, D. D., & Hayes, A. F. (2007). Addressing moderated mediation hypotheses: Theory, methods, and prescriptions. *Multivariate Behavioral Research*, 42, 185-227.
- Preciado, B. (2003). Multitudes queer. Notas para una política de los "anormales". *Revista Multitudes*, 12. Retirado de <http://www.hartza.com/anormales.htm>
- Purdie-Vaughns, V., & Eibach, R. P. (2008). Intersectional invisibility: The ideological sources and social consequences of the nonprototypicality of intersectional subordinates. *Sex Roles*, 59, 377-391.
- Quinn, J., Thomas, L., Slack, K., Casey, L., Thexton, W., & Noble, J. (2006). Lifting the hood: lifelong learning and young, white, provincial working-class masculinities. *British Educational Research Journal*, 32(5), 735-750. doi: 10.1080/01411920600895767
- Quintana, S. M., & Maxwell, S. E. (1999). Implications of recent developments in structural equation modeling for counseling psychology. *The Counseling Psychologist*, 27, 485-527.
- Rabelo, A. O. (2010). Contribuições dos Estudos de Género às Investigações que Enfocam a Masculinidade. *Ex aequo*, 21, 161-176.
- Rahav, G., Wilsnack, R., Bloomfield, K., Gmel, G., & Kuntsche, S. (2006). The influence of societal level factors on men's and women's alcohol consumption and alcohol problems. *Alcohol & Alcoholism*, 41, i47-i55.
- Real, T. (1997). *I don't want to talk about it: Overcoming the legacy of male depression*. New York, NY: Fireside.
- Reason, J., Manstead, A., Stradling, S., Baxter, J., & Campbell, K. (1990). Errors and violations on the roads: A real distinction? *Ergonomics*, 33, 1315-1332.

- Redonnet, B., Chollet, A., Fombonne, E., Bowes, L., & Melchior, M. (2012). Tobacco, alcohol, cannabis and other illegal drug use among young adults: The socioeconomic context. *Drug and Alcohol Dependence*, 121(3), 231-239. doi: 10.1016/j.drugalcdep.2011.09.002
- Reed, B. D. (2011). Socio-economic and work identity intersections with masculinity and college success. In J. A. Laker & T. Davis (Eds.), *Masculinity in higher education. Theoretical and practical considerations*. New York, NY: Taylor & Francis.
- Reed, K. (2013). Beyond hegemonic masculinity: The role of family genetic history in men's accounts of health. *Sociology-the Journal of the British Sociological Association*, 47(5), 906-920. doi: 10.1177/0038038513494505
- Rêgo, M. C. (2012). Políticas de igualdade de género na União Europeia e em Portugal: Influências e incoerências. [Politiques d'égalité de genre dans l'Union européenne et au Portugal: influences et incohérences. Gender equality policies in the European Union and in Portugal: Influences and Inconsistencies]. *Ex aequo*(25), 29-44.
- Reid, P. T. (2000). Multicultural psychology: bringing together gender and ethnicity. *Cultural Diversity & Ethnic Minority Psychology*, 8, 103–114.
- Reis, D. C., Almeida, T. A., Miranda, M. M., Alves, R. H., & Madeira, A. M. (2013). Health vulnerabilities in adolescence: Socioeconomic conditions, social networks, drugs and violence. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 21(2), 586-594.
- Reskin, B. F., & Padavic, I. (1994). *Women and men at work*. Thousand Oaks, California: Pine Force Press.
- Ribeiro, J. L. (2007). *Introdução à psicologia da saúde*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Ribeiro, Ó. (2008). *O idoso prestador informal de cuidados: Estudo sobre a experiência masculina do cuidar* (Tese de Doutoramento), Ciências Biomédicas, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/7159>
- Ritterman, M. L., Fernald, L. C., Ozer, E. J., Adler, N. E., Pablo Gutierrez, J., & Syme, S. L. (2009). Objective and subjective social class gradients for substance use among Mexican adolescents. *Social Science & Medicine*, 68(10), 1843-1851. doi: 10.1016/j.socscimed.2009.02.048
- Roche, A., & Deehan, A. (2002). Women's alcohol consumption: Emerging patterns, problems and public health implications. *Drug and Alcohol Review*, 21(2), 169-178.

- Rochlen, A. B., McKelley, R. A., Suizzo, M., & Scaringi, V. (2008). Predictors of relationship satisfaction, psychological well-being, and life satisfaction among stay-at-home fathers. *Psychology of Men & Masculinity*, 9(1), 17-28.
- Rodrigues, E. (2008). *A representação visual dos géneros: Uma análise a partir das revistas de segmento masculino. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/ISCTE e-working paper n° 54/2008.*
- Rodrigues, E. (2013). *Dar corpo ao género: Uma análise sociológica das masculinidades.* (Tese de Doutoramento), Sociologia, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/7633>
- Rosicova, K., Geckova, A. M., Rosic, M., Speybroeck, N., Groothoff, J. W., & van Dijk, J. P. (2011). Socioeconomic factors, ethnicity and alcohol-related mortality in regions in Slovakia. What might a tree analysis add to our understanding? *Health & Place*, 17(3), 701-709. doi: 10.1016/j.healthplace.2011.01.004
- Rudolfsdottir, A. G., & Morgan, P. (2009). 'Alcohol is my friend': Young middle class women discuss their relationship with alcohol. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 19(6), 492-505. doi: 10.1002/casp.999
- Saavedra, L. (1995). Gender stereotypes and professional contexts. In L. Amâncio & C. Nogueira (Eds.), *Gender, management and science* (pp. 169-175). Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- Saavedra, L. (2004). Diversidade na identidade : A escola e as múltiplas formas de ser masculino. *Psicologia, Educação e Cultura*, 8(1), 103-120.
- Saavedra, L., Araújo, A. M., Taveira, M. C., & Vieira, C. C. (2013). Dilemmas of girls and women in engineering: A study in Portugal. *Educational Review*, 66(3), 330-344.
- Saavedra, L., & Taveira, M. d. C. (2007). Discursos de adolescentes sobre a vida profissional e familiar: Entre o sonho e a realidade. *Educação & Sociedade*, 28(101), 1375-1391.
- Sabo, D. (1989 [2001]). Masculinities and men's health: Moving toward post-superman era prevention. In M. S. Kimmel & M. A. Messner (Eds.), *Men's lives* (pp. 285-298). Boston: Ally and Bacon.
- Sabo, D. (1995). Rethinking Men's Health and Illness. In D. Sabo & D. F. Gordon (Eds.), *Men's health and illness: Gender, power and the body*. Thousand Oaks, CA: Sage.

- Sabo, D. (2005). The study of masculinities and men's health. In M. S. Kimmel, J. Hearn & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of studies on men and masculinities* (pp. 326-352). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Sánchez-López, M. P., & Cuéllar-Flores, I. (2011). Comparison of Feminine Gender Norms among Spanish and American College Women. *Psychology*, 2(4), 300-306.
- Sánchez-López, M. P., Cuéllar-Flores, I., & Dresch, V. (2012). The impact of gender roles on health. *Women & Health*, 52(2), 182-196. doi: 10.1080/03630242.2011.652352
- Sánchez-López, M. P., Rivas-Diez, R., & Cuéllar-Flores, I. (2013). Masculinity and femininity as predictors of tobacco and alcohol consumption in Spanish university students. *Health and Addictions*, 13(1), 15-22.
- Sanders, J. M. (2011). Coming of age: How adolescent boys construct masculinities via substance use, juvenile delinquency, and recreation. *Journal of ethnicity in substance abuse*, 10(1), 48-70. doi: 10.1080/15332640.2011.547798
- Santana, P. (2002). A mortalidade “evitável” em Portugal Continental, 1989 a 1993. *Revista de Estudos Demográficos - 2.º Semestre de 2002*, 107-145.
- Santana, P. (2004). *Saúde e morte em Portugal: Estudo da mortalidade evitável*. Comunicação apresentada no II Congresso Português de Demografia, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal.
- Santana, P., Vaz, A., & Fachada, M. (2004). O estado de saúde dos Portugueses. Uma perspectiva espacial. *Revista de Estudos Demográficos*, 36(1), 5-28.
- Santos, L. F. O. (2009). *Tornar-se homem: Dramaturgias em torno das apresentações de si, das emoções e dos afectos em palcos offline e online*. (Tese de Doutoramento), Psicologia Social, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10157>
- Sariaslan, A., D'Onofrio, B., & Lichtenstein, P. (2012). School performance but not neighborhood deprivation and social capital predicts serious adolescent criminality and substance use disorders. *Behavior Genetics*, 42(6), 967-967.
- SARTRE (2004). *European drivers and road risk: Part 1, report on principal analyses*. Paris: Institut National de Recherche sur les Transports et leur Sécurité.
- Sayer, A. (2005). Class, moral worth and recognition. *Sociology*, 39(5), 947-963.
- Schippers, M. (2007). Recovering the feminine other: masculinity, femininity, and gender hegemony. *Theory and Society*, 36(1), 85-102. doi: 10.1007/s11186-007-9022-4

- Schraiber, L. B., Figueiredo, W. S., Gomes, R., Couto, M. T., Pinheiro, T. F., Machin, R., ... Valença, O. (2010). Necessidades de saúde e masculinidades: atenção primária no cuidado aos homens. *Cadernos Saúde Pública*, 26(5), 961-970.
- Schrock, D., & Schwalbe, M. (2009). Men, masculinity and manhood acts. *Annual Review of Sociology*, 35, 277-295. doi: 10.1146/annurev-soc-070308-115933
- Schuette, S., Chastang, J.-F., Parent-Thirion, A., Vermeulen, G., & Niedhammer, I. (2013). Social differences in self-reported health among men and women in 31 countries in Europe. *Scandinavian Journal of Public Health*, 41(1), 51-57. doi: 10.1177/1403494812469854
- Seale, C., & Charteris-Black, J. (2008). The interaction of class and gender in illness narratives. *Sociology-the Journal of the British Sociological Association*, 42(3), 453-469. doi: 10.1177/0038038508088835
- Sen, G., Östlin, P., & George, A. (2007). Unequal, unfair, ineffective and inefficient gender inequity in health: Why it exists and how we can change it. Final report to the WHO Commission on Social Determinants of Health by the Women and Gender Equity Knowledge Network (Indian Institute of Management Bangalore and Karolinska Institutet). Retirado de http://www.who.int/social_determinants/resources/csdh_media/wgekn_final_report_07.pdf
- Shepherd, C. B., & Rickard, K. M. (2012). Drive for muscularity and help-seeking: The mediational role of gender role conflict, self-stigma, and attitudes. *Psychology of Men & Masculinity*, 13(4), 379-392. doi: 10.1037/a0025923
- Sherriff, N. (2007). Peer group cultures and social identity: An integrated approach to understanding masculinities. *British Educational Research Journal*, 33(3), 349-370. doi: 10.1080/01411920701243628
- Shields, S. A. (2008). Gender: An intersectionality perspective. *Sex Roles*, 59, 301-311.
- Siegler, V., Al-Hamad, A., Johnson, B., Wells, C., & Sheron, N. (2011). Social inequalities in alcohol-related adult mortality by National Statistics Socio-economic Classification, England and Wales, 2001-03. *Health Statistics Quarterly / Office for National Statistics*(50), 4-39. doi: 10.1057/hsq.2011.7
- Siltanen, J., & Doucet, A. (2008). *Gender Relations: Intersectionality and beyond*. Toronto: Oxford University Press.
- Silva, J. A. (2012). *A opacidade da violência doméstica no masculino*. (Projecto de graduação para obtenção do grau de Licenciado), Serviço Social, Universidade

- Fernando Pessoa, Porto, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/10284/3417>
- Silva, M. C. (2009). *Classes sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Silva, R. (2013). *A publicidade e um novo género masculino*. (Tese de Mestrado), Publicidade e Marketing, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.21/3329>
- Simões, C., Matos, M. G., & Batista-Foguet, J. (2006). Consumo de substâncias na adolescência: Um modelo explicativo. [Substance use in adolescence: A model]. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 7(2), 147-164.
- Skeggs, B. (1997). *Formations of class & gender: Becoming respectable*. London: Sage Publications Ltd
- Sloan, C., Gough, B., & Conner, M. (2010). Healthy masculinities? How ostensibly healthy men talk about lifestyle, health and gender. *Psychology & Health*, 25(7), 783-803. doi: 10.1080/08870440902883204
- Sloop, J. M. (2005). In a queer time and place and race: Intersectionality comes of age. *Quarterly Journal of Speech*, 91(3), 312-326.
- Smiler, A. P. (2004). Thirty years after the discovery of gender: Psychological concepts and measures of masculinity. *Sex Roles*, 50(1/2), 15-26.
- Smiler, A. P. (2006). Conforming to masculine norms: Evidence for validity among adult men and women. *Sex Roles*, 54, 767-775.
- Smith, J. (2007). 'Ye've got to 'ave balls to play this game sir!' - Boys, peers and fears: the negative influence of school-based 'cultural accomplices' in constructing hegemonic masculinities. *Gender and Education*, 19(2), 179-198. doi: 10.1080/09540250601165995
- Smith, J. A., & Robertson, S. (2008). Men's health promotion: A new frontier in Australia and the UK? *Health Promotion International*, 23(3), 283-289.
- Sorell, G. T., Silvia, L. Y., & Buschrossnagel, N. A. (1993). Sex-role orientation and self-esteem in alcoholic and nonalcoholic women. *Journal of Studies on Alcohol*, 54(5), 566-573.
- Sousa Filho, E. P., Rolim Neto, M. L., & Teixeira, S. A. (2012). Masculine subjectivity as a challenge for men's health. *Healthmed*, 6(7), 2435-2437.
- Spence, J. T., & Helmreich, R. L. (1978). *Masculinity and femininity: Their psychological dimensions, correlates and antecedents*. Austin, Texas: University of Texas Press.

- Spence, J. T., Helmreich, R. L., & Stapp, R. (1974). The Personal Attributes Questionnaire: A measure of sex role stereotypes and masculinity–femininity. *Catalog of Selected Documents in Psychology*, 4, 43–44.
- Springer, K. W., & Mouzon, D. M. (2011). "Macho men" and preventive health care: Implications for older men in different social classes. *Journal of Health and Social Behavior*, 52(2), 212–227. doi: 10.1177/0022146510393972
- Steiger, J. H. (1990). Structural model evaluation and modification: An interval estimation approach. *Multivariate Behavioral Research*, 25, 173–180.
- Steinbugler, A. C., Press, J. E., & Dias, J. J. (2006). Gender, race and affirmative action: Operationalizing intersectionality in survey research. *Gender & Society*, 20(6), 805–825.
- Steinfeldt, J. A., Gilchrist, G. A., Halterman, A. W., Gomory, A., & Steinfeldt, M. C. (2011). Drive for muscularity and conformity to masculine norms among college football players. *Psychology of Men & Masculinity*, 12(4), 324–338.
- Step toe, A., & Wardle, J. (1996). The European Health and Behaviour Survey: The development of an international study in health psychology. *Psychology and Health*, 11, 49–73.
- Stewart, C., & Power, T. G. (2003). Ethnic, social class, and gender differences in adolescent drinking: Examining multiple aspects of consumption. *Journal of Adolescent Research*, 18(6), 575–598. doi: 10.1177/0743558403254778
- Stover, H. (2007). Man, intoxication, addiction: Construction and crisis of masculinity. *Suchttherapie*, 8(3), 89–94. doi: 10.1055/s-2007-985397
- Sue, S. (1999). Science, ethnicity, and bias: Where have we gone wrong? *American Psychologist*, 54, 1070–1077.
- Suhrcke, M., McKee, M., Arce, R. S., Tsoлова, S., & Mortensen, J. (2006). Investment in health could be good for Europe's economies. *Health economics*, 333(7576), 1017–1019.
- Swain, J. (2006). Reflections on patterns of masculinity in school settings. *Men and Masculinities*, 8(3), 331–349.
- Sweeting, H. N., & West, P. B. (2008). Drug use over the youth-adult transition in a west of Scotland cohort: Prevalence, pathways and socio-demographic correlates. *Addiction Research & Theory*, 16(5), 474–494. doi: 10.1080/10929080802028729

- Tapp, A., Pressley, A., Baugh, M., & White, P. (2013). Wheels, skills and thrills: A social marketing trial to reduce aggressive driving from young men in deprived areas. *Accident Analysis and Prevention*, 58, 148-157. doi: 10.1016/j.aap.2013.04.023
- Tavora, I. (2012). Understanding the high rates of employment among low-educated women in Portugal: A comparatively oriented case study. *Gender Work and Organization*, 19(2), 93-118. doi: 10.1111/j.1468-0432.2010.00489.x
- Thien, D., & Casino, V. D. (2012). (Un)Healthy Men, Masculinities, and the geographies of health. *Annals of the Association of American Geographers*, 102(5), 1146–1156.
- Thom, B. (2003). *Risk-taking behaviour in men. Substance use and Gender*. London: Health Development Agency.
- Thomas, M., & Butcher, M. (2003). Cruising. In M. Butcher & M. Thomas (Eds.), *Ingenious: Emerging youth cultures in urban Australia* (pp. 142-160). Melbourne: Pluto Press.
- Thompson, E. H., & Pleck, J. H. (1986). The structure of male role norms. *American Behavioral Scientist*, 29, 531–543.
- Thompson, E. H., & Pleck, J. H. (1995). Masculinity ideology: A review of research instrumentation on men and masculinities. In R. F. Levant & W. S. Pollack (Eds.), *A new psychology of men* (pp. 129–163). New York, NY: Basic Books.
- Thompson, M. N., & Dahling, J. J. (2010). Image theory and career aspirations: Indirect and interactive effects of status-related variables. *Journal of Vocational Behavior*, 77, 21-29.
- Tolson, A. (1977 [1983]). *Os limites da masculinidade*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Tsirigotis, K., Gruszczynski, W., & Tsirigotis-Maniecka, M. (2013). Gender differentiation of indirect self-destructiveness. *International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health*, 26(1), 39-48. doi: 10.2478/s13382-013-0085-3
- Vale de Almeida, M. (1995). *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- Vale de Almeida, M. (1996). Género, masculinidade e poder revendo um caso do Sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, 95, 161-190.
- Valentine, G. (2007). Theorizing and researching intersectionality: A challenge for feminist geography. *Professional Geographer*, 59(1), 10-21.

- Valenziano, L. A. (2009). *Relationship of gender, interaction type, and college student grades in online discussion boards*. Ann Arbor, MI: ProQuest.
- Van Oers, J. A. M., Bongers, I. M. B., van de Goor, L. A. M., & Garretsen, H. F. L. (1999). Alcohol consumption, alcohol-related problems, problem drinking, and socioeconomic status. *Alcohol and Alcoholism*, 34(1), 78-88. doi: 10.1093/alcalc/34.1.78
- Veenstra, G. (2011). Race, gender, class, and sexual orientation: Intersecting axes of inequality and self-rated health in Canada. *International Journal for Equity in Health*, 10(3), 1-11.
- Verburg, J. A., Toet, J., & van Ameijden, E. J. C. (2005). Trends in socio-economic inequalities in smoking, alcohol and drug use in Utrecht, the Netherlands, 1999 and 2003. *Nederlands Tijdschrift Voor Geneeskunde*, 149(38), 2113-2118.
- Vintém, J. M. C. (2008). *Diferenças de género e desigualdades sociais na saúde e doença em Portugal*. (Tese de Mestrado), Família e Sociedade, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/1697>
- Wade, J. C., & Gelso, C. J. (1998). Reference group identity dependence scale: A measure of male identity. *Counseling Psychologist*, 26, 384-412.
- Walker, G. W. (2006). Disciplining protest masculinity. *Men and Masculinities*, 9(1), 5-22. doi: 10.1177/1097184x05284217
- Walker, L. (1998). Under the bonnet: Car culture, technological dominance and young men of the working class. *Journal of Interdisciplinary Gender Studies*, 3(2), 23-43.
- Walker, L., Butland, D., & Connell, R. W. (2000). Boys on the road: Masculinities, car culture, and road safety education. *The Journal of Men's Studies*, 8(2), 153-169.
- Warner, L. R. (2008). A best practices guide to intersectional approaches in psychological research. *Sex Roles*, 59, 454-463.
- Wasanga, C., & Oteyo, S. (2012). Peers and siblings effect on alcohol and cigarette use among secondary school male students. *International Journal of Psychology*, 47, 440-440.
- Weatherall, A. (2002). *Gender, language and discourse*. New York, NY: Routledge.
- Webb, J., Schirato, T., & Danaher, G. (2002). *Understanding Bourdieu*. Michigan: Sage Publications.

- Weber, L. (2006). Reconstructing the landscape of health disparities research: Promoting dialogue and collaboration between feminist intersectional and biomedical paradigms. In A. J. Schulz & L. Mullings (Eds.), *Gender, race, class, and health: Intersectional approaches* (pp. 21-59). San Francisco: Jossey-Bass.
- Weber, L., & Parra-Medina, D. (2003). Intersectionality and women's health: Charting a path to eliminating health disparities. In M. T. Segal, V. Demos, & J. J. Kronenfeld (Eds.), *Advances in gender research: Gendered perspectives on health and medicine* (pp. 181-230). San Diego: Elsevier.
- Weis, L. (2006). Masculinity, whiteness, and the new economy: An exploration of privilege and loss. *Men and Masculinities*, 8, 262-272.
- West, C., & Zimmerman, D. H. (1987). Doing gender. *Gender and Society*, 1(2), 125-151.
- Wetherell, M., & Edley, N. (1999). Negotiating hegemonic masculinity: Imaginary positions and psycho-discursive practices. *Feminism & Psychology*, 9(3), 335-356.
- Whitehead, S. M. (1999). Hegemonic masculinity revisited. *Gender, Work and Organization*, 6(1), 58-62.
- Whitehead, S. M. (2002). *Men and masculinities*. Oxford: Polity Press.
- Whitlock, G., Norton, R., Clark, T., Pledger, M., Jackson, R., & MacMahon, S. (2003). Motor vehicle driver injury and socioeconomic status: A cohort study with prospective and retrospective driver injuries. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 57(7), 512-516. doi: 10.1136/jech.57.7.512
- Widome, R., Wall, M. M., Laska, M. N., Eisenberg, M. E., & Neumark-Sztainer, D. (2013). Adolescence to young adulthood: When socioeconomic disparities in substance use emerge. *Substance Use & Misuse*, 48(14), 1522-1529. doi: 10.3109/10826084.2013.800885
- Willemsen, J., Dula, C., Declercq, F., & Verhaeghe, P. (2008). The Dula Dangerous Driving Index: An investigation of reliability and validity across cultures. *Accident Analysis and Prevention*, 40, 798-806.
- Williams, A. F., Kyrychenko, S. Y., & Retting, R. A. (2006). Characteristics of speeders. *Journal of Safety Research*, 37, 227-232.
- Williams, C. (2002). An examination of masculinity and delinquency as psychosocial factors underlying the risky road use behaviour of young male offenders. *Australian Journal of Psychology*, 54, 63-63.

- Williams, C. K. (2003). *The maleness of traffic offence involvement: Is gender an overlooked issue?* Comunicação apresentada na Canadian Multidisciplinary Road Safety Conference XIII, Banff, Alberta, Canada.
- Williams, R. J., & Ricciardelli, L. A. (2003). Negative perceptions about self-control and identification with gender-role stereotypes related to binge eating, problem drinking, and to comorbidity among adolescents. *Journal of Adolescent Health*, 32(1), 66-72.
- Willott, S., & Lyons, A. C. (2012). Consuming male identities: Masculinities, gender relations and alcohol consumption in Aotearoa New Zealand. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 22(4), 330-345. doi: 10.1002/casp.1115
- Wing, A. K. (1990). Brief reflections toward a multiplicative theory and praxis of being. *Berkeley Journal of Gender, Law & Justice*, 6, 181-201.
- Winker, G., & Degele, N. (2011). Intersectionality as multi-level analysis: Dealing with social inequality. *European Journal of Women's Studies*, 18(1), 51-66.
- Winter, J., & Dodou, D. (2010). The Driver Behaviour Questionnaire as a predictor of accidents: A meta-analysis. *Journal of Safety Research*, 41, 463-470.
- Wohlfarth, T., & Van den Brink, W. (1998). Social class and substance use disorders: The value of social class as distinct from socioeconomic status. *Social Science & Medicine*, 47(1), 51-58. doi: 10.1016/s0277-9536(98)00011-2
- Wong, L. P. (2011). Socio-demographic and behavioural characteristics of illegal motorcycle street racers in Malaysia. *BMC Public Health*, 11. doi: 10.1186/1471-2458-11-446
- Wong, Y. J., Owen, J., & Shea, M. (2012). A latent class regression analysis of men's conformity to masculine norms and psychological distress. *Journal of Counseling Psychology*, 59(1), 176-183.
- Woodhill, B. M., & Samuels, C. A. (2003). Positive and negative androgyny and their relationship with psychological health and well-being. *Sex Roles*, 48, 555-565.
- Woodin, T., & Burke, P. J. (2007). Men accessing education: Masculinities, class and choice. *Australian Educational Researcher*, 34(3), 119-134.
- World Health Organization (2002). *Rapport sur la santé dans le monde - Réduire les risques et promouvoir une vie saine*. Geneva: World Health Organization.

- World Health Organization (2004). *ICD-10: International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems - Tenth Revision* (Vol. 2). Geneva: World Health Organization.
- World Health Organization (2007). *Youth and road safety*. Geneva: World Health Organization.
- World Health Organization (2014). *World health statistics 2014*. Geneva: World Health Organization.
- Wright, E. O. (1985). *Classes*. London: Verso Editions.
- Wright, E. O. (1997). *Class counts*. Cambridge: University Press.
- Wu, B., Mao, Z.-F., Rockett, I. R. H., & Yue, Y. (2008). Socioeconomic status and alcohol use among urban and rural residents in China. *Substance Use & Misuse*, 43(7), 952-966. doi: 10.1080/10826080701204961
- Yongchaitrakul, T., Juntakarn, C., & Prasarthitha, T. (2012). Socioeconomic inequality and road traffic accidents in Thailand: Comparing cases treated in government hospitals inside and outside of Bangkok. *Southeast Asian Journal of Tropical Medicine and Public Health*, 43(3), 785-794.
- Young, I. M. (2004). Gender as seriality: Thinking about women as a social collective. *Signs*, 19, 713-738.
- Yung, Y. F., & Bentler, P. (1996). Bootstrapping techniques in analysis of mean and covariance structures. In G. A. Marcoulides & R. E. Schumacker (Eds.), *Advanced structural equation modeling: Issues and techniques* (pp. 125-157). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV.
- Zambon, F., & Hasselberg, M. (2006). Socioeconomic differences and motorcycle injuries: Age at risk and injury severity among young drivers: A Swedish nationwide cohort study. *Accident Analysis and Prevention*, 38(6), 1183-1189. doi: 10.1016/j.aap.2006.05.005
- Zimmermann, F., Sieverding, M., & Mueller, S. M. (2011). Gender-related traits as predictors of alcohol use in male German and Spanish university students. *Sex Roles*, 64(5-6), 394-404. doi: 10.1007/s11199-010-9897-9
- Zinn, M. B., & Dill, B. T. (1996). Theorizing difference from multiracial feminisms. *Feminist Studies*, 22(2), 321-331.

Apêndice - Questionário

Este questionário foi construído para um estudo da Universidade do Minho sobre comportamentos de condução e de consumo de substâncias.

As respostas são anónimas e confidenciais. Não existem respostas correctas ou erradas.

Por favor, responda de forma sincera e complete o máximo de questões possível. Obrigado.

1. Idade: _____

2. Sexo Mulher ☐ Homem ☐ (Assinale com um X):

3. Nacionalidade Portuguesa ☐ Outra ☐ (Assinale com um X):

4. Pensando acerca das suas próprias acções, sentimentos e crenças, por favor, indique o quanto pessoalmente concorda ou discorda com cada uma das afirmações seguintes. Escolha a resposta que melhor descreve as suas acções, sentimentos e crenças pessoais. (Assinale com um X)

	Discordo fortemente	Discordo	Concordo	Concordo fortemente
O meu trabalho/estudo é a parte mais importante da minha vida				
Certifico-me que as pessoas fazem o que eu digo				
No geral, eu não gosto de situações arriscadas				
Seria horrível se alguém pensasse que eu sou gay / lésbica				
Eu adoro quando as mulheres estão sob a responsabilidade dos homens				
Eu gosto de falar sobre os meus sentimentos				
Eu iria sentir-me bem se tivesse muitos/as parceiros/as sexuais				
É importante para mim que as pessoas pensem que sou heterossexual				
Eu acredito que a violência nunca é justificável				
Eu tenho tendência a partilhar os meus sentimentos				
Eu deveria comandar/chefiar				
Eu detestaria ser importante				
Às vezes a acção violenta é necessária				
Eu não gosto de dar toda a minha atenção ao trabalho/estudo				
Na maioria das vezes, perder não me incomoda				
Se eu pudesse, mudaria frequentemente de parceiro/a sexual				
Eu nunca faço coisas para ser uma pessoa importante				
Eu nunca peço ajuda				
Eu gosto de correr riscos				
Homens e mulheres deveriam respeitar-se mutuamente como iguais				

5. Nos últimos 12 meses qual a frequência habitual com que conduziu um veículo a motor (carro, carrinha, mota, etc.)? (Assinale com um X)

Pelo menos uma vez por semana	
Pelo menos uma vez por mês	
Menos de uma vez por mês	
Nunca	

→ Se assinalou Nunca, passe para a pergunta 10

6. Tem carta/licença de condução para o(s) veículo(s) a motor que conduz? (Assinale com um X)

Sim	
Não	

7. Começou a conduzir um veículo a motor na via pública há quanto tempo (independentemente de ter ou não carta/licença de condução)?

Anos Meses

8. Pensando nos últimos 12 meses, numa semana normal, quantos quilómetros (KM) acha que conduz habitualmente? (Assinale com um X)

100 km ou menos	
101 a 200 km	
201 a 300 km	
301 a 400 km	
401 a 500 km	
501 a 600 km	
601 a 700 km	
701 a 800 km	
801 a 900 km	
901 a 1000 km	
Mais de 1000 km	

9. Pensando na sua condução nos últimos 12 meses, indique a sua melhor ideia acerca de quantas vezes aconteceram as situações seguintes. (Assinale com um X)

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre
Fez intencionalmente uma ultrapassagem onde/quando era proibido					
Conduziu tão próximo do veículo da frente que não conseguiria parar o seu veículo de modo seguro se o da frente travasse repentinamente					
Passou um sinal vermelho intencionalmente					
Ultrapassou um carro numa curva ou numa subida sem visibilidade					
Fez intencionalmente inversão de marcha onde era proibido					
Conduziu a mais de 40km/h acima do limite de velocidade estabelecido por lei					
Aproximou-se demasiado à traseira de um carro de forma a forçá-lo a conduzir mais depressa ou a obrigá-lo a encostar para uma faixa de rodagem mais lenta					
Passou um entroncamento/cruzamento no momento em que o semáforo muda de amarelo para vermelho					
Ultrapassou 2 ou 3 carros de uma vez só, numa estrada em que para ultrapassar precisa de entrar na faixa de rodagem de sentido contrário					
Conduziu a alta velocidade numa zona residencial ou onde existem escolas					
Correu alguns riscos enquanto conduzia no trânsito porque torna a condução mais divertida					
Depois de parar num sinal stop, forçou a sua entrada no trânsito sem esperar por uma por brecha no trânsito					
Em situações em que o trânsito está lento, foi alternando rapidamente entre as faixas de rodagem para avançar					
Conduziu a alta velocidade por divertimento					
Conduziu a alta velocidade para impressionar os amigos					
Conduziu numa curva a alta velocidade					
Conduziu num intervalo de aproximadamente 1 hora depois de ter consumido bebidas alcoólicas					
Conduziu quando sentiu que estava sob o efeito do álcool					
Conduziu enquanto estava sob o efeito de marijuana					

10. Tendo em conta os últimos 12 meses, em quantos dias consumiu as seguintes bebidas alcoólicas? (Assinale com um X)

	4 ou mais dias por semana	1 a 3 dias por semana	1 a 3 dias por mês	Nunca ou quase nunca
Cerveja (não incluir a sem álcool)				
Vinho ou Champanhe				
Bebidas brancas / espirituosas/ destiladas (<i>uísque, vodka, aguardente, bagaço, rum, gin, cachaça, conhaque, brandy, licores, etc.</i>)				
Shots				
Outra bebida alcoólica				

11. Num dia típico em que bebe, quantos copos das seguintes bebidas alcoólicas costuma consumir? (Escreva o número de copos)

Não precisa de responder quanto às bebidas que indicou anteriormente “nunca ou quase nunca” beber.

	Número de copos
Cerveja (não incluir a sem álcool)	
Vinho ou Champanhe	
Bebidas brancas / espirituosas / destiladas	
Shots	
Outra bebida alcoólica	

12. Tendo em conta os últimos 12 meses, em quantos dias consumiu os seguintes produtos? (Assinale com um X e escreva se for o caso)

	4 ou mais dias por semana	1 a 3 dias por semana	1 a 3 dias por mês	Nunca ou quase nunca
Cannabis (haxixe, erva, marijuana, ganja)				
Outra(s) substância(s) utilizada(s) como droga Escreva qual/quais:				
•				
•				
•				
•				

13. Qual o grau de instrução ou nível de escolaridade mais elevado completo pelos seus pais?
Escolha **apenas uma** resposta relativamente a cada um dos seus pais. (Assinale com um X)

	Pai	Mãe
Não sabe ler nem escrever		
Não chegou a completar a escola primária mas sabe ler e escrever		
Escola primária completa (4ª classe)		
2º ano antigo / 6º ano actual / preparatório		
5º ano antigo / 9º ano actual / Curso Comercial ou Industrial		
7º ano antigo / 12º ou 11º ano actual / Instituto Industrial ou Comercial		
Bacharelato / Curso Médio / Magistério Primário		
Licenciatura		
Mestrado / Pós-Graduação		
Doutoramento		
Não sei		

14. Qual é a situação profissional dos seus pais actualmente ou, no caso de estarem desempregados, reformados ou de baixa, qual a situação relativamente à última actividade profissional que realizaram? (Assinale com um X)

	Pai	Mãe
Trabalhador por conta própria com empregados – Patrão/Patroa <i>Neste caso escreva aproximadamente o número de empregados sem contar com FAMILIARES nem SÓCIOS?</i>	Nº empregados: ____	Nº empregados: ____
Trabalhador por conta própria sem empregados – Independente		
Trabalhador por conta de outrem no sector privado – Funcionário ou Empregado		
Trabalhador por conta de outrem no Estado/empresa pública – Funcionário ou Empregado		
Trabalhador no negócio da família		
Membro activo de cooperativa		
Nunca trabalhou		
Outra situação		
Não sei		

15. Tendo em conta a situação que assinalou na questão anterior, qual é actualmente a **actividade profissional** dos seus pais ou, no caso de estarem **desempregados, reformados ou de baixa**, qual foi a última que exerceram?

Por favor, é importante que descreva com detalhe o que os seus pais fazem ou faziam.

EXEMPLOS

Não coloque apenas:	Mas sim, <u>por exemplo</u>:
Funcionário(a) público(a)	Funcionário(a) público(a) numa repartição de finanças
Técnico(a)	Técnico(a) de informática
Professor(a)	Professor(a) do ensino secundário

Pai:

Mãe:

16. Como descreveria o tipo de habitação onde passou a maior parte da sua infância e adolescência? (Assinale com um X)

Casa ou andar luxuoso, muito grande, com o máximo de conforto	
Casa ou andar que sem ser luxuoso é bastante espaçoso e confortável	
Casa ou andar em bom estado de conservação, menos espaçoso ou confortável, com cozinha e casa de banho e com os electrodomésticos essenciais	
Casa ou andar modesto, ou em mau estado de conservação, com cozinha e casa de banho, sem todos os electrodomésticos essenciais	
Casa ou andar sem conforto (sem ventilação, iluminação ou saneamento/esgotos), ou onde moram demasiadas pessoas	

17. Como descreveria o local onde morou durante a maior parte da sua infância e adolescência? (Assinale com um X)

Zona residencial elegante, onde o valor do terreno ou os alugueres são elevados	
Zona residencial boa, com casas confortáveis e bem conservadas	
Zona residencial razoável / média	
Zona antiga mal conservada	
Bairro social/operário	
Bairro ou zona muito degradada	